

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS EPÍGRAFES MIEIEVAIS PORTUGUESAS DO MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO (SÉC. XI - XV)

Mário Jorge BARROCA

O Museu Nacional Machado de Castro é a instituição museológica nacional que possui a maior colecção de epígrafes medievais portuguesas, superando largamente, quer em número quer em importância global, os seus mais directos “concorrentes”. Para melhor se aquilatar a importância do acervo do Museu Nacional Machado de Castro bastará referir que ele compreende 51 epígrafes que podem ser atribuídas até aos finais do Séc. XV, número que supera largamente o de outras instituições museológicas nacionais, nomeadamente a colecção epigráfica do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa), a segunda mais importante do país, com 23 inscrições atribuíveis até aos fins do Séc. XV, ou as colecções do Museu Municipal Arqueológico de Santarém (S. João de Alporão, Santarém), com 13 inscrições para o mesmo período, do Museu Regional de Évora (Évora), com 8 inscrições, ou do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Lisboa), com 7 inscrições, entre outras. Tivemos oportunidade de estudar uma boa parte dessas 51 inscrições na nossa dissertação de doutoramento, recentemente defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto¹. Efectivamente, no *Corpus Epigráfico* que integra o volume II da nossa dissertação, onde procedemos ao inventário e estudo de 761 epígrafes medievais portuguesas compreendidas entre os anos de 862 e 1422, encontram-se registadas 46 das 51 inscrições da colecção do Museu Nacional Machado de Castro. A importância do núcleo epigráfico do Museu Nacional Machado de Castro justifica, plenamente, que ele seja eleito para uma primeira apresentação monográfica das conclusões a que chegamos. O presente texto mais não é, portanto, do que a reunião e apresentação em texto autónomo, com nova numeração, contínua, de todas as inscrições medievais do Museu Nacional Machado de Castro anteriores ao ano de 1422, estudadas na nossa Dissertação de Doutoramento, às quais acrescentamos, no fim, as cinco epígrafes que, por serem posteriores ao limite cronológico da nossa Dissertação, não foram aí tratadas².

1 — Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Dissertação de Doutoramento, Porto, ed. policopiada, 1995.

2 — Elegemos o ano de 1422 para limite do período cronológico em análise na nossa Dissertação tomando como referência a lei de D. João I que ditou o fim do uso das datações pela Era Hispânica e a adopção sistemática das datações pelo *Anno Domini*. A lei, assinada a 22 de Agosto de 1422, encontra-se registada nas *Ordenações Afonsinas*, Livro IV, Tit. LXVI, pp. 233-234, nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (SOUZA A.C. 1739-48, tomo I, Livro III, p. 31-32) e no *Chartularium Universitatis Portugalensis* (ChUP, vol. III, Doc. 786, p. 228). Sobre a adopção do *Anno Domini* veja-se, entre outros, BARROCA 1995, vol. I, pp. 236-241.

A colecção epigráfica do Museu Nacional Machado de Castro foi maioritariamente criada ao longo do último quartel do Séc. XIX, fruto da actividade de uma geração de notáveis investigadores conimbricenses que marcaram de forma indelével os estudos da sua época e que deixaram um legado difícil de suplantar. Na realidade, pelo menos 27 das inscrições que aqui abordaremos já pertenciam ao Museu de Objectos Arqueológicos do Instituto de Coimbra em inícios do nosso século, figurando no Catálogo organizado por António Augusto Gonçalves e editado em 1911 (cf. GONÇALVES A.A. 1911). A estas 27 inscrições poderíamos, por certo, acrescentar mais exemplares que já fariam parte da colecção do Museu mas que não foram incluídos nesse Catálogo por serem considerados peças de menor interesse artístico ou histórico, não merecendo portanto figurar em exposição pública. Esta notável colecção epigráfica, que já na altura não encontrava congénere em nenhuma outra instituição portuguesa, resulta em boa parte do esforço dos elementos da Secção de Arqueologia do Instituto de Coimbra.

A Secção de Arqueologia do Instituto de Coimbra - a 3ª Secção desse organismo - fora criada em reunião da Direcção de 4 de Julho de 1874, que aprovou o respectivo Regulamento, e contava em 1876 com 39 sócios efectivos e 14 sócios-correspondentes. Entre os sócios efectivos destacavam-se nomes como os de Miguel Osório Cabral de Castro (Presidente), Manuel da Cruz Pereira Coutinho (Vice-Presidente), Augusto Mendes Simões de Castro (1º Secretário), João Correia Ayres de Campos (Conservador do Museu de Arqueologia), Augusto Filipe Simões, Cândido de Figueiredo ou Francisco António Rodrigues de Gusmão, entre outros. A Secção de Arqueologia do Instituto de Coimbra contava, ainda, com diversos sócios correspondentes entre os quais se destacavam algumas das figuras cimeiras do seu tempo, como sejam António Francisco Barata e Gabriel Pereira (ambos sócios-correspondentes de Évora) e Francisco Martins Sarmiento (sócio-correspondente de Guimarães). Alguns destes elementos haveriam de desempenhar papel fundamental na formação da colecção epigráfica e nos primeiros estudos do património conimbricense. Bastará recordar, por exemplo, a actividade pioneira do Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, Prior da Igreja-Colegiada de S. Cristóvão de Coimbra, autor e editor do *Antiquário Conimbricense*, a primeira publicação periódica portuguesa que se dedicou à publicação de epígrafes e documentos medievais, de que saíram apenas 9 números, com uma periodicidade mensal, entre Julho de 1841 e Março de 1842. O 1º Secretário da Secção de Arqueologia, Augusto Mendes Simões de Castro, seria autor de numerosos artigos publicados no *Archivo Pittoresco* e na revista *O Instituto*, para além de alguns estudos que se viriam a transformar em clássicos da bibliografia coimbrã, tais como o *Guia Histórico do Viajante em Coimbra e Arredores* (Coimbra, 1867) e a *Notícia Histórica e Descritiva da Sé Velha de Coimbra* (Coimbra, 1881). Por seu turno, João Correia Ayres de Campos, o primeiro a desempenhar as funções de Conservador do Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra, assinaria diversos artigos nas páginas de *O Instituto*, para além de dois inventários de incontornável importância: os *Índices e Summários dos Livros e Documentos mais antigos e importantes do Archivo da Câmara Municipal de Coimbra* (Coimbra, 1867) e o *Catálogo dos Objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra* (1873-1877) (Coimbra, 1877), que começou a ser editado em 1875 nas páginas de *O Instituto*. O Catálogo conheceria uma edição autónoma em 1877, mas continuou a receber diversos aditamentos nas páginas da revista *O Instituto*, que o actualizaram até ao ano de 1881. Por fim, Augusto Filipe Simões, que começaria por publicar vários artigos no *Archivo Pittoresco*, seria autor de dois estudos clássicos na bibliografia de Coimbra e da Arte Românica Portuguesa: as *Relíquias da Architectura Romano-Byzantina em Portugal particularmente em Coimbra* (Coimbra, 1870) e o *Da Architectura Religiosa em Coimbra durante a Idade Média* (Coimbra, 1875). Seria ele, igualmente, um dos encarregados de elaborar o relatório preparatório da representação portuguesa na *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*, realizada em Lisboa em 1882, a primeira grande exposição de património artístico que se realizou em Portugal. A sua colaboração dispersa, prematuramente interrompida pela sua morte dramática, seria reunida por ordem da Universidade de Coimbra num volume intitulado *Esriptos Diversos* (Coimbra, 1888), que infelizmente não contempla os dois estudos monográficos acima referidos.

Seria no seio desta notável e ímpar geração de investigadores de Coimbra que se começaria a forjar a colecção epigráfica que aqui nos ocupa, fruto de uma continuada actividade de salvaguarda do património da cidade de Coimbra e dos seus arredores. Tendo vivido numa fase de profunda

alteração do perfil urbano da cidade de Coimbra, em que foram afectados alguns dos mais marcantes monumentos da cidade medieval, os elementos do Instituto foram recolhendo os testemunhos possíveis, numa primeira fase a um ritmo quase alucinante - veja-se o ritmo de entrada nos dois primeiros anos de existência formal do Museu -, depois por meio de uma paciente e prolongada actividade. Em poucos anos, os elementos do Instituto contavam com a melhor colecção lapidar e arqueológica que o país possuía, guardada em sala própria, como se determinava no Regulamento da Secção de Arqueologia aprovado em 1874, e munida de um Catálogo de perfil inédito e inovador para a época, obra do incansável João Correia Ayres de Campos. É fruto do empenho e zelo deste autor que, hoje, sabemos a proveniência de muitas das peças e as condições em que elas se encontravam antes de serem incorporadas no Museu do Instituto. Assim, ao chegarmos aos finais do Séc. XIX, podemos dizer que a cidade de Coimbra possuía, sem sombra de dúvida, a melhor colecção epigráfica para a Idade Média Portuguesa, que apenas podia ser comparada com a do Museu da Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, instalado nas ruínas do Convento do Carmo, e cuja secção lapidar espelhava em boa medida o esforço do seu fundador, Joaquim Possidónio Narciso da Silva.

A actividade desta geração pioneira encontraria sempre continuadores dignos dos seus ilustres antecessores. Bastará recordar que depois destes primeiros estudiosos, a colecção lapidar e epigráfica do Instituto de Coimbra, depois incorporada no Museu Machado de Castro, estaria, de uma forma ou de outra, ligada a nomes como o de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, António Augusto Gonçalves, Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos foi, como se sabe, responsável pelo restauro da Sé Velha de Coimbra e autor de diversos estudos sobre o Românico da cidade. Entre a sua obra avulta a monografia *A Sé Velha de Coimbra* (volumes I, II e Suplemento, Coimbra, 1931-1935), fundamental para a compreensão do monumento e para a caracterização da intervenção de restauro dos finais do Séc. XIX e dos inícios da nossa centúria, para além de ter assinado diversos artigos e estudos monográficos. Com a implantação da Republica seria criado o Museu Machado de Castro, instituído por decreto-lei de 26 de Maio de 1911, no qual foi incorporada a Colecção Arqueológica e Lapidar do Instituto. Foi seu primeiro director António Augusto Gonçalves, responsável pelo derradeiro Catálogo da colecção do Instituto, elaborado no momento em que esta colecção era incorporada no Museu Machado de Castro, e intitulado *Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra*. Notas (Coimbra, 1911). Nesse mesmo ano António Augusto Gonçalves publicaria, juntamente com Eugénio de Castro, um outro catálogo - *Notícia Histórica e Descritiva dos Principais Objectos de Ourivesaria existentes no Thesoiro da Sé de Coimbra* (Coimbra, 1911) - espólio que viria a ser mais tarde, em 1923, igualmente incorporado no Museu Machado de Castro. Depois de António Augusto Gonçalves, a direcção do Museu Machado de Castro seria confiada em 1929 a Vergílio Correia, figura que dispensa qualquer apresentação. Vergílio Correia, autor de uma obra ímpar para a compreensão da Arte e Arqueologia portuguesas, parcialmente compilada nas *Obras* (5 volumes, Coimbra, 1946-1978), assinaria um segundo Catálogo da Secção Lapidar do Museu: o *Catálogo-Guia do Museu Machado de Castro - Secções de Arte e Arqueologia* (Coimbra, 1941). Para encerrar esta plêiade de notáveis investigadores que viram os seus nomes ligados directamente à formação da colecção epigráfica do Museu Nacional Machado de Castro resta-nos referir, ainda, o nome de António Nogueira Gonçalves, colaborador de Vergílio Correia nos volumes do *Inventário Artístico de Portugal* relativos à cidade de Coimbra (Lisboa, 1947) e ao seu distrito (Lisboa, 1952), estudioso do Românico de Coimbra, matéria onde assinou alguns estudos ainda hoje fundamentais, como as *Novas Hipóteses ácerca da Arquitectura Românica de Coimbra* (Coimbra, 1938), a série de estudos sobre o Românico de Santa Cruz, reunidos, juntamente com outros textos, nos *Estudos de História da Arte Medieval* (Coimbra, 1980), ou os *Estudos de Ourivesaria* (Porto, 1984). O Pe. Nogueira Gonçalves sucedeu a Vergílio Correia na direcção do Museu Machado de Castro depois do desaparecimento deste autor (1944), tendo ocupado essas funções até ao ano de 1951. Depois desta data poucas terão sido as peças que foram incorporadas no acervo do Museu Nacional Machado de Castro. Podemos, assim, dizer que o período de formação desta colecção epigráfica se desenvolveu entre o último quartel do Séc. XIX (de 1873 em diante), até aos meados do Séc. XX, com particular intensidade para o derradeiro quartel do Séc. XIX e o primeiro quartel desta centúria.

O perfil da colecção lapidária do Museu Machado de Castro foi, naturalmente, condicionado pelas circunstâncias que lhe estiveram na origem. Não será de estranhar, por isso, o peso extraordinário dos monumentos de Coimbra, que representam a esmagadora maioria dos exemplos (38 inscrições num total de 51 exemplares), contra apenas três exemplos procedentes de fora do perímetro urbano da cidade (Insc. Nº 3, 9 e 49), sendo as restantes 10 epígrafes de proveniência desconhecida. Do mesmo modo, não podemos estranhar a grande representação da Sé Velha de Coimbra, com 17 epígrafes, reflexo directo das profundas obras de restauro que decorreram naquele monumento nos finais do Séc. XIX e inícios do Séc. XX, e que foram as principais responsáveis pela descoberta de diversos exemplares epigráficos que, quando não quedaram no próprio monumento, foram na sua maioria incorporados no Museu Machado de Castro. O quadro geral da repartição das inscrições do Museu Machado de Castro revela-nos directamente o peso regional desta notável colecção epigráfica:

Sé Velha de Coimbra	17
Igreja-Colegiada de S. Cristóvão	2
Igreja-Colegiada de Stª. Justa-a-Antiga	2
Mosteiro de Stª. Cruz	2
Igreja-Colegiada de S. Pedro	1
Igreja-Colegiada de Santiago	1
Igreja-Colegiada de S. João de Almedina	2
Mosteiro de Stª. Maria de Celas	3
Igreja da Graça	1
Mosteiro de Stª. Clara	1
Ermida de Stª. Comba	1
Capela do Corpo de Deus	1
Colégio de S. Paulo / Universidade	1
Muralhas de Coimbra	3
Capela de S. João (Montemor-o-Velho)	1
Mosteiro de Lorvão	1
Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto	1
Proveniência Desconhecida	10

Por outro lado, a repartição cronológica destas inscrições revela igualmente dados interessantes. Na realidade, e apesar de o mais antigo exemplar ser apenas dos fins do Séc. XI, a colecção epigráfica do Museu Nacional Machado de Castro apresenta o maior número de exemplares concentrados no Séc. XII, diminuindo paulatinamente ao longo das restantes centúrias até atingir apenas cinco exemplares no Séc. XV. Esta tendência espelha-se bem no seguinte quadro:

Século XI	1
Século XII	19
Século XIII	14
Século XIV	12
Século XV	5

A evolução cronológica da colecção epigráfica do Museu Machado de Castro apresenta, deste modo, um comportamento inverso ao que seria de esperar, já que a situação normal seria a multiplicação crescente de exemplos para as épocas mais recentes. Esta tendência, que à partida poderíamos classificar de anómala, encontra eco no comportamento global das epígrafes medievais de Coimbra que, como tivemos oportunidade de demonstrar na nossa Dissertação de Doutoramento, apresenta valores similares. Na realidade, conhecemos na cidade de Coimbra um total de 32 inscrições pertencentes ao Séc. XII, contra 31 epígrafes do Séc. XIII e apenas 15 do Séc. XIV (cf. BARROCA 1995, vol. I, pp. 62-63). Esta tendência não pode deixar de estar relacionada com o papel histórico que a cidade desempenhou nos primeiros tempos da Nacionalidade. A cidade de Coimbra foi, para o Séc. XII, o principal centro político e cultural do reino, sem concorrente à sua altura. Na realidade, a cidade foi eleita para “capital” do reino por D. Afonso Henriques, que aqui passou a per-

manecer regularmente a partir de 1131. Por outro lado, era em Coimbra que se encontrava sediada a instituição monástica que primeiro alcançou os favores de D. Afonso Henriques, o Mosteiro de St^a. Cruz, de fundação régia, a primeira instituição do reino que cultivou a memória histórica. A multiplicação de instituições religiosas na cidade (nomeadamente de Igrejas-Colegiadas) e do número de epígrafes não pode deixar de espelhar directamente esta proximidade em relação ao poder político. Assim, não será de estranhar que a cidade de Coimbra seja, ao longo dos séc. XII e XIII a cidade portuguesa detentora da maior série epigráfica, que apenas rivaliza, no Séc. XIII, com a notável e impar série do Mosteiro de Alcobaça. No entanto, a deslocação dos centros de decisão política para Sul, que se começa a desenhar de forma particularmente sensível a partir dos meados do Séc. XIII, com a ascensão de Afonso III ao poder, ditaria o início do declínio da série epigráfica coimbrã. Este declínio de Coimbra seria, paralelamente, acompanhado pelo incremento epigráfico de outros centros urbanos. Assim, a deslocação dos centros de decisão política para Sul seria acompanhado pelo aumento do número de inscrições nesses centros urbanos: Santarém, que possui apenas uma inscrição para o Séc. XII, apresenta 3 para o Séc. XIII e 12 para o Séc. XIV; Lisboa, onde conhecemos 10 inscrições do Séc. XII e 12 do Séc. XIII, apresenta 44 epígrafes no Séc. XIV; e Évora, onde não se conhece qualquer inscrição cristã do Séc. XII e apenas 4 do Séc. XIII, apresenta 15 epígrafes no Séc. XIV (cf. BARROCA 1995, vol. I, p. 63).

A colecção epigráfica do Museu Nacional Machado de Castro possui, ainda, alguns notáveis exemplares, dignos de nota quer pelo seu conteúdo histórico, quer pela sua valia artística. Salientemos, por exemplo, o facto de pertencer ao acervo do Museu o mais antigo testemunho epigráfico cristão da Sé Velha de Coimbra, o lintel dos fins do Séc. XI que ficou a assinalar a consagração do espaço pagão - a Mesquita de *Qulumriyya* - ao culto cristão. As restantes inscrições oriundas da Sé Velha apresentam uma cronologia manifestamente mais tardia (1166 e ss.), reflexo do próprio ritmo de construção da obra românica que, como se sabe, encontrou no bispo D. Miguel Salomão o principal mecenas e impulsor. Não será de estranhar, assim, que a série epigráfica da Sé Velha de Coimbra corresponda sobretudo à fase posterior ao governo deste prelado, que deixou a cadeira episcopal em 1176 e faleceu em 1180. Quando, por motivos de saúde, abdicou do cargo, D. Miguel Salomão deixou a obra românica quase concluída no que respeita ao templo. A partir de então as atenções do Bispo e dos Cónegos voltar-se-iam para a construção do Claustro, onde se concentram a maior parte dos testemunhos epigráficos. Assim, o carácter eminentemente tardio da série epigráfica da Sé Velha de Coimbra reflecte, directamente, o ritmo das obras no templo. Na colecção do Museu Nacional Machado de Castro iremos encontrar, igualmente, uma boa imagem dos grupos sociais que estiveram desde sempre estreitamente ligados ao fenómeno epigráfico: monarcas (cf. Insc. Nº 14, Nº 25, Nº 39 e Nº 40), elementos da hierarquia religiosa da cidade (entre os quais se podem apontar Bispos (Insc. Nº 11 e Nº 29), diversos Cónegos, Presbíteros, etc, e onde se destaca o epitáfio de D. João, o primeiro a desempenhar as funções de Mestre-Escola na Sé de Coimbra - Insc. Nº 13), por fim, membros da Nobreza coimbrã (como Maria Anaia e outras figuras menos conhecidas - Insc. Nº 2, Nº 5, Nº 6, etc) ou da sua Oligarquia urbana (como o Alvazil Estevão Martins ou o Sobre-Juiz Martim Albernaz - respectivamente Insc. Nº 15 e Nº 39). Salientemos, ainda, a presença de altos funcionários do monarca, como é o caso da inscrição funerária de D. Julião Pais, figura sobejamente conhecida da nossa Historiografia, que desempenhou as funções de Chanceler régio nos derradeiros anos do reinado de D. Afonso Henriques, ao longo de todo o reinado de D. Sancho I, e ainda nos primeiros momentos da governação de D. Afonso II, e que faleceu em 26 de Julho de 1215 (Insc. Nº 27). Merece ainda ser realçado o facto de se concentrarem na colecção epigráfica do Museu Nacional Machado de Castro todas as inscrições conhecidas relacionadas com os sistemas defensivos da cidade de Coimbra, desde as celebrizadas inscrições da Torre Quinária (Insc. Nº 14, de 1198) e da Torre de Belcouce (Insc. Nº 25, de 1211), ambas erguidas por iniciativa de D. Sancho I, e da Torre Nova ou Torre das Mulheres (Insc. Nº 40, de 1374), erguida por D. Fernando, até à desconhecida inscrição da reforma fernandina das Muralhas de Coimbra, superintendida pelo Sobre-Juiz Martim Albernaz (Insc. Nº 39). Por outro lado, não podemos de deixar de sublinhar o facto de pertencerem igualmente a esta colecção epigráfica três epitáfios, todos rimados, de Abadessas do Mosteiro de Celas: as inscrições funerárias de D. Elvira Lopes (Insc. Nº 32, de 1285), de D. Maria Fernandes (Insc. Nº 34, de 1300) e de D. Teresa Raimundes de Portocarreiro (Insc. Nº 35, de 1315).

Não menos importante se afigura o núcleo de inscrições funerárias que se apresentam ornamentadas com campos onde foram esculpidos temas religiosos, nos primeiros exemplos dominados pela representação da Virgem com o Menino, depois, nos casos mais tardios, com cenas da Crucifixão. Este tipo de lápides, de evidente valia artística, desenvolveu-se no aro de Coimbra, podendo ser considerado uma das características da oficina epigráfica desta cidade no último quartel do Séc. XIII e na primeira metade do Séc. XIV. A maior parte das epígrafes conhecidas pertence ao Museu Nacional Machado de Castro: o epitáfio de Honório, sacerdote da Igreja de S. Pedro de Cantanhede, procedente da Sé Velha de Coimbra (Insc. Nº 31, de 1282); o epitáfio de D. Maria Fernandes, Abadessa de Celas (Insc. Nº 34, de 1300); o epitáfio de Simão Joanes, clérigo natural de Tentúgal, recolhido na Igreja da Graça (Insc. Nº 36, de 1326) e a inscrição funerária inacabada de D. Mor Peres e de D. Maria Gonçalves, de proveniência desconhecida (Insc. Nº 46, sem data expressa). Para além destas lápides que se conservam no Museu Nacional Machado de Castro apenas conhecemos mais um exemplo: o epitáfio encomendado por Domingos Aparício para seus pais, criado entre 1330 e 1339, que fez parte da colecção do Comandante Ernesto Vilhena e que se recolheu no Museu Nacional de Arte Antiga (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, Insc. Nº 575). A estes epitáfios com campos esculpidos poderíamos acrescentar outras peças escultóricas do Museu Nacional Machado de Castro que ostentam igualmente inscrições aqui estudadas, como é o caso do relevo da Ermida de St^a. Comba (Insc. Nº 42, do Séc. XIV), a esquecida imagem de St^o. Antão (Insc. Nº 45, do 1^o quartel do Séc. XIV) ou o Retábulo da Capela do Corpo de Deus (Insc. Nº 47, de 1443). Por fim, seja-nos permitido dar igualmente relevo a duas outras inscrições. Por um lado, as legendas do Cálice de D. Gueda Mendes, ofertado por este nobre da estirpe dos Guedões ao Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto no ano de 1152 (Insc. Nº 3), que é justamente considerado a obra cimeira da Ourivesaria Medieval Portuguesa, pelo menos até ao Séc. XIV. Por outro lado, a inscrição da Estátua da Sapiência, único testemunho material que sobrevive da efémera Universidade de Coimbra, a segunda instituição do género criada no reino, uma iniciativa tomada em 1443 pelo Infante D. Pedro, que seria novamente promulgada por D. Afonso V depois de Alfarrobeira, por diploma de 1450, e que procurava responder às necessidades culturais do país, carecido de uma segunda instituição universitária para além dos Estudos Gerais, na altura sediados em Lisboa (cf. Insc. Nº 48, dos meados do Séc. XV). Todos estes exemplos ajudam, apenas, a sublinhar a importância epigráfica e histórica da colecção do Museu Nacional Machado de Castro.

Na apresentação das inscrições seguimos as normas de transcrição e de desdobramento de abreviaturas que definimos para o *Corpus Epigráfico* da nossa Dissertação (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 5-14, sobretudo pp. 11-13). Daremos, aqui, apenas conta dos aspectos mais relevantes para o catálogo em causa.

Todas as inscrições são apresentadas com desdobramentos de abreviaturas, os quais são, no entanto, devidamente assinalados. Salvaguardemos apenas as excepções de XPO (= Christo) ou XPTOFORI (= Christofori), que preservamos na forma abreviada, sem desdobramentos. O texto conservado no original epigráfico foi transcrito em maiúsculas, o desdobramento de abreviaturas assinaladas no original epigráfico com símbolos (de valor geral ou específico) foi feito com recurso a letras minúsculas e o desdobramento de abreviaturas não assinaladas no original epigráfico foi feito com recurso a letras minúsculas colocadas entre parêntesis curvos. Todas as reconstituições de caracteres desaparecidos foi registada com letras minúsculas entre parêntesis rectos. As palavras que nas epígrafes aparecem entrelinhadas foram transcritas no devido lugar do texto mas assinaladas entre < >. Ao longo das inscrições transcrevemos U sempre que a letra é utilizada com valor vocálico, e por V quando é utilizada com valor consonântico. Todos os sinais de abreviatura foram suprimidos, com excepção dos que indicam o género feminino ou masculino nas datas (como, por exemplo, ERA M^a CC^a XXX^a). Os sinais de separação de palavras foram, tanto quanto possível, respeitados nas suas formas gráficas. Assim, o ponto isolado foi transcrito na forma de “.”, os dois pontos sobrepostos “:” e os três pontos sobrepostos por “:”. Outras situações são assinaladas no comentário. Os textos foram apresentados em sequência contínua, com o final de cada regra assinalado por traço oblíquo “/”. Só se respeitou a disposição gráfica quando se trata de texto versificado ou rimado, sendo mesmo assim o final das regras assinalado por esse sinal. O Catálogo encontra-se organizado por ordem cronológica à semelhança da opção que tomámos para o *Corpus*

Epigráfico Medieval Português (862-1422) (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomos 1 e 2). Deste modo, os exemplares encontram-se seriados desde os casos mais antigos até aos mais recentes. Todas as inscrições que não apresentam datação explícita foram classificadas por centúrias, surgindo em apartado no final de todas epígrafes com data conhecida desse século. As datações críticas foram assinaladas entre parêntesis rectos, sendo justificado no texto os motivos que presidiram à definição dos respectivos parâmetros cronológicos.

Para cada inscrição é apresentado, em primeiro lugar, os dados referentes à proveniência (local, freguesia, concelho, distrito, paradeiro). O segundo grupo de dados reporta-se às características físicas do suporte (forma de registo da inscrição, tipo de suporte, dimensões). No que respeita às dimensões, sempre expressas em centímetros, apresentamos as dimensões do suporte (dimensões originais se elas se preservam, dimensões máximas se apenas sobrevive parte do suporte), a altura média das regras (sempre que elas são assinaladas no original), altura média das letras (indicando-se o valor médio dentro de cada linha) e a dimensão média dos espaços interlineares. Em terceiro lugar apresentamos a proposta de leitura, de acordo com os critérios acima referidos. Segue-se a indicação de todos os estudos que conhecemos onde a epígrafe foi publicada, a indicação de uma selecção das obras mais importantes onde a mesma foi referida e, por fim, o comentário. Neste derradeiro apartado comentamos o itinerário da peça, as diversas leituras e os contributos dos autores que sobre ela se debruçaram. Terminamos com a justificação da nossa proposta de leitura, comentário epigráfico e paleográfico e com a indicação de elementos históricos para enquadramento da inscrição (primeiras notícias documentais conhecidas para os templos, dados biográficos sobre as pessoas referidas na epígrafe, etc.).

Antes de finalizar estas breves palavras introdutórias, gostaríamos de agradecer a todas as pessoas que tornaram possível o estudo das inscrições que aqui apresentamos: a Dr^a. Maria José Sampaio, Directora do Museu Nacional Machado de Castro, e os Drs. Ana Baltasar e António Freitas Tavares, Conservadores dessa instituição.

Nº 1

[Fins Séc. XI]

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 651.

Insc. gravada em lintel. Calcário. Comp. máx.: 73,5 cm. Alt.: 22 cm. Esp.: 19 cm. Alt. média de letras: 6,2 cm.

Leitura:

[...] MARIE VIRGINIS [...]

Publ.: VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, pp. 36-37; REAL M.L. 1974, p. 44; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 112-114, Insc. Nº 42.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 16, nº 69; CORREIA V. 1941, p. 19, nº 12.

Inscrição gravada em lintel, provavelmente procedente do tímpano ocidental, aparecida em 1895 nos trabalhos de restauro da Sé Velha de Coimbra, reaproveitada nos alicerces do terceiro pilar do lado Norte da Nave. Anunciava o Orago a que se consagrava o templo.

O lintel da Sé Velha de Coimbra foi referido, pela primeira vez, por António Augusto Gonçalves, nas Notas que consagrou ao espólio do então designado Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra, acervo que, por essa altura, aquando da fundação do Museu Machado de Castro (1911), seria incorporado no seu património. Na curta referência que então lhe consagra, António Augusto Gonçalves haveria de classificar a inscrição de "*muito anterior ao século XII*", revelando que fora retirada de um dos pilares da Sé. Alguns anos mais tarde, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (que já havia auxiliado A. A. Gonçalves na conclusão do Catálogo de 1911 - cf. GONÇALVES A.A. 1911, p. 12), seria o primeiro autor a publicar a inscrição do lintel da Sé Velha (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, pp. 36-37), apre-

sentando uma leitura absolutamente correcta e coincidente com a nossa. Na mesma obra, António de Vasconcelos revela que a pedra apareceu em 18 de Abril de 1895 (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 334), nos alicerces do terceiro pilar da nave, do lado Norte (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 37). António de Vasconcelos entende que a inscrição era coeva do templo de D. Paterno (1080-1088), acrescentando, em nota, que devia “... ter sido colocado no edificio muçulmano em lugar bem evidente, quando este foi consagrado ao culto cristão ...” (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 37).

Mais recentemente, Manuel Real voltou a publicar a inscrição, apresentando leitura correcta e classificando-a do séc. XI (REAL M.L. 1974, p. 44).

As características paleográficas da inscrição do lintel da Sé Velha de Coimbra - nomeadamente a opção por letras de formas estiradas, o traço leve, quase grafitado, e a forma particular adoptada pelo G e pelo M - obrigam-nos a colocar esta inscrição em paralelo muito estreito com a inscrição de *Ermegildo* da Igreja de St^ª. Maria da Alcáçova de Montemor-o-Velho (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 114-115, Insc. Nº 43). Efectivamente, os pontos de contacto entre uma e outra inscrição convidam, inclusive, a supor que por detrás de ambas possa ter estado o mesmo lapicida.

Já vimos que António Garcia Ribeiro de Vasconcelos associava este lintel ao episcopado de D. Paterno (1080-1088), considerando que ele assinalara a consagração ao culto Cristão de um espaço pagão, talvez a mesquita muçulmana de Qulumriyya. Manuel L. Real preferiu associar o lintel de St^ª. Maria à obra que entende ter sido erguida no episcopado de D. Crescónio (1092-1098) ou de D. Maurício Burdino (1099-1109) (cf. REAL M.L. 1974, pp. 42-43). Sublinhemos que é conhecida uma referência documental de 1108 à “... ecclesie Sancte Marie illi nove ecclesie episcopali sedi Colimbrie ...” (DMP, DP III, nº 293; LPreto, nº 542). E que, em 1110, voltamos a encontrar duas referências a uma igreja nova em Coimbra: “... ad ecclesiam nova in sede de illo episcopo ...” (DMP, DP III, nº 364 = LPreto, nº 419, de 4 de Novembro); e “... nostrum furnum cum sua corte qui est iuxta illam ecclesiam novam ...” (DMP, DP III, nº 365, de 9 de Novembro). Se estas duas últimas referências documentais podem deixar algumas dúvidas sobre a identidade da *ecclesiam novam* (podendo tratar-se de uma referência a S. João de Almedina ou à Sé), já no que respeita à primeira referência documental, de 1108, é indiscutível que se reporta a St^ª. Maria, ou seja, à Sé Velha. Ambas as teorias - de António de Vasconcelos e de Manuel Real - são aliciantes e torna-se difícil optar em definitivo por uma ou outra. No fundo, o que está em discussão é uma diferença de, no máximo, cerca de um quarto de século, entre o protagonismo de D. Paterno, de D. Crescónio ou de D. Maurício Burdino, o que, epigraficamente, atendendo à época, se torna difícil de esclarecer. No entanto, julgamos ser indiscutível que a inscrição de St^ª. Maria pertence ao último quartel do séc. XI ou, quando muito, aos inícios do séc. XII.

Cerca de sessenta anos mais tarde, o lintel com a legenda dedicada à Virgem Maria seria mutilado e aproveitado nos alicerces da nova catedral, românica, que devia estar quase concluída no momento em que D. Miguel Salomão renunciou à cadeira episcopal, em 1176.

O lintel do Museu Nacional Machado de Castro constitui o mais antigo testemunho epigráfico cristão procedente da Sé de Coimbra.

Nº 2

1138, Dezembro, 9

Local: Igreja-Colegiada de S. Cristóvão (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 10108 e 10097.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp. máx.: (1) 48,5 cm; (2) 24 cm. Alt.: (1) 42,5 cm (original); (2) 30,5 cm (máx.). Esp.: (1) 11 cm; (2) 12 cm. Alt. média das letras: l.1: 4,8 a 5,1 cm; l.2: 4,7 a 4,8 cm; l.3: 4,8 cm.

Leitura:

+ OBIIT MARIA ANAI[*a cui sit*] BEA / TA REQUIES V [*idus decem*]BRIS : / ERA : M C [*lxxv*] [*i*]

Publ.: AZEVEDO P.A. 1897, p. 230; REAL M.L. 1995, p. 208; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 169-171, Insc. Nº 76.

Ref.: RIBEIRO J.P. 1819, p. 123; SOUSA J.M.C. 1931, p. 624; GONÇALVES A.N. 1938, p. 105; REAL M.L. 1974, p. 172.

Inscrição funerária de Maria Anaia, que se encontrava outrora sobre uma sepultura no exterior da Igreja-Colegiada de S. Cristóvão, junto do seu portal ocidental (AZEVEDO P. 1897, p. 230), tendo depois sido transferida para a porta do cemitério, onde João Pedro Ribeiro a viu (RIBEIRO J.P. 1819, p. 123) e de onde foi posteriormente retirada. O Pe. A. Nogueira Gonçalves supôs que se teria perdido (GONÇALVES A.N. 1938, p. 105). Encontra-se hoje depositada no

Museu Nacional Machado de Castro, fragmentada e incompleta. Sobrevive um fragmento correspondendo sensivelmente à metade esquerda da inscrição, partido em três mas colado, que recebeu o Nº de Inventário 10108. Por ele conseguimos saber a altura total da inscrição no seu estado original. Um fragmento de menores dimensões, correspondendo ao ângulo superior direito, recebeu o Nº de Inventário 10097. Toda a porção central do epitáfio desapareceu, sendo o texto reconstituído a partir da leitura fornecida pelas Memórias Paroquiais de 1758, que Pedro de Azevedo divulgou (AZEVEDO P.A. 1897, p. 230), e que é a única leitura integral conhecida para esta inscrição.

Como seria de esperar, a leitura das Memórias Paroquiais de 1758, que Pedro de Azevedo transcreveu (AZEVEDO P.A. 1897, p. 230) e Manuel Real citou (REAL M.L. 1995, p. 208), merece diversos reparos, não tanto de conteúdo mas sobretudo de forma. O primeiro vai desde logo para o nome, que não foi devidamente lido, tendo-se publicado "Marianna" em vez de Maria Anaia. No mês leu-se "Decembris" e não "Decembris", conforme se pode testemunhar no fragmento menor, e na Era "MCLXX" (A.D. 1132), o que é impossível por dois motivos: primeiro por ser visível no fragmento sobrevivente um "I" terminal; em segundo lugar porque Maria Anaia está documentada viva até ao ano de 1137. Por outro lado, sabemos que em Abril de 1143 já havia falecido, já que uma doação de D. Gonçalo Dias se refere à "... *anima uxoris mea Domne Marie Anaie* ..." (LSanto, 25). A reconstituição da data só poderia ser, portanto, compreendida entre a Era MCLXXVI (A.D. 1138) e a Era MCLXXVIII (A.D. 1140). A informação de João Pedro Ribeiro, que atribui a inscrição à Era 1176 (A.D. 1138) (RIBEIRO J.P. 1819, p. 123) deve ser considerada como correcta.

A inscrição de Maria Anaia revela-nos um alfabeto elegante e equilibrado, com os OO e o Q de perfil amendoado, com vértice único voltado para baixo, e os RR com traço oblíquo sinuoso. O lapicida utilizou sobretudo EE de perfil rectilíneo, embora por uma vez tenha optado pela silhueta curva (l.2, "requiEs"), curiosamente com um perfil em tudo idêntico ao C da Era. Os caracteres apresentam-se bem proporcionados e denunciam a clara presença de uma *ordinatio*, patente não só pela regularidade do módulo das letras, como também no espaçamento entre as regras e a distribuição uniforme do texto ao longo do espaço disponível. Sublinhem-se os vestígios de uma primeira *ordinatio* distinta, de que ainda é visível o O, também amendoado mas mais pequeno, levemente grafitado entre a cruz com que abre o epitáfio e a palavra OBIIT, um pouco acima do alinhamento da primeira regra.

Foram utilizados os três pontos sobrepostos como sinais de separação de palavras pelo menos duas vezes (l.2 e l.3). No final da inscrição, depois do "I" ainda é possível distinguir um ponto que, cremos, faria parte de novo conjunto de três pontos parcialmente desaparecidos pela fractura.

Maria Anaia era filha de Anião Vestrariz (LL 59 A 1 e 59 B 2). Casou com Gonçalo Dias, da família de Marnel³, como se declara expressamente em documento de Outubro de 1137, quando D. Afonso Henriques concedeu carta de couto de Louredo (Feira) a "... *tibi Gundisalvo Diaz et uxori Marie Anaie* ..." (DMP, DR I, 162). Este diploma é, também, o último que nomeia Maria Anaia em vida. A sua família é sobejamente conhecida. Anião Vestrariz, de origem asturiana, teve três filhos: Martim Anaia, João Anaia e Maria Anaia (LSanto, pp. 48-49). O primeiro encontra-se documentado entre 1132 e 1176, e presente na corte de D. Afonso Henriques entre 1132 e 1169 (LSanto, p. 49; MATTOSO 1982, p. 211); o segundo, D. João Anaia, foi Bispo de Coimbra entre 1147 e 1155, tendo sido afastado do cargo e falecido em 1176 (LSanto, pp. 48-49); Maria Anaia casou com Gonçalo Dias, documentado entre 1123 e 1145, que desempenhou o cargo de Alcaide de Coimbra entre 1126 e 1137 (cf. Leontina VENTURA in LSanto pp. 55-57; cf. tb. MATTOSO 1982, p. 211 e MATTOSO 1981, p. 319).

Os Anaia fundaram o Mosteiro de Semide, em Miranda do Corvo (MARTINS R.C. 1992, pp. 28-30), de que foi primeira abadessa uma sobrinha de Maria Anaia, D. Sancha Martins, filha de Martim Anaia (MARTINS R.C. 1992, pp. 30-31)⁴. Maria Anaia e Gonçalo Dias instituíram o Senhorio de Góis⁵, que foi herdado pelo filho de ambos, Salvador Gonçalves. Os diversificados interesses dos Anaia em várias instituições religiosas da zona de Coimbra não podem deixar de ser um espelho do papel social e político fundamental que a família desempenhou em Coimbra ao longo do séc. XII: interesses na Sé de Coimbra, através do Bispo João Anaia; em St^a. Cruz, através de Martim Anaia e de Gonçalo Dias; no mosteiro de Semide, de que foram a família fundadora; finalmente interesses na Igreja de S. Cristóvão, onde se sepultou Maria Anaia (1138), que foi beneficiada por doação de Martim Anaia e Elvira Afonso de Refóios em 1173 (REAL M.L. 1974, p. 172) e à qual fizeram doação, em 1179, os filhos então vivos de Martim Anaia (LSanto, p. 50). Curiosamente, Gonçalo Dias optou por ser enterrado em St^a. Cruz de Coimbra e não junto de sua mulher (LSanto, p. 57).

A inscrição de Maria Anaia constitui o mais antigo testemunho epigráfico datado para este templo, que, segundo João Pedro Ribeiro, possuía no seu cartório documentos desde 1145 mas que, referindo directamente o templo, apenas remontavam a 1173 (cf. VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 100; GONÇALVES A.N. 1938, p. 106). No entanto, já encontramos menção directa à Igreja de S. Cristóvão em diploma de Maio de 1108, quando se refere uma casa "... *in civitas Colimbria in loco predicto prope ecclesie Sancti Christoforis* ..." (DMP, DP III, nº 286).

3 — Em LL 59 A 1 e 59 B 2 indica-se, por lapso, o seu casamento com Diogo Gonçalves de Góis, que na realidade foi o seu sogro, pai de Gonçalo Dias (cf. MATTOSO 1981, p. 319; LSanto, p. 55).

4 — O Mosteiro de Semide começou por ser masculino, recebendo Carta de Couto concedida por D. Afonso Henriques ao Abade João em 1154 (DMP, DR I, 247), sendo nesse diploma nomeados como fundadores Martim Anaia, sua mulher Elvira Afonso de Refóios e o Bispo D. João Anaia. Só em 1183 é que passou (?) a ser mosteiro feminino, sendo primeira abadessa D. Sancha Martins. Não seria, no entanto, a única "Anaia" a alcançar o cargo máximo na casa monástica, já que, conforme Rui Cunha Martins demonstrou, mais duas abadessas de Semide foram descendentes dos Anaia (cf. MARTINS R.C. 1992, pp. 47-48). Subsistem dúvidas sobre a passagem do mosteiro masculino a feminino, já que não há provas documentais de se tratar da mesma casa, podendo estar-se perante duas instituições independentes (MARTINS R.C. 1992, pp. 33-35).

5 — O castelo de Góis, juntamente com o de Bordeiro, fora doado a Anaia Vestrariz em 23 de Agosto de [1113-1117] (DMP, DR I, nº 39).

Nº 3

1152

Local: Igreja do Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto (Freg.: Refojos de Basto; Conc.: Celorico de Basto; Dist.: Braga).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 6030.

Insc. gravada em cálice. Prata Dourada. Alt. cálice: 17,3 cm. Diâmetro de copa: 13 cm. Diâmetro de base: 11,5 cm. Peso 690 gr.

Leitura:

1)

IHESUS : REX : IOHANNES : PETRUS : PAULUS : THOMAS : ANDREAS : FILIPI : ET IACOBI : SIMONIS : BARTHOLOMEUS : IACOBUS : MATEUS :

2)

+ G(u)EDA : MENENDIZ : ME : FECIT : IN : (h)ONOREM : S(an)C(t)l : MICHAELIS : E(ra) : M : C : LXXXX

Publ.: RIBEIRO J.P. 1810(b), p. 362, nº 106; VASCONCELOS J. 1914-15, fasc. V, nº 36; GONÇALVES A.N. 1940, p. 3, nº 1; CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, p. XXX e 163; SOUSA J.M.C. 1948, nº 68; TRÉSORS 1954-55, p. 29, nº 2; QUILHÓ S/D, p. 355; COUTO J. e GONÇALVES A.M. 1960, p. 68; GONÇALVES A.N. 1980, pp. 358-359; GONÇALVES A.N. 1984, pp. 15, 30 e 34; GRAF 1986, vol. I, p. 182; NORTON 1990, p. 369; COSTA A.J. 1990, p. 664; BARROCA 1991, p. 146, nº 43; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 206-209, Insc. Nº 96.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, pp. 21-23, nº 24; GONÇALVES A.A. 1926, pp. 142-143; LACERDA 1929, p. 707; GEPB 1935-60, s.v. "Mendes (Gueda)", vol. XVI, p. 874; CORREIA V., KEIL L. e LACERDA A. 1940, p. 7, nº 2; LACERDA 1942, pp. 549-550; SANTOS R. 1957, p. 18; GONÇALVES A.M. 1964, p. 134; MATTOSO 1985, vol. I, p. 153; ALMEIDA C.A.F. 1988, p. 174.

Inscrição comemorativa da encomenda e oferta do cálice ao Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto por D. Gueda Mendes Guedeão. A primeira parte da inscrição, onde se indica o nome dos Apóstolos representados dentro de cada uma das edículas da copa do cálice, encontra-se gravada junto do bordo. A segunda parte, referindo o nome do ofertante e a data, encontra-se na orla da base.

Na primeira inscrição, na orla da copa, foram utilizados quatro pontos na separação das palavras, aqui transcritos na forma de "." por dificuldades gráficas.

O cálice do Mosteiro de Refojos de Basto é uma das mais celebrizadas peças da ourivesaria medieval portuguesa e a obra máxima da nossa ourivesaria românica. A sua copa é densamente decorada com doze arcaturas definindo outros tantos nichos, coroados por arcos de volta perfeita apoiados sobre pequenos capitéis vegetalistas, separados por colunelos (ornamentados com temas sempre diferentes). Dentro de cada arcatura, Cristo e onze Apóstolos, devidamente identificados pela inscrição gravada junto do bordo da copa: S. João, S. Pedro, S. Paulo, S. Tomás, Stº. André, S. Filipe, S. Tiago Maior, S. Simão, S. Bartolomeu, S. Tiago Menor e S. Mateus. Portanto, apenas Judas foi excluído. Nota-se que houve uma certa preocupação do ourives gravador para que o nome inscrito na epígrafe acompanhasse o respectivo nicho, à maneira de legenda. As figuras foram representadas de pé, nimbadas e em diferentes atitudes. Nos rostos procurou-se igualmente fugir ao retrato estereotipado. O fundo dos nichos, tal como acontece na base, foi preenchido com um reticulado fino, gravado a cinzel, por alguns autores interpretado como sendo sintoma de que o cálice fora concebido para ser esmaltado. Esta possibilidade, evocada pela primeira vez por António Augusto Gonçalves (GONÇALVES A.A. 1926, p. 143) graças uma sobrevalorização de pequenas manchas de oxidação, e depois repetida por quase todos os autores, não se apoia em provas inequívocas e concludentes, como de resto o próprio A. A. Gonçalves sublinhou desde logo. Efectivamente, o que este autor escreveu foi que

"Algumas manchas irisadas, que de leve se percebem, pareciam indicar a existência de antigo esmalte. Porém, em análise minuciosa, alguns peritos de profissão não estão de acordo."

(GONÇALVES A.A. 1926, p. 143).

António Augusto Gonçalves não estava, portanto, totalmente seguro dessa interpretação, antes parecendo que a opinião dos peritos que consultara a haviam afastado do campo das probabilidades. Registemos que não sobrevive qualquer vestígio desse esmalte, por mais pequeno que seja, e que por outro lado a data deste cálice é demasiado

precoce para se poder considerar a presença de uma peça esmaltada na ourivesaria portuguesa. Essas pequenas manchas talvez sejam apenas devidas ao processo de dourar a prata a vermeil.

Um volumoso nó sub-esférico, decorado com SS contrapostos filigranados e pequenas esferas, estabelece a ligação entre a copa e a base. Esta, de perfil cónico côncavo, encontra-se ornamentada com elementos vegetalistas que definem quatro medalhões circulares. No centro destes, as representações apocalípticas dos quatro Evangelistas que compõe o Tetramorfo: o Leão (simbolizando S. Marcos), o Touro (S. Lucas), o Homem (S. Mateus) e a Águia (S. João). Na orla da base, a segunda inscrição, registando o nome do ofertante e a data.

A primeira inscrição foi cinzelada em banda lisa, encontrando-se os seus caracteres gravados. Já a segunda parte apresenta técnica distinta: sobre banda igualmente lisa foi rebaxada toda a superfície envolvente das letras, permanecendo os caracteres lisos em plano levemente superior. A leitura desta segunda regra é facilitada não só pelo jogo entre os dois planos (com diferenças necessariamente tímidas) mas também pelo contraste entre a superfície lisa e brilhante dos caracteres e o aspecto baço e rugoso que o trabalho a cinzel conferiu às restantes superfícies. Há também diferenças nos sinais utilizados para indicar a separação de palavras: na copa, como já referimos, utilizaram-se quatro pontos sobrepostos, enquanto que na base surgem sempre e apenas três pontos.

As inscrições do cálice de Refojos de Basto foram lidas por diversos autores, que na maioria das vezes apenas valorizaram e publicaram a legenda inferior. Não oferecendo grandes dificuldades de leitura, é natural que a maior parte das versões publicadas não apresente erros. Registemos apenas o lapso “[E]ra] : M : C : LXXX :” em vez de “[E]ra] : M : C : LXXXX :” (GONÇALVES A.N. 1940, p. 3, nº 1, corrigido em GONÇALVES A.N. 1980, p. 358; mesmo lapso em COUTO J. 1960, p. 68 e na GEPB 1935-60, vol. XVI, p. 874); “CEDA” em vez de “G[u]EDA” (TRÉSORS 1954-55, p. 29); “... PEIRUS : THOMAS ...” [Sic] em vez de “... PETRUS : PAULUS : THOMAS ...” (RIBEIRO J.P. 1810(b), p. 362). Durante muito tempo os autores confundiram D. Gueda Mendes com o ourives, não o identificando como sendo o doador. O primeiro autor que defendeu, de forma clara, que Gueda Mendes seria o encomendador, e não o ourives, foi Joaquim de Vasconcelos, que em 1914 escreveu: “*Já provei em outro logar que a formula Me Fecit significa Fecit Fieri.*” (VASCONCELOS J. 1914-15). No entanto, mesmo depois da saída da obra de Joaquim de Vasconcelos diversos autores insistiram na tese de Gueda Mendes ourives. Registemos, ainda, que o primeiro autor que, tanto quanto sabemos, associou o doador Gueda Mendes com o nobre da corte de D. Afonso Henriques foi o Pe. António Nogueira Gonçalves (GONÇALVES A.N. 1940). Na Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira encontra-se uma das derradeiras referências a D. Gueda Mendes como “ourives” (GEPB 1935-60, s.v. “Mendes (Gueda)”, vol. XVI, p. 874).

O cálice de Refojos deve ser produto de oficina de ourivesaria do Norte de Portugal, possivelmente a abastecedora das dioceses de Braga e do Porto. Carlos Alberto Ferreira de Almeida sublinhou a singularidade desta peça no panorama da nossa ourivesaria medieval, sugerindo a possibilidade de ela reflectir influências forâneas, trazida por algum ourives estrangeiro. Efectivamente, trata-se de uma peça sem eco entre a produção nacional, denunciando uma qualidade inusitada e socorrendo-se do mais elaborado programa iconográfico criado para uma peça de ourivesaria medieval portuguesa. Mais recentemente, o Pe. Avelino de Jesus da Costa defendeu a possibilidade de estarmos perante uma peça saída da oficina de Pedro Ourives, artista que se encontra documentado desde Abril de 1108 (COSTA A.J. 1990, p. 669, doc. 1) e que teria estado ao serviço dos arcebispos D. Paio Mendes (1118-1137) e D. João Peculiar (1138-1175) (cf. COSTA A.J. 1990, pp. 670-671, doc. 2 e 3).

O cálice de D. Gueda Mendes ficou no Mosteiro de Refojos até aos meados do séc. XVI. Então, Fr. Diogo de Murça, que acumulava as funções de Abade Comendatário de Refojos com as de Reitor da Universidade de Coimbra, obteve autorização papal para anexar as rendas do mosteiro beneditino ao Colégio de S. Bento de Coimbra, para onde o cálice acabou por ser levado. Em 1834, depois da extinção das Ordens Religiosas, transitou para o Tesouro da Sé de Coimbra e, daí, para o Museu Nacional Machado de Castro, onde se incorporou em 1923 e onde se conserva.

D. Gueda Mendes, da família dos Guedões, era filho de D. Mem Guedaz e de D. Sancha, e neto de D. Gueda, o Velho⁶, tendo casado com D. Gontinha Mendes. Encontra-se documentado na Corte desde Agosto de 1110 (DMP, DR I, nº 21) até Abril de 1140 (DMP, DR I, nº 176; LFidei 520), primeiro na Corte Condal (onde testemunha o Tratado entre D. Teresa e D. Urraca), depois na Corte Régia de D. Afonso Henriques. Desde cedo apoiou o partido autonomista do Infante, ao lado de seu irmão D. Gomes Mendes. A sua fidelidade para com D. Afonso Henriques foi reconhecida pelo monarca quando, em 26 de Outubro de 1131, três anos depois da rebelião que conduziu à Independência, este lhe concede Carta de Couto para o Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto, em reconhecimento dessa lealdade e de 900 moios:

“... pro te Gueta Menendiz quem diligo quoniam fuisti michi semper fidelis et accipio a te DCCCC modios facio cautum illi monasterio Reffugii ...” (DMP, DR I, nº 120).

Foi tenens de Celorico (DMP, DR I, nº 122, de 5 de Fevereiro de 1132) e de Panóias (DMP, DR I, nº 169, de 23 de Abril de 1139). O último documento conhecido que subscreve é de 10 de Abril de 1140, pelo que não sabemos se ainda era vivo em 1152, quando o Mosteiro de Refojos recebe o cálice, ou se a realização deste resultou do cumprimento das suas disposições testamentárias, como aconteceu com a Cruz de D. Sancho I, executada em 1214, três anos depois do monarca ter falecido (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 547-549, Insc. Nº 272).

O Mosteiro beneditino de Refojos de Basto deve ter sido fundado cerca de 1131, altura em que, como vimos, recebe por intermédio de D. Gueda Mendes a Carta de Couto outorgada por D. Afonso Henriques (MARQUES J. 1988, p. 614).

6 — A. Nogueira Gonçalves associa, erradamente, D. Gueda Mendes ao seu avô, referindo que o doador do cálice seria o “D. Gueda o Velho” dos Nobiliários medievais (GONÇALVES A.N. 1984, p. 25).

Nº 4

1155, Agosto, 15

Local: Igreja-Colegiada de Stª. Justa-a-Antiga (Freg.: Stª. Cruz; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 653.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 84 cm. Alt.: 47 cm. Esp.: 5,5 cm. Campo Epigráfico: Comp.: 80 cm. Alt.: 43,5 cm. Alt. média das regras: r.1: 4,8 cm; r.2: 5 cm; r.3: 5 cm; r.4: 5 cm; r.5: 5,2 cm; r.6: 5,2 cm; r.7: 5 cm; r.8: 4,8 cm; r.9: 3,5 cm. Alt. média das letras: l.1: 3,5 cm; l.2: 3,5 cm; l.3: 3,5 cm; l.4: 3,6 cm; l.5: 3,7 cm; l.6: 3,7 cm; l.7: 3,5 cm; l.8: 3,3 cm; l.9: 2,2 cm.

Leitura:

HOC : IACET : IN PULCRO : RODERICUS : NEMPE : SEPULCRO . /
QUI : DOMINO : CELI : SERVIVIT : CORDE : FIDELI : /
NAMQUE : LOCO : XPISTO : TEMPLUM : CONSTRUXIT : IN ISTO /
QUOD : BENE : DITAVIT : SACRIS : DONISQUE : BEAVIT /
CLAUSTRI : STRUCTURAS : FUNDAVIT : NON : RUITURAS : /
ATQUE : DOMOS : CUNCTAS : PER : CIRCUITUM : BENE : IUNCTAS : /
SED : VIGILI : CURA : MISERIS : DANS : HIC : SUA : IURA : /
TEMPORE : SUB : SCRIPTO : MIGRAVIT : PRESBITER : ISTO : /
XVIII : KaLendas : SEPTEMBRIS : ERA : M : C : LXXXIII : /

Publ.: CAMPOS J.C.A. 1862(b), p. 64; CASTRO A.M.S. 1867, p. 23; LEAL 1873-90, s.v. "Coimbra", vol. II, p. 342; CASTRO A.M.S. 1877, p. 45; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 344; TEIXEIRA A.J. 1891, p. 86; GONÇALVES A.N. 1938, pp. 92-93; SOUSA J.M.C. 1948, nº 6; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 222-225, Insc. Nº 101.

Ref.: CAMPOS J.C.A. 1877, p. 538, nº 4; GONÇALVES A.A. 1911, p. 12, nº 46; VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 103; CORREIA V. 1941, p. 19, nº 14; GIRÃO, CORREIA V. e SOARES 1942, p. 38; REAL M.L. 1974, p. 97; REAL M.L. 1982, p. 55.

Inscrição funerária, versificada, do Presbítero Rodrigo, fundador da Igreja da Colegiada de Stª. Justa, que se encontrava naquele templo conimbricense e hoje se conserva no Museu Nacional Machado de Castro.

O primeiro autor a publicar leitura da inscrição de Stª. Justa foi João Correia Ayres de Campos, nas páginas do *Instituto* (vol. X, 1862), numa versão que merece alguns reparos, na sua maioria apenas de pormenor: "JACET" em vez de IACET (l.1), "IN : PULCRO" em vez de IN PULCRO (l.1); "IN : ISTO" em vez de IN ISTO (l.3); "QUOT" em vez de QUOD (l.4); "NON RUITURAS:" em vez de NON : RUITURAS : (l.5); "JUNCTAS" em vez de IUNCTAS (l.6); "JURA" em vez de IURA (l.7); "KAL" em vez de KL (l.9) e, finalmente, "LXXXIII" em vez de LXXXIII (l.9) (CAMPOS J.C.A. 1862(b), p. 64). Cinco anos mais tarde, em 1867, Augusto Mendes Simões de Castro publicava de novo, no *Guia Histórico do Viajante em Coimbra e Arredores*, o epitáfio de Rodrigo. Simões de Castro incorre, em 1867, precisamente nos mesmos erros que Ayres de Campos, inclusive ao ler "QUOT" em vez de QUOD, o que sugere que transcreveu a versão deste autor. Em nota refere que António Coelho Gasco declarava, no séc. XVII, que a inscrição se encontrava outrora por detrás da porta que, da Igreja, dava acesso ao Claustro e que tinha sido entretanto transferida para o novo templo para a parede junto da porta lateral esquerda (CASTRO A.M.S. 1867, p. 23). Os elementos fornecidos por Simões de Castro seriam utilizados de forma literal por Pinho Leal em 1874 (LEAL 1873-90, s.v. "Coimbra", vol. II, p. 342). Seria, ainda, A. M. Simões de Castro o primeiro autor a publicar uma leitura integralmente correcta do epitáfio do Presbítero Rodrigo (CASTRO A.M.S. 1877, p. 45). João Correia Ayres de Campos, no Catálogo do Instituto⁷, refere a inscrição como sendo de 12 de Agosto de 1156, num evidente lapso já que ela é na realidade de 15 de Agosto (18 calendas de Setembro). Embora Ayres de Campos não apresente leitura do epitáfio, fornece alguns elementos importantes para o seu conhecimento. Nesse ano de 1881 a inscrição encontrava-se

"... bem conservada ainda, na parede da pequena casa ou corredor, que da igreja nova de Sancta Justa dava passagem para o celloiro da extincta collegiada ..." (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 538, nº 4).

7 — A inscrição foi arrolada entre os objectos do Instituto não porque o original se encontrasse aqui depositado, mas por ter sido confiado à guarda do Instituto um molde realizado pelo Cônego Manuel da Cruz Pereira Coutinho, que certamente tencionava vir a publicá-la nas páginas do seu Antiquário Conimbricense, o que não veio a acontecer.

Um pouco mais tarde, em 1886, um outro erudito formado na escola de Coimbra, António Cardoso Borges de Figueiredo, dava nova leitura da inscrição do Presbítero Rodrigo incorrendo em dois pequenos erros: "IN : PULCRO" (l.1) e "QUOE" (l.4) (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 344). Já na nossa centúria, António Nogueira Gonçalves, em 1938, deu à estampa leitura absolutamente correcta do epitáfio, seguida da sua tradução, num momento em que ele já pertencia ao acervo do Museu Nacional Machado de Castro (o que acontecia pelo menos desde 1911) (GONÇALVES A.N. 1938, pp. 92-93). Vale a pena registarmos, aqui, a sua proposta de tradução deste epitáfio versificado:

*"Neste formoso sepulcro jaz, na verdade, Rodrigo,
Que ao Senhor do Céu serviu de coração fiel,
Porquanto, neste lugar, a Cristo um templo construiu,
O qual muito enriqueceu e feliz o tornou com dons sagrados,
Do claustro a fabrica, que não ha-de arruinar-se, fundou,
Assim como todas as casas em volta, muito unidas;
Porém, ao Vigilante que tem cuidado dos mortais, dando aqui os seus direitos,
Nesse tempo abaixo escrito morreu o Presbítero.*

18 das Calendas de Setembro da Era de 1193." (GONÇALVES A.N. 1938, p. 93).

Alguns anos mais tarde, também Cordeiro de Sousa teve oportunidade de registar uma versão correcta deste letreiro (SOUSA J.M.C. 1948, nº 6), onde só se pode apontar uma pequena anomalia, "KAL" em vez de KL (l.9).

Do ponto de vista paleográfico a inscrição funerária de Rodrigo, executada pouco depois da sua morte, revela-se um típico exemplar da Epigrafia coimbrã, com uma clara predilecção pelos caracteres rectificadados, isto é, constituídos por segmentos de recta (os CC, EE, GG, SS, para já não falar das letras que o são por natureza, como os AA, os UU grafados como VV, os NN, os FF, etc). Por outro lado, é também sensível a opção pelos contornos amendoados dos OO, dos DD e dos QQ, bem como a silhueta característica dos RR coimbrões. Sublinhemos, por último, a forma adoptada pelos MM, com as hastes maiores oblíquas e convergentes, e as duas hastes centrais arrancando do meio delas, recordando ainda algo da tradição moçárabe que em áreas vizinhas, como em Montemor-o-Velho, se manteve viva até uma época muito tardia.

A inscrição de Rodrigo foi executada com recurso prévio a uma *ordinatio*, que transparece na sua regularidade metrológica e do equilíbrio alcançado na distribuição do seu texto, apesar de essa distribuição ter de se submeter às leis da linguagem versificada, o que ditou que algumas regras quedassem parcialmente livres (l.2, 4 e 7). No entanto, e segundo nos confiou o Prof. Dr. José Carlos Miranda, a inscrição de Rodrigo não deve ser classificada como verso mas antes como prosa rítmica, apresentando rima mas não respeitando a métrica. Seria, assim, o que Ernst Robert Curtius defenia como "*cursus leonino*" (cf. CURTIUS 1948, vol. I, p. 220). Salientemos a presença de rima interna nas oito primeiras regras (Pulcro / Sepulcro; Celi / Fideli; Xpisto / Isto; Ditavit / Beavit; Structuras / Ruituras; Cunctas / Iunctas; Cura / Iura; Scripto / Isto), apenas quebrada na derradeira regra, quando se apresentam os elementos cronológicos. A inscrição do Presbítero Rodrigo constitui o primeiro exemplo de "*cursus leonino*" identificado em Portugal, não podendo deixar de ser significativo que ocorra precisamente na cidade de Coimbra, que era, na época, o principal centro cultural do reino.

Uma fractura na zona superior, ferindo parcialmente a primeira regra, foi mais tarde colmatada por pequena reconstituição rectangular que, para maior facilidade de adaptação, regularizou essa fractura. A zona reconstituída, utilizando calcário mais claro, afecta as letras "NPULC" de IN PULCRO (l.1). Depois de ter sido retirada da Colegiada a inscrição foi partida em dois fragmentos, conservando-se hoje fracturada mas completa no Museu Nacional Machado de Castro.

No reverso da lápide encontra-se gravada uma cabeça de felino de cuja boca saem ramagens de distribuição mais ou menos simétrica, pormenor já revelado por M. Real (REAL M.L. 1982, fig. 32). Destinava-se, certamente, a ser rebaixado mas o projecto foi abandonado por erro de traçado das ramagens, tendo mais tarde a placa sido aproveitada para se gravar o epitáfio de Rodrigo.

A Colegiada de St^a. Justa e St^a. Rufina teria sido fundada nos fins do séc. XI, sendo de 1098 a mais antiga referência documental que conhecemos, quando é mencionada entre os limites geográficos abrangidos por um diploma desse ano (PMH, DC 891) (cf. GONÇALVES A.N. 1938, p. 90). Um outro diploma, de 4 de Fevereiro de 1102, de que se conserva cópia exarada no Livro Preto da Sé de Coimbra (DMP, DP III, nº 523; LPreto, nº 22), ficou a assinalar a sua entrega a Cluny, pelo bispo D. Mauricio Burdino, para que nela viessem a instalar-se os monges de La-Charité-Sur-Loire. Se no primeiro diploma, ao mencionar-se "... *in Oriente viam que vadit de Sancta Iusta* ...", se pode depreender que o templo estaria construído ou em construção, no diploma de 1102 temos uma referência mais explícita, que nos revela que a igreja já se encontrava erguida: "... *Sancte Iuste Ecclesiam in Colimbricensis civitatis suburbio edificatam* ...". Sobre o priorado de St^a. Justa, o segundo que Cluny obtém em Portugal, pouco depois de receber o de Rates das mãos do Conde D. Henrique (Março de 1100 - cf. DMP, DR I, nº 6), veja-se, entre outros, COSTA A.J. 1948, pp. 13, 22 e 39-40, e BISHKO 1964, pp. 315-316.

É o próprio epitáfio a revelar-nos que o Presbítero Rodrigo foi o "fundador" do templo da Colegiada de St^a. Justa e St^a. Rufina, do seu claustro e das casas que se erguiam em seu redor. No entanto, é impossível, ou pelo menos muito pouco provável, que Rodrigo fosse o fundador do primeiro templo em St^a. Justa. Pelo contrário, afigura-se como mais provável que ele tivesse sido o promotor de uma reforma românica que tivesse vindo substituir edifício anterior, ao qual alude o diploma de 1098. Dessa reforma românica o Pe. Nogueira Gonçalves identificou um capitel e uma base, aparecidos em Julho de 1936, que classificou dentro do seu "Românico Coimbrão B" (GONÇALVES A.N. 1938, p. 89). A Colegiada de St^a. Justa já se encontra representada do ponto de vista epigráfico pelo epitáfio de Gonçalo Folegatus, de 10 de Novembro de 1115, um exemplar desaparecido que, como tivemos oportunidade de sublinhar, nos oferece algumas dúvidas, podendo tratar-se de uma notícia de Obituário (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 134-135, Insc. Nº 54).

Nº 5

1166, Maio, 3

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 3937 e 10121.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 37 cm. Alt.: 20 cm. Esp.: 15,5 cm. Campo Epigráfico: Comp.: 34 cm. Alt.: 12 cm. Alt. média das regras: r.1: 4 cm; r.2: 4 cm; r.3: 3,9 cm. Alt. média das letras: l.1: 2,5 cm; l.2: 2,5 cm; l.3: 2,5 cm.

Leitura:

Vº : NoNaS : MAGII : OBIIT : / FAMULA : DEI : MARIA : / VENEGAS : Era : Mª : CCª : IIII

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 265-267, Insc. Nº 122.

Ref.: CORREIA V. 1941, p. 19, nº 16.

Inscrição funerária de Maria Viegas, gravada em pequena lápide oriunda da Sé Velha de Coimbra. No tempo de Vergílio Correia recebeu o número de inventário 3937, com que figura no respectivo Catálogo (CORREIA V. 1941, p. 19, nº 16). Mais tarde, certamente por não ter sido reconhecida como a inscrição a que se reportava Vergílio Correia, recebeu novo número de inventário (Nº 10121). Era dada como de proveniência desconhecida, tendo a sua origem sido identificada pela primeira vez por nós (BARROCA 1995). Essa foi, também, a primeira vez que foi publicada, uma vez que V. Correia, apesar de demonstrar que tinha lido o seu texto, apenas a descreveu não divulgando a sua leitura.

A inscrição funerária de Maria Viegas constitui um bom exemplo da qualidade epigráfica que caracterizou a oficina epigráfica coimbrã desde os meados do séc. XII, apesar das vicissitudes por que passou, que lhe deixaram marcas bem visíveis. O campo epigráfico, composto por três regras, foi marcado com traço gravado praticamente com a mesma profundidade que os caracteres, destinando-se a ficar visível. Dentro deste campo, o texto reparte-se com equilíbrio, denunciando uma cuidada *ordinatio*. As letras, sempre com o mesmo módulo, apresentam algumas das inconfundíveis características coimbrãs: SS rectificadas, constituídos por segmentos de recta; o O de Obit com inflexão à direita, assemelhando-se a um B com a haste curva; MM de influência gótica em Maria e na Era. Na data salientemos os pequenos AA, indicadores de género feminino, gravados na parte superior dos caracteres, intersecionando-os (no E, M e C). Na Era sublinhemos, ainda, os CC indicadores das centenas, com diferentes morfologias e intersectando-se: C maior definido com segmentos de recta e pequeno C curvo gravado sobre o primeiro, cortando a sua haste vertical.

A identificação de Maria Viegas, embora seja ensaiada aqui pela primeira vez, não oferece dificuldades graças aos registos do *Livro das Kalendas* da Sé de Coimbra. Trata-se da mãe de Fernando Martins, Cónego da Sé de Coimbra, conforme se regista naquele Obituário, no fólio relativo às Vªs Nonas de Maio:

“¶ Era Mª. CCª. IIIIª. Obit Maria Egee mater Fernandi Martini canonici que reliquit nobis pro anniversario suo I. morabitanum de illa hereditate de Area Petrina.” (LKal., vol. I, p. 229).

A notícia do Obituário conimbricense não indica expressamente que a sepultura de Maria Viegas se encontrava na Sé Velha de Coimbra. No entanto, pelo facto de se tratar da mãe de um dos seus Cónegos, e por estar documentada a comemoração funerária por sua alma, cremos que seria aqui que se localizava o seu moimento. Julgamos, por isso, haver boas razões para atribuir esta inscrição à Sé Velha de Coimbra, apesar de no Museu Nacional Machado de Castro a inscrição estar, desde sempre, dada como sendo de proveniência desconhecida.

Maria Viegas foi casada com Martinho Pais, de quem teve Fernando Martins, Cónego da Sé de Coimbra, que já referimos, e ainda Mendo Martins e Urraca Martins, todos eles detentores de bens a Sul de Coimbra, em Eira Pedrinha (freg. de Condeixa-a-Velha). Para todos eles encontramos notícia no *Livro das Kalendas*.

Martinho Pais, seu marido, faleceu em 29 de Agosto de 1172:

“¶ Anno a nativitate Domini Mº. Cº. LXXº. IIº. Obit Martinus Pelagii pater Fernandi Martini canonici qui reliquit nobis pro suo anniversario I. marabitanum de illa hereditate de Eiria Petrina.” (LKal., vol. II, p. 120).

Seu filho, o cónego Fernando Martins, faleceu em 21 de Abril de 1174, deixando igualmente bens em Area Petrina (Eira Pedrinha), que certamente adquirira por herança:

“¶ Era Mª. CCª. XIIª. Obit Fernandus Martini presbiter Sancte Marie canonicus, qui reliquit nobis pro anniversario suo hereditatem suam de Area Petrina vel de Sancto Laurencio.” (LKal., vol. I, p. 210).

Urraca Martins faleceu a 27 de Abril de 1175:

“¶ Era Mª. CCª. Xª. IIIª. Obit Orracha Martini soror Fernandi Martini Canonici que reliquit nobis pro anniversario suo I. morabitanum de illa hereditate de Area Petrina.” (LKal., vol. I, p. 220).

Por último, Mendo Martins faleceu a 20 de Novembro de 1187:

“¶ Era Mª. CCª. XXª. Vª. Obit Menendus Martini frater Fernandi Martini canonici qui dedit pro anniversario suo I. morabitanum de illa hereditate de Area Petrina.” (LKal., vol. II, p. 261).

Nº 6

1166, Junho, 13

Local: Igreja-Colegiada de St^ª. Justa-a-Antiga (Freg.: St^ª. Cruz; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 575.

Insc. gravada em sarcófago. Calcário. Sarcófago: Comp.: 230 cm. Alt.: 56 cm. Larg.: 87 cm (cabeceira) a 61 cm (pés). Comp. regra: r.1: 87 cm; r.2: 165 cm. Alt. regra: r.1: 13 cm; r.2: 13,3 cm. Alt. média das letras: l.1: 9 cm; l.2: 9,5 cm.

Leitura:

E(ra) : M^a : CC^a : IIII^a : IDUS : IUNII : OBIIT : / MARIA : MENENDICI : UXOR : I(o)H(a)N(ni)S : PELAGII

Publ.: CAMPOS J.C.A. 1862(b), p. 64; CASTRO A.M.S. 1867, p. 22; BARATA 1873, p. 66, nota 23; LEAL 1873-90, s.v. "Coimbra", vol. II, p. 342; CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 14-15, nº 4; CASTRO A.M.S. 1877, p. 44; SOUSA J.M.C. 1948, nº 9; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 267-268, Insc. Nº 123.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 9, nº 24; SOUSA J.M.C. 1931, pp. 625-626; CORREIA V. 1941, p. 22, nº 13; GIRÃO, CORREIA V. e SOARES 1942, p. 38.

Inscrição funerária de D. Maria Mendes, mulher de D. João Pais, gravada em regra única repartida entre a cabeceira e o lateral direito do seu sarcófago, que procede da Igreja-Colegiada de St^ª. Justa e se guarda no Museu Nacional Machado de Castro, em mau estado de conservação, fragmentado em vários pontos e sem tampa. Foi recolhido no quintal do claustro de St^ª. Justa, tendo sido oferecido ao Museu do Instituto em 24 de Fevereiro de 1875 (cf. CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 14-15).

A inscrição funerária de Maria Mendes foi lida pela primeira vez por João Correia Ayres de Campos, que publicou leitura quase correcta, apenas sendo de registar a ausência de vários pontos de separação e "MENENDIC" em vez de MENENDICI, como se encontra na inscrição, com o último I incluso dentro do espaço do C (pormenor que deve ter passado despercebido a Ayres de Campos, acabando por o trair) (CAMPOS J.C.A. 1862(b), p. 64). A sua versão seria adoptada por vários autores, como Augusto Mendes Simões de Castro, António Francisco Barata ou Pinho Leal, que em nada a alteraram (CASTRO A.M.S. 1867, p. 22; BARATA 1873, p. 66, nota 23; LEAL 1873-90, vol. II, p. 342). Seria de novo João Correia Ayres de Campos quem, em 1877, propôs nova leitura, desta feita absolutamente correcta (apenas com o pormenor de assinalar sempre quatro pontos na separação de palavras, quando na inscrição estão os habituais três pontos sobrepostos) (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 14-15, nº 4). Há, também, evidente lapso no comprimento do sarcófago, sendo assinalados 287 cm (em vez de 230 cm). Augusto Mendes Simões de Castro, nesse mesmo ano de 1877, adoptaria já a nova leitura de Ayres de Campos (CASTRO A.M.S. 1877, p. 44). Esquecida por muitos anos, a inscrição de Maria Mendes seria de novo publicada em 1948 por José Maria Cordeiro de Sousa que, incompreensivelmente, incorre em dois erros: "Menendiis" (em vez de MENENDICI) e "lhins" (em vez de IHNS ou I(o)H(a)N(ni)S) (SOUSA J.M.C. 1948, nº 9).

A inscrição funerária de Maria Mendes encontra-se gravada ao longo da cabeceira e do lateral direito do seu sarcófago, com regras delimitadas por linhas gravadas a traço um pouco menos profundo que o utilizado nas letras. Apresenta caracteres monumentais bem desenhados com características coimbrãs, patentes por exemplo nos CC compostos por segmentos de recta (na Era), no T com remate inferior curvo, nos MM com as hastes convergentes, os OO amendoados. Salientemos, ainda, a utilização de letras geminadas (AR de Maria; ME e NE de Menendici; UX de Uxor, onde o X utiliza a haste direita do V) e de letras inclusas (CI de Menendici).

Apesar dos esforços, não conseguimos identificar Maria Mendes nem, tão pouco, seu marido, João Pais, que a julgar pela qualidade da inscrição e da sepultura, deviam ser membros da Nobreza coimbrã ou, pelo menos, pessoas de certas posses.

Procedentes da Igreja de St^ª. Justa conhecem-se mais duas inscrições: uma, infelizmente desaparecida, datada de 10 de Novembro de 1115 (BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 134-135, Insc. Nº 54) e outra de 15 de Agosto de 1155 (BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 222-225, Insc. Nº 101, que recebeu no presente Catálogo o Nº 4). O templo era, ao tempo do óbito de D. Maria Mendes, priorado cluniacense, já que fora entregue a La-Charité-sur-Loire pelo bispo D. Maurício Burdino em 1102 (cf. DMP, DP III, nº 523 = LPreto, nº 22; COSTA A.J. 1948, pp. 39-40; BISHKO 1964, pp. 315-316), embora cumprisse igualmente as funções de templo paroquial.

com U incluso seguido de O, que não conseguimos desdobrar com segurança. As palavras iniciais da última regra encontram-se abreviadas na forma usual na oficina epigráfica de Stª. Cruz: a palavra “Canonici” resumida ao C, “Sancta” apenas representada pelo S, “Crucis” substituída pelo sinal da Cruz. Este pormenor reforça a nossa convicção de que a inscrição é procedente do próprio Mosteiro de Stª. Cruz. Sublinhemos, por fim, a utilização do duplo W, com as letras parcialmente sobrepostas (numa solução graficamente semelhante ao W) em GUNDISALVI (l.2). Não conseguimos identificar com segurança o nome de Gu(...), para o qual encontramos várias possibilidades: Gudilo, nome próprio feminino documentado em 915 (cf. CORTESÃO A.A. 1912, p. 165; LPreto, nº 14); ou Guilo, forma documentada em 1096 (idem, 1912, p. 167). O Presbítero Gonçalo poderá ser *Gundisalvus presbiter* que testemunha diploma de 1162 (LSanto, p. 100)?

Nº 9

[1173-1181], Agosto, 26

Local: Capela de S. João (Freg.: Montemor-o-Velho; Conc.: Montemor-o-Velho; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 673 e 679.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 29 cm. Alt.: 22 cm. Esp.: 11 cm. Campo Epigráfico: Comp.: 23,5 cm. Alt.: 16,5 cm. Alt. média das regras: r.1: 2,7 cm; r.2: 2,9 cm; r.3: 2,6 cm; r.4: 2,8 cm; r.5: 2,1 cm. Alt. média das letras: l.1: 2,2 cm; l.2: 2 cm; l.3: 2 cm; l.4: 1,8 a 2 cm; l.5: 1,6 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,3 a 0,4 cm.

Leitura:

HOC : IACET : IN TUMULO / Q(u)l : Est : IN MEDIO : PORTE : / PETRUS : ALFONSI : Q(u)l : OBIIT / VIIº : KaL[endas :] SeTemBRIS : IN : / ERA : M : CC : X : I [...]

Publ.: CAMPOS J.C.A. 1877, p. 15, nº 5; THOMAS 1908, pp. 180-181; SOUSA J.M.C. 1948, nº 12; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 322-324, Insc. Nº 147.

Ref.: CAMPOS J.C.A. 1877, Suplemento, p. 539, nº 6; GONÇALVES A.A. 1911, p. 16, nº 67.

Inscrição funerária de Pedro Afonso, que se encontrava na Capela de S. João, em Montemor-o-Velho, onde ainda a viu o Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, tendo transitado em Fevereiro de 1874 para o Museu do Instituto de Coimbra. O acervo deste organismo incorporou-se, mais tarde, no Museu Nacional Machado de Castro (1911).

Ao longo de toda a inscrição utilizaram-se quatro pontos sobrepostos como sinal de separação de palavras, que por dificuldades gráficas substituímos por “.”.

A lápide funerária de Pedro Afonso foi publicada pela primeira vez por João Correia Ayres de Campos, no Catálogo do Museu do Instituto, esclarecendo que estava metida “às avessas” na frontaria da antiga capela de S. João (hoje de S. Brás) do Castelo de Montemor-o-Velho, à direita do seu portal e junto dos alicerces. A leitura de Ayres de Campos não oferece reparos de maior, estando correcta mas quedando-se na última regra por “M : CC : ...”, o que levou o autor a não definir a data (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 15, nº 5). No Suplemento ao Catálogo, o mesmo autor registaria a presença no Instituto de uma moldagem realizada pelo Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, que certamente pensava em vir a incluir esta inscrição funerária nas páginas da sua publicação *O Antiquário Conimbricense*. Nesta nova referência, Ayres de Campos, embora não leia a inscrição, data-a da Era de “1200?” (CAMPOS J.C.A. 1877, Suplemento, p. 539, nº 6).

Em 1908, Pedro Fernandes Thomas, que então ocupava o cargo de Secretário da Sociedade Arqueológica Santos Rocha, apresentou a esta instituição uma comunicação sobre a Epigrafia de Montemor-o-Velho, onde se referiu à nossa inscrição, transcrevendo a leitura de Ayres de Campos e declarando que aparecera “na frontaria da capella de S. Braz, junto ao Castello, hoje completamente arruinada”, onde estava reaproveitada. Acrescentava, ainda, que o General Adolfo Loureiro, que a descobrira, a mandara retirar da parede e a oferecera ao Museu do Instituto de Coimbra. Pedro Fernandes Thomas incorreria, no entanto, em vários lapsos na transcrição da leitura de Ayres de Campos: “JACEH” (em vez de IACET), “Q É” (em vez de Q(u)l EST), “ALFONSUS” (em vez de ALFONSI) e “Q” (em vez de Q(u)l) (THOMAS 1908, pp. 180-181). Poucos anos mais tarde, em 1911, António Augusto Gonçalves voltou a referir-se a esta inscrição, sem a ler nem acrescentar qualquer novidade (GONÇALVES A.A. 1911, nº 67). Mais recentemente, Cordeiro de Sousa adoptaria leitura em tudo idêntica à de Ayres de Campos, datando a inscrição do ano de “116...” (SOUSA J.M.C. 1948, nº 12).

A nossa proposta de datação crítica apoia-se na leitura, que consideramos segura, de mais dois caracteres do que os que leram Ayres de Campos e Cordeiro de Sousa. Assim, a Era indicada no epitáfio - “ERA : M : CC : X : I ...” - pode estar compreendida entre 1211 e 1219, correspondendo ao A.D. [1173-1181].

A inscrição funerária de Pedro Afonso apresenta campo epigráfico rebaixado, com as regras gravadas em traço leve

mas ainda claramente perceptível. O seu alfabeto revela-se bom espelho da personalidade do núcleo epigráfico de Montemor-o-Velho que se manteve por muito tempo preso a influências moçárabes. Veja-se, a este propósito, a forma adoptada pelos MM desta inscrição, ou os OO (a meio caminho entre o O anguloso e o O amendoado), extemporâneas para os finais do terceiro quartel do séc. XII. Sublinhemos, ainda, a curiosa forma adoptada pelos PP, QQ e RR, com os remates curvos e espiralados.

Segundo Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, a Capela de S. João, erguida na Couraça, a Norte do Castelo de Montemor-o-Velho, já se encontra referida em diploma de 1103: "... fundata in supra dicto castello secus illo padule ..." (CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1952, p. 137).

Apesar dos esforços não conseguimos identificar Pedro Afonso.

Nº 10

1182, Junho, 2

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 3938 e 10109.

Insc. gravada em silhar. Calcário. Comp.: 40 cm. Alt.: 18,5 cm. Esp.: 21 cm. Campo epigráfico: Comp.: 37,2 cm. Alt.: 16 cm. Alt. média das regras: r.1: 2,3 cm; r.2: 2,3 cm; r.3: 2,5 cm; r.4: 2,5 cm; r.5: 2,5 cm. Alt. médias das letras: l.1: 2,3 cm; l.2: 2,3 cm; l.3: 2,5 cm; l.4: 2,5 cm; l.5: em branco. Alt. média dos espaços interlineares: 0,5 a 0,9 cm.

Leitura:

IIII : NoNaS : IUNII : OBITUS : CIPRIANI / PresBiteRI : IOHaN(n)IS : ERA : M^a : CC^a : XX^a :

Publ.: MADAHIL 1927, p. 385; SÁ 1966, pp. 22-23; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 371-374, Insc. Nº 170.

Ref.: CORREIA V. 1941, p. 19, nº 17.

Inscrição funerária do Presbítero Cipriano Joanes, gravado em silhar de calcário encontrado, segundo consta da ficha do MNMC, nos alicerces do claustro da Sé Velha de Coimbra aquando dos restauros. O epitáfio ocupa apenas as duas primeiras regras. Na sua sequência encontra-se gravado o epitáfio do primeiro Mestre-Escola de Coimbra, D. João, falecido em 16 de Setembro de 1192 (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 419-422, Insc. Nº 197, que figura neste Catálogo com o Nº 13). Conserva-se, hoje, no Museu Nacional Machado de Castro, onde recebeu um primeiro número de inventário (3938). Mais tarde, certamente por lapso, foi-lhe atribuído segundo número (10109).

A inscrição do Presbítero Cipriano Joanes foi publicada apenas por dois autores: António Gomes da Rocha Madahil, que divulgou uma versão quase correcta, sem desdobrar as abreviaturas, apenas se equivocando quando leu "Iohñs", em vez de IOHNIS (MADAHIL 1927, p. 385); mais recentemente, por Artur Moreira de Sá, que a registou nos seus "Primórdios da Cultura Portuguesa", onde, a propósito da notícia obituária do Mestre-Escola João, retirada do Livro das Kalendas (que constitui o seu doc. 10), publica fotografia desta inscrição dupla, com uma leitura, em legenda, da autoria de D. Fernando de Almeida (SÁ 1966, pp. 22-23). A versão deste autor, com desdobramento das abreviaturas, não oferece qualquer reparo, estando correcta na parte que respeita a Cipriano. No entanto, D. Fernando de Almeida incorreria em erro na segunda parte da inscrição, correspondente ao epitáfio do Mestre-Escola João (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 419-422, Insc. Nº 197, neste Catálogo Insc. Nº 13).

A forma como o nome do presbítero Cipriano Joanes foi registado na inscrição - *Cipriani Presbiter Iohannis* - tem paralelos em numerosos diplomas da época, de que poderemos citar dois, escolhidos de forma totalmente aleatória apenas a título de exemplo: LPreto, nº 94 (de 1156), onde encontramos nas subscrições

"Michael presbiter Clementis adfuit. Johannes presbiter Balsamon adfuit. Martinus presbiter Sal adfuit. (...) Petrus presbiter Ihoannis testis ..."

ou LPreto, nº 95 (de 1139), onde encontramos

"Petrus presbiter Sesnandi confirmo. Martinus presbiter Clementi confirmo. (...) Johannes subdiaconus Tedoni confirmo. Martinus presbiter Ihoannis testis. Pelagius presbiter Cidiz confirmo. Martinus presbiter Salvatj confirmo ..."

Não se deve entender, portanto, que Cipriano fosse presbítero de S. João [de Almedina].

A inscrição de Cipriano Joanes é o primeiro de quatro exemplos de inscrições duplas - isto é, dois epitáfios distintos gravados no mesmo suporte em diferentes momentos - que iremos encontrar entre 1182 e 1211, todas elas proce-

dentes da Sé Velha de Coimbra. Para além do epitáfio de Cipriano Joanes, falecido em 2 de Junho de 1182, que aqui nos ocupa, gravado no mesmo suporte que o epitáfio do Presbítero João, o primeiro Mestre-Escola da Sé de Coimbra, falecido em 16 de Setembro de 1192 (BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 419-422, Insc. Nº 197, que figura neste Catálogo com o Nº 13), conhecemos outros três exemplos:

- o epitáfio de André, falecido em 11 de Setembro de 1190 (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 405-406, Insc. Nº 189), gravado no mesmo silhar que o epitáfio de sua mulher, D. Maria Pais, falecida a 17 de Setembro de 1194 (BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 424-425, Insc. Nº 200);
- o epitáfio de Martinho *Tructiz*, falecido a 13 de Dezembro de [1201] (?) (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 512-513), gravado no mesmo suporte que o epitáfio de [...] Joanes, falecido a 7 de Setembro de [1201-1225] (?) (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 513-514, Insc. Nº 255);
- e o epitáfio do Presbítero Pedro Encino, Cônego da Sé de Coimbra, falecido a 24 de Julho de 1208 (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 523-525, que figura neste Catálogo com o Nº 24), gravado juntamente com o epitáfio de D. Miguel Peres, Subdiácono da Sé de Coimbra, falecido em 21 de Novembro de 1211 (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 538-539, Insc. Nº 266, que figura neste Catálogo com o Nº 26).

No caso específico do epitáfio de Cipriano, porque se trata do exemplo onde se verifica maior diferença cronológica entre as duas inscrições registadas no mesmo suporte, não deixa de ser interessante comparar-se as soluções gráficas adoptadas por algumas letras em 1182 e em 1192, denunciando a lenta evolução processada ao longo de uma década, patente, por exemplo, ao nível dos MM e dos RR.

Verifica-se uma pequena diferença de módulo entre as duas primeiras regras - ocupadas pelo epitáfio de Cipriano - e as três seguintes, o que poderia sugerir que houve dois momentos diferentes na preparação da *ordinatio*. No entanto, a marcação das regras ainda é bem visível, gravadas a traço fino, e em nenhum ponto se encontra testemunho seguro de terem existido dois momentos distintos nesta operação, parecendo, pelo contrário, que ela foi executada de um só fôlego. É provável, portanto, que o silhar tenha recebido desde logo, em 1182 ou cerca de 1182, a marcação das cinco regras, tendo ficado três delas em branco, o que convidou a que, mais tarde, se gravasse nesse mesmo suporte o epitáfio do Mestre-Escola João. De resto, a permanência de uma quinta regra, devidamente delimitada mas deixada em branco até aos nossos dias - apenas com uma estrela de cinco pontas levemente grafitada - pode ser evocada aqui em apoio da nossa hipótese.

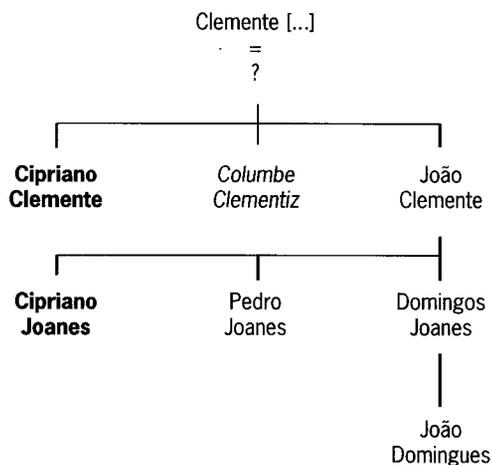
O óbito do Presbítero Cipriano Joanes encontra-se registado no Livro das Kalendas da Sé de Coimbra, confirmando os dados cronológicos da inscrição e revelando o posicionamento da sepultura do Presbítero. Efectivamente, no fólio respeitante às *III Nonas Iunii* regista-se:

"Era M^a. CC^a. XX^a. Obitus Cipriani Presbiteri Iohannis Canonici qui canonicis dedit VI morabitanos. Qui iacet sine campana in nave capituli sub prima testudine versus parietem continuo post secundam campanam que sequitur post limen portarum claustrii, supra quam foveam in dicto pariete claustrii est posita eius Era." (LKal., vol. I, p. 277).

Por esta notícia ficamos a saber que a sua inscrição - designada no Livro das Kalendas por "Era", como tantas vezes aconteceu nos tempos medievais (cf. BARROCA 1995, vol. I, pp. 77-90) - se encontrava embutida na parede do claustro, na ala da Sala do Capítulo, sobre a sua sepultura - "*supra quam fovea in dicto pariete claustrii est posita eius Era*". Infelizmente a notícia do Livro das Kalendas poucos elementos adianta para a biografia de Cipriano, apenas registando a doação testamentária de 6 morabitanos, que lhe deu direito a figurar no Obituário da Sé.

A biografia do Presbítero Cipriano Joanes é difícil de traçar, uma vez que na mesma época encontramos dois presbíteros de nome Cipriano em Coimbra que, ao confirmarem documentos, utilizaram, na maior parte das vezes, apenas o primeiro nome, sem indicação do respectivo patronímico: os Presbíteros Cipriano Joanes e Cipriano Clemente, de resto ligados por laços familiares (uma vez que o segundo trata o primeiro por "*sobrinus*").

O primeiro, aquele que mais nos importa, já sabemos que faleceu em 1182. Era filho de *Johannes Clementiz* (irmão do Presbítero Cipriano Clemente e de *Columbe Clementiz*) (LPreto, nº 27). Os dados recolhidos na documentação da época permitem reconstituir o seguinte esquema genealógico:



O Presbítero Cipriano Joanes testemunhou diploma de 1168 (MADAHIL 1933-35, doc. 89), e é provável que seja ele o referido em LPreto, nº 74, um documento sem data.

Seu tio, o Presbítero Cipriano Clemente, encontra-se expressamente referido em três documentos (LPreto, nº 584, de 1185; LPreto, nº 8, de 1186; LPreto, nº 585, de 1187). Conhecemos, ainda, o seu testamento (LPreto, nº 27), que apesar de nos surgir no Livro Preto sem data expressa deve ter sido redigido antes de 1176, uma vez que ainda contempla Martim Anaia, que se encontra documentado apenas até esse ano de 1176 (cf. Leontina Ventura in LSanto, pp. 49-51). No testamento de Cipriano Clemente, o presbítero Cipriano Joanes seria contemplado com uma vinha e outros bens:

“... Mando ut Cyprianus Joanniz meus Sobrinus teneat illam vineam que fuit Joannis Roderici ... meum mantum et arkam de domo ...” (LPreto, nº 27).

No entanto, tendo falecido antes de Cipriano Clemente, Cipriano Joanes nunca seria beneficiado pela disposição testamentária de seu Tio. No *Livro das Kalendas* regista-se o óbito de Cipriano Clemente em 8 de Fevereiro de 1189 (LKal., vol. I, p. 92).

Para além destas referências que permitem identificar cada Cipriano sem margem de dúvidas, encontramos várias vezes referências não especificadas - “*Ciprianus Presbiter*” - a testemunhar ou confirmar documentos, que não permitem identificação mais segura (LPreto, nº 270, de 1133; LPreto, nº 260, de 1150; LPreto, nº 298, de 1150; LPreto, nº 25, de 1151; LPreto, nº 252, de 1156; LPreto, nº 278, de 1156; LPreto, nº 296, de 1165; LPreto, nº 240, de 1178; LPreto, nº 215, de 1182; LPreto, nº 591, de 1182; e LPreto, nº 5, de 1184, este certamente Cipriano Clemente).

A agravar os problemas suscitados pelos dois Ciprianos presentes em Coimbra, registemos que já depois de 1182 encontramos: “*Ciprianus Presbiter Iohan. Aduit*” (LPreto, nº 66, de 1188). No entanto, é possível que se trate de um diploma mal datado.

Nº 11

1182, Setembro, 5

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Cota Nº 482.

Cópia do séc. XVII de epitáfio medieval desaparecido.

Leitura:

ANNO AB · INCARNATIONE · D(omi)NI · / MCLXXXIIº · OBIIT DO(m)NUS · VERMUDus · /
BONAE · MEMORIAE · HUIUS · CIVITATIS · / OCTAVUS · EP(iscopu)S · AD · NONAS · SEPTEm
/ BRIS · VIR · INCOMPARABILIS · SCIENTIAE · / ET · OMNIUM · VIRTUTUm · HONESTA / TE ·
CONSPICUUS · ANNO · EPISCOPATUS · / SUI · QUINTO · REQUIESCAT · IN · PACE ·

Publ.: GASCO 1805, p. 127; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 131; BARROÇA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 374-376, Insc. Nº 171.

Ref.: NOGUEIRA P.A. 1580, pp. 55-56; VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, pp. 156-157.

Inscrição moderna, executada no séc. XVII, possivelmente copiando o desaparecido epitáfio medieval do Bispo D. Bermudo, que deveria estar gravado no seu sarcófago. Foi recolhido da Sé Velha de Coimbra para o Museu Nacional Machado de Castro, onde hoje se conserva.

A inscrição de D. Bermudo foi referida por Pedro Álvares Nogueira no *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*, um manuscrito redigido em 1580 e apenas editado em 1942. Aqui se regista que

“... Dom Vermundo que socedeo a Dom Miguel foi o octavo bispo desta See como se vee de hua sepultura que está em hua parede que vai da porta principal para a escada do Choro que tem huas letras latinas douradas muito bem feitas ...” (NOGUEIRA P.A. 1580, pp. 55-56).

Foi ainda este monumento que António Coelho Gasco viu, antes de 1666, e de que deixou descrição mais pormenorizada:

“... breve epitáfio de seu túmulo, que está escrito em hum marmore dourado com hum escudo com quatro bandas de ouro atravessado, que fica debaixo do coro da Cathedral Sé de Coimbra, à parte da Epistola mettido na parede ...” (GASCO 1805, p. 127).

Na leitura que fornece do referido epitáfio assinalemos a diferença de um ano: Coelho Gasco indica o ano de 1181 como sendo o do falecimento de D. Bermudo, enquanto que na inscrição actual se pode ler 1182. Na sexta regra,

Coelho Gasco leu "VIRTUTUM TUNC HONESTATE", enquanto que na inscrição actual figura apenas VIRTUTUM HONESTATE. Para além destes pormenores, apenas será de registar o aparente lapso no início do epitáfio, quando leu "ANNO AB HINC INCARNATIONE" em vez de ANNO AB INCARNATIONE. A lição de Coelho Gasco seria adoptada por António Cardoso Borges de Figueiredo, que incorre nos mesmos erros que o erudito seiscentista (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 131).

Seria, portanto, depois de 1666, ano da morte de Gasco, que a inscrição medieval desapareceu, tendo sido substituída pela cópia moderna que hoje se conserva no Museu Nacional Machado de Castro, onde deu entrada em data que desconhecemos.

Segundo António de Vasconcelos, D. Bermudo teria sido enterrado fora do templo, tendo os seus restos mortais sido transferidos para o espaço interior durante o episcopado de D. Pedro Martins (1296-1301). A inscrição que foi destruída seria, portanto, muito provavelmente posterior ao óbito. Acrescenta António de Vasconcelos que esse original foi destruído no séc. XVII quando se abriu a capela de S. Tomás de Vila-Nova. Por essa altura os restos mortais de D. Bermudo foram recolhidos na capela, sendo colocados na parede, por detrás do retábulo. No seu frontal foi embutida a lápide moderna a memorizar a presença dos restos mortais do bispo (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, pp. 156-157).

O conteúdo desta inscrição moderna encontra confirmação nos elementos históricos conhecidos. Efectivamente, D. Bermudo sucedeu a D. Miguel Salomão quando este resignou ao cargo episcopal em 1176, recolhendo-se em Stª. Cruz de Coimbra, onde viria a falecer. D. Bermudo ocupou essas funções entre 1177 e 1182, vindo a falecer no quinto ano do seu episcopado. No entanto, apesar de ter sido eleito em 1177, segundo João Pedro Ribeiro apenas teria sido sagrado em Abril ou Maio de 1178 (RIBEIRO J.P. 1836, p. 154). Entendendo D. Paterno como o primeiro bispo de Coimbra - não contabilizando, portanto, nem os bispos suevo-visigóticos nem os do período da Reconquista - D. Bermudo foi realmente o oitavo bispo de Coimbra. No Livro das Kalendas, o seu óbito é registado no fólio relativo às Nonas de Setembro:

"... ¶ M^a. CC^a. XX^a. Obiit Vermudus episcopus qui in sede sua fecit vestimenta serica et linea et dedit canonicis pro anniversario suo et alia multa bona et unum casale in Cadima et sextam partem de Prevedes. Qui iacet in ecclesia iusta finem navis sancti Martini sub archu maiori." (LKal., vol. II, p. 132).

A data do óbito - 1182, e não 1181, como entendeu Coelho Gasco e, na sua esteira, Borges de Figueiredo - é confirmada por outra referência, desta feita exarada no Livro das Eras de Stª. Cruz:

"... Era M^a. CC^a. XX^a. Obiit Domnus Vermudus Colimbriensis Episcopus." (ACMA, p. 70).

Da actividade episcopal de D. Bermudo conhecemos dois outros testemunhos epigráficos: a inscrição comemorativa da Dedicção da Igreja de Cadima (Conc. de Cantanhede), datada de 15 de Fevereiro de 1181 (BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 364-365, Insc. Nº 167); e a inscrição comemorativa da Dedicção da Igreja de S. Lourenço do Bairro (Conc. de Anadia), datada de 25 de Outubro de 1181 (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 366-368, Insc. Nº 169). Sucedeu-lhe na cadeira episcopal de Coimbra D. Martinho Gonçalves, que já ocupava o cargo a 19 de Março de 1183 (RIBEIRO J.P. 1836, p. 155; LPreto, nº 7).

Nº 12

1191, Maio, 12

Local: Igreja-Colegiada de Santiago (Freg.: S. Bartolomeu (Coimbra); Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 657.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 29,5 cm. Alt.: 31,5 cm. Alt. média das regras: r.1: 3,2 cm; r.2: 3,5 cm; r.3: 3,3 cm; r.4: 3,3 cm; r.5: 3,3 cm; r.6: 3,6 cm; r.7: 3,2 cm; r.8: 3 cm. Alt. média das letras: l.1 a l.8: 2,5 cm; l.9: 1 cm.

Leitura:

III : IDus : MAII : OBIit : FELIX : SURIE : FILLus : PET(rus) / LAUZANI : SanCti : DEI : SUBVENITE
 : EI : AnImA : / Elus : LIBERATE : ET : EAM : In : CELESTI : REGNO : / PORTATE : AUDIENS :
 ME : LEGEPTES [?] : PATER : NosteR : Per : / HUIus : AnImA : DICITE : IACeT : Hic : FELIX :
 CUIa : VITA : BReVIS : / SIT : UT : SORS : FELIX : PENA : IM [?] : BREVIS : NOLI : FECER : /
 QUEm : Ne ([...]) : REVOCAR : NON : RIMI : Ne : VISCULI : / SED : VoBIS : Se [?] : SUE : AMICI
 : UT : IX [?] : REQ(ui)ES : STE : FELICI : / <E(ra) : M : CC : XX : VIII>

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 408-409, Insc. Nº 191.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, nº 54; GONÇALVES A.N. 1938, p. 123; CORREIA V. 1941, p. 18, nº 10.

Inscrição funerária de Félix Surio, falecido em 12 de Maio de 1191, encontrada nos entulhos da Igreja de Santiago e recolhida no Museu Nacional Machado de Castro, onde se conserva.

A inscrição de Félix Surio permaneceu inédita até hoje, apesar de alguns autores se terem reportado a ela. O primeiro a fazê-lo foi António Augusto Gonçalves quando, em 1911, a incluiu pela primeira vez no Catálogo do Museu Nacional Machado de Castro, referindo que continha "trocadilhos e fórmulas precatorias reunidas" e datando-a de 1171 (GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, Nº 54). Em 1938 A. Nogueira Gonçalves reportou-se à inscrição, corrigindo a data para 1191, e sublinhando a sua importância para a história do monumento se tivesse sido encontrada *in situ* e não nos entulhos do templo (GONÇALVES A.N. 1938, p. 123). Pouco depois, em 1941, Vergílio Correia incluiu-a no Catálogo do Museu, aceitando a data de 1191 proposta por Nogueira Gonçalves (CORREIA V. 1941, p. 18, nº 10).

A inscrição de Félix Surio encontra-se bastante maltratada, com desgaste de alguns caracteres por erosão e mutilação de outros por fractura ou por lascamentos. Deste modo, são várias as dificuldades de leitura que o texto nos oferece, as quais se avolumam pelo facto de o epitáfio de Félix Surio fugir aos estereótipos da época. Trata-se, efectivamente, de um texto elaborado onde encontramos algumas dificuldades que não conseguimos resolver a nosso contento. Foi certamente concebido por pessoa de cultura acima da média, provavelmente um eclesiástico. Devemos, ainda, sublinhar o facto de a data ter sido gravada já na moldura inferior da lápide, fora do campo epigráfico, em letras de módulo muito menor que as das restantes oito regras do epitáfio. Este pormenor deixa duas alternativas em aberto: ou houve erro de paginação por parte do lapicida, que perante a falta de espaço optou por gravar a data na moldura para evitar que o epitáfio ficasse sem Era; ou ela não foi exarada originalmente, tendo sido mais tarde acrescentada.

Não conseguimos identificar Félix Surio, que é ignorado quer pelo Livro das Kalendas, o Obituário da Sé de Coimbra, quer pelo Livro dos Aniversários de Santiago de Coimbra, parcialmente publicado por Isaías da Rosa Pereira (PEREIRA I.R. 1978). Seu pai, Pedro Lauzanes, surge-nos a testemunhar documentos dos meados da centúria: 1148 (LPreto, nº 297), 1149 (LPreto, nº 46) e 1150 (LPreto, nº 298).

António Garcia Ribeiro de Vasconcelos atribuiu a 1183 (LPreto, nº 7) a primeira referência documental ao templo de Santiago (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 104). No entanto, um diploma de 1094 refere-se a "*Didacus Gelmirez Sci Iacobi Canonicus*" e aos "*canonici Sci Iacobi qui presentes fuerunt*" (LPreto, nº 82). A tradição pretende que a primeira Igreja de Santiago teria sido construída em resultado de um voto formulado por D. Fernando, o Magno, aquando da conquista definitiva de Coimbra.

Nº 13

1192, Setembro, 16

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 3938 e 10109.

Insc. gravada em silhar. Calcário. Comp.: 40 cm. Alt.: 18,5 cm. Esp.: 21 cm. Campo epigráfico: Comp.: 37,2 cm. Alt.: 16 cm. Alt. média das regras: r.1: 2,3 cm; r.2: 2,3 cm; r.3: 2,5 cm; r.4: 2,5 cm; r.5: 2,5 cm. Alt. médias das letras: l.1: 2,3 cm; l.2: 2,3 cm; l.3: 2,5 cm; l.4: 2,5 cm; l.5: em branco. Alt. média dos espaços interlineares: 0,5 a 0,9 cm.

Leitura:

XVI : Kalendas : OCTobris : OBIIT : IOHaN(ne)S : PResBiteR : PRIMus : / MAGISter : SCOLARUM
: C(anonic)us : Sancte : M(ari)e : Era : M^a : CC^a : XXX^a

Publ.: GASCO 1805, p. 179; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 140; MADAHIL 1927, p. 385; SÁ 1966, pp. 22-23; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 419-422, Insc. Nº 197.

Ref.: SOUSA J.M.C. 1931, p. 629; CORREIA V. 1941, p. 19, nº 17.

Inscrição funerária do presbítero João, primeiro Mestre-Escola da Sé de Coimbra, gravada em silhar aparecido no restauro da Sé Velha, nos alicerces do claustro. Esteve outrora embutido na parede do claustro, na ala da Sala do Capítulo. No mesmo silhar encontra-se registado outro epitáfio, ocupando as duas primeiras regras, relativo ao Presbítero Cipriano Joanes, falecido a 2 de Junho de 1182 (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo I, pp. 371-374, Insc. Nº 170, que figura neste Catálogo com o Nº 10).

António Coelho Gasco foi o primeiro autor a registar a presença deste epitáfio no claustro da Sé Velha, escrevendo que se tratava de

“... hum epitáfio das claustros da Sé de Coimbra, que está entrando pela porta junto à Pia de Ágoa Benta, na parede ...” (GASCO 1805, p. 179).

A sua leitura do epitáfio revela diversas imprecisões: na data, ao ler “XII” em vez de XVI Kalendas; no texto, ao transcrever “Joannes” em vez de IOHaNneS, e “Scholarum” em vez de SCOLARUM. Coelho Gasco atribuía, portanto, o óbito a 20 de Novembro (12 Kalendas) e traduzia “Magister Scolaum” por “Mestre dos Estudantes”. Estranhamente, o autor ignorou a primeira parte da inscrição, onde se regista o óbito do Presbítero Cipriano. Apesar de Coelho Gasco ter falecido em 1666, as suas informações permaneceram inéditas até 1805, ano em que a sua obra foi, finalmente, publicada. Depois de Coelho Gasco seria António Cardoso Borges de Figueiredo quem voltaria a reportar-se a este epitáfio, transcrevendo lição exactamente igual à de Coelho Gasco, repetindo os mesmos erros e ignorando também as duas primeiras regras, relativas a Cipriano Joanes (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 140).

António Gomes da Rocha Madahil, em 1927, publicaria leitura integral da inscrição dupla, incorrendo em pequeno erro no epitáfio de Cipriano mas não apresentando qualquer motivo para reparo no que respeita ao do Mestre-Escola João. O autor optou por não desdobrar as abreviaturas (MADAHIL 1927, p. 385).

Cordeiro de Sousa apenas conhecia a inscrição pela versão de Coelho Gasco, e por isso, em 1931, só registou o epitáfio da Era de 1230 na sua resenha da Bibliografia das inscrições do século XII (SOUSA J.M.C. 1931, p. 629).

Artur Moreira de Sá incluiu fotografia da inscrição dupla, em 1966, ilustrando a notícia obituária do Livro das Kalendas relativa ao Mestre-Escola João (que constitui o doc. 10 da sua colectânea). Na legenda da fotografia divulgada a leitura realizada por D. Fernando de Almeida, onde este autor incorre num único erro, ao desdobrar o C em “C(onvent)US”, em vez de C(anonic)us (SÁ 1966, pp. 22-23).

A inscrição do Presbítero João, primeiro Mestre-Escola de Coimbra, foi gravada no mesmo silhar e na continuação do epitáfio do Presbítero Cipriano Joanes, falecido dez anos antes. Como tivemos oportunidade de referir no comentário à inscrição deste presbítero, a *ordinatio* compreendendo as cinco regras - duas ocupadas pelo epitáfio de Cipriano, duas pelo de João e uma deixada em branco - foi criada de um só fôlego, aquando da abertura da inscrição de 1182. As três regras que então ficaram em branco convidaram a que, mais tarde, se viesse a registar o epitáfio do Presbítero João. De entre os quatro exemplos de inscrições duplas que identificamos em Portugal - todas procedentes de Coimbra - este é o que apresenta maior diacronia entre os dois falecimentos. Não admira, portanto, que se notem algumas diferenças, mesmo que subtis, entre as duas epígrafes. Elas sentem-se, por exemplo, no facto de os caracteres da inscrição de 1192 serem genericamente mais esguios que os da inscrição do Presbítero Cipriano, de 1182, ou no facto de o segundo epitáfio ter sido gravado com maior profundidade que o de 1182. As diferenças, necessariamente reduzidas pelo facto de mesmo assim apenas mediar uma década entre as duas inscrições, sentem-se, ainda, por exemplo, na forma como foram registadas as datas: na inscrição de Cipriano ERA por extenso, M maiúsculo, CC curvos e XX largos; na inscrição de João a palavra Era foi reduzida à inicial, o M é uncial, os CC rectos e os XX esguios. Mas também se sente a cronologia mais recente do epitáfio de João pela maior utilização de abreviaturas, e na maior diversidade dos respectivos sinais. Estes são, também, mais específicos: o sinal para a terminação - US (uma terminação que em 1182 nem sequer foi abreviada) não se confunde com o de -ER, o primeiro curvo, o segundo rectificado.

A quinta regra deste silhar ficou em branco, tendo recebido apenas uma estrela de cinco pontas - o pentalfa ou Nó de Salomão - grafitado em traço muito leve.

O falecimento do Presbítero João encontra-se registado no Livro das Kalendas no fólio relativo às XVI Kalendas Octobris, confirmando os dados cronológicos da nossa inscrição:

“¶ Era M^a. CC^a. XXX^a. Obiit Iohannes presbiter qui fuit primus ecclesie magister scholarum Canonicus qui dedit nobis XX.ti morabitanos et tria coclearia de argento et capitulo suum vas argenteum, et pro anniversario suo II.^{is} morabitanos de illa vinea que est in Varzena quam tenet Dominicus Fernandiz unum et alterum de hoc quod Martinus Primit habet ab eo sicut continetur in testamento suo et Librum Decretorum cum summa eorum sicut continetur in testamento suo. Qui iacet sine campana in nave capituli, cuius fovea continguatur versus portas claustrum campana tercie lapidee parve que campana sequitur post alias duas campanas post portas claustrum posita sub prima testudine prope parietem claustrum computando testidunes a principali porta ipsius claustrum ut indicat eius Era posita supra dictam fovea in pariete claustrum in directum.” (LKal., vol. II, pp. 151-152).

A notícia do Livro das Kalendas revela que o Mestre-Escola deixara, entre outros bens, três colheres de prata e um *Librum Decretorum*, talvez a colectânea organizada por Graciano e concluída cerca de 1140. No Inventário da Biblioteca e Tesouro da Sé de Coimbra de 1393, que Avelino de Jesus da Costa estudou, já só registava uma *“huua colher pequena de plata, que pesou meya onça”*, que não sabemos se seria uma das legadas pelo Mestre-Escola João (COSTA A.J. 1983, p. 92).

Sublinhemos ainda, na notícia do Obituário, a localização precisa da sepultura e a revelação de que a sua presença estava indicada pela *Era* (palavra aqui utilizada como sinónimo de Epígrafe) que estava colocada sobre a sua cova, na

parede do claustro.

A inscrição do Presbítero João ocupa um lugar especial no quadro da História da Cultura ao revelar-nos que ele foi o primeiro detentor do cargo de Mestre-Escola na Sé de Coimbra. A existência do cargo de Mestre-Escola tornou-se obrigatória em todas as sedes diocesanas a partir de 1179, por decisão aprovada no III Concílio de Latrão, reunido no tempo do Papa Alexandre III. As notícias referentes a algumas dioceses portuguesas apontam para uma rápida implementação dessas recomendações: em Braga o cargo de Mestre-Escola já se encontra documentado antes do III Concílio de Latrão, surgindo referido desde 1173, quando o cargo era ocupado pelo presbítero Nuno Froila (LFidei 821; cf. SÁ 1968, doc. 8; MARQUES J. 1988, p. 448); no Porto deve ter sido criado em consequência das decisões do Concílio de Latrão, tendo sido instituído por D. Martinho Peres, que ocupou a cadeira episcopal entre 1186 e 1189 (cf. SÁ 1968, doc. 11; vd. tb. BRANDÃO D.P. 1960, pp. 247-8 e 278); em Lisboa a referência mais antiga que encontramos remonta a apenas 1220 (SÁ 1966, doc. 18). Na Sé de Coimbra, o Presbítero João, que a nossa inscrição revela ter sido o primeiro a ocupar o lugar, encontra-se referido na sua condição de Mestre-Escola desde 1183, subcrevendo diploma: "*Iohannes Conimbriensis Ecclesie Magister Scholarum subscribo*" (LPreto, nº 7; SÁ 1968, doc. 9). Encontra-se referido pelo menos em dois outros documentos: de 1184 (LPreto, nº 5) e de 1186 (LPreto, nº 8). Pela nossa inscrição e pela notícia do Livro das Kalendas sabemos que faleceu a 16 de Setembro de 1192. No cargo de Mestre-Escola sucedeu-lhe o Presbítero Pedro (cf. SÁ 1968, doc. 16, de Maio de 1193). A instituição do cargo na diocese de Coimbra deve ter sido, portanto, uma consequência das recomendações do III Concílio de Latrão.

Nº 14

1198

Local: Torre Quinária do Castelo de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 661.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 90 cm. Alt.: 36 cm⁹.

Leitura:

" + : Era : M : CC : XXX [: VI :] Regnante : Ap[ud :] Portugale : Rege : Sancio : Incliti : Regis : Alf[onsi :] / Et : Regine : Mahalde : Filio : Et : Illustris : Comit[is] : Henrici : Et : Nobilissime : Tara[sie :] / Regine : Ne[po]l[ite] : Ipso : lubente : Constructa : Est : Hec : Turris : Anno : Reg[ni] / [lp]sius : Et : Uxor[is] : Eius : Regine : Dulcie : Tercio : De[cimo :] / A Capcione : Ver[fo] : Clivitatis : Colimbrie : Per : Reg[em] : Fer] / nandum : Ex : Sarracenis : Centesimo : Tricesi[mo] : Tercio :] / Presidente : Tunc : In : Predicta : Civitate : Episcopo : D[omi]no : Pet[ro]"

Publ.: SÃO TOMÁS 1644-51, vol. I, p. 330; FERREIRA F.L. 1724, pp. 76-79; ROCHA M. 1730, p. 120; SOUSA A.C. 1735-48, tomo I, p. 50; ENCARNAÇÃO T. 1759-63, vol. III, p. 107; GASCO 1805, p. 9; RIBEIRO J.P. 1810(a), pp. 27-40; RIBEIRO J.P. 1811, p. 101; GUSMÃO A. R. 1842, p. 319; BARATA 1861, pp. 28-29; CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 218; CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 17-18, nº7; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 241; LARCHER 1935, pp. 75, 103 e 105; CARVALHO F.A.M. 1942, pp. 67-68; SOUSA J.M.C. 1948, nº62; LOUREIRO J.P. 1964, p. 124; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 436-442, Insc. Nº 205.

Ref.: COSTA A.C. 1706-12, vol. II, p. 4; RIBEIRO J.P. 1819, p. 124; GONÇALVES A.A. 1911, p. 13, nº 47; SOUSA J.M.C. 1931, p. 630; CORREIA V. 1941, p. 31, nº 47; CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, p. 3.

Inscrição comemorativa da construção da Torre Quinária ou de Hércules, do Castelo de Coimbra, por iniciativa de D. Sancho I. Encontrava-se embutida na respectiva Torre até que em 1773 se ordenou a demolição desta. Os trabalhos de derrube terão começado em 19 de Abril desse ano, mas a lápide apenas foi retirada em 15 de Março de 1774 (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 17). A partir de então esteve no pátio da Universidade de Coimbra, junto do pórtico da

9 — Dimensões divulgadas por João Correia Ayres de Campos (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 17), coincidentes com os valores constantes da ficha do Museu Nacional Machado de Castro. Apesar dos esforços desenvolvidos não conseguimos encontrar esta epígrafe entre o acervo do MNMC, de que faz parte.

Biblioteca e da Capela da Universidade, onde João Pedro Ribeiro a viu e estudou, e de onde seria retirada em 23 de Dezembro de 1867, para ser guardada na “casa térrea” do antigo Colégio de S. Pedro (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 17; LARCHER 1935, p. 75). Deu entrada nas colecções do Instituto de Coimbra em Maio de 1873, cujo acervo estaria mais tarde na origem do Museu Nacional Machado de Castro, onde hoje se encontra. Apesar dos esforços desenvolvidos não foi possível localizar esta inscrição nas arrecadações do Museu. Na impossibilidade de termos efectuado leitura nossa, adoptamos, aqui, a versão de João Correia Ayres de Campos (CAMPOS J.C.A. 1862 e 1877), com uma única alteração: colocamos entre parêntesis rectos as partes ausentes por fractura ou desgaste da lápide e que J. C. Ayres de Campos reconstituiu (assinando-o em itálico).

A inscrição da Torre Quinária foi publicada pela primeira vez por Fr. Leão de S. Tomás, em 1644, no primeiro volume da *Benedictina Lusitana*, a propósito da data da conquista de Coimbra por Fernando o Magno, declarando que a inscrição se encontrava na “... torre do Castelo a que vulgarmente chamão a Torre de Hercules ...” (SÃO TOMÁS 1644-51, vol. I, p. 330). A sua lição, embora correcta na data da conquista definitiva de Coimbra (que atribui à Era de 1102, A.D. 1064), equivoca-se na época da lápide, dando-a como sendo da Era de 1232 (A.D. 1194). Este erro seria, de resto, seguido por todos os autores até João Pedro Ribeiro. Para além do erro inicial, na Era, Fr. Leão de S. Tomás apresenta muitas outras divergências em relação à leitura de J.C. Ayres de Campos: substituiu muitas das terminações em -e por -a (por ex., “Nobilissima Regina Tarasia” em vez de “Nobilissime Regine Tarasie”); transcreveu “Portugalliam” (em vez de “Portugale”), “Mafalde” (em vez de “Mahalde”), “Henrici” (em vez de “Henrici”), “Haec” (em vez de “Hec”), “Tercio” (em vez de “Tercio Decimo”), “Venerabilis” (em vez de “Vero”), “130” (em vez de “Centesimo trigesimo tercio”) e “eade” (em vez de “Predicta”) (SÃO TOMÁS 1644-51, vol. I, p. 330). Alguns dos seus erros têm reflexos na interpretação cronológica da inscrição, como sejam o facto de assinalar o 3º ano do reinado de D. Sancho I e D. Dulce (em vez do 13º), ou registar a reconquista de Coimbra 130 anos antes (em vez de 133). Estes erros, seguidos por outros autores, retiravam coerência cronológica aos diferentes eventos históricos referidos na lápide: tendo em conta a Era de 1232 (A.D. 1194), à qual atribuía a inscrição, o início do reinado de D. Sancho I teria sido em 1191 (Era de 1229), e não em 1185. No entanto, como Fr. Leão de S. Tomás conhecia “*hua memoria que há no Archivo Real do Mosteyro de Alcobaca*” que atribuía a reconquista de Coimbra por D. Sesnando e Fernando o Magno ao ano de 1064, pelo que adequava a leitura da inscrição nessa passagem, assinalando “130” anos.

Sensivelmente pela mesma altura, António Coelho Gasco realizava nova tentativa de leitura da inscrição, apenas parcial, que incluiu na sua *Conquista, Antiguidade e Nobreza da Mui Insigne e Inclita Cidade de Coimbra*, um manuscrito que permaneceu inédito até aos inícios do séc. XIX (GASCO 1805). Declarando que “... na Torre de Hercules está hum epitafio [Sic] latino mui gastado do tempo, por onde lhe faltão algumas palavras e letras...”, e confessando que o lera com muito esforço, António Coelho Gasco considerava que a “... cidade fora ganhada dos Sarracenos por El-Rei D. Fernando, governando-a então o Bispo D. Pedro ...” (GASCO 1805, p. 9). Este erro de interpretação compreende-se se tivermos em conta que Coelho Gasco apenas conseguiu ler a parte terminal do letreiro, não tendo compreendido que se tratavam de referências a distintos eventos históricos. Efectivamente, o autor seiscentista apenas leu:

“... Haec Turris ... Per Regem Ferradam ... Ex Serracenis Era M ... Praesidente tunc in ea civitate Episcopo Domino Petro.” (GASCO 1805, p. 9).

Já no século XVIII a inscrição da Torre Quinária atraiu a atenção de diferentes autores, em grande parte pelo facto de ela permitir fixar a data do início do reinado de D. Sancho I. Duas destas novas tentativas de leitura seriam da responsabilidade de membros da então recém-formada Academia Real da História Portuguesa, instituída por D. João V em 1720. O primeiro autor a abordar a inscrição da Torre Quinária seria Francisco Leitão Ferreira, no seu *Catálogo Chronológico-Crítico dos Bispos de Coimbra* (1724). Garantiam diversos autores que a inscrição da Torre Quinária datava da Era de 1232 (A.D. 1194) e referia o “Anno Regni Ipsius, Et Uxoris Eius Regine Dulcie Tercio”, o que permitia colocar o início do reinado em 1191, deixando, como vimos, um vazio de 6 anos entre a morte de D. Afonso Henriques e o início do reinado de seu filho. Francisco Leitão Ferreira estranhando esta discrepância pediu, em 1723, que fosse feita uma cópia fiel do original, apresentando, no ano seguinte, a sua leitura à Academia. Nesta leitura, Leitão Ferreira sublinha que depois da palavra TERCIO se seguia outra, de que eram legíveis as três primeiras letras: “DEC...” (FERREIRA F.L. 1724, p. 77). Ou seja, em vez de “TERCIO” devia entender-se “TERCIO DECIMO”. Deste modo, o início do reinado de D. Sancho I deveria ser colocado no ano de 1181 (1194 - 13 = 1181), ou seja, 3 anos antes da morte de D. Afonso Henriques. Para justificar a ascensão ao trono antes da morte de seu Pai, Leitão Ferreira cita uma Doação da vila [aliás castelo] de Mafra ao Mestre de Avis, datada da Era de 1221 (A.D. 1183), em que o herdeiro se intitulava já “*Sancius Dei Gratia Portugalliae Rex*”¹⁰, justificando, assim, que em 1181, quando a inscrição foi gravada, também já o Infante se poderia intitular Rei. A leitura de Francisco Leitão Ferreira é relativamente fiel ao original (do qual, de resto, apresenta fac-simile). Apenas se equivoca na Era, lendo MCCXXXII (em vez de MCCXXXVI) e, quase no final, ao ler “CENTESIMO TRIGESIMO” (em vez de CENTESIMO TRIGESIMO TERCIO). Para além destes dois lapsos cronológicos, registam-se apenas pormenores de menor importância (substituição de alguns II por JJ ou a grafia “FERDINANDUM” em vez de “FERNANDUM”) (FERREIRA F.L. 1724, pp. 76-79).

10 — Esta doação do castelo de Mafra, assinada em 1 de Maio de 1183, encontra-se no A.N.T.T., Ordem de Avis, nº 64 (cf. CUNHA M.C. 1989, p. 82 e nota 13).

Alguns anos mais tarde, Fr. Manuel da Rocha apresentaria na mesma Academia nova leitura do mesmo letreiro (ROCHA M. 1730, p. 120). A sua lição, sem acrescentar qualquer novidade à de Francisco Leitão Ferreira, incorre nos mesmos dois erros cronológicos e noutros lapsos de menor importância (por exemplo, a substituição sistemática de todas as terminações em -E pelo ditongo "AE").

Sintetizando, os membros da Academia Real da História Portuguesa mantiveram o erro inicial, transcrevendo sempre a Era de 1232, mas corrigiram a leitura de Fr. Leão de S. Tomás no que respeita ao 13º ano do reinado de D. Sancho I (agora já lido correctamente). Colocavam, assim, o início do reinado do segundo monarca português em 1181, quatro anos antes da morte de D. Afonso Henriques.

Em 1733 Bernardo de Brito Botelho, na sua *História Breve de Coimbra*, em nada contribuiu para esta polémica, apenas referindo a mítica inscrição "QUINARIA TURRIS HERCULEA FUNDATA MANU" (cf. BOTELHO B.B. 1733, p. 8 da 1ª edição), e votando a inscrição medieval ao silêncio.

D. António Caetano de Sousa, em 1735, voltaria a publicar a inscrição da Torre Quinária ou de Hercules, incorrendo ainda no erro de Fr. Leão de S. Tomás, atribuindo a inscrição à Era de 1232. Para além deste lapso, D. António Caetano de Sousa apresenta leitura bastante mais correcta, apenas se registando alguns erros, na sua maioria de pormenor: "Reginae" (em vez de "Regine"), "Jubente" (em vez de "lubente"), "Haec" (em vez de "Hec"), "Ejus" (em vez de "Eius"), "Captione" (em vez de "Capcione"), "Ferdinandum" (em vez de "Fernandum") e - o mais grave de todos - "Tricesimo Tunc" (em vez de "Tricesimo Tercio Presidente Tunc") (SOUSA A.C. 1735-48, tomo I, p. 50). No fundo, e como se pode verificar, a sua lição não se afasta muito da de Francisco Leitão Ferreira.

Alguns anos mais tarde, em 1762, era a vez de Fr. Tomás da Encarnação apresentar a sua versão da polémica inscrição (ENCARNAÇÃO T. 1759-63, vol. III, p. 107). Este autor seria o último a ler a inscrição na sua primitiva localização, referindo-a como letreiro que "... *inscriptus est lapis ad januam veteris Castellii Colimbriensis* ...". A sua versão incorre em erros já acostumados: na Era leu "MCCXXII" (em vez de MCCXXVI); substituiu todas as terminações em -E por -AE; esqueceu-se da palavra "COLIMBRIE"; entendeu "FERDINANDUM" (em vez de "FERNANDUM"); e, finalmente, leu "TRIGESIMO TUNC" (em vez de "TRIGESIMO TERCIO : PRESIDENTE TUNC ...") (cf. ENCARNAÇÃO T. 1759-63, vol. III, p. 107).

Já no séc. XIX, seria a vez de João Pedro Ribeiro apresentar, em 1810, um contributo decisivo para a leitura e interpretação da inscrição da Torre Quinária ou de Hércules (RIBEIRO J.P. 1810(a), pp. 27-40). João Pedro Ribeiro teve oportunidade de a estudar no pátio da Universidade, registando a sua proveniência:

"... se achava na Torre Quinária (que huma vã tradição suppunha obra de Hercules), no Castelo antigo de Coimbra, a qual se recolheo, quando a Torre foi demolida no anno de 1773, ao Muzeo da Universidade, e ultimamente se colocou com outras no Pateo, junto à Livraria da mesma Universidade ..." (RIBEIRO J.P. 1810(a), p. 27).

Depois de um balanço crítico sobre as posições sustentadas por Fr. Leão de S. Tomás, Francisco Leitão Ferreira e Fr. Manuel da Rocha, João Pedro Ribeiro apresenta a sua interpretação das cronologias indicadas pela epígrafe de Coimbra: Era de M CC XXX [VI], estando ausentes as seis unidades por fractura ou desgaste (mas de que ainda seria visível a parte superior do "V" - cf. RIBEIRO J.P. 1810(a), p. 39), 13º ano do reinado de D. Sancho I (cuja contagem inicia em 6 [Sic] de Dezembro de 1185, logo após a morte de D. Afonso Henriques), 133 anos depois da reconquista definitiva de Coimbra por Fernando o Magno. O autor sublinhava que

"Os 133 annos desde Julho da Er. 1102 completão-se em Julho da Er. 1236, e por tanto sendo fabricada a Torre neste anno, antes ou depois daquelle mez, se podião contar ou como iniciados, ou como completados. Do mesmo modo os 13 de Reinado em Dezembro da mesma Era." (RIBEIRO J.P. 1810(a), p. 39, nota 1).

A inscrição deveria, portanto, ser anterior a 6 [Sic] de Dezembro, dia a partir do qual se entraria no 14º ano do reinado de D. Sancho I (RIBEIRO J.P. 1810(a), p. 39). A leitura de João Pedro Ribeiro, sem reconstituição das partes então já ausentes, oferece, ainda assim, dois motivos para reparos: "Civitaes" (em vez de "Civitatis") e o esquecimento da palavra "Colimbrie" que se encontrava gravada na lápide (RIBEIRO J.P. 1810(a), p. 28). Assinalemos, por outro lado, o lapso de João Pedro Ribeiro quanto ao dia em que se iniciou o reinado de D. Sancho I, que não começou a 6 de Dezembro de 1185 mas sim a 9 desse mês¹¹. As suas conclusões seriam de novo retomadas na *Dissertação VI* (RIBEIRO J.P. 1811, p. 101), e o letreiro referido uma derradeira vez na *Dissertação XV* (RIBEIRO J.P. 1819, p. 124). Depois do estudo de João Pedro Ribeiro, que pela primeira vez, e de uma vez por todas, veio resolver os problemas cronológicos suscitados pela inscrição de Coimbra, é de estranhar que António Rodrigues de Gusmão insistisse, em 1842, em citar a versão de Fr. Leão de S. Tomás (GUSMÃO A.R. 1842, p. 319). O mesmo já não faria António

11 — No *Chronicon Conimbricense*, registado no *Livro das Eras* de Santa Cruz de Coimbra, declara-se:

"Quinto idus Decembris. Ingressus est Rex Santius Colimbriam in die sancte Leocadie, ceptique regnare in loco patris sui. In Era M^a. CC^a. XX^a. III^a." (cf. ACMA, p. 71).

João Pedro Ribeiro, por lapso, indicou sempre 6 de Dezembro de 1185 como o início do reinado de D. Sancho I (cf., por exemplo, RIBEIRO J.P. 1810(a), pp. 37, 38 e 39), quando na realidade este dia correspondeu à morte de D. Afonso Henriques e não ao início do reinado de seu filho, que apenas ocorreu três dias mais tarde. Se algumas dúvidas restassem depois da leitura do registo analítico de St^a. Cruz, sublinhemos que o dia de Santa Leocádia se comemora a 9 de Dezembro.

Francisco Barata, que preferiu adoptar a leitura de João Pedro Ribeiro (BARATA 1861, pp. 28-29). No ano seguinte, em 1862, seria a vez de João Correia Ayres de Campos se debruçar, pela primeira vez, sobre a epígrafe coimbrã referindo a opinião de João Pedro Ribeiro e procurando comprovar a veracidade das suas ilações a partir do confronto com o original:

"No conceito do douto J. P. Ribeiro a falha da primeira linha depois da ERA M CC XXX deveria conter o número romano VI, e não o II, como imaginaram o beneditino Fr. Leão de S. Thomaz, e com elle os Académicos Leitão, Rocha e Caetano de Sousa. Examina-se a dicta falha, e lá se divisa com effeito o resto das duas hastes oblíquas do V e o espaço para o I, que ainda sobeja. No final da quarta linha, em continuação do DE, suppoz o mesmo Antiquário, e antes d'elle opinara Leitão, que faltavam as syllabas CIMO para completar o ordinal DECIMO. Attenta-se bem a pedra, e ahí se distingue muito visível a extremidade superior do C quadrado, e o intervalo suficiente para as letras restantes. Considerando, finalmente, a grande falha na sexta linha depois do TRICESI, nella achamos espaço bastante para outra palavra, que tanto poderia ser o TERCIO, que aventou o citado Antiquário, como o QUARTO, que mais exactamente parece combinar com a data da conquista da cidade, constante d'outros documentos." (CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 218).

Na parte terminal, João Correia Ayres de Campos afastava-se, portanto, de João Pedro Ribeiro, considerando a possibilidade de se ter assinalado o 134º ano depois da reconquista definitiva de Coimbra. Sublinhemos que J. C. Ayres de Campos foi o primeiro autor a colocar a possibilidade de a inscrição ter tido gravada a palavra "Quarto" em vez de "Tercio", como reconstituiu João Pedro Ribeiro e, na sua esteira, vários outros autores. O problema dificilmente será resolvido sem uma análise cuidada do original, mas convém sublinhar que a sua solução parece ser, realmente, mais coerente: se é crível que para a contagem dos anos de reinado de D. Sancho I se tivesse em conta o dia exacto em que este se iniciara, já para a reconquista de Coimbra, ocorrida no longínquo ano de 1064, parece pouco provável que a contagem dos anos tivesse em conta o dia exacto em que o evento tivera lugar. Por outro lado, João Pedro Ribeiro frisava que os 133 anos se podiam contar como iniciados ou como completados em 1198, consoante se estivesse antes ou depois de Julho. Há portanto, bons argumentos para se supor como igualmente plausível a solução "Decimo Trigesimo Quarto" (se se contarem anos completos, sem atender ao dia exacto em que o evento ocorreu, ou se a inscrição for posterior a Julho de 1198). Os únicos autores a perfilhar a posição de Ayres de Campos seriam Jorge Larcher, F. A. Martins de Carvalho e José Pinto Loureiro (LARCHER 1935, p. 75; CARVALHO F.A.M. 1942, pp. 67-68; LOUREIRO J.P. 1964, p. 124). No entanto, o próprio J. C. Ayres de Campos, quando publicou em 1877 o Catálogo dos Objectos do Museu do Instituto, adoptaria a posição de João Pedro Ribeiro, preferindo "Tercio", declarando ter a fundação da Torre Quinária ocorrido alguns meses antes de Julho da Era de 1236 (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 17-18).

Em 1886 era a vez de António Cardoso Borges de Figueiredo dar a sua leitura da epígrafe, fornecendo texto idêntico à versão reconstituída de J. C. Ayres de Campos (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 241).

Já no nosso século, em 1935, Jorge Larcher perfilharia a tradução de J. C. Ayres de Campos com referência ao 134º ano depois da conquista (LARCHER 1935, p. 75). Larcher transcreve, ainda, duas leituras retiradas de manuscritos inéditos da BNL, do séc. XVIII, ambas incorrendo no clássico erro da Era (assinalando a Era de 1232) (LARCHER 1935, pp. 103 e 105). Pouco antes, o General Francisco Augusto Martins de Carvalho divulgara uma tradução da epígrafe, que seria de novo editada em 1942 (CARVALHO F.A.M. 1942, pp. 67-68). Em 1948, José Maria Cordeiro de Sousa incluiu a inscrição da Torre Quinária entre as suas "Inscrições do Séc. VIII a XII existentes em Portugal", não reconstituindo nenhuma das partes ausentes por fractura ou desgaste, nem desdobrando qualquer abreviatura, mas assinalando-a como sendo do ano de 1198 (SOUSA J.M.C. 1948, nº 62). E, por último, registemos a versão de José Pinto Loureiro, saída em 1964, onde voltamos a encontrar a datação da Era de 1232, a referência ao 13º ano do reinado de D. Sancho I e ao 134º ano da reconquista de Coimbra (LOUREIRO J.P. 1964, p. 124). Curiosamente, o autor reporta-se, em nota, às divergências suscitadas pela interpretação dos elementos cronológicos, sublinhando que alguns autores preferiam a Era de 1234 à de 1232 (Sic) e dando a conhecer a posição de João Pedro Ribeiro (LOUREIRO J.P. 1964, p. 125, nota 221).

A inscrição do Torre Quinária despertou particular interesse entre os Historiadores do séc. XVIII e XIX pela riqueza dos elementos cronológicos de que se serve para confirmar o ano de 1198 em que se iniciou a construção da mais proeminente torre do sistema defensivo da cidade de Coimbra. Uma parte do interesse suscitado pela inscrição ficou a dever-se ao facto de os autores mais antigos a atribuírem à Era de 1232, pelo que se levantavam dúvidas quanto à data de início do reinado de D. Sancho I: se fosse referido o 3º ano do seu reinado, como pretendia Fr. Leão de S. Tomás, o monarca teria assumido a coroa em 1191, seis anos depois da morte de D. Afonso Henriques; mas, por outro lado, se fosse referido o 13º ano, como desde Fr. Manuel da Rocha (1730) ficou aceite, o início do seu reinado teria ocorrido em 1181, quando D. Afonso Henriques ainda se encontrava vivo. No entanto, desde que João Pedro Ribeiro lhe dedicou a sua atenção na Dissertação I, a parte principal dos problemas cronológicos suscitados pela inscrição encontram-se resolvidos. Os elementos cronológicos referidos são perfeitamente coerentes: a Era referida na epígrafe seria a de 1236 (A.D. 1198), correspondente ao 13º ano do reinado de D. Sancho I (iniciado a 9 de Dezembro de 1185, com a morte de D. Afonso Henriques), 133 (ou 134) anos depois da conquista de Coimbra (ocorrida a 9 de Julho de 1064 - cf. VEIGA A.B.C. 1938), quando era Bispo de Coimbra D. Pedro Soares (que ocupou a cadeira episcopal entre 1192 e 1233). Acrescentemos, apenas, que a inscrição deve ser anterior a 1 de Setembro de 1198, uma vez que a Rainha D. Dulce, que ainda é referida na inscrição como estando viva, faleceu nessa data (cf. BRANDÃO A. 1632, p. 32 vº).

A riqueza cronológica da inscrição da Torre Quinária revela-nos, indirectamente, o perfil do autor do seu texto. Pensamos que ele só poderia ser pessoa com acesso a fontes analísticas ou a qualquer outro registo memorialista. Seria, por outro lado, pessoa que cultivaria essa mesma dimensão memorialista e histórica tão cara em certos meios, restritos e eruditos, da sociedade de então. No panorama cultural português dos finais do século XII poucas hipóteses haverá de que não se trate de um membro do Clero, e muito provavelmente do Clero Regular. No caso de Coimbra não será difícil ocorrer ao pensamento o Mosteiro de St^ª. Cruz, uma das instituições monásticas que, desde muito cedo, cultivou essa tradição analística como poucas instituições portuguesas souberam cultivar. Pensamos, efectivamente, que há boas possibilidades de o texto da inscrição da Torre Quinária - tal como o da epígrafe da Torre de Belcouce, de 1211 (BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 531-537, Insc. Nº 265, que figura neste Catálogo com o Nº 25) - ter sido redigido por um monge do Mosteiro de St^ª. Cruz. Efectivamente, estamos convencidos de que St^ª. Cruz seria, nos finais dessa centúria, a única instituição coimbrã capaz de redigir um texto com o perfil do que se concebeu para a Torre Quinária. De resto, já António Cruz teve oportunidade de chamar a atenção para esta característica ou tradição do *scriptorium* de Santa Cruz de Coimbra - pelo menos desde Mestre Pedro Alfarde - de referir acontecimentos sincrónicos com a data ou de deduzir esta a partir da indicação da sua distância em relação a outros eventos marcantes (CRUZ A. 1984, p. 22; veja-se, tb., CRUZ A. 1964, p. 73 e p. 264 e ss.).

A Torre Quinária era uma estrutura de planta pentagonal erguida nas imediações da Torre de Menagem afonsina do Castelo de Coimbra, dominando o declive voltado a Leste, na direcção dos Arcos do Jardim. O Castelo de Coimbra ocupava a zona Leste da Alta de Coimbra, na área sensivelmente correspondente à actual Praça de D. Dinis. Seria parcialmente destruído para a construção do Observatório Astronómico, no tempo do Marquês de Pombal. Os trabalhos de demolição do Castelo de Coimbra, incluindo a Torre de Menagem e a Torre Quinária, começaram a 19 de Abril de 1773 e estavam concluídos em 19 de Novembro do mesmo ano, tendo obrigado ao uso de explosivos. Dada a robustez das construções e atendendo às dificuldades encontradas, uma parte dos alicerces do Castelo, nomeadamente da sua fase afonsina, seria incorporada nos alicerces do edifício do Observatório, que, no entanto, nunca chegou a ser concluído. Os últimos testemunhos das construções militares mediélicas, que o Pe. Nogueira Gonçalves ainda registou no volume do Inventário Artístico de Portugal dedicado à cidade de Coimbra (CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, p. 2-3 e Est. LXVI), seriam destruídos com as demolições da Alta, em 1948 (cf. MADAHIL 1949, p. 97-99). A planta pentagonal da Torre Quinária, fugindo à usual forma quadrada, revestia-se de uma assinalável modernidade e vanguardismo para a época, tal como viria a acontecer com a Torre de Belcouce, erguida em 1211.

Nº 15

[1200], Novembro, 30 (?)

Local: Igreja de S. Pedro (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 9275.

Insc. gravada em ábaco de capitel. Calcário. Campo Epigráfico: Comp.: 42,5 cm. Alt.: 10 cm. Alt. média de regra: r.1: 1,1 cm. Alt. média das letras: l.1: 1.1 cm.

Leitura:

[in] (?) : II : KaLendas : D(e)C(em)BRIS : OBIIT : STEPH(an)U(s) [...] : E(ra) : M : CC : XXX V [...]

Publ.: REAL M.L. 1974, p. 76; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 451-452, Insc. Nº 211.

Inscrição funerária de D. Estêvão [Martins], gravada em ábaco de calcário, que fazia possivelmente parte do seu monumento funerário, sustentando-o acima do solo, soerguido. Foi encontrada em 10 de Março de 1945 quando se procedia à demolição da Igreja de S. Pedro, na Alta de Coimbra, tendo sido recolhida no Museu Nacional Machado de Castro, de cujo acervo faz parte.

A inscrição de D. Estêvão foi publicada apenas uma vez, por Manuel L. Real (REAL M.L. 1974, p. 76), que apresentou leitura não muito diferente da nossa, sem desdobramentos. A única diferença substancial encontra-se na interpretação do mês: Manuel Real entende ser OC(to)BRIS (o que dataria o epitáfio de 30 de Setembro), enquanto que nós preferimos DeCemBRIS. O mesmo autor colocou esta peça em paralelo com as bases que sustentam os sarcófagos alcobacenses, sensivelmente contemporâneos, sublinhando que as folhas com nervura que ornamentam o ábaco do MNMC eram típicas da decoração de S. Pedro. Foi ainda este autor o primeiro a sugerir que a pessoa referida no epitáfio pudesse ser o Alvazil D. Estêvão Martins (REAL M.L. 1974, p. 166), que financiou a construção do Portal Ocidental da Igreja de S. Salvador, concluído em 1179, conforme se testemunha na inscrição que sobrevive à direita do referido Portal (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 349-353, Insc. Nº 159).

O epitáfio de D. Estêvão foi gravado no bordo superior do ábaco que sustentava a sua arca tumular, numa solução que encontra paralelos nos túmulos dos Infantes Reais, no Mosteiro de Alcobaça, e que devia ser do conhecimento dos escultores de Coimbra.

A inscrição de S. Pedro encontra-se em muito mau estado de conservação, com amplas mutilações que dificultam o esclarecimento das dúvidas suscitadas pelo epitáfio. Estas mutilações afectam a inscrição em quatro pontos fundamentais: no início, podendo interferir com o dia do óbito (“... : II : KL” ou “X : II : KL”) e o mês (“OCtoBRIS” ou “DeCemBRIS”); no centro, destruindo o patronímico de Estêvão; no fim, afectando a Era. Este último aspecto levou-nos a tentar estabelecer uma datação crítica. A inscrição permite a leitura de “E : M : CC : XXX V ...” pelo que seria de supor que o falecimento tivesse ocorrido entre 1197 (Era 1235) e 1200 (Era 1238). A primeira datação crítica seria, portanto, [1197-1200].

O problema da identificação de D. Estêvão revela-se de solução mais delicada. Não possuímos provas inequívocas de que se trate do Alvazil de Coimbra, D. Estêvão Martins, que nos inícios do último quartel do séc. XII repartia as suas funções com outros três Alvazis. No entanto, a cronologia do epitáfio e a qualidade do monumento funerário (que o ábaco permite adivinhar) parecem adequar-se bem à sua figura. D. Estêvão Martins era, certamente, pessoa de pos- e suficientemente influente no meio urbano coimbrão para se justificar que tivesse tido um monumento sumptuoso. Partindo do princípio de que estamos realmente perante parte do epitáfio do Alvazil de Coimbra, a análise da documentação coeva permite restringir a datação crítica ao ano de 1200. Efectivamente, D. Estêvão Martins testemunha, já não como Alvazil, um diploma de Janeiro de 1200 (LPreto, nº 589), o que afasta os três primeiros anos dos parâmetros de datação crítica. Resta, portanto, o ano de 1200. Já em relação ao mês, parece-nos mais provável que se trate de “DCBRIS” (= DeCemBRIS) do que de “OCBRIS” (= OC(to)BRIS, como propôs Manuel Real). A favor da nossa proposta podemos evocar dois argumentos: em primeiro lugar, a configuração da primeira letra da palavra, com duplo traço vertical à esquerda, que é muito comum nos DD da época e não ocorre no O de OBIIT; em segundo lugar, a abreviatura “OCBRIS” é anómala, fugindo às regras mais comuns da nossa epigrafia medieval, parecendo, portanto, demasiado forçada. Pelo contrário “DCBRIS” é a forma mais comum de abreviar DECEMBRIS, mantendo todas as letras fundamentais ao correcto desdobramento (mormente a primeira letra de cada sílaba). No que respeita ao dia do óbito, a mutilação que antecede a indicação de “: II : KL” deixa em aberto a possibilidade de o dia estar completo (correspondendo, portanto, a 30 de Novembro) ou faltar alguma letra (por exemplo “X : II : KL”, o que corresponderia a 20 de Novembro). Optamos pelas II Calendas por nos parecer que do carácter que antecedia essa passagem ainda sobrevivem vestígios de um traço vertical, o que nos leva a pensar que o epitáfio abria com: “IN : II : KL : ...”. D. Estêvão Martins era filho de Justa Salvadores (REAL M.L. 1974, p. 167). Um diploma de 1176 declara-nos que Justa Salvadores era casada com João Peres (MADAHIL 1933-35, doc. 107). Atendendo ao patronímico do Alvazil, João Peres poderia ser o seu segundo marido, sendo provável que o seu primeiro marido fosse Martinho Almacen. Efectivamente, num documento de 1170 vendem-se umas casas que tinham sido de “Martino Almacen et uxoris eius Domne Juste” (MADAHIL 1933-35, doc. 92). Assim, poderíamos supor que D. Justa casou primeiro com Martinho Almacen, de quem teve descendência, e que terá falecido entre 1170 e 1176. Pouco depois terá casado com João Peres, como já se documenta em 1176.

D. Estêvão Martins encontra-se referido na documentação desde 1159. Ocupou o cargo de Alvazil de Coimbra pelo menos desde 1179, integrando a “magistratura colectiva” da cidade, sendo mencionado em documento do mosteiro de S. Jorge sobre a posse de uns caneiros da Misarela:

“... Petrus Salvadoris, et Stephanus Martiniz, et Pelagius Petriz, et Furtado, Alvazires tempore ipso ... Et hoc fuit iudicatum in diebus predictorum alvazires, et tunc erat maiordomus domnus godinus, et Alkaide Petrus Nuniz ... Et hoc fuit in Era M^a. CC^a. XVII^a.” (MERÊA 1940, p. 65, nota 71).

Continuava a desempenhar as funções de Alvazil de Coimbra em Setembro de 1192 (“Stephanus Martini alvazil Colimbriensis” - DS, nº 61; PMH, Leges, p. 482), Maio de 1194 (DS, nº 72), Julho de 1194 (doc. cit. em MERÊA 1964, p. 76, nota 33) e, por último, em 1195 (DS, nº 231). Durante o exercício do seu cargo público deve ter custeado as despesas de construção do portal ocidental da Igreja-Colegiada de S. Salvador, na Alta de Coimbra, de que ficou memória numa inscrição de 1179 (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, Insc. Nº 159). A última referência documental que conhecemos para a sua pessoa data de Janeiro de 1200 (LPreto, nº 589), quando testemunha diploma, embora já não como Alvazil.

Nº 16

[Inícios do Séc. XII], Dezembro, 1

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 681.

Insc. gravada em tampa de sepultura. Calcário. Comp. máx.: (1) 51 cm; (2) 55,5 cm. Alt.: (1) 74 cm (= total); (2) 64 cm (= máx.). Alt. média das letras: 6 a 7 cm.

Leitura:

[...JS PETRI ABBATIS X [...] K(alen)D(a)RuM DeCemBReM

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 465-466, Insc. Nº 218-A.

Inscrição funerária gravada em tampa de sepultura de um Abade, de que sobrevivem dois fragmentos que se recolheram da Sé Velha de Coimbra para o Museu Nacional Machado de Castro em momento que desconhecemos. A inscrição foi gravada ao longo do eixo principal da tampa, aproveitando a superfície aplanada. Infelizmente os dois fragmentos não permitem leitura integral, nem revelam o nome do defunto ou a Era do seu óbito.

A presente inscrição oferece-nos diversas dificuldades interpretativas. Numa primeira análise seríamos tentados a considerar como a tampa de um Abade de S. Pedro de Almedina, entendendo:

«...» S(ancti) Petri Abbatis, X... Kalendarum Decembrem

O Mosteiro conimbricense de S. Pedro de Almedina encontra-se documentado já nos fins do séc. XI (desde, pelo menos 1087 - PMH, DC 683). Entre 1144 e 1159 passou a Colegiada (REAL M.L. 1974, p. 65), pelo que a nossa inscrição poderia ser atribuída à primeira metade do séc. XII. Há no entanto dificuldades várias. A primeira resulta do facto de a passagem de Abadia para Colegiada não implicar, obrigatoriamente, a abolição da designação de “Abade”, que poderia continuar a ser utilizada por inércia e tradição, como efectivamente parece ter acontecido no caso vertente (cf. REAL M.L. 1974, pp. 67-68; MATTOSO 1968, p. 222-223). Portanto, o facto de a tampa de sepultura designar um “Abade” e não um “Prior” não é argumento suficiente para colocar este epitáfio truncado na primeira metade do séc. XII, quando S. Pedro era ainda Abadia. O segundo problema resulta da análise dos vestígios de letras que se podem observar no fim do primeiro fragmento e no início do segundo. Assim, não temos a certeza de o S que inaugura os fragmentos sobreviventes desta inscrição ser a abreviatura de S(ancti), sendo possível que se trate da última letra do nome próprio do Abade. Poderíamos ter, assim,

[...JS PETRI, ABBATIS ...

Deste modo, o X que se pode ver no fim do primeiro fragmento poderia ser a primeira letra de XPO ou XPOFORI. Atentemos, agora, ao início do segundo fragmento. Nele se pode ver ainda a metade direita da letra que fora gravada antes de “KLDRM”. Trata-se de uma linha curva, o que sugere, de imediato, que se poderia ter gravado a palavra “O[biit]”. Qualquer que seja a interpretação a dar a este primeiro carácter, truncado, devemos sublinhar que ele não se adapta bem a que se considere o X do primeiro fragmento como sendo um numeral da data. Ou seja, não possuímos elementos que garantam que se tratava de um óbito ocorrido algures entre a XVIIIª e a Xª Calenda de Dezembro (e de que sobreviveria apenas o X). Desta forma, a leitura alternativa deste epitáfio poderia ser:

«...»S PETRI, ABBATI [Sancti] Christophori [qui] O(biit) KalenDaRuM DeCemBReM

Por hipótese, se fosse a tampa sepulcral do Abade D. João Peres, teríamos:

IohanniS PETRI, ABBATI [Sancti] Christophori [qui] O(biit) KalenDaRuM DeCemBReM

Ora, se no Livro das Kalendas, nos fólhos relativos às XVIII a X Kalendas Decembris não encontramos qualquer traço de um Abade de S. Pedro de Almedina, já no fólho das Kalendas Decembris encontramos referida a seguinte notícia:

“Hic debet fieri anniversarium pro anima Iohannis Petris olim prebendarii Colimbriensis qui multa bona reliquit Colimbriensi capitulo per domos quas dimisit prope açougue videlicet tali pacto quod redditus dictarum domorum dividantur isto modo inter presentes infirmos et minutos. Et iste dimisit Colimbriensi capitulo quasi omnia bona sua pro una capellania et pro sesta.” (LKal., vol. II, p. 286).

Seria dele a tampa de sepultura que agora se conserva no Museu Machado de Castro?

Do ponto de vista epigráfico, salientemos a forma arcaica dos MM desta inscrição, ainda com haste vertical a meio, a forma rectificadora do C e o perfil estirado das demais letras, tudo aspectos que nos ajudam a filiar este letreiro truncado dentro do séc. XII.

Nº 17

[Primeira metade Séc. XII]

Local: Proveniência Desconhecida (Freg.: ?; Conc.: ?; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, cota 461.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp. máx.: 18 cm. Alt. máx.: 26 cm. Esp.: 7 cm. Alt. média das regras: r.1: 3 cm; r.2: 2,8 cm; r.3: 3,1 cm; r.4: 2,8 cm; r.5: 2,6 cm; r.6: incompleta. Alt. média das letras: l.1: 2 cm; l.2: 1,9 cm; l.3: 2,2 cm; l.4: 2,1 cm; l.5: 2,2 cm; l.6: 2 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,6 a 1,3 cm.

Leitura:

IN NominE : [Domini ...] / EGO loHaN[nes ...] / HOC CA[...] / ANIME M[ea...] / BIUS IN [...] / [...]

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, p. 466, Insc. Nº 219.

Inscrição truncada, gravada em lápide de que sobrevive o ângulo superior esquerdo. O fragmento que sobrevive não permite determinar com segurança de que tipo de inscrição se trata, mas parece ser comemorativa de alguma construção (capela ?) erguida em favor da alma de alguém (atendendo ao início das terceira e quarta regras). As suas letras conservam características arcaicas.

Nº 18

[Séc. XII]

Local: Proveniência Desconhecida (Freg.: ?; Conc.: ?; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, cota 461.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp. máx.: 19 cm. Alt. máx.: 15,5 cm. Esp.: 13 cm. Alt. média das letras: l.1: 3,6 cm. l.2: 4,1 cm.

Leitura:

[...]TE DEI FILI [...] / [...]OR PROPTTE [...]

Pub.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, p. 467, Insc. Nº 220.

Inscrição muito truncada, de proveniência desconhecida. Apenas sobrevivem alguns caracteres, distribuídos por duas regras, correspondendo à parte central destas. O seu conteúdo torna-se incompreensível.

Nº 19

[?], Setembro, 13

Local: Proveniência Desconhecida (Freg.: ?; Conc.: ?; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, cota 472.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp. máx.: 46 cm. Alt. máxima: 25 cm. Esp.: 18,5 cm. Alt. média das letras: l.1: 5 cm; l.2: 5 cm; l.3: 4,5 cm; l.4: 4,5 cm.

Leitura:

[...] / [...]LATUR TEMPORE SanCII (?) [...] / [...] [sep]TEMBRIS TUNC FUIT IDU[s] [...] / [...] QUOD TA [...]

Pub.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 467-468, Insc. Nº 221.

Fragmento de inscrição de proveniência desconhecida, que se conserva no Museu Nacional Machado de Castro. Não se encontra referida no Catálogo da Secção Lapidar organizado por Vergílio Correia (1941), pelo que deve ter dado entrada depois dessa data. A lápide foi posteriormente reaproveitada para se talhar uma base românica, ficando com o campo epigráfico, truncado, voltado para o solo. O carácter lacunar da sua epigrafe impossibilita a progressão no seu estudo. Mantemos dúvidas quanto à leitura de "SanCII", já que a fractura superior impossibilita que se saiba se estava gravado "SCII" (= Sancii), como parece mais provável atendendo à palavra anterior, ou "SCTI" (= Sancti). A tratar-se de uma referência a D. Sancho I, a inscrição poderia ser balizada entre 1185 e 1211.

Nº 20

[Séc. XII]

Local: Proveniência Desconhecida (Freg.: ?; Conc.: ?; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Cota Nº 652.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp. máx.: 22,5 cm. Alt. máx.: 13,2 cm. Esp.: 4 cm. Alt. média das regras: r.1: 2,7 cm; r.2: 2,7 cm; r.3: 2,5 cm. Alt. média das letras: l.1: 2 cm; l.2: 2 cm; l.3: 2 cm.

Leitura:

[...] [t]UMULUS : DE MATER / [...]TERIO : Q(u)l : IACET : HIC / [...] : NOTOS :

Pub.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, p. 468, Insc. Nº 222.

Inscrição funerária de proveniência desconhecida. Apesar de não conseguirmos avançar muito no estudo desta inscrição, dado o carácter lacunar do texto sobrevivente, devemos sublinhar a boa qualidade que a epígrafe deixa transparecer quer ao nível do traçado dos seus caracteres quer no equilíbrio da paginação do texto, o que revela a mão segura de um lapicida experiente. O facto de o T de [...]TERIO se encontrar levemente soerguido pode ser interpretado como um sintoma de que a letra anterior seria um L (no espaço do qual se teria incluído o T) ou um A (como parece sugerir a orientação tomada pela fractura).

Nº 21

1201, Fevereiro, 21

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 672.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 27 cm. Alt.: 21,5 cm. Campo Epigráfico: Comp.: 26 cm. Alt.: 20,2 cm. Alt. média das regras: r.1: 4,4 cm; r.2: 4,2 cm; r.3: 4,2 cm; r.4: 4,3 cm. Alt. média das letras: l.1: 3,7 cm; l.2: 3,5 cm; l.3: 3,5 cm; l.4: 3,5 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,6 cm.

Leitura:

IX : Kalendas : MARCII : OBIIT : G(un) / SALVUS : DIDACI : DECANus : / COLINBRIENSIS : ERA : M / CC : XXX : VIII :

Publ.: CAMPOS J.C.A. 1877, p. 20, nº 10; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 141; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 510-512, Insc. Nº 253.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 16, nº 68; VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 142; CORREIA V. 1941, p. 29, nº 35.

Inscrição funerária do Deão D. Gonçalo Dias, aparecida na Capela de S. Miguel, no claustro da Sé Velha de Coimbra, em 1859.

A inscrição funerária de D. Gonçalo Dias foi lida pela primeira vez por João Correia Ayres de Campos, no primeiro catálogo do Museu do Instituto de Coimbra, que seria mais tarde incorporado no Museu Nacional Machado de Castro. Nesta publicação, Ayres de Campos fornece elementos para a caracterização do itinerário deste letreiro: descoberto em 1859 por António Maria Seabra de Albuquerque numa capela do Claustro da Sé Velha, onde "... *ha muito se acha estabelecida a loja dos livros da Imprensa da Universidade, ao fundo da rua do Norte ...*", seria oferecida por este ao Instituto em 3 de Julho de 1873 (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 20). É possível que as fracturas que tanto afectam este exemplar tenham sido infligidas no momento em que António Maria Seabra de Albuquerque retirou a lápide da parede da Capela. João Correia Ayres de Campos fornece uma leitura quase correcta, embora se equivoque na data, atribuindo o epitáfio à "Era de M CCC XXX VIII" (A.D. 1301), e não à Era de M CC XXX VIII (A.D. 1201) como realmente deve

ser. O seu erro ficou a dever-se a incorrecta interpretação do segundo C, que apresenta inflexão a meio da curva, numa solução típica da oficina epigráfica coimbrã, que o autor interpretou como sendo dois CC sobrepostos. Para além deste pormenor, Ayres de Campos enganou-se ainda no nome, lendo "G...SARIS" (em vez de G...SALVUS). A sua leitura seria adoptada, pouco depois, por A. C. Borges de Figueiredo, que incorre nos mesmos erros de Ayres de Campos (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 141). Mais tarde, o epitáfio de Gonçalo Dias seria referido, sem leitura, por António Augusto Gonçalves e Vergílio Correia, nos catálogos da Secção Lapidar do Museu Machado de Castro que cada um organizou (GONÇALVES A.A. 1911, p. 16, nº 68; CORREIA V. 1941, p. 29, nº 35), e ainda por António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, no seu clássico estudo sobre a Sé Velha, onde atribuiu o óbito ao ano de 1200 (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 142).

A inscrição de D. Gonçalo Dias, apesar do seu mau estado de conservação, não deixa de espelhar a qualidade técnica atingida pela oficina epigráfica coimbrã nos inícios do séc. XIII. A lápide, de reduzidas dimensões, ostenta uma cuidada *ordinatio*, com regras bem marcadas e o texto distribuído de forma equilibrada pelo espaço disponível. No entanto, na parte terminal sobrou algum espaço livre, que o lapicida ocupou com duas pequenas bandas de motivos geométricos, dentro do gosto estético do Românico. Do ponto de vista paleográfico salientamos várias soluções típicas da oficina epigráfica de Coimbra: os OO com inflexão a meio da linha curva esquerda (em OBIIT e COLINBRIENSIS), o segundo C da Era com igual solução, o T com inflexão curva na parte inferior da haste vertical, assemelhando-se à sobreposição de um T e C (em OBIIT), alguns SS e CC rectificadas.

António Augusto Gonçalves foi o primeiro autor a sublinhar que o Deão D. Gonçalo Dias era irmão do célebre Chanceler D. Julião Pais (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 558-562, Insc. Nº 277, de 1215, que figura neste Catálogo com o Nº 27). D. Gonçalo Dias encontra-se documentado como Deão pelo menos desde o ano de 1195 (LPreto, nº 531). A notícia do seu falecimento ficou registada no Livro das Kalendas, o obituário da Sé de Coimbra, no fólio destinado às IX Kalendas Marcii:

"¶ Eodem die Era M^a. CC^a. XXX^a. VIII^a. Obitus decani Gunsalvi Didaci; et sciendum est quod frater eius Donnus Iulianus excellentissime memorie Domni Alfonsi et pie recordationis Domni Sancii et illustrissimi Domni Alfonsi Portugalensium Regum Cancelarius emit tres partes illius ville que vocatur Alcarraques pro LX^a.III morabitanis et dedit eam sedi Sancte Marie pro suo et fratris sui iam dicti Decani anniversario; et iacent ambo intus in axidia Altaris Sancti Micaelis in claustro sub singulis monumentis positus in pariete capelle sub archu; scilicet Gunsalvus Didaci iacet in monumento posito sub archu versus fontem et sub archu ibi eius Era posita manifestat." (LKal., I, pp. 112-113).

A notícia do Livro das Kalendas confirma, portanto, a nossa proposta de datação, a localização do seu túmulo na Capela de S. Miguel do Claustro da Sé Velha, junto da sepultura de seu irmão, ambas embutidas em pequenos arcossólios, sendo o local assinalado pela inscrição (designada na notícia obituária por "Era"). O Livro das Kalendas regista, ainda, o legado de bens fundiários em Alcarraques, perto de Trouxemil, nos arredores de Coimbra, por D. Julião, em memória do Deão. Dois sobrinhos seus - filhos do Chanceler régio D. Julião Pais e de D. Maior Mendes - seguiriam a vocação de D. Gonçalo Dias, tendo um sido Deão e outro Tesoureiro da Sé de Coimbra (vd., mais à frente, comentário à Insc. Nº 27, de 1215).

Nº 22

1202, Outubro, 30

Local: Igreja do Mosteiro de St^a. Cruz de Coimbra (Freg.: St^a. Cruz; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 5724.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 19 cm. Alt.: 11 cm. Campo epigráfico: Comp.: 18,3 cm. Alt.: 10 cm. Alt. média das regras: r.1: 2,8 cm; r.2: 2,8 cm; r.3: 2,9 cm. Alt. média das letras: l.1: 2,2 cm; l.2: 2,2 cm; l.3: 2,2 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,6 cm.

Leitura:

: III : KaLendas : NovemBRis : OBIIT : NU / NUS : SuBdiaconus : GUTERRIZ : / C(anonic)us : S(anct)E : M(ari)E : Era : M^a : CC^a : X^a :

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 518-519, Insc. Nº 257.

Ref.: CORREIA V. 1941, p. 18, nº 8.

Inscrição funerária de D. Nuno Guterres, Subdiácono da Sé de Coimbra, gravada em pequena lápide de calcário, que se conserva no Museu Nacional Machado de Castro, onde não se esclarece a sua proveniência. Como veremos, encontrava-se outrora no Mosteiro de St^a. Cruz, em Coimbra.

A inscrição de Nuno Guterres permaneceu inédita até à apresentação da nossa Dissertação, tendo sido apenas referida por Vergílio Correia no Catálogo-Guia do MNMC, em 1941, sem que, no entanto, publicasse leitura do epitáfio (CORREIA V. 1941, p. 18, nº 8).

A inscrição, com cuidada *ordinatio*, foi gravada ao longo de três regras. Registemos algumas particularidades deste curioso epitáfio dignas de nota: o primeiro I de OBIT gravado soerguido, aproveitando o espaço deixado disponível pelo B minúsculo; a abreviatura de SB (= SuBdiaconus); os caracteres TE de GUTERRIZ geminados; o segundo R de GUTERRIZ incluso no primeiro R; C(anonic)us abreviado em C'; S(anct)E abreviado em S com o E incluso na metade superior do S; M(ari)E com o E incluso no M e geminado com a haste central do M; e, por fim, o X aspado no fim do letreiro. Todos estes pormenores sugerem que o lapicida se socorreu de *ordinatio*.

A identificação de Nuno Guterres, Subdiácono de St^a. Maria (Sé de Coimbra), encontra no Livro das Kalendas, o Obituário da Sé, uma preciosa fonte de informação. Efectivamente, no fólio relativo às *III Kalendas Novembris*, encontra-se exarada a seguinte notícia:

"¶ Era M^a. CC^a. XL^a. Obiti Nunus Guterri Subdiaconus Sancte Marie Canonicus qui dedit nobis tria casalia in Alifeclas pro anniversario suo et capitulo suum vas argenteum et operi X.cem morabitos. Et iacet in Monasterio Sancte Crucis." (LKal., vol. II, p. 225).

A notícia do Obituário coimbrão confirma em absoluto a nossa leitura da epígrafe - desde o desdobramento de "SB" em Subdiaconus, até ao X aspado, de resto claríssimo no original epigráfico - fornecendo, ainda, elementos preciosos para a identificação da sua proveniência. Para além da notícia do Livro das Kalendas apenas conhecemos uma outra referência a Nuno Guterres, quando é mencionado no testamento de D. Ermesenda Martins, de [1177-1182]:

"Et hoc fiat per manus episcopi domni Vermudi et per manus meis fratris Rodiri[c]i Martiniz et consanguinei mei Gondisalvus Gondisalvi et mei abbatis Cipriani Clementis et Nuni Guterri." (LPreto, nº 236).

Julgamos que o Subdiácono Nuno Guterres devia ser pessoa distinta do cavaleiro de Coimbra homónimo, filho de Guterre Pais e neto de Paio Fromarigues (LSanto, p. 66), que em Fevereiro de 1142 subscreveu carta de "germanidade" com seu irmão Paio Guterres, onde declara que "... corpora nostra sepeliantur cum fratre nostro in cimiterio Sancte Crucis ..." (LSanto, doc. 105). No entanto, o lapso de tempo que separa os filhos de Guterre Pais (todos documentados na primeira metade do séc. XII - cf. Leontina Ventura in LSanto, pp. 52-54¹²), e a data da morte do Subdiácono Nuno Guterres, em 1202, sugere que se trata de pessoas homónimas mas distintas.

Nº 23

1206, Abril, 24

Local: Igreja-Colegiada de S. João de Almedina (Freg.: Almedina; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 5723.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp. máx.: 35 cm. Alt. máx.: 30 cm. Alt. média das letras: 4 cm.

Leitura:

+ : VIII : K(alen)DAS : M(aii obiit) / FAMuLUS : DEI : MICHAEL : PET[ri] / Q(u) : SUO : CENSU :
PROPR[io] / HANC : ECCL(esi)AM AB : EP(iscop)O : DO[mno] / PETRO : FEC[it cons]ECR[ari era]
/ [M] CC [X ' III]

Publ.: FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 159; VASCONCELOS A.G.R. 1927, pp. 17-26; SOUSA J.M.C. 1948, nº 27; REAL M.L. 1974, pp. 54-55 e p. 107; BARROCA 1995, vol. II, tomo I, pp. 519-521, Insc. Nº 258.

Ref.: CORREIA V. 1941, p. 18, nº 7.

12 — O único que parece ter sobrevivido à passagem dos meados da centúria parece ter sido precisamente Nuno Guterres, que se encontra documentado até 1154 (LSanto, nº 67).

Inscrição funerária de D. Miguel Peres, procedente de S. João de Almedina, onde se encontrava outrora embutida sobre a Porta voltada ao pátio episcopal, e que hoje se conserva no Museu Nacional Machado de Castro. Apesar de ser uma inscrição funerária, ela revela que D. Miguel Peres mandara sagrar, à sua custa, a Igreja de S. João de Almedina, e que a cerimónia fora presidida pelo Bispo D. Pedro Soares (1192-1233).

O primeiro autor a publicar a inscrição funerária de D. Miguel Peres foi António Cardoso Borges de Figueiredo, em 1886, não a partir do original (que no último quartel do séc. XIX ainda estava perdido) mas citando a *Coimbra Gloriosa*, um manuscrito inédito de Joaquim José da Silva Pereira, onde se registava que sobre a porta da Igreja de S. João de Almedina se podia ver a inscrição:

“OCTAVO KALENDAS MAII OBIIT
FAMULUS DEI MICHAEL PETRI
QUI SUO SENSU PROPRIO HANC
ECCLESIAM AB EPISCOPO DOMINO
PETRO FECIT CONSECRARI . ERA
M . CC X IIII”

(FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 159). A lição de Joaquim José da Silva Pereira, embora seja quase fiel ao original - apenas tendo desdobrado as abreviaturas sem o assinalar - revela um pequeno equívoco na datação, o que veio a lançar a dúvida. Efectivamente, o autor lia “ERA MCCXIII” (A.D. 1176), o que era incompatível com a referência ao Bispo D. Pedro. Na realidade, em 1176 a cadeira episcopal de Coimbra encontrava-se ocupada por D. Miguel Salomão. Borges de Figueiredo, notando a incompatibilidade cronológica entre a Era e a referência ao Bispo, sublinhava que a inscrição fora mal lida ou o Bispo D. Pedro não era Bispo de Coimbra. No entanto, Borges de Figueiredo não reparou que, nesse mesmo ano de 1176, Portugal não possuía qualquer Bispo de nome Pedro: em Braga encontrava-se D. Godinho, no Porto D. Fernando Martins, em Lamego D. Godinho Afonso, em Viseu D. Godinho e em Lisboa D. Álvaro. Portanto, a única hipótese plausível seria a de a Era ter sido mal lida. E, de resto, sabendo-se da estreita ligação entre os Bispos de Coimbra e a Igreja de S. João de Almedina, torna-se difícil conceber que a Sagração da sua reforma românica fosse presidida por um Bispo de outra diocese.

Depois de Borges de Figueiredo seria a vez de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos se debruçar sobre a inscrição de S. João de Almedina (VASCONCELOS A.G.R. 1927, p. 17 e ss.). Neste estudo o autor dava notícia do aparecimento da lápide poucos anos antes de 1927, quando se realizaram obras de adaptação da Igreja de S. João de Almedina para Museu, e que a epigrafe se encontrava mutilada em diversos pontos. Sublinhava, ainda, a relativa fidelidade da leitura de Joaquim José da Silva Pereira. As mutilações sofridas pelo letreiro afectavam toda a parte terminal direita da inscrição e particularmente a última regra, onde se gravara a polémica Era. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, no entanto, conseguia resolver o problema cronológico, sugerindo que o X da Era fosse aspado (ERA MCCX'IIII = 1244, A.D. 1206), o que a tornaria compatível com a referência ao Bispo D. Pedro, sem dúvida D. Pedro Soares, que ocupou a cadeira episcopal de Coimbra entre 1192 e 1233 (VASCONCELOS A.G.R. 1927, p. 26). A Sagração de S. João de Almedina ocorrera, portanto, entre 1192 (início do episcopado de D. Pedro Soares) e 1206 (data da morte de D. Miguel Peres).

Em 1948 seria a vez de Cordeiro de Sousa publicar a inscrição, sem qualquer desdobramento e sem qualquer tentativa de reconstituição do texto epigráfico ausente. Citando na bibliografia da epigrafe os estudos de A. C. Borges de Figueiredo e de António de Vasconcelos, não se compreende muito bem os motivos porque Cordeiro de Sousa optou por atribuir a inscrição ao “Séc. XII” (SOUSA J.M.C. 1948, nº 27), quando, desde a edição do estudo de António de Vasconcelos, a data de 1206 devia ser entendida como pacífica.

Mais recentemente, Manuel Real voltou a publicar a inscrição de S. João de Almedina a partir da lição de António de Vasconcelos (REAL M.L. 1974, p. 107, nota 24).

A inscrição de S. João de Almedina, apesar do seu mau estado de conservação, espelha uma execução cuidada, com recurso a *ordinatio*, de que sobrevivem ténues vestígios da marcação das regras e respectiva marginação, mais grafadas do que gravadas. A *ordinatio* foi respeitada pelo lapicida, como se depreende, por exemplo, da regularidade do módulo dos seus caracteres e da relativa abundância de letras geminadas (sete exemplos sobreviventes). O seu alfabeto opta maioritariamente pelas maiúsculas, algumas com configurações rectificadas (como alguns SS e os CC), dentro do gosto da escola epigráfica coimbrã.

Não conseguimos encontrar elementos documentais que ajudem a traçar a biografia de D. Miguel Peres que, como a inscrição revela, fez consagrar a Igreja à sua custa (“... QUI SUO CENSU PROPRIO HANC ECCLESIAM AB EPISCOPO DOMINO PETRO FECIT CONSECRARI ...”). A sua inscrição funerária constitui o mais antigo testemunho epigráfico deste templo que, a partir de 1117, os bispos de Coimbra elegeram para sua residência. No entanto, a Igreja de S. João de Almedina já se encontra documentada pelo menos desde 1083, quando é referida em acto de venda de uma horta localizada nas suas imediações: “... *intus Colinbrie loco nominato super ecclesia vocabulo Sancto Johanne* ...” (LPreto, nº 456 = PMH, DC 657). De resto, seria no seu claustro que seria enterrado o Bispo D. Crescónio, em 1098 (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 96). A Sagração promovida por D. Miguel Peres e presidida por D. Pedro Soares seria, portanto, respeitante a uma reconstrução românica.

Nº 24

1208, Julho, 24

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 665.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 42 cm. Alt.: 24 cm. Alt. média das regras: r.1: 4,9 cm; r.2: 4,9 cm; r.3: 5 cm; r.4: 5 cm. Alt. média das letras: l.1: 4,2 cm; l.2: 4 cm; l.3: 4,2 cm; l.4: 4,1 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,6 a 0,9 cm.

Leitura:

· VIII : KaLendas : AUGusti : OBIT : PETRUS : ENCIN / US : PresBiteR : CA(nonicus) : SanCtE
: MariE : ERA : M^a : CC^a : X^o VI

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 523-525, Insc. Nº 260.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, nº 53; CORREIA V. 1941, p. 19, nº 11.

Inscrição funerária do Presbítero Pedro Encino, Cónego da Sé de Coimbra, gravada na mesma lápide em que se registou o epitáfio de D. Miguel Peres, Subdiácono da mesma Sé (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 538-539, Insc. Nº 266, que figura neste Catálogo com o Nº 26). Trata-se, portanto, de mais um exemplo de epitáfio duplo, isto é, de duas inscrições gravadas em momentos distintos no mesmo suporte. A lápide, procedente do Claustro da Sé Velha, apareceu durante trabalhos de demolição (GONÇALVES A.A. 1911, p. 14).

A inscrição de D. Pedro Encino permaneceu inédita até a termos incluído na nossa Dissertação, tendo sido apenas referida nos catálogos da Seccção Lapidar do Museu Nacional Machado de Castro elaborados por António Augusto Gonçalves (1911) e Vergílio Correia (1941). No entanto, em nenhuma dessas obras foi divulgada leitura do texto epigráfico. Sublinhemos que António Augusto Gonçalves não reconheceu a presença do X aspado em nenhum dos epitáfios desta lápide, tendo atribuído a morte de Pedro Encino ao ano de 1178, e a de Miguel Peres a 1181 (em vez de 1208 e 1211, respectivamente). No entanto, o X aspado é claríssimo em ambas as situações, não oferecendo qualquer dúvida. Este duplo lapso de A. A. Gonçalves já não seria incorrido por Vergílio Correia, que em 1941 datou ambas as inscrições correctamente.

Do ponto de vista paleográfico, a inscrição de Pedro Encino apresenta as características a oficina epigráfica coimbrã, nomeadamente o típico "O" com inflexão a meio da linha curva à esquerda (em OBIT). Comparando-se as duas primeiras regras - correspondentes ao epitáfio de Pedro Encino, de 1208 - com as duas últimas - correspondentes ao epitáfio de Miguel Peres, de 1211 - são flagrantes as diferenças, que nos asseguram que as duas inscrições foram gravadas em momentos distintos e por diferentes artistas. O alfabeto da inscrição de 1208 opta por letras predominantemente curvas (nomeadamente os EE e os CC), enquanto que o de 1211, menos elegante e denotando mão menos experiente, opta sobretudo por letras rectificadas (todos os EE e CC são rectos) e de traçado mais pesado.

A inscrição de Pedro Encino regista, de forma inequívoca, as 9 Calendas de Agosto. No entanto, a notícia obituária de Pedro Encino foi registada no Livro das Kalendas, o necrológio da Sé de Coimbra, no fólio respeitante às 8 Calendas de Agosto. Este não é, de resto, o único lapso do escriba que exarou a nota no Livro das Kalendas, já que a data também se encontra errada. Efectivamente, o copista que transcreveu o obituário ignorou a presença do X aspado (que devia ter sido utilizado na versão anterior do Obituário), atribuindo a morte de Pedro Encino ao ano de 1178, tal como séculos mais tarde haveria de acontecer a António Augusto Gonçalves ao ler o epitáfio. O pequeno registo obituário, maculado por estes dois lapsos, diz:

"Anno a Nativitate Domini M^o. C^o. LXX^o. VIII^o. Obit Petrus Presbiter Petri Enchinus Canonicus Sancte Marie qui dedit Capitulo X. Morabitinos et pro suo anniversario suam portionem totius Anni." (LKal., vol. II, p. 54).

É certo que a inscrição não deixa lugar a qualquer dúvida no que respeita à presença do X aspado, contrariando a interpretação do Livro das Kalendas. Mas, se alguma dúvida houvesse, ela seria dissipada por outro testemunho documental. Efectivamente, o Presbítero *Petrus Enchino* surge-nos a confirmar um diploma em Fevereiro de 1195 (LPreto, nº 531), muito depois de 1178.

Nº 25

1211

Local: Torre da Porta de Belcouce, Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 666.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 89 cm. Alt.: 51,5 cm. Esp.: 12,5 cm (com moldura); 10 cm (sem moldura). Campo epigráfico: Comp.: 76 cm. Alt.: 39 cm. Alt. média das regras: r.1: 5,2 cm; r.2: 5,4 cm; r.3: 5,3 cm; r.4: 5,2 cm; r.5: 5,3 cm. Alt. média das letras: l.1: 4 cm; l.2: 3,5 cm; l.3: 3,7 cm; l.4: 4 cm; l.5: 3,8 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 1,5 cm.

Leitura:

REGNANTE : APUD : PORTUGALIAM : ILLUSTRIS(s)IMO : REGE : SANCTIO / INCLITI : REGIS :
ALFONSI : ET REGINE : MAHALDE : FILIO : ET ILLUSTRIS : COMITIS / HENRICI : ET PIIS(s)IME :
REGINE : TARASIE : NEPOTE : IPSO : IUBENTE : HEC / TUR(r)IS : CONSTRUCTA : EST : ANNO :
REGNI : IPSIUS : XX : III : A CAPITONE : CIVITATIS / A SAR(r)ACENIS : PER REGEM : FERNANDUM :
C : X : VI : + : ERA : M^a : CC^a : X^a : VIII^a

Publ.: ROCHA M. 1730, pp. 119-120; GASCO 1805, pp. 118-119; RIBEIRO J.P. 1810(a), pp. 40-41; RIBEIRO J.P. 1811, p. 102; RIBEIRO J.P. 1813, p. 212; BARBOSA A.C.V. 1848, pp. 3-6; CAMPOS J.C.A. 1867, p. 120, nota; BARATA 1873, p. 73, nota 47; CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 539-540, nº 8; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 226; LARCHER 1935, pp. 64, 142 e 158; VASCONCELOS A.G.R. 1938, vol. I, pp. 274-275; VENTURA 1979, p. 51, nota 2; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 531-537, Insc. Nº 265.

Ref.: RIBEIRO J.P. 1819, p. 124; GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, nº 58; VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 88, nota 1; CORREIA V. 1941, p. 32, nº 53; CARVALHO F.A.M. 1942, pp. 54-55; CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, pp. 4-6.

Inscrição comemorativa da construção, por iniciativa de D. Sancho I, da Torre de Belcouce, assim designada por se erguer não muito longe da Porta de Belcouce. A Torre foi também conhecida, em Época Moderna, por Torre da Estrela por se localizar junto da Couraça da Estrela, e por ter sido construído, nas suas imediações, o Colégio de St^o. António dos Capuchos da Província da Conceição, também conhecido por Colégio de St^o. António da Conceição ou St^o. António da Estrela¹³. A Torre de Belcouce ou da Estrela adoptava planta pentagonal na base, como refere António Coelho Gasco e outros autores, e como ainda se pode verificar pelos vestígios sobreviventes. O seu corpo, a partir de certa altura, adoptava, no entanto, planta quadrada. A Porta de Belcouce ou da Estrela foi demolida em 1778 mas a Torre, que ficava a alguma distância, sobreviveu muitos mais anos. Apesar de ter sido parcialmente destruída, ainda sobrevivem testemunhos importantes da Torre de Belcouce, nomeadamente ao nível dos seus alicerces (pentagonais), incluídos no espaço do actual edifício do Governo Civil, voltado ao Largo da Portagem. Como teremos oportunidade de ver, a construção da Torre teve início entre 24 de Julho e 9 de Dezembro de 1209 e a sua conclusão verificou-se entre 1 de Janeiro e 26 de Março de 1211.

O primeiro autor a reportar-se à inscrição da Torre de Belcouce e a fornecer leitura foi António Coelho Gasco. Este autor, falecido em 1666, descreveu a Torre de Belcouce como uma

"... Torre de formosissima e alegre vista, que he de cinco quinas, que está nos Paços dos Condes de Portalegre, a qual em todo o cima tem huma pedra de letras gothicas em latim ..." (GASCO 1805, pp. 118-119).

No entanto, a sua leitura do letreiro encontra-se semeada de imprecisões. Segundo este autor, a epígrafe diria:

"Sanch. Illustrissimus Rex Port. Filius Incliti Regis Alphonsi, et Reginae Mafalda, et Illustrissimi Comitum Henrici Christianissimae quae Reginae Taresae: Ipso Jubente Haec Turris. Et Anno Regni Ipsius 24, et Anno Civitatis Receptae a Serracenis per Regem Ferrandum . C . X2? LVI : + : F : M : CC : X : VIII". (GASCO 1805, pp. 118-119).

13 — O Colégio foi instituído por Alvará de D. João V, datado de 17 de Janeiro de 1707, tendo-se instalado nas casas que tinham pertencido ao Conde de Santa Cruz, no encontro das ruas das Fangas (hoje rua Fernandes Tomás) e da Estrela. Dentro do seu perímetro incluía-se a Torre de Belcouce. As instalações do Colégio começaram a ser erguidas em 29 de Março de 1715 (LOUREIRO J.P. 1960-64, I, p. 353-354). Sobre o atribuído itinerário desta Torre desde os fins da Idade Média até chegar a sede do Governo Civil de Coimbra veja-se, entre outros, SILVA C. 1988, p. 28.

Apesar de não se afastar muito do conteúdo da inscrição - com óbvia excepção no que respeita aos aspectos cronológicos - a lição de Coelho Gasco encontra-se de tal maneira afectada pelas suas imprecisões que seria fastidioso estar aqui a enumerá-las todas. Depois de Coelho Gasco seria a vez de Fr. Manuel da Rocha voltar a publicar a inscrição de Belcouce. Efectivamente, em 1730, Fr. Manuel da Rocha publicou leitura da inscrição da Torre que

“... hoje se inclui no Collegio dos Religiosissimos Padres Capuchos da Província da Immaculada Conceição da Beira e Minho, que vulgarmente se chamão da Estrella ...” (ROCHA M. 1730, p. 119).

A sua leitura apresenta algumas divergências em relação ao original: na primeira linha, “PORTUGALLIAM” (em vez de PORTUGALIAM) e “SANCTIO” (em vez de SANCIO); na terceira regra “THERESIAE” (em vez de TARASIE); na quarta, “EJUS” (em vez de IPSIUS) e “LIBERATIONE” (em vez de CAPCIONE); na última, “FERDINANDUM” (em vez de FERNANDUM). Para além destes erros, acrescentemos ainda a frequente substituição das terminações em -E pelo ditongo -AE. No entanto, do ponto de vista cronológico, a leitura de Fr. Manuel da Rocha é correcta (embora a interpretação das referências cronológicas não o seja). O autor registava a aparente discrepância entre a numeração dos anos do reinado de D. Sancho I (24 anos decorridos) e a Era assinalada na epígrafe (Era 1249, A.D. 1211). Efectivamente, tomando as duas referências cronológicas como reportando-se ao mesmo ano, sendo portanto duas formas distintas de datar o mesmo evento, a inscrição indicaria que o reinado de D. Sancho I apenas se iniciara em 1187 (1211 - 24 = 1187). Esta aparente contradição seria de novo focada por João Pedro Ribeiro que se debruçou sobre este letreiro por diversas vezes. Primeiro, na sua Dissertação I, dedicada ao esclarecimento da data da reconquista de Coimbra por Fernando o Magno (RIBEIRO J.P. 1810(a), p. 40). Depois na Dissertação VI, consagrada aos problemas de datação de documentos (RIBEIRO J.P. 1811, p. 102 e RIBEIRO J.P. 1813, p. 212). Mais tarde, na sua Dissertação XV dedicada à Paleografia em Portugal (RIBEIRO J.P. 1819, p. 124). João Pedro Ribeiro seria o primeiro autor a fornecer uma lição correcta da inscrição de Belcouce, procedendo ao desdobramento das abreviaturas sem o assinalar (RIBEIRO J.P. 1810(a), p. 40). Registemos, apenas, três pequenas diferenças de pormenor: “Jubente” em vez de IUBENTE; “Turii” em vez de TURIS ou TUR(r)IS; e “Captione” em vez de CAPCIONE ou CAPCIONE. Já na Dissertação VI devem ser assinalados outros lapsos de menor importância (por exemplo, “Mahalda” em vez de MAHALDE, ou “Henrici” em vez de HENRICI) e ainda a indicação do ano “XXIII.” do reinado de D. Sancho I (em RIBEIRO J.P. 1813, p. 212). As dúvidas cronológicas que a inscrição suscitava a João Pedro Ribeiro, e que o próprio confessava, levaram-no, ainda, a seriar a mesma inscrição na Era de 1248, A.D. 1210 (RIBEIRO J.P. 1819, p. 124). Efectivamente, a interpretação cronológica da inscrição de Belcouce causou alguma perplexidade a João Pedro Ribeiro, levando-o a conferir por diversas vezes a sua primeira leitura. João Pedro Ribeiro entendia, como Fr. Manuel da Rocha, que as datas referidas na inscrição se reportavam a um único momento, utilizando o sistema de datação por referência a diferentes acontecimentos sincrónicos. Deste modo, a Torre teria sido concluída na Era de 1249 (A.D. 1211), quando se passava o 24º ano do reinado de D. Sancho I e o 146º ano sobre a tomada de Coimbra por Fernando o Magno. Interpretando-se deste modo, a epígrafe de Belcouce apresenta, efectivamente, discrepâncias difíceis de entender: o reinado de D. Sancho I ter-se-ia iniciado em 1187, dois anos depois da morte de D. Afonso Henriques e a reconquista de Coimbra teria ocorrido em 1065 (e não em 1064). Depois de analisar a solução de Fr. Manuel da Rocha, demarcando-se dela, João Pedro Ribeiro concluía sem avançar com qualquer solução sua, declarando com precaução:

“Seria mais fácil neste caso suppor dous numeros errados (pois hum só não basta) por incúria de quem abriu a Inscricção; mas longe de avançar temeridades, depois de huma e muitas vezes a conferir no sitio em que está collocada, e achar claras, e sem equivoco as datas, deixo a liberdade a qualquer de arriscar as suas conjecturas.” (RIBEIRO J.P. 1810(a), p. 41).

A solução do problema cronológico da inscrição de Belcouce seria enunciada pela primeira vez por António do Carmo Velho Barbosa (BARBOSA A.C.V. 1848, pp. 3-6), que depois de transcrever a versão de João Pedro Ribeiro viria a defender que a inscrição se reportava a dois momentos distintos: o primeiro, do início da construção da Torre, definido pelo 24º ano do reinado de D. Sancho I e pelo 146º ano da Reconquista de Coimbra; o segundo, respeitante à conclusão da Torre, verificado na Era de 1249, A.D. 1211. Nas palavras de António do Carmo Velho Barbosa,

“Se à Era de 1102 acrescentarmos os 146 [anos] começados ou 145 completos, temos o anno de 146 iniciado desde 24 de Julho da Era de 1247. Se à Era de 1223, principio do reinado do Senhor D. Sancho, acrescentarmos 23 annos, completados a 6 de Dezembro da Era de 1246, temos que ainda depois de 24 de Julho da Era de 1247 vai correndo o anno 24 de reinado, e assim, desde 24 de Julho desta Era, coincide o anno 24 de reinado com o anno 146 da tomada de Coimbra. Assim ficão certas, e conciliadas estas notas chronológicas, e tiramos por infallivel conclusão que a Torre foi edificada entre 24 de Julho e 6 de Dezembro da Era de 1247 porque só dentro deste espaço de tempo he que vão a par o anno 24 de reinado e 146 da tomada de Coimbra.” (BARBOSA A.C.V. 1848, p. 5).

Deste modo, a Torre de Belcouce teria sido iniciada entre 24 de Julho e 6 de Dezembro de 1209 e deu-se por concluída dois anos mais tarde, em 1211. A. C. Velho Barbosa chamava a atenção, ainda, para o facto de entre os dois primeiros elementos cronológicos (24º ano do reinado de D. Sancho I e 146º ano da reconquista de Coimbra) e a Era de 1249 (A.D. 1211), existir uma cruz, que estabelece a separação e a distinção entre os elementos cronológicos referentes ao início da construção da Torre e a Era da sua conclusão.

Alguns anos mais tarde, em 1867, João Correia Ayres de Campos dava nova leitura do mesmo letreiro, que ainda teve oportunidade de ver no Colégio da Estrela, *“na face externa da parede do seu Torreão onde ainda ao presente se conserva”* (CAMPOS J.C.A. 1867, p. 120). A leitura de J.C. Ayres de Campos opta por não desdobrar as abreviaturas (com uma única excepção em IPSIUS) e por substituir os X aspadados por “XL”. Para além de um pequeno lapso (“Ilustrisimo” em vez de ILLUSTRISIMO por não ter reparado no segundo L presente na inscrição), registemos apenas uma mudança de regra deficientemente marcada (depois de TURIS, quando devia ser antes dessa palavra). Uma versão idêntica seria transmitida por António Francisco Barata, nas notas críticas que escreveu para acompanhar a reedição da *História Breve de Coimbra* de Bernardo de Brito Botelho (BARATA 1873, p. 73, nota 47). Em 1877 J. C. Ayres de Campos voltaria a publicar a inscrição no Catálogo dos Objectos do Museu do Instituto, corrigindo a divisão de

regras mas mantendo o mesmo lapso de "Ilustrisimo" (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 539-540). A referência no Catálogo de 1877 não se ficou a dever ao facto de a lápide já ter sido retirada da construção e recolhida ao acervo museológico do Instituto de Coimbra, mas tão somente porque no Museu do Instituto tinha dado entrada um molde realizado pelo Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, o autor do *Antiquário Conimbricense*, em cujas páginas certamente pensava vir a publicar este letreiro. De resto, João Correia Ayres de Campos, nesse suplemento de 1881 ao Catálogo de 1877, declarava expressamente que a inscrição

"decifra-se, bem conservada ainda, na face externa da parede sobre a porta do pequeno terrado do edificio, que foi collegio de Sancto António da Estrella da Provincia da Conceição de Portugal em Coimbra" (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 539-540).

Escassos cinco anos depois, em 1886, seria a vez de António Cardoso Borges de Figueiredo voltar a publicar a inscrição de Belcouce, reproduzindo a lição e as conclusões de Velho Barbosa.

Em 1911 a inscrição de Belcouce já se encontrava no Museu Nacional Machado de Castro, figurando no respectivo catálogo organizado por António Augusto Gonçalves (GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, nº 58). A transferência deve ter ocorrido, portanto, entre 1881 e 1911. Sabemos que, depois de 1834, as construções do antigo Colégio de Santo António da Conceição ou da Estrella tinham sido aproveitadas para cadeia municipal (a partir de 1836) e, mais tarde, para nelas se instalar uma fábrica. Segundo Carneiro da Silva, esta ardeu nos primeiros anos do século XX (SILVA C. 1988, p. 28). É natural, portanto, que a transferência da lápide para o Museu Nacional Machado de Castro esteja relacionada com esse incêndio e com a posterior adaptação da Torre e construções anexas a residência particular (depois sede do Governo Civil de Coimbra).

Em 1935 Jorge Larcher recupera a lição de A. C. Velho Barbosa e adopta as conclusões a que este autor chegara (LARCHER 1935, pp. 64, 142 e 158). Alguns anos mais tarde, em 1938, António de Vasconcelos dava nova lição do letreiro, focando os problemas cronológicos e citando igualmente o estudo de Velho Barbosa. A leitura que divulga é, no entanto, de sua autoria. Nela, para além do lapso "Ilustrisimo" (em vez de ILLUSTRISIMO), devemos registar a adopção de critérios de transcrição ambíguos. Referimo-nos ao facto de António de Vasconcelos tanto ter optado por não desdobrar sinais de abreviatura (como, por exemplo, em "Sácio", "Icliti", "Alfósi", "Herici", "lubete", "Cacine", etc), como, noutros pontos, ter procedido ao seu desdobramento (por exemplo, em "Regnante", "Constructa", "Est", "Ipsius", "Per", etc) (VASCONCELOS A.G.R. 1938, vol. I, pp. 274-275). Um pouco mais tarde era dada a público a obra do General F. A. Martins de Carvalho sobre as portas e arcos de Coimbra, escrita na forma de fascículos alguns anos antes, reunidos em livro em 1942, onde se transcreve, de novo, a lição de A.C. Velho Barbosa (CARVALHO F.A.M. 1942, pp. 54-55). Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves não divulgaram leitura desta inscrição no Inventário Artístico de Portugal, tendo-se apenas reportado à cronologia da construção, revelando, portanto, conhecimento da sua existência (CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, p. 6). Por fim, mais recentemente, Leontina Ventura publicou novamente a leitura da inscrição de Belcouce, onde optou pelo desdobramento de todos os sinais de abreviatura e onde se registam alguns lapsos: "Ilustrisimo" em vez de ILLUSTRIS(s)IMO; "Regio" em vez de REGE; "Taracie" em vez de TARASIE; "Jubente" em vez de IUBENTE; "Captione" em vez de CAPCIONE; e, por último, a não transcrição da cruz que separa o numeral 146 da Era em que se concluiu a construção da Torre (VENTURA 1979, p. 51, nota 2).

A inscrição da Torre de Belcouce constitui um exemplar notável a vários níveis, nomeadamente pela sua riqueza cronológica. Já vimos que os problemas cronológicos da inscrição da Torre de Belcouce, equacionados por João Pedro Ribeiro, foram resolvidos por António do Carmo Velho Barbosa. Este autor foi o primeiro a valorizar o facto de existirem, no letreiro, duas ordens de referência cronológica, uma ao início da construção da Torre, outra referente à sua conclusão. A datação do arranque das obras da Torre de Belcouce foi assinalada com referência a dois marcos: ao vigésimo quarto ano do reinado de D. Sancho I e ao centésimo quadragésimo sexto ano da Reconquista de Coimbra. O vigésimo quarto ano do reinado de D. Sancho I decorreu entre 9 de Dezembro de 1208 e 9 de Dezembro de 1209. Por seu turno, o centésimo quadragésimo sexto ano da Reconquista de Coimbra decorreu entre 24 de Julho de 1209 e 24 de Julho de 1210. Deste modo, a Torre de Belcouce deve ter sido iniciada entre 24 de Julho e 9 de Dezembro de 1209, o único lapso de tempo em que se verifica a concordância entre os dois elementos cronológicos. A datação do *terminus* das obras, em 1211, não oferece problemas. No entanto, podemos circunscrever com alguma segurança este *terminus* aos primeiros três meses do ano de 1211. Efectivamente, a inscrição declara, sem reservas, que reinava em Portugal D. Sancho I e este monarca faleceu em Coimbra em 26 de Março de 1211¹⁴. A conclusão da Torre de Belcouce e a elaboração desta inscrição deve, portanto, ser anterior a essa data pois, caso contrário, não se esqueceria de referir a morte do monarca ou indicar o novo titular da coroa, D. Afonso II. Portanto, podemos dizer que a conclusão da Torre de Belcouce ocorreu entre 1 de Janeiro e 26 de Março de 1211, e que esta demorou, no máximo, um ano e oito meses a ser erguida.

A inscrição de Belcouce apresenta um alfabeto com algumas das características que nos permitem individualizar a oficina epigráfica coimbrã, aqui pautadas pela diversidade adoptada por algumas letras (dois tipos distintos de EE, de TT, de SS, de MM e de UU). Por outro lado, a inscrição de Belcouce revela-nos uma qualidade epigráfica notável, com uma regularidade de módulo das letras apenas possível com recurso a *ordinatio* e com uma distribuição equilibrada do texto ao longo do espaço disponível, o que pressupõe uma paginação prévia de todo o texto, antes de o lapidada

14 — Cf. DHP, s.v. "Sancho I", vol. V, p. 439. O Monarca já se encontrava doente em Novembro de 1210, altura em que envia uma carta a diversas autoridades de Lisboa onde confessava a sua deficiente condição física e pedia preces pelas suas melhoras:

"...Sciatis quia ego sum multum infirmus, unde rogo vos sicut amicos et vassalos naturales ut oretis pro me ad Dominum et ad Beatam Virginem Mariam et Beatum Vicentium martirem quod dent mihi salutem corporis et anime." (DS, nº 195, de 14 de Novembro de 1210).

ter dado início ao trabalho de gravação. Ao nível das abreviaturas salientamos a presença abundante de letras geminadas (32 exemplos), sendo de salientar os casos de geminações entre letras de palavras diferentes (por exemplo, o R de REGINE geminado com o T de ET, que lhe antecede; a geminação de T e P em ET PIISSIME; ou a geminação de A e C em A CApCloNE). Surgem, ainda, dois casos menos comuns: geminações de três letras (ADU em FERNADUm) e geminações aproveitando letras com traçado curvo (por exemplo GE de REGE ou GN de REGNI geminados). No entanto, para além das letras geminadas, o lapicida socorreu-se ainda de outros mecanismos destinados a economizar espaço, nomeadamente as letras inclusas (19 exemplos) e as abreviaturas por contracção ou síncope, devidamente assinaladas por sinais sobrepostos, gravados nos espaços interlineares. Em três casos utilizaram-se soluções específicas: o sinal específico semelhante a “9” que utilizado no início das palavras tem valor de CON- (em conSTRUCTA), e que no final das palavras equivale à terminação -US (em IPSus); e a abreviatura de “Per” na característica solução do P com a haste vertical cortada, em baixo, por segmento de recta horizontal.

Todos estes aspectos, aliados à diversidade paleográfica e à qualidade e elegância do traçado das letras, revelam-nos não só o elevado nível técnico do lapicida que criou esta epígrafe, mas também a familiaridade de quem traçou a sua *ordinatio* com o universo da Diplomática e dos *scriptoria*. De resto, a utilização do sistema cronológico com referência a vários eventos sincrónicos é típica de alguns *scriptoria* monásticos, que detinham registos analíticos onde os autores de textos epigráficos podiam ir retirar essas referências. Este aspecto, no caso de Coimbra leva-nos a pensar, de imediato, na possibilidade de a inscrição de Belcouce ter sido redigida no Mosteiro de St^a. Cruz ou, pelo menos, por um monge dessa casa monástica. Efectivamente, na cidade de Coimbra, St^a. Cruz parece ser a única instituição que detinha conhecimentos históricos e uma tradição memorialista compatível com o texto da nossa inscrição. De resto, a estreita ligação entre o mosteiro de St^a. Cruz e o monarca ajuda a explicar esta possível origem do texto epigráfico. A epígrafe de Belcouce vem, portanto, ao encontro do que tivemos oportunidade de referir a propósito da inscrição da Torre Quinária do Castelo de Coimbra, nomeadamente quanto ao perfil do seu autor e ao desenvolvimento de uma ampla tradição memorialista no mosteiro de St^a. Cruz de Coimbra o que levou alguns dos seus monges a socorrerem-se de elementos sincrónicos como forma de datação (cf. comentário à Insc. Nº 14, de 1198). Salientamos, por último, a presença de uma volumosa moldura encordoada, uma solução plástica nunca vista até então na Epigrafia portuguesa, e que não se voltaria a repetir por muitos anos.

A construção da Torre de Belcouce encontra-se, portanto, claramente balizada entre os anos de 1209 e 1211. Tendo em mente estes parâmetros cronológicos a sua solução arquitectónica revela-nos que o seu arquitecto era conhecedor dos mais recentes progressos da poliorcética e da arte de fortificar. A sua implantação, num dos pontos em que a muralha de Coimbra mais se aproximava do Mondego, e numa das inflexões do traçado dos seus muros (precisamente quando a muralha deixa de correr paralela ao rio e inflecte para Norte), revela-se estrategicamente notável. A Torre permitia, deste modo, vigiar o curso do Mondego, o trânsito na ponte que o atravessava e permitia, ainda, velar pela segurança de todo o importante arrabalde comercial que se desenvolvia extra-muros em torno da Rua dos Francos e das Igrejas de S. Bartolomeu e de Santiago. Por outro lado, a Torre de Belcouce permitia vigiar toda uma área que, para além da sua importância económica e estratégica, ficava longe do alcance visual do Castelo de Coimbra, implantado na parte alta da cidade na zona onde, mais tarde, começaria a ser erguido o Observatório Astronómico instituído pelo Marquês do Pombal, e onde se destacavam a Torre de Menagem afonsina e a Torre Quinária (cf. Insc. Nº 14, de 1198). A Torre de Belcouce cumpria, portanto, objectivos estratégicos sumamente importantes, o que justifica o seu vanguardismo e a relativa celeridade da sua construção¹⁵. Não podemos esquecer, de resto, que Coimbra permanecia, no reinado de D. Sancho I, como a principal opção para a estadia do monarca¹⁶, o que também ajuda a compreender a velocidade de construção da Torre de Belcouce e o empenho do monarca na defesa da cidade (já traduzida alguns anos antes, em 1198, na construção da Torre Quinária).

A Torre de Belcouce foi buscar a sua designação à Porta de Belcouce que existia um pouco a montante e que se encontra documentada desde pelo menos 1123, devendo ter origem bastante anterior. Efectivamente, um diploma desse ano refere “... *illam portam que arabice dicitur Alcouz* ...” (LPreto, nº 579). A zona passou a designar-se mais tarde *Avalcouce* (1230 - LKal., I, p. 191) ou *Valcouce* (1280 - LKal., II, p. 172) (todas as ref. citadas por Leontina Ventura - VENTURA 1979, p. 48, nota 1). José Pedro Machado entende que o topónimo *Avalcouce* ou *Belcouce* pode derivar do árabe *bab al-qos*, “porta do arco” (MACHADO J.P. 1991, p. 84).

Do sistema defensivo da cidade de Coimbra, e para além da inscrição da Torre de Belcouce, chegaram até hoje mais duas outras epígrafes: a da Torre Quinária, de 1198 (BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 436-442, Insc. Nº 205, que figura neste Catálogo com o Nº 14) e a da Torre Nova ou Torre das Mulheres, datada de 1374 (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1469-1473, Insc. Nº 650, que figura neste Catálogo com o Nº 40). Se as duas primeiras espelham o empenho de D. Sancho I na fortificação de Coimbra, cidade onde tantas vezes se encontrava a corte régia, esta última retrata a reforma gótica protagonizada por D. Fernando, enquadrável no amplo movimento de reforma dos sistemas fortificados das cidades portuguesas que o monarca empreendeu.

15 — O período de construção da Torre oscilou entre um mínimo de 13 meses (Dezembro de 1209 a Janeiro de 1211) e um máximo de 20 meses (Julho de 1209 a Março de 1211).

16 — Entre os 239 documentos de D. Sancho I encontramos 122 diplomas para os quais se conhece o local onde foram outorgados pelo monarca. A Coimbra pertencem 47 pergaminhos, enquanto que as três cidades seguintes - Santarém, Guimarães e Lisboa - estão apenas representadas por 17, 11 e 9 diplomas respectivamente. Também analisando os períodos de permanência do monarca em cada localidade se verifica que D. Sancho I continuou a eleger Coimbra como a cidade da preferência régia. Seria, de resto, nesta cidade que viria a ser enterrado, no Mosteiro de St^a. Cruz, ao lado de seu Pai. O facto de St^a. Cruz ser, nestes primeiros tempos da Nacionalidade, o Panteão Real revela, também, de alguma forma que a cidade de Coimbra era a cidade eleita pelos monarcas.

Nº 26**1211, Novembro, 21**

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 665.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 42 cm. Alt.: 24 cm. Alt. média das regras: r.1: 4,9 cm; r.2: 4,9 cm; r.3: 5 cm; r.4: 5 cm. Alt. média das letras: l.1: 4,2 cm; l.2: 4 cm; l.3: 4,2 cm; l.4: 4,1 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,6 a 0,9 cm.

Leitura:

[XI kalendas] DeCemBrIS : OB(iit) : MICH(ae)L : PETRI : SuB(diaconus) / [canonicus sancte]
MARIE : ERA : M^a : CC^a : X' IX^a :

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 538-539, Insc. Nº 266.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, nº 53; CORREIA V. 1941, p. 19, nº 11.

Inscrição funerária de D. Miguel Peres, Subdiácono da Sé de Coimbra, gravada no mesmo suporte que o epitáfio do Cónego D. Pedro Encino, e na continuação deste (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 523-525, Insc. Nº 260, de 1208, que figura neste Catálogo com o Nº 24). Trata-se, portanto, de mais um exemplo de inscrição funerária dupla, isto é, de dois epitáfios gravados em momentos distintos no mesmo suporte. O epitáfio de D. Miguel Peres veio ocupar duas regras definidas em 1208, quando se gravou a inscrição funerária de Pedro Encino, e que foram deixadas em branco. A lápide apareceu durante obras de demolição no Claustro da Sé Velha (cf. GONÇALVES A.A. 1911, p. 14) e encontra-se mutilada no ângulo inferior esquerdo, o que afecta o arranque das duas regras deste epitáfio.

A inscrição funerária de D. Miguel Peres encontra-se no Museu Nacional Machado de Castro desde pelo menos 1911, mas o seu texto nunca foi publicado, tendo permanecido, assim, inédita até ter sido incluída na nossa Dissertação. Apenas se conhecem duas curtas referências, de António Augusto Gonçalves e de Vergílio Correia, quando a arrolaram nos respectivos Catálogos que organizaram. António Augusto Gonçalves não reparou na presença, inequívoca e claríssima, do X aspado, tendo atribuído a inscrição ao ano de 1181, erro em que Vergílio Correia já não incorreu. A inscrição de Miguel Peres não oferece dificuldades de leitura mas necessitou de auxílio externo para se reconstituir o texto ausente por fractura. Valeu-nos, neste aspecto, a notícia obituária que se encontra exarada no Livro das Kalendas da Sé de Coimbra. No fólio relativo às 11 kalendas de Dezembro (21 de Novembro) registou-se:

“Era M^a. CC^a. XL^a. VIII^a. Obiit Michael Petri Suidiaconus Canonicus qui reliquit nobis pro anniversario suo l. morabitinum de illa vinea que iacet in Monte Rubeo. Episcopus habeat eam [quia] de anniversariis nichil debet precipere nec habere iuxta ordinacionem olim factam inter Episcopum et Capitulum.” (LKal., vol. II, p. 263).

A notícia do Livro das Kalendas permitiu, assim, reconstituir a data do falecimento, a parte do epitáfio que era, por si só, impossível de reconstituir. O texto ausente no arranque da segunda regra pode ser repostado, sem dificuldade de maior, tendo apenas em atenção o sentido geral do epitáfio.

O Subdiácono D. Miguel Peres foi uma das 42 testemunhas ouvidas pelo Papa Inocêncio III a propósito do litígio que opunha a Sé de Coimbra e o Mosteiro de St^a. Cruz, um documento que recebeu de Avelino de Jesus da Costa e de Maria Alegria Fernandes Marques a datação crítica de [1201, Maio, 9 - 1203, Junho, 26] (cf. Bul. Port., doc. 87, p. 163 e ss.). Sublinhemos que D. Miguel Peres foi a segunda testemunha a ser ouvida neste processo, reflexo, sem dúvida, do seu prestígio (Bul. Port., pp. 164-165). É de novo referido na Bula *Cum Olim*, de Inocêncio III, datada de 26 de Junho de 1203, que veio tentar por termo ao referido litígio (Bul. Port., nº 89, p. 187).

A notícia obituária do Livro das Kalendas refere uma *“vinea que iacet in Monte Rubeo”*, de cujos rendimentos D. Miguel Peres ordenava que se retirasse um morabitino para comemoração do seu aniversário. *Monte Rubeo* ficava nas imediações da cidade de Coimbra, nos limites da paróquia de St^a. Justa, como se depreende da Inquirição de [1200-1201] publicada por Rui de Azevedo, quando se refere *“... parochia Sancte Iuste solebat esse per viam de Monte Rubeo ...”* (AZEVEDO R. 1935, p. 78).

Nº 27**[1215], Julho, 26**

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 652.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp. máx.: 37,5 cm. Alt.: 19,5 cm. Alt. média das letras: 3 cm.

Leitura:

: + : VII : KaLendas : AUGusti : OBiit : DOnNus : IULIANus : PELAGII / CANCELLARIus : REGIS
: DomNI : ALFONSI : ET : REGIS : DomNI : SAN / CII : FILII : SUI : ET : REGIS : DomNI : ALFONSI
: SeCunDI : FILII : / REGIS : DomNI : SANCII : Q(u) : DEDIT : SEDI : S(an)C(t)E : MARIE / PRO :
SUO : ANNIVERSARIO : TERCIO : DE ALCAR(r)AQ[uis]

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 558-562, Insc. Nº 277.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 13, nº 51; VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 142;
CORREIA V. 1941, p. 29, nº 35A; CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, p. 13.

Inscrição funerária de D. Julião Pais, célebre Chanceler de D. Afonso Henriques, D. Sancho I e D. Afonso II. Foi encontrada nos entulhos do Claustro da Sé Velha de Coimbra, fora de contexto, e deu entrada no Museu Nacional Machado de Castro nos fins do séc. XIX ou inícios do Séc. XX, sendo pela primeira vez referida nos acervos daquele Museu no Catálogo de 1911. A inscrição não menciona a Era ou o Ano, pelo que para a sua datação crítica tivemos de nos socorrer de elementos externos. Valeu-nos, aqui, a notícia do Livro das Kalendas, que indica o ano de falecimento do Chanceler.

O epitáfio de D. Julião Pais foi referido em diversas obras mas nunca tinha sido verdadeiramente publicado até 1995 já que nenhum dos autores que a ele se reportou forneceu leitura do letrero. Podemos dizer, portanto, que permaneceu inédito até aos nossos dias embora o seu conteúdo fosse conhecido. António Augusto Gonçalves, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves devem, no entanto, ter procedido à leitura do epitáfio, já que nos transmitem informações do seu conteúdo coerentes com o registo epigráfico (GONÇALVES A.A. 1911, p. 13, nº 51; VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 142; CORREIA V. 1941, p. 29, nº 35A; CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, p. 13).

É António de Vasconcelos, no seu clássico estudo consagrado à Sé Velha de Coimbra, quem pela primeira vez localiza no espaço da Sé o túmulo de D. Julião Pais. Nas palavras daquele autor,

“... lá no fundo [do Claustro], no topo Oriental, abre-se o arco que dá acesso à pequena Capela de S. Miguel, onde estão, em arcos cavados nas paredes, fronteiro um ao outro - à esquerda de quem entra o túmulo do grande Chanceler dos três primeiros reis portugueses, D. Julião Paiz (+ 26 Jul. 1215); à direita o do irmão deste célebre Chanceler, chamado D. Gonçalo Diaz (+ 21 Fev. 1200), deão da Sé de Coimbra.” (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 142).

Já tivemos oportunidade de sublinhar, no comentário à inscrição de D. Gonçalo Dias, que o seu óbito ocorreu no ano de 1201 e não em 1200 como, por lapso, António de Vasconcelos refere (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 510-512, Insc. Nº 253, que figura neste Catálogo com o Nº 21). Localização semelhante é referida por Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, que acrescentam, apenas, que os pequenos arcos tumulares, abrigando osteotecas, serão do séc. XIII (CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, p. 13), portanto coevos das inscrições.

A inscrição de D. Julião Pais encontra-se, hoje, em muito mau estado de conservação, mutilada à direita em toda a altura (o que afecta parte do texto), e em baixo (sobretudo no ângulo inferior direito). Para além destas mutilações, que afectaram parte do texto epigráfico mas que não invalidam a sua reconstituição segura, a inscrição apresenta a superfície muito erosionada, com alguns caracteres quase apagados, exteriorizando os maus tratos a que foi sujeita. O seu estado de conservação não consegue encobrir, no entanto, o facto de estarmos na presença de um letrero que foi concebido com cuidado e evidente qualidade. Os seus caracteres, esguios e elegantes, denunciam a presença de mais um produto da oficina epigráfica coimbrã. A inscrição foi criada com recurso a uma *ordinatio*, o que transparece da regularidade de módulo das suas letras, e com uma paginação cuidada e equilibrada. Para economia de espaço o lapicida socorreu-se, por diversas vezes, de letras geminadas (dez exemplos) e inclusas (doze exemplos), para além dos habituais símbolos de abreviatura, quer gerais (traços horizontais) quer específicos (como o da terminação -US).

D. Julião Pais é figura relativamente bem conhecida da nossa Historiografia. Foi o último a ocupar o cargo de Chanceler no reinado de D. Afonso Henriques, tendo sucedido a Pedro Feijão (cf. Rui de Azevedo in DMP, DR I, p. XC e ss.; DHP, s.v. Julião, vol. III, pp. 418-419; MATTOSO 1985, II, pp. 107-108; VENTURA 1992, II, pp. 994-995; COSTA A.J. 1992, pp. 145-146). É provável que tivesse ocupado o cargo já em 1182, uma vez que o último diploma subscrito por Pedro Feijão remonta a Abril de 1181 (DMP, DR I, nº 345) e os documentos de 1182 que se conhecem são todos cópias particulares. No entanto, o primeiro onde é explicitamente referido na condição de Chanceler é de 1183: *“Julianus Cancellarius Regis”* (DMP, DR I, nº 351). Ao todo conhecem-se sete diplomas do primeiro monarca português subscritos por D. Julião, balizados entre 1183 e 1185 (DMP, DR I, nº 351 e nº 353 a 358). Rui de Azevedo teve oportunidade de sublinhar a escassez de elementos biográficos anteriores a 1183, sugerindo que possa ser identificado com o *donnus Iulianus* que testemunha um diploma régio em 1176 (DMP, DR I, nº 329). Segundo A. H. de Oliveira Marques, é provável que antes desse ano tivesse recebido formação jurídica em Itália, facto que se espelha no próprio título de *Magister* que utiliza diversas vezes (DHP, vol. III, p. 418). Em Setembro de 1180 D. Afonso Henriques couda

e doa-lhe uma herdade em Ceira, tratando-o como vassalo e sublinhando a sua fidelidade: "... *Juliano alumpno et fidele clientulo meo ...*" (DMP, DR I, nº 342). A doação de Ceira de 1180 seria confirmada por D. Sancho I em 1197:

"... *pro bono et fideli servitio quod semper pro posse tuo fecistis patri nostro excellentissimo regi domno Alfonso felicissime memorie et nobis ...*" (DMP, DR I, nº 342; DS, nº 106).

Depois da morte de D. Afonso Henriques continuou a desempenhar funções idênticas no reinado de D. Sancho I, subcrevendo diploma régio logo em Abril de 1185, onde se intitula "*Julianus Domini Sancii Regis Notarius*" (DS, nº 4). Em DS, nº 5 é designado "*Magister Julianus Notarius Regis Sancii*". Foi o único a ocupar o cargo de Chanceler ao longo de todo o reinado do segundo monarca português. O prestígio que D. Julião gozava junto do monarca não esmoreceu com o tempo. Efectivamente, tendo passado o dia de Natal de 1210 com o Rei (cf. DS, nº 200 e 201), seria nesse dia distinguido com nova doação régia. D. Sancho I concedeu-lhe, então, a vila de Figueiró do Campo (DS, nº 200), uma póvoa vizinha da vila de Cervela que, no ano anterior o monarca doara ao filho do Chanceler, D. Egídio ou Gil (DS, nº 180):

"... *tibi Juliano meo Cancellario de Villa illa que vocatur Figueiroa et attinet se cum illa alia villa que vocatur Cervela quam dedimus filio tuo Egidio Iuliani ...*" (DS, nº 200).

A doação era feita

"... *pro bono et fideli servicio quod tu, Iuliane, Patri nostro Regi Domno Alfonso felicissime recordationis et nobis fecistis et facis ...*" (DS, nº 200).

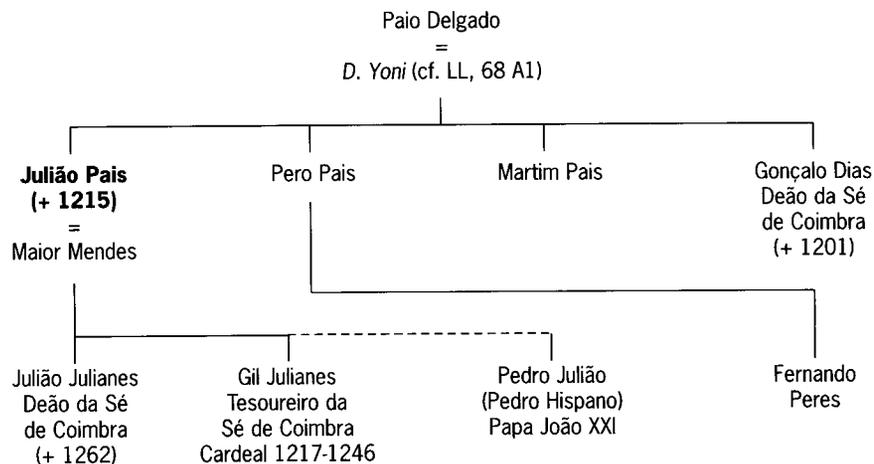
Depois da morte de D. Sancho I, D. Julião Pais continuou a desempenhar as funções de Chanceler no início do reinado de D. Afonso II, ainda surgindo com o cargo de Chanceler na confirmação de 1214 do Foral de Santarém outorgado por D. Afonso Henriques em 1179 (cf. DMP, DR I, nº 335, pp. 440-441).

Sucedeu-lhe no cargo de Chanceler régio D. Gonçalo Mendes Chancinho, que ocupou o cargo até 1226 (COSTA A.J. 1992, pp. 146-147; VENTURA 1992, vol. II, p. 995).

D. Julião Pais seria filho de Paio Delgado, um dos cavaleiros que protagonizou a reconquista de Lisboa em 1147, fundador da linhagem dos Albergaria (MATTOSO 1985, II, p. 107; LL 68 A1). Seriam seus irmãos D. Pero Pais (pai do Chantre de Lisboa D. Fernando Peres, notário no tempo de D. Julião Pais e fundador de S. Paulo de Almaziva, que se intitula sobrinho de D. Julião - cf. SANTOS M.J.A. 1982, pp. 9 e 11-14; SANTOS M.J.A. 1984), D. Martim Pais (fundador da linhagem dos Rebolo - cf. LL, 68 I2 e MATTOSO 1985, II, p. 107) e de D. Gonçalo Dias (cf. LKal., I, pp. 112-113).

D. Julião Pais casou com D. Maior Mendes (antes de Janeiro de 1194 - DS, nº 70), tendo tido pelo menos dois filhos: D. Julião, que foi Deão da Sé de Coimbra, e faleceu em 1262, e D. Egídio ou Gil, que ocupou o cargo de Tesoureiro da Sé de Coimbra, de Cônego de Viseu e que se fixou em Roma onde foi o primeiro Cardeal português (1217-1246) (DHP, vol. III, p. 419; MATTOSO 1985, vol. II, p. 107). Ambos os filhos preferiram seguir, portanto, a vocação de seu tio, D. Gonçalo Dias, irmão de D. Julião, que fora, como vimos, Deão da Sé de Coimbra. D. Egídio ou Gil Julianes seria distinguido por doação régia de D. Sancho I, que em Fevereiro de 1209 lhe entrega a vila de Cervela no termo de Montemor-o-Velho (DS, nº 180). Segundo investigação de Luís Ribeiro Soares (cit. em MATTOSO 1985, vol. II, p. 107), seria ainda seu filho o célebre D. Pedro Julião, ou Pedro Hispano, que ocupou a cadeira de S. Pedro com o nome de João XXI (1276-1277).

Assim, o esquema genealógico poderia ser reconstituído:



O Livro das Kalendas, o obituário da Sé de Coimbra, regista a notícia da morte de D. Julião Pais no fólho relativo às VII kalendas de Agosto:

"Anno a Nativitate Domini M^o. CC^o. X^o. V^o. Obiit domnus Iulianus Cancellarius domini regis Alphonsi et sui filii regis domni Sanctii et sui nepotis domni regis Alphonsi qui dedit pro mortuario suo LXXVI morabitanos et pro anniversario suo et fratris duas partes dAlcarraquis et cum uxore sua dedit multa signa in hac ecclesia; et iacet intus

in Capella Sancti Michaelis in monumento quod est sub archu lapideo ex una parte ipsius Capelle posito ad sinistram cum itur ad Capellam et est versus atrium ecclesie foris cuius Cancellarii sunt filii domnus Iulianus olim Decanus et frater Egidius quondam Thesaurarius huius Ecclesie Colimbriensis." (LKal., II, p. 56).

Como referimos, a datação crítica que atribuímos a esta inscrição encontra aqui o seu fundamento. Alcarraques, onde D. Julião detinha bens que doa à Sé de Coimbra, situa-se perto de Trouxemil, um pouco a Norte de Coimbra. A doação de Alcarraques ocorreu em Abril de 1206 (cf. Rui de Azevedo, in DMP, DR I, p. XCI). D. Julião protagonizou, juntamente com sua mulher D. Maior Mendes, doações a outras instituições que não a Sé de Coimbra, nomeadamente a Stª. Cruz de Coimbra, em 1206 (LSanto, Nº 55).

Nº 28

1246, Outubro, 17

Local: Sé Velha de Coimbra (?) (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 2773.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 28,5 cm. Alt.: 24 cm. Campo Epigráfico: Comp.: 25,5 cm; Alt.: 21 cm. Alt. média das regras: r.1: 4,4 cm; r.2: 4,3 cm; r.3: 4,3 cm; r.4: 4,3 cm. Alt. média das letras: l.1: 3,5 cm; l.2: 3,5 cm; l.3: 3,5 cm; l.4: 3,5 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,7 a 0,9 cm.

Leitura:

XVI : K(alendas) : NOVEmBrIS : OBIIT : / loHaN(n)IS : SENDINI : CANONICus : / COLImBriEN(sis)
: CUlus : AnInA : REQ(u)IES / [cat in] PACE : Era : M^a : CC^a : 2XXX : IIII^a :

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 677-679, Insc. Nº 331.

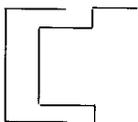
Ref.: CORREIA V. 1941, p. 31, nº 50A.

Inscrição funerária de João Sendines, Cónego da Sé de Coimbra, falecido em 17 de Outubro de 1246, de que se conserva a lápide, avulsa, recolhida no Museu Nacional Machado de Castro. A sua proveniência não é segura, encontrando-se interrogada no ficheiro manuscrito daquele Museu. O facto de João Sendines ter sido Cónego da Sé de Coimbra, conforme se declara no seu epitáfio, não é motivo suficiente para garantir que a sua sepultura se encontrava aí.

A inscrição do Cónego João Sendines, que tinha sido apenas referida por Vergílio Correia no Catálogo da Secção lapidária do MNMC que organizou e publicou em 1941, foi apenas publicada pela primeira vez, por nós, em 1995.

A inscrição de João Sendines apresenta-se em mau estado de conservação, partida em sete fragmentos (dos quais dois se perderam). Estas fracturas, no entanto, não afectam grandemente o seu texto, sendo a única parte ausente (no início da quarta regra) facilmente reconstituível.

Do ponto de vista paleográfico, a inscrição de João Sendines pode ser considerado um produto típico da oficina de Coimbra (sendo, nesse sentido, bem elucidativos os OO de NOVEmBrIS e de CANONICus, com inflexão na curva à esquerda, ou os CC da Era, o segundo parcialmente incluído no primeiro), numa solução que poderíamos esquematizar da seguinte forma:



Encontramos esta solução gráfica apenas em mais duas inscrições produzidas na oficina de Coimbra: no epitáfio de João Mendes, falecido em 1248, que se conserva na Igreja Matriz do Crato (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 684-686, Insc. Nº 336), e na inscrição de Maria de Arco, falecida em 1249, procedente da Igreja de Santiago de Coimbra, que se conserva hoje no Museu do Carmo (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 691-693, Insc. Nº 339). Trata-se de três lápides possivelmente saídas das mãos do mesmo lapicida.

O autor desta inscrição preocupou-se em materializar a *ordinatio*, deixando bem visíveis os traços definidores das regras, dos espaços interlineares e das margens. No entanto, devemos sublinhar a presença de uma anomalia: logo na abertura do epitáfio, o dia registado terá sido, numa primeira fase, as VI kalendas de Novembro, sendo mais tarde corrigido para as XVI kalendas. Nessa correcção houve necessidade de gravar o X parcialmente na margem esquerda, quebrando-se deste modo a paginação programada.

A figura do Prebítero João Sendines, Cónego da Sé de Coimbra, permanece quase desconhecida. É muito provável que seja seu o depoimento de um "*Johannes Sendinit, clericus*" registado em [1201, Maio 9 - 1203, Junho 26], juntamente com 41 outros testemunhos, sobre o complexo processo de litígio entre a Sé de Coimbra e o Mosteiro de St^a. Cruz (Bul. Port., nº 87, p. 171). O Presbítero João Sendines testemunhou acto de venda em Junho de 1221 (Cart. Almaziva, doc. 30, pp. 61-62). Encontra-se ainda referido entre os "*canonicis Colimbriensis Ecclesie*" mencionados aquando da recepção de um documento do Legado do Papa, Cardeal João de Abbeville, enviado por este de Salamanca a 7 de Fevereiro de 1229 e chegado a Coimbra a 18 desse mês (COSTA A.D.S. 1963, p. 164). Este documento garante-nos que nesse ano de 1229 João Sendines já era Cónego da Sé de Coimbra.

Infelizmente, é ignorado no Livro das Kalendas, o Obituário da Sé, quer no fólio respeitante às XVI Kalendas de Novembro (17 de Outubro) quer no fólio relativo às VI Kalendas (27 de Outubro).

Nº 29

1268, Março, 9

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 654.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp. máx.: 54 cm. Alt. máx.: 43 cm. Alt. média das regras: 2,6 cm (última com 2,8 cm). Alt. média das letras: 1,8 cm.

Leitura:

RAPTUS AD ETH(er)EAS SEDES [caelique choreas] /
 [i]NCOLA FA[ctus e]AS COLIT HIC TU[mulatus egeas] /
 [c]LARUS HO[ne]STATE GENERIS Q[uoque nobilitate] /
 [p]ONTIFCALE [d]ECUS NACTUS VIR [justus et adeptus] /
 [hi]C EST ACC[ep]TUS CATHEDRAM [Pastoris Adeptus] /
 [metropolitan]US TANDEM DE P[raesule factus] /
 [compostela]NUS FUIT AD TAMEN [ante coactus] /
 [tempus adim]PLEVIT RESOLUTUS M[orte quievit] /
 [in terram cessit] CORPUS SED AD ASTRA RECESS[it] /
 [spiritus inde] QUIDEM DUPLEX LOCUS EXTAT [eidem] /

[era m ccc vi .] VII IDUS MARCII OBIIT APUD MONTE / [pessulanum dn]US EGEAS FAFILE
 ARCHIEPiscopuS comPOSTELANus/ [quodam episcopus colimbr]IENSIUM Cuius CORPUS
 [du]CTum Est HONORIFICE A FAMI / [lia sua in civitatem] COLI(m)B(ri)EN(sem) et SEP(u)LT(UM)
 E(st) I(n) SEP(u)LC(r)O SuO FAB(r)ICATO IUX(ta) AL / [tare b. clarae x]V KaLendaS mAII DE
 EADEM ERA.

Publ.: CARDOSO G. 1652-66, vol. II, pp. 114-115; ESPERANÇA 1656-66, Parte 1^a, p. 615; FERREIRA F.L. 1724, p. 90; SOUSA M.C. 1725, p. 137; ENCARNAÇÃO T. 1759-63, vol. IV, p. 39; GASCO 1805, pp. 128-129; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 130; VASCONCELOS A.G.R. 1895, pp. 262-263; VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 155 e p. 462; MARTINS M. 1969, vol. II, pp. 100-101; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 754-762, Insc. Nº 367.

Ref.: RIBEIRO J.P. 1819, p. 125; GONÇALVES A.A. 1911, p. 13, nº 49; CORREIA V. 1941, p. 32, nº 54.

Inscrição funerária, parcialmente versificada, de D. Egas Fafes de Lanhoso, Bispo de Coimbra e Arcebispo de Santiago de Compostela. Não se trata do original mas sim de uma cópia posterior, embora ainda medieval, feita no séc. XV, em caracteres góticos minúsculos angulosos. Os fragmentos que sobrevivem foram encontrados nos finais do séc.

XIX, quando se procedia ao restauro da Sé Velha de Coimbra, deslocados de contexto: um deles encontrava-se dentro do túmulo de D. Vataça, os restantes apareceram reaproveitados no solo, num alteamento de cota que preenchia o topo Norte do Transepto.

A inscrição de D. Egas Fafes encontra-se, hoje, partida e reduzida a quatro fragmentos, que se conservam no Museu Nacional Machado de Castro. Estão ausentes grandes porções de texto, nomeadamente no canto superior direito (afectando 10 linhas) e no canto inferior esquerdo (afectando outras 10 linhas). Nenhuma das regras se conserva integral. No entanto, e tendo em consideração as leituras feitas por outros autores, é possível reconstituir o seu texto:

RAPTUS AD ETH(ER)EAS SEDES [caelique choreas] /
 [i]NCOLA FA[ctus e]AS COLIT HIC TU[mulatus egeas] /
 [c]LARUS HO[ne]STATE GENERIS Q[uoque nobilitate] /
 [p]ONTIFICALI [d]ECUS NACTUS VIR [justus et adeptus] /
 [h]IC EST ACC[ep]TUS CATHEDRAM [Pastoris Adeptus] /
 [metropolitan]US TANDEM DE P[raesule factus] /
 [compostela]NUS FUIT AD TAMEN [ante coactus] /
 [tempus adim]PLEVIT RESOLUTUS M[orte quievit] /
 [in terram cessit] CORPUS SED AD ASTRA RECESS[it] /
 [spiritus inde] QUIDEM DUPLEX LOCUS EXTAT [eidem] /
 [era m ccc vi .] VII IDUS MARCII OBIIT APUD MONTE /
 [pessulanum dn]US EGEAS FAFILE ARCHIEPiscopus comPOSTELANus /
 [quodam episcopus colimbr]IENSIUM Cuius CORPUS [du]CTum Est HONORIFICE A FAMI /
 [lia sua in civitatem] COLI(n)B(ri)EN(sem) et SEP(u)LT(um) E(st) I(n) SEP(u)LC(r)O Suo FAB(r)ICATO IUXTA AL /
 [tare Beate Clarae x]V Kalendas MAI DE EADEM ERA .

O epitáfio de D. Egas Fafes de Lanhoso foi lido pela primeira vez por Fr. Manuel da Esperança, em 1656 (ESPERANÇA 1656-66, Parte 1ª, p. 615), que declara que se trata de *“hua pedra encaixada na parede à vista da mesma Santa”* (Stª. Clara). No entanto, este autor optou por apenas transcrever a metade inferior do epitáfio, a partir da décima primeira linha, começando em *“ERA M.CCC.VI ...”* e dispensando o texto laudatório inicial (num total de 10 regras). Ou seja, abdicou de transcrever o texto versificado, optando pela parte final, que encerra os elementos cronológicos. A sua versão, parcial, revela algumas imprecisões sem grande importância, e que por isso nos dispensamos de aqui enumerar exaustivamente. Trata-se, efectivamente, de erros de pormenor, como, por exemplo, *“MARTII”* em vez de *MARCII* (l.11), *“MONTEM”* em vez de *MONTE* (l.11). Um único lapso merece ser sublinhado: na última regra, leu *“V Chalendas”* [Sic] em vez de *XV Kalendas*. Um ano depois de Fr. Manuel da Esperança publicar a sua obra, George Cardoso dava à estampa uma leitura integral do epitáfio de D. Egas Fafes, no 2º vol. do seu *Agiológio Lusitano*, saído em 1657 (CARDOSO G. 1652-66, vol. II, pp. 114-115). A sua versão, na esteira da de Fr. Manuel da Esperança, apresenta erros de pormenor, como sejam as abundantes alterações nas terminações (por exemplo, suprimindo as terminações em -M e assinalando a presença deste por til sobre a penúltima letra, ou substituindo as terminações em -US por apóstrofo, apesar de em ambos os casos figurarem por extenso no original). Apesar de também nos dispensarmos de enunciar todas as divergências, sublinhemos algumas das mais importantes: *“E Aeliq;”* em vez de *CAELIQUE* (l.1); *“Fafeas”* em vez de *FACTUS EAS* (l.2); *“& Aequi”* em vez de *ADEPTUS* (l.4); *“Suit”* em vez de *FUIT* (l.7). Ainda no séc. XVII a inscrição de D. Egas Fafes seria ainda lida por António Coelho Gasco (GASCO 1805, pp. 128-129). Este autor, no entanto, e à semelhança de Fr. Manuel da Esperança, optou por apenas ler a parte terminal do epitáfio, contendo os elementos cronológicos, dispensando o elogio versificado. Nessa parte (l.11 a 15), incorre em diversos erros: *“MARTII”* (em vez de *MARCII*); *“PERSULANUM”* (em vez de *PESSULANUM*); *“FAFES”* (em vez de *FAFILE*); *“ARCHIP”* (em vez de *ARCHIEPiscopus*); *“QUIDAM”* (em vez de *QUODAM*); *“COLIMBRIENSIS”* (em vez de *COLIMBRIENSIUM*); esqueceu-se de *CUIUS*; *“DUCTUS”* (em vez de *DUCTUM*). Na parte terminal não conseguiu decifrar de forma satisfatória a 13ª-14ª linhas, transcrevendo: *“... CIVITATE COLIMBR. HIC EST SEPULTUS, PRIMI FEBRUARI Xª ALTARE”*. Embora o manuscrito não seja datado, a obra foi escrita seguramente antes de 1666, ano da morte do autor, tendo sido apenas publicada em 1805.

Em 1721-25, respondendo ao inquérito lançado pela Academia Real da História Portuguesa, seria enviado para Lisboa um manuscrito intitulado *“Descrição da Catedral de Coimbra e sua Crasta”* (BNL, Ms. 151), que António Garcia Ribeiro de Vasconcelos publicaria, em 1931, em anexo ao seu estudo sobre a Sé Velha de Coimbra (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, Nota III, pp. 458-473). É aqui que iremos encontrar uma das melhores versões do epitáfio versificado de D. Egas Fafes, precisamente aquela que escolhemos para servir de suporte à nossa reconstituição. A versão do manuscrito anónimo dos fins do primeiro quartel do séc. XVIII, apresenta escassas divergências em relação aos fragmentos que se conservam no Museu Nacional Machado de Castro. Tivemos a preocupação de cotejar todas as passagens sobreviventes com a versão manuscrita, verificando que elas coincidem na quase totalidade. Apenas detectamos duas divergências: na l.6 transcreve *“Quondam”* enquanto que hoje se lê *TANDEM*; na l.13 *“Colimbriensis”*, onde hoje sobrevive *[colimbr]IENSIUM*. O facto de as passagens que ainda hoje sobrevivem terem sido correctamente lidas permite pressupor, com alguma segurança, que as zonas hoje ausentes por fractura também terão sido correctamente lidas. Por isso, escolhemos a versão do manuscrito setecentista para servir de base à nossa reconstituição do texto. Em 1721-25 a inscrição encontrava-se numa capela do Cruzeiro, frente ao altar de S. Pedro:

“... está metida em hum arco na parede huma sepultura levantada do pavimento e na pedra de cima tem huma figura de hum bispo com mitra e tem ao pe hum letreiro de letra antiga aberta em pedra ...” (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, Nota III, p. 462).

Escassos anos mais tarde, em 1724, a inscrição seria referida numa das sessões da Academia Real da História Portuguesa, por Francisco Leitão Ferreira. Este autor apresentou uma Memória sobre os bispos de Coimbra, trans-

crevendo a passagem do epitáfio que fornece elementos cronológicos, desde ERA (I.11) até COLIMBRIENSUM (I.13) (FERREIRA F.L. 1724, p. 90). No ano seguinte, em 1725, D. Manuel Caetano de Sousa, publica um *"Catálogo Histórico dos Summos Pontífices, Cardeaes, Arcebispos e Bispos Portugueses que tiverão Dioceses ou Títulos de Igrejas fora de Portugal ..."* onde, obviamente, D. Egas Fafes de Lanhoso seria referido. D. Manuel Caetano de Sousa publica, aí, uma versão integral do epitáfio, embora o divida em duas partes e o apresente em ordem invertida: primeiro transcreve a passagem terminal (I.11 a I.15), copiando-a *"das Calendas"*; depois transcreve a primeira parte (I.1 a I.10), retirando-a da inscrição (SOUSA M.C. 1725, p. 137). A sua lição apresenta bastantes divergências: *"Aetherias"* em vez de *ETHEREAS* (I.1); *"Fafeas"* em vez de *FACTUS EAS* (I.2), *"Sanctus"* em vez de *NACTUS* (I.4); *"Aequus"* em vez de *ADEPTUS* (I.4); *"Attamen"* em vez de *AD TAMEN* (I.7); *"Aera"* em vez de *ERA* (I.11); *"Martij"* em vez de *MARCI* (I.11); *"Egas"* em vez de *EGEAS FAFILE* (I.12); *"Corpus Miraculose Ductum"* em vez de *CORPUS DUCTUM* (I.13). Por último, no final do epitáfio, depois de *ERA* acrescenta ainda *"Et Reliquit Multa Capitulo Colimbriensi"*. Esta passagem, que não figura no epitáfio, assim como a expressão *"Corpus Miraculose Ductum"*, que também difere do original epigráfico, denuncia a fonte utilizada pelo autor: o Livro das Kalendas que, como veremos mais adiante, transcreve texto similar no fólio relativo às *XVI Kalendas Maii*.

Em 1763, Fr. Tomás da Encarnação optou por registar apenas a passagem do epitáfio contendo informações cronológicas, ignorando as primeiras 10 linhas (ENCARNAÇÃO T. 1759-63, vol. IV, p. 39). Começaria, assim, na linha 11, para se deter logo a meio da linha 13. Na sua versão, a sepultura de D. Egas Fafes encontrava-se

"... justa S. Clarae Aram, quam ipse erexerat, sepelitur hoc inscripto epitaphio:

ERA M CCC VI VII IDUS MARTII, OBIT APUD MONTEM PESSULLANUM DOMNUS EGEAS FAFILE ARCHIEPISCOPUS COMPOSTELLANUS, QUONDAM EPISCOPUS COLIMBRIENSIS."

(ENCARNAÇÃO T. 1759-63, vol. IV, p. 39).

Em 1819, João Pedro Ribeiro referiu-se ao epitáfio, classificando-o dentro do reinado de Afonso III, mas sublinhando que, por ser escrito em *"Alemã Maiuscula"* [Sic - aliás minúscula], poderia ter sido lavrada já no reinado seguinte (RIBEIRO J.P. 1819, p. 125, nota 1). Julgamos que ela deve ter sido realizada bastante depois do reinado de D. Dinis, já no século XV.

Em 1886, Borges de Figueiredo transcreveu a versão de António Coelho Gasco do epitáfio de D. Egas Fafes, uma lição que sabemos hoje ser incompleta e ter sido algo inventada na I.14, por incompreensão do autor (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 130). Borges de Figueiredo, no entanto, não conhecia nenhum fragmento do epitáfio, o que justifica, em parte, esta sua opção.

Efectivamente, a inscrição de D. Egas Fafes deve ter sido removida no séc. XVIII (seguramente depois de 1725) ou nos inícios do séc. XIX. É provável que ela já não estivesse visível na parede em 1819, quando João Pedro Ribeiro a ela se referiu, mas este autor pode-a ter visto antes. Depois de removida da parede, numa operação em que foi partida em vários bocados, a sua caixa ou *"cama"*, rebaixada em silhar, seria preenchida por argamassa, ficando disimulada. O aparecimento da caixa destinada à inscrição ocorreu em 30 de Janeiro de 1893, quando se retiravam os rebocos que revestiam a Sé Velha. O achado encontra-se relatado em pormenor por António de Vasconcelos (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, pp. 292-294).

Chegamos, assim, ao ano de 1895, quando começam a aparecer os fragmentos do epitáfio de D. Egas Fafes, rapidamente noticiados por António Garcia Ribeiro de Vasconcelos. Escreveu este autor:

"Entrando pela Porta de St^a. Clara, que fica no topo do transepto do lado do Evangelho, vê-se à mão direita, à altura de 2,50 m uma caixa cavada na parede, medindo 0,67 m de comprimento por 0,47 m de altura. Ali se encontrava embebida uma lápide contendo o epitaphio de D. Egas Fafes ..." (VASCONCELOS A.G.R. 1895, p. 262).

António de Vasconcelos, em texto datado de Maio de 1895, continua:

"... Ha poucos dias, quando se retirava o entulho com que fora alteado o pavimento do templo, encontrou-se um fragmento da lápide, com as primeiras palavras dos primeiros versos epitaphicos." (Idem).

Deve ter sido, portanto, por Abril ou Maio de 1895 que apareceu o primeiro fragmento da inscrição funerária de D. Egas Fafes. Este fragmento correspondia ao ângulo superior esquerdo, contendo as primeiras letras até à quinta regra. António de Vasconcelos não só leu correctamente este pequeno fragmento como transcreveu a leitura do epitáfio desaparecido contida no Livro das Kalendas, como forma de comprovar a sua interpretação. Os fragmentos devem ter sido pouco depois recolhidos no Museu Nacional Machado de Castro, uma vez que em 1911 já figuram no respectivo catálogo. António Augusto Gonçalves sublinha, então, que um dos fragmentos fora encontrado dentro do túmulo de D. Vataça, e que os restantes se encontravam reaproveitados (GONÇALVES A.A. 1911, p. 13, nº 49). A inscrição seria ainda referida, ao longo do séc. XX, por António de Vasconcelos (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, pp. 155 e 292-294) e por Vergílio Correia (CORREIA V. 1941, p. 32, nº 54). Mais recentemente, Mário Martins reportou-se a ela de forma mais extensa, quando abordou os epitáfios versificados portugueses. Aí transcreveu a leitura de George Cardoso, quedando-se pelos dez primeiros versos e apresentando tradução de algumas expressões como *TEMPLUS ADIMPLEVIT* (*"preencheu o número dos seus dias"*) e *MORTE QUIEVIT* (*"a morte é descanso"*) (MARTINS M. 1969, vol. II, pp. 100-101).

Sintetizando o itinerário do epitáfio de D. Egas Fafes, podemos dizer que foi lido, a partir do original, por diversos autores dos séc. XVII e XVIII, sempre com deficiências, tendo sido depois, em momento desconhecido, removido do local de origem e partido. Entre 1895 e 1911 apareceram quatro fragmentos que foram integrados no acervo do Museu Nacional Machado de Castro. No entanto, apenas o primeiro fragmento - do ângulo superior esquerdo - seria lido, por António de Vasconcelos. Desta forma, e tanto quanto sabemos, foi na nossa Dissertação que, pela primeira vez, se procedeu à leitura dos quatro fragmentos do MNMC e que se procurou reconstituir, a partir deles, a forma do texto original (quer no que respeita às grafias quer às divisões de regras). A inscrição de D. Egas Fafes, como já tivemos oportunidade de referir, não é um original coevo da morte do prelado. Pelo contrário, ela deve ter sido realizada no séc. XV, socorrendo-se de caracteres góticos minúsculos angulosos.

A figura de D. Egas Fafes de Lanhoso é sobejamente conhecida. Era um dos muitos filhos de D. Fafes Godins de Lanhoso e de D. Sancha Geraldês (filha de Giral Cabrom) - cf. LV, 1 AR 9; LD, 17 B 5; LL, 39 A 3. Teve por barregã D. Maria Viegas de Regalados, de quem teve uma filha, D. Mor Viegas (cf. LD, 6 AF 8 e 6 T 9; LL, 39 F 4). Um irmão seu - D. Ermígio Fafes - foi Abade do Mosteiro de Refojos de Basto (cf. LD, 17 B 5; LL, 39 A 3).

D. Egas Fafes de Lanhoso foi Cónego da Sé de Braga, estando assim documentado já em 1227. Ascendeu sucessivamente a Arcebispo de Braga (entre 1229 e 1242), Bispo de Coimbra (entre 1246 e 1267) e Arcebispo de Compostela (1267-1268) (cf. VENTURA 1992, vol. II, pp. 750-755; Syn. Hisp., pp. 193-194). Foi eleito Bispo de Coimbra em Maio de 1247 e confirmado pelo Arcebispo de Braga, D. João Viegas, em Agosto de 1247 (VENTURA 1992, p. 750), e por Inocêncio IV em Dezembro de 1247 (Syn. Hisp., p. 193). O seu prestígio junto de D. Afonso III deve ter sido grande, uma vez que aparece regularmente na cúria régia deste monarca desde o início do reinado até 1267, ano em que parte para junto da Cúria Papal, em Viterbo. Aqui viria a ser nomeado Arcebispo de Compostela por Clemente IV, em 18 de Dezembro de 1267 (Syn. Hisp., p. 194). No entanto, não chegaria a estar muito tempo à frente dos destinos de Compostela, de cuja diocese nem chegou a tomar posse, uma vez que veio a falecer em 9 de Março de 1268, quando passava por Montpellier (*Monte Pessulano*), dirigindo-se para Santiago de Compostela. Foi sepultado na Sé Velha de Coimbra a 17 de Abril desse ano, em túmulo por si encomendado e colocado junto do altar de St^a. Clara, uma capela que fora erguida a suas expensas pouco antes de 1260 (cf. VENTURA 1992, vol. II, p. 752, nota 6). A sua devoção por St^a. Clara é um aspecto interessante se tivermos em conta que St^a. Clara fora canonizada muito pouco tempo antes, em 1255, pelo Papa Alexandre IV (1254-1261). O Bispo deixou diversos bens em testamento ao Cabido, o qual devia consagrar uma parte dos rendimentos para sustento da Capela. O seu testamento encontra-se copiado no Livro das Kalendas (LKal., vol. I, pp. 199-204) e, apesar de não apresentar data, deve ter sido redigido depois de 18 de Dezembro de 1267 uma vez que já assume o título de Arcebispo de Compostela. No Livro das Kalendas, o Obituário da Sé de Coimbra, encontramos em diversos pontos testemunho das obrigações que o Cabido e a Sé contrairam para com a memória do Bispo:

- no fólio relativo aos *VII Idus Marcii*, pelo aniversário da sua morte (LKal., I, pp. 137-138);
- no fólio relativo às *XVI Kalendas Maii*, certamente pelo aniversário da trasladação (embora o epitáfio a dê como realizada nas 15 calendas de Maio) (LKal., I, pp. 198-204);
- no fólio dos *II Idus Augusti*, dia de St^a. Clara, por quem tinha particular devoção (LKal., II, p. 84); uma devoção que transparece significativamente do seu testamento (LKal., I, pp. 199-204);
- no fólio consagrado às *XVIII Kalendas Septembris*, (LKal., II, p. 89) e no dos *VIII Idus Decembris* (LKal., II, pp. 294-295), um deles talvez pelo seu aniversário natalício.

Vale a pena determo-nos um pouco mais no fólio das *XVI Kalendas Maii* do Livro das Kalendas pois ele encerra elementos que importam sobremaneira para o estudo da nossa inscrição. Dispensamo-nos de transcrever o extenso testamento do Bispo, mas não podemos deixar de aqui registar a notícia obituária que antecede este documento. Para facilidade de comparação, apresentamos na coluna da esquerda o texto do Obituário, e na coluna da direita a passagem final da inscrição (linhas 11 a 15):

“¶ Era M^a. CCC^a. VI^a. VII^o Idus Marcii. Obiit Apud Montem Pessulanum dominus Egeas Fafie archiepiscopus Compostellanus quondam episcopus Colimbriensis cuius corpus miraculose dactum est et honorifice a familia sua in civitate Colimbriensi et sepultum est in sepulcro suo fabricato iuxta altare beate Clare virginis ab eodem episcopo ad honorem ipsius virginis dedicatum XV^o Kalendas Maii de eadem Era; qui reliquit capitulo Colimbriensi omni ista que secuntur prout in testamento eiusdem domini continetur cuius tenor talis est ...” (LKal., II, pp. 198-199).

Era M^a CCC^a VI^a. VII^o
IDUS MARCII OBIIT APUD MONTE /
Pessulanum DnUS EGEAS FAFIE
ARCHIEPiscopus comPOSTELANus /
quodam episcopus ColimbriENSIUM Cuius
CORPUS duCTum Est HONORIFICE A
FAMI / lia sua in civitatem
COLI(n)B(ri)EN(sem) et SEP(u)LT(um)
E(st) I(n) SEP(u)LC(r)O SuO FAB(r)ICATO
IUX(ta) AL / tare beate claree xV KaLendas
MAII DE EADEM ERA.

Não é necessário sublinhar o paralelismo do texto da notícia obituária do Livro das Kalendas com o texto da inscrição da Sé de Coimbra (l.11 a l.15). Foi esta passagem (a do Obituário) a que foi transcrita em primeiro lugar por D. Manuel Caetano de Sousa em 1725. E, por reconhecer a coincidência dos dois textos, este autor dispensou-se de repetir o trecho final da inscrição quando, de seguida, transcreveu o epitáfio do Bispo.

Esta passagem do Livro das Kalendas levanta vários problemas. O texto do Livro das Kalendas terá sido composto pela mesma pessoa que foi responsável pelo epitáfio de D. Egas Fafes? Não julgamos que assim seja. Pelo contrário, pensamos que na inscrição estamos perante dois textos distintos, compostos em épocas diferentes e por autores diversos, que foram copiados no mesmo suporte no séc. XV. Reparemos que a parte versificada do epitáfio de D. Egas Fafes ocupa apenas as dez primeiras regras, quedando-se precisamente antes da passagem que é comum ao Livro das Kalendas. Ora, nos epitáfios versificados é relativamente comum que a data do óbito seja apresentada em versão igualmente rimada e, muitas vezes, com o que, na esteira de João Pedro Ribeiro, designamos por “datas caprichosas”. Diríamos, à partida, que a estrutura das últimas cinco linhas constitui um corpo distinto dentro da inscrição do séc. XV.

Por outro lado, importa averiguar o que surgiu primeiro: o texto do epitáfio de D. Egas Fafes ou o do Livro das Kalendas. Começemos por este último. O Livro das Kalendas foi publicado em edição crítica por Pierre David e

Torquato de Sousa Soares, em 1947-48. Do *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbiensis* saíram apenas dois volumes. Ficou prometido um terceiro, onde se procederia, entre outros, ao estudo histórico e litúrgico do manuscrito, mas este infelizmente nunca chegou a ser publicado. António de Vasconcelos, que nos deu um dos primeiros estudos sobre este Livro (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. II, pp. 261-279), entendia que a cópia mais antiga não podia ter sido iniciada antes do terceiro quartel do séc. XIII, tendo em atenção precisamente a notícia obituária de D. Egas Fafes de Lanhoso, que foi copiada pelo mesmo escriba que lançou o Martirológio (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. II, p. 272). Segundo o mesmo autor, a parte relativa às notícias necrológicas teria sido lançada até 1326, atendendo à nota sobre João Peres de *Alpham*, no fólio das *IV Kalendas Augusti* (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. II, p. 274). Alguns anos mais tarde Pierre David divulgou uma primeira impressão sobre a cronologia do Livro das Kalendas. Entendia que a versão mais antiga do Livro das Kalendas (que se conserva no ANTT) dataria dos fins do séc. XIII ou inícios do séc. XIV, cerca de 1300. O mesmo erudito pensava que esta cópia teria tido por base um Obituário mais antigo, hoje desaparecido, que estaria em uso na Sé de Coimbra já na primeira metade do séc. XIII (atendendo à referência ao Eclipse total do Sol de 3 de Junho de 1239). Esse primeiro Obituário, que estava em uso na primeira metade do séc. XIII, dataria da segunda metade do séc. XII e continha notícias necrológicas desde os últimos vinte anos do séc. XI (DAVID P. 1943(a), pp. 7-8). Por último, Maria Teresa Galdes Barbosa teve oportunidade de acrescentar, em 1943, novos elementos para precisar a cronologia do Livro das Kalendas. Esta autora chamou a atenção para a importância do fólio relativo aos *III Idus Octobris*, por referir a comemoração de “*Aureliaco monasterio Sancti Geraldii confessoris*”, sublinhando que “*o culto de S. Geraldo só foi introduzido em Coimbra durante o episcopado de D. Pedro Martins isto é, entre os anos de 1297 e 1301*” (BARBOSA M. T.G. 1943, p. 532).

Assim, e resumindo, a versão mais antiga (das que hoje sobrevivem) do Livro das Kalendas deve ter começado a ser copiada nos primeiros anos do séc. XIV. O trabalho do copista foi, numa primeira fase, o de registar em todos os dias o Martirológio ou Santoral, ocupando a parte superior dos fólhos com a indicação dos Santos que se comemoravam nos respectivos dias. Terminada esta fase, o mesmo copista voltou ao início do códice e começou a registar os aniversários que a Sé devia comemorar, tendo levado esta sua nova tarefa desde o início até ao fólio das *XVI Kalendas Maii*, sendo aí rendido por um outro copista que prosseguiu a tarefa. Revela António de Vasconcelos que nesse fólio das 16 kalendas de Maio (precisamente o do aniversário de D. Egas Fafes de Lanhoso), o primeiro copista escreveu toda a primeira coluna e que na segunda coluna, a da direita, parou na terceira palavra da 27ª linha (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. II, p. 267). Este pormenor é importante para nós já que nos garante que a passagem do Livro das Kalendas, que acima transcrevemos, com a notícia do aniversário de D. Egas Fafes, que é semelhante à inscrição do séc. XV, foi copiada para o códice em início do séc. XIV, algures entre [1297-1301] e 1326. Deste modo, o texto não existia quando se criou a primeira inscrição de D. Egas Fafes, certamente pouco depois da sua morte. Se a nossa interpretação está correcta, julgamos que é possível estabelecer a seguinte sequência:

- 1ª - c. 1268, um pouco depois, é criado o epitáfio versificado de D. Egas Fafes de Lanhoso, comportando o texto das l.1 a l.10 e encerrando com fórmula cronológica entretanto desaparecida e que devia ser, à semelhança do que acontece com outras inscrições versificadas, também ela versificada;
- 2ª - entre [1297-1301] e 1326 é copiada a nova versão do Livro das Kalendas, onde o seu primeiro escriba tem oportunidade de registar, no fólio das *XVI Kalendas Maii* o texto necrológico que acima transcrevemos;
- 3ª - no séc. XV, quando se decide fazer uma cópia do epitáfio de D. Egas Fafes de Lanhoso, o lapicida que copia o texto do primeiro epitáfio decide acrescentar no fim a notícia que conhecia do Livro das Kalendas, suprimindo a fórmula cronológica original, certamente por ser de mais difícil compreensão.

A primeira parte do epitáfio de D. Egas Fafes de Lanhoso apresenta uma estrutura versificada, que, até nisso, contrasta com o texto em prosa que foi acrescentado no séc. XV a partir da notícia obituária do Livro das Kalendas. Na realidade, as 10 primeiras regras do epitáfio de D. Egas Fafes apresentam uma estrutura em hexâmetros dactílicos com rimas internas. Trata-se, portanto, de hexâmetros leoninos ou, como mais comumente são conhecidos, versos leoninos. Saliêntes que para além da presença sistemática de rima interna, alguns versos apresentam ainda rima emparelhada (assim acontece com as l.1/1.2; l.4/1.5; l.6/1.7; e l.8/1.9)¹⁷.

A notícia do Livro das Kalendas termina dizendo:

“Qui iacet honorifice in capella sancte Clare quam construi fecit in proprio monumento sculpto imagine episcopali” (LKal., I, p. 204).

Ou seja, o Arcebispo de Compostela repousava na Capela de Stª. Clara, que mandara erguer, em túmulo com estátua jacente. E, efectivamente, ainda hoje podemos observar, no topo Norte do Transepto da Sé Velha de Coimbra, embutido em arcossólio, o sarcófago com jacente de D. Egas Fafes de Lanhoso. Trata-se da quarta experiência conhecida (pelo menos dentro das sobreviventes) no domínio da estatuária jacente em Portugal, depois dos túmulos de D. Urraca (Alcobaça, + 1220), D. Rodrigo Sanches (Grijó, + 1245) e D. Tibúrcio (Sé Velha de Coimbra, + 1246). Destes, os túmulos de D. Rodrigo Sanches e de D. Tibúrcio foram produzidos no aro de Coimbra, tal como seria o túmulo encomendado pelo próprio D. Egas Fafes, c. 1260. A arca apresenta o seu lateral esquerdo (o único visível) totalmente picado em época moderna, quando recebeu revestimento azulejar, o que lhe veio destruir a possível decoração heráldica (que deveria ter, à semelhança do túmulo de D. Tibúrcio). D. Egas Fafes foi retratado com vestes de prelado, compridas, tratadas com alguma rigidez (sobretudo ao nível das pregas da dalmática, embora estas sejam já um pouco mais naturais que as de D. Tibúrcio). Apresenta, ainda, os principais atributos episcopais: cabeça coberta com Mitra e Báculo amparado por mãos enluvadas. Neste aspecto é o primeiro exemplo português a aplicar os

17 — Agradecemos os esclarecimentos ao nosso amigo, Prof. Dr. José Carlos Miranda.

dois atributos conjugadamente (já que no túmulo de D. Tibúrcio não foi representado o báculo). A sua cabeça foi retratada repousando sobre almofada, de olhos fechados e com barba curta. Embora deva ter sido feito pelo mesmo mestre que realizou o sarcófago de D. Tibúrcio, o túmulo de D. Egas Fafes de Lanhoso apresenta notória evolução em relação a este.

Sobre o sarcófago de D. Egas Fafes de Lanhoso veja-se, entre outros, SIMÕES A.F. 1888, p. 221; SOUSA J.M.C. 1946, p. 8; SANTOS R. 1948, p. 19; DIAS P. 1986, p. 115.

Nº 30

1281

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 674.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Frag. (A): Comp. máx.: 10 cm. Alt. máx.: 8 cm. Esp.: 3,8 cm. Frag. (B): Comp. máx.: 21 cm. Alt.: máx.: 18 cm. Esp.: 3,8 cm. Frag. (C): Comp. máx.: 21 cm. Alt. máx.: 12 cm. Esp.: 3,8 cm. Alt. média das regras: r.1: 1,9 cm; r.2: 1,8 cm; r.3: -; r.4: -; r.5: 1,7 cm; r.6: 1,8 cm; r.7: 1,6 cm; r.8: 1,6 cm; r.9: 1,6 cm; r.10: 1,6 cm. Alt. média das letras: 1,1 a 1,3 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,5 a 0,7 cm.

Leitura:

[Hic quem petra]: TEGIT : PET[rus est vir sanguine clarus] /
[Per quem confreg]IT : SUA : CO[rnua semper avarus] /
[Justitia morum scol]U(m) : DUX : P[ater dic puerorum] /
[Ut multo]S : MORE[s parceret auxit opes] /
SOBRIus : EXTITIT : OBVIU[s obstitit impietati] /
PRESTITIT : UT : PIUS : AS[titit anxius] ANXIETATI /
ERA : MILLENA : TER : C[e]NTENA : DUODENA : /
NEC : NOn : SEPTENA : P[rom]ISSA : IAM : SIBI : CENA : /
MORTE : DIES : CLAU[sit et] : POTUm : FLUMINIS : HAUSIT /
QUO : REX : DI[tavit ho]S : Q(u)OS : SINE : FINE : BeAVIT

Publ.: VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 470; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 819-822, Insc. Nº 395.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, nº 57; CORREIA V. 1941, p. 32, nº 62.

Inscrição funerária versificada do Mestre-Escola Pedro Martins, que faleceu em 10 de Março de 1281, gravada em lápide que se encontrava outrora no Claustro da Sé Velha de Coimbra. Foi removida de forma violenta, restando hoje três fragmentos que pertencem ao acervo do Museu Nacional Machado de Castro pelo menos desde 1911.

A inscrição versificada do Mestre-Escola Pedro Martins foi, tanto quanto sabemos, lida uma única vez: em 1721-1725, na *Descrição da Catedral de Coimbra e sua Crasta*, a resposta enviada ao inquérito lançado pela Academia Real da História Portuguesa. O texto permaneceu inédito até que, em 1931, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, na sua monografia consagrada à Sé Velha, o decidiu publicar (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, pp. 458-473). O autor dessa Memória anónima, talvez D. Manuel Caetano de Sousa (atendendo à correspondência que, na esteira da resposta ao Inquérito, este autor recebeu da Academia), fornecia a indicação de que no claustro da Sé Velha,

“... em hum capitel de coluna na quadra da parte do Norte está em huma pedra com o campo de ouro, e letras pretas” (VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 470).

Na sua interpretação a inscrição diria:

“HIC QUEM PETRA TEGIT PETRUS EST VIR SANGUINE CLARUS
PER QUEM CONFREGIT SUA CORNUA SEMPER AVARUS
JUSTITIA MORUM SCOLU DUX PATER DIC PUERORUM
UT MULTUS MORES PARCERET AUXIT OPES SOBRIUS
EXTITIT OBVIUS OBSTITIT IMPIETATI
PRAESTITIT UT PIUS ASTITIT ANXIUS ANXIETATI
ERA MILESIMA TRECENTESIMA DUODECIMA
NECNON SEPTENA PROMISSA JAM SIBI CENA
MORTES DIES CLAUSIT ET POTUM FLUMINIS HAUSIT
QUO REX DITAVIT HOS QUOS SINE FINE BEAVIT”

(VASCONCELOS A.G.R. 1931-35, vol. I, p. 470). A sua versão apresenta pequenas divergências em relação ao que nos é dado observar nos fragmentos sobreviventes, nomeadamente ao nível da sétima regra, onde o epitáfio dizia ERA MILLENA TER CENTENA DUODENA em vez de “ERA MILLESIMA TRECENTESIMA DUODECIMA”.

Depois da leitura do séc. XVIII, a inscrição de Mestre-Escola Pedro foi referida apenas por dois autores: António Augusto Gonçalves e Vergílio Correia. O primeiro referiu-se a dois fragmentos que já em 1911 estavam confiados à guarda do Museu Nacional Machado de Castro, dizendo que se tratavam de

“... dois fragmentos da inscrição tumular, que em tempos existiu no claustro da Sé Velha, onde são enfaticamente celebradas, em versos leoninos, as virtudes do Mestre-Escola Pedro, finado em 1281” (GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, nº 57).

Alguns anos mais tarde, em 1941, Vergílio Correia voltou a registar os fragmentos do epitáfio de Mestre-Escola Pedro no seu Catálogo do M.N.M.C. (CORREIA V. 1941, p. 32, nº 62).

A leitura dos finais do primeiro quartel do séc. XVIII revela-se hoje preciosa uma vez que a inscrição foi retirada de forma desastrosa da parede do claustro, tendo sido então fracturada. Hoje, restam apenas três fragmentos: um pequeno bocado da zona superior e dois da parte inferior do letreiro, a partir da 5ª e 7ª regras, respectivamente. Estes dois fragmentos de maiores dimensões permitem, para a zona terminal, leitura quase integral. No entanto, a compreensão do epitáfio é apenas possível tendo em consideração a leitura do séc. XVIII. O que dele hoje verdadeiramente sobrevive é o seguinte (mantendo a posição relativa das palavras):

: TEGIT : PET
IT : SUA : CO
: DUX : P
S : MORE
SOBRIus : EXTITIT : OBVIU
PRESTITIT : UT : PIUS : AS ANXIETATI
ERA : MILLENA : TER : C NTENA : DUODENA :
NEC : NOñ : SEPTENA : P ISSA : IAM : SIBI : CENA :
MORTE : DIES : CLAU POTUm : FLUMINIS : HAUSIT :
QUO : REX : DIT S : QuOS : SINE : FINE : BeAVIT :

Ao reintegrar o texto sobrevivente na versão do séc. XVIII, obtemos:

HIC QUEM PETRA : TEGIT : PETRUS EST VIR SANGUINE CLARUS
PER QUEM CONFREGIT : SUA : CORNUA SEMPER AVARUS
JUSTITIA MORUM SCOLU : DUX : PATER DIC PUERORUM
UT MULTUS : MORES PARCERET AUXIT OPES
SOBRIus : EXTITIT : OBVIUS OBSTITIT IMPIETATI
PRESTITIT : UT : PIUS : ASTITIT ANXIUS ANXIETATI
ERA : MILLENA : TER : CENTENA : DUODENA :
NEC : NOñ : SEPTENA : PROMISSA : IAM : SIBI : CENA :
MORTE : DIES : CLAUSIT ET POTUm : FLUMINIS : HAUSIT :
QUO : REX : DITAVIT HOS : QuOS : SINE : FINE : BeAVIT :

A inscrição encontra-se redigida na forma de hexâmetros dactílicos com rima, ou seja, de versos leoninos¹⁸, o que constituiu o quarto e último exemplo conhecido de versos leoninos na Epigrafia Medieval Portuguesa. Neste grupo restrito de epígrafes é clara a predominância de Coimbra como centro criador destes textos (cf. BARROCA 1995, vol. I, pp. 276-287). Na realidade, apenas um caso (BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 689-691, Insc. Nº 338) não terá sido concebido nesta cidade. Na estrutura rimada do epitáfio do Mestre-Escola D. Pedro Martins encontramos rima interna e rima emparelhada, que poderíamos esquematizar da seguinte forma: l.1: A/B; l.2: A/B; l.3: C/C; l.4: D/D; l.5: E/F; l.6: E/F; l.7: G/G; l.8: G/G; l.9: H/H; l.10: H/H.

D. Pedro Martins encontra-se documentado como Mestre-Escola de Coimbra pelo menos desde Maio de 1229 (SÁ 1968, doc. nº 48), sendo ainda vivo em 1280, ocupando sempre o mesmo cargo (SÁ 1968, doc. nº 87). A sua longevidade pode parecer suspeita, mas percorrendo os documentos coligidos por Artur Moreira de Sá encontramos referências ao Mestre-Escola Pedro Martins em diplomas que formam uma sequência coerente: Setembro de 1229 (Idem, doc. nº 51), Agosto de 1231 (Idem, doc. nº 52), Abril de 1232 (Idem, doc. nº 54), Julho de 1238 (Idem, doc. nº 56), Outubro de 1239 (Idem, doc. nº 58), Janeiro de 1240 (Idem, doc. nº 60), Março de 1240 (Idem, doc. nº 61), Dezembro de 1244 (Idem, doc. nº 71), Agosto de 1248 (Idem, doc. nº 74), Junho de 1251 (Idem, doc. nº 77), e Fevereiro de 1270 (Idem, doc. nº 82). Sublinhemos que há um prolongado hiato entre 1251 e 1270 para o qual não encontramos referências documentais, e onde poderíamos ter a morte do nosso Mestre Escola e a nomeação de outro, homónimo, para o mesmo cargo (sendo possível, inclusive, um ou mais titulares de permeio). No entanto, há um aspecto que poderá corroborar a suposição de que se trata sempre do mesmo Mestre-Escola: no último diploma que conhecemos, uma doação de 9 de Fevereiro de 1280, ele é designado “... venerabilis vir dominus Petrus Martinj Magister Scholarum

18 — Agradecemos ao Prof. Dr. José Carlos Miranda todos os esclarecimentos que nos prestou neste domínio.

Colinbriensis ..." (SÁ 1968, doc. nº 87). Não será esse tratamento um resultado da sua propecta idade? Efectivamente, não é muito comum encontrarmos tratamentos desses relativos a pessoas ainda vivas, como era o caso de D. Pedro Martins.

Por fim, resta acrescentar outro dado decisivo: o de não encontrarmos mais nenhuma referência a outro Mestre-Escola da Sé de Coimbra nesses anos de 1229 a 1280.

No *Livro das Kalendas*, o obituário da Sé de Coimbra, encontramos no fólio relativo aos *VI Idus Marcii* (10 de Março), a extensa notícia da comemoração do seu aniversário:

"¶ Era M^a. CCC^a. XIX^a. VI^o Idus Martii. Obiit dominus Petrus Martini magister scholarum istius ecclesie Colimbriensis presbiter qui reliquit nobis pro suo anniversario ..." (LKal., vol. I, p. 139).

Segue-se a discriminação dos bens legados, que incluíam a casa em que morava na paróquia de St^a. Maria de Coimbra, umas salinas em Lavos (Figueira da Foz), um casal em Rio Frio, outro casal e bens em Almalaguês, dois prédios rurais nos Campos de Mondego, uma vinha e olival em Arregaça, uma casa junto da Porta de "Benmadiom" da muralha de Coimbra, uma herdade em Boceta com casal, uma casa junto do ângulo da Torre de St^a. Cruz, um olival na Fonte da Rainha, e herdades e possessões em Ovoa, Condeixa, e Alcabideche (LKal., vol. I, pp. 139-141). Por todos estes bens, os Cónegos da Sé comprometiam-se a cumprir diversas cláusulas:

"Et capitulum se obligavit illuminare semper quamdam lampadam quam Maria Petri uxor Stephani Fernandi dicti Pardal neptis prefati Petri Martini olim magistri scholarum istius ecclesie; que lampada posita [est] ante crucifixum qui positus est super porta occidentali chori; et hec facit capitulum pro multis bonis que fecit in vita sua isti ecclesie et in morte legavit eidem. Et si predicta lampada fracta fuerit seu amissa capitulum debet ibi ponere aliam." (LKal., vol. I, p. 141).

Acrescentava ainda o Obituário que D. Pedro Martins

"... iacet in nave Sancti Michaelis sub campana lapidea que est in directum hostii quo ascenditur ad testudinem claustrum." (LKal., vol. I, p. 141).

Nº 31

1282, Março, 18

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 660.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 29,8 cm. Alt.: 40,5 cm. Esp.: 5 cm. Alt. média das regras: r.1: 2,3 cm; r.2: 2,5 cm; r.3: 2,3 cm; r.4: 2,4 cm; r.5: 2,5 cm; r.6: 2,5 cm; r.7: 2,6 cm; r.8: 2,5 cm; r.9: 2,5 cm; r.10: 2,5 cm; r.11: 2,5 cm; r.12: 2,5 cm. Alt. média das letras: 1,9 cm (em todas as regras). Alt. média dos espaços interlineares: 0,6 a 0,9 cm (excepto entre r.11 e r.12, que é de 0,4 cm).

Leitura:

: + : ANNO : AB INNCARNACIONI [DomiNI] / : M^o : CC^o : 2XXXI^o : Era : M^a : CCC^a : XX^a : XV / KaLendaS : AP(r)ILIS OBIIT : DOM / Nus : HONORICus : ECCLesiE : / SanCtl : PET(r)I DE CAnTO / NETO : SACerDOS : IN I / STO : SEPULC(r)O : NOBILI : / TUMULATUS : CULus / MORS (D(e)O ET : HOMI / NIBus : GRATA : FUIT : / CREATORI OmN(i)Vm : SE(m) / PER : GRATES : AMen

Publ.: CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 18-19, nº 8; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 142; GONÇALVES A.N. 1938, pp. 219-220; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 826-829, Insc. Nº 397.

Ref.: SIMÕES 1888(c), pp. 219-220; GONÇALVES A.A. 1911, p. 15, nº 61; CORREIA V. 1941, p. 30, nº 43; SANTOS R. 1948, vol. I, p. 20.

Inscrição funerária de D. Honório, sacerdote da Igreja de S. Pedro de Cantanhede, que se encontrava no Claustro da Sé Velha de Coimbra, de onde foi retirada e levada para a Sé Nova de Coimbra. Aqui andava avulsa quando, em Agosto de 1874, o Cabido decidiu confiar à guarda do Instituto (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 18), dando entrada nos acervos do Museu que esse organismo começava a constituir e que viria a estar na origem do Museu Nacional Machado de Castro.

o Pisano e o Florentino. Entre ambos vai uma diferença de um ano, como esclarece João Pedro Ribeiro:

"He innegável terem-se seguido na computação dos annos de J. C. dous calculos, que differe hum do outro hum anno inteiro: contando hum os annos de J. C. correntes; e outro os annos completos." (RIBEIRO J.P. 1811, p. 3)

acrescentando:

"Daqui nasce, que no Calculo Pisano concorre o anno 1º de J. C. com o 46 do anno Juliano, 754 da Fundação de Roma, 4714 do Periodo Juliano, 4 do Império d'Augusto, e 39 da Era Hispânica; o Florentino porém assignando com zero o primeiro anno de J. C. depois de completo este principia a contar o 1º, que concorre com o 47 Juliano, 755 da Fundação de Roma, 4715 do Periodo Juliano, 5 do Império de Augusto e 40 da Era Hispânica." (RIBEIRO J.P. 1811, p. 4).

Para esclarecer eventuais dúvidas, concluiu:

"Portanto com o anno de 1805 concorre até 24 de Março o anno da Encarnação Pisano de 1805, e o Florentino de 1804; e de 25 de Março em diante o de 1806 Pisano e 1805 Florentino ..." (RIBEIRO J.P. 1811, p. 5).

Como a inscrição de Honório refere as 15 calendas de Abril (18 de Março), ela permite sabermos qual o cálculo ou cômputo que era utilizado em Portugal para definir o Ano da Encarnação. Se eventualmente coincidissem o Ano da Encarnação com a Era (ou seja, se fosse Ano da Encarnação de 1281 e Era de 1319 = A.D. 1281), teríamos um caso de utilização do Cômputo Pisano. No entanto, como se verifica uma diferença de um ano (Ano da Encarnação de 1281 e Era de 1320 = A.D. 1282), ficamos a saber que se utilizou o Cômputo Florentino para o cálculo, como já esclareceu o Pe. António Nogueira Gonçalves. Segundo o Cômputo Florentino, só oito dias mais tarde, a 25 de Março, se iniciaria a contagem do Ano da Encarnação de 1282. Como hoje - e desde a adopção do Calendário Gregoriano, a 15 de Outubro de 1582 - o Ano se começa a contar a partir de 1 de Janeiro, o dia 18 de Março do Ano da Encarnação de 1281 corresponde ao dia 18 de Março do *Anno Domini* de 1282. Sobre o uso do Ano da Encarnação na Epigrafia Medieval Portuguesa, vd. BARROCA 1995, vol. I, pp. 227-228 e 241-243.

Estranhamente, D. Honório não vem referido no Livro das Kalendas, nem no fólio relativo às *XV Kal. Aprilis* nem noutra passagem. Não conseguimos encontrar elementos para a sua biografia.

Nº 32

1285

Local: Mosteiro de Stª. Maria de Celas (Freg.: Stº. António dos Olivais; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 663.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 53,2 cm. Alt.: 56,5 cm. Esp.: 7 cm. Campo epigráfico: Comp.: 46,5 cm. Alt.: 49,5 cm. Alt. média das regras: 2,6 a 2,8 cm. Alt. média das letras: 2 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,5 a 0,7 cm.

Leitura:

LAUDE : NIMIS : DIGNA : SPECIOSA : PUDICA : BENIGNA : /
 PROVIDA : DISCRETA : FACUNDA : MODESTA : QUIETA : /
 MORIBUS : ORNATA : DE : CLARO : SANGUINE : NATA : /
 FAMA : DOTATA : VIRTUTIBUS : ASSOCIATA : /
 HARUM : PRELATA : CELLARUM : PRETITULATA : /
 LUX : PRELATARUM : CLARUM : SPECULUM : MONACHARUM : /
 VULTUS : HONESTATI : FLOS : PURUS : VIRGINITATIS : /
 XPI : SERVORUM : MONIALIS : AMICA : MINORUM : /
 EST : ELVIRA : LUPI : QUAM : CERNIS : SUBDITA : RUPI : /
 CONSTAT : IBI : CLAUDI : SIC : OMNIA : CONSONA : LAUDI : /
 LAUDES : ASCRIBI : QUECUNQUE : VALENT : MONIALI : /
 VENDICAT : ISTA : SIBI : MERITO : TITULOQUE : REALI : /
 POST : M : C : PARITER : TER : PONAS : X : BIS : ET : I : TER : /
 ILLIUS : ERA : NOTA : TALI : FIAT : TIBI : NOTA :

Publ.: VASCONCELOS A.G.R. 1899-1900, pp. 75-78; BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 847-849, Insc. Nº 406.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, nº 56; CORREIA V. 1941, p. 31, nº 49.

Inscrição funerária, rimada, de D. Elvira Lopes, Abadessa de Celas, gravada em lápide que se encontrava na Sala do Capítulo do Mosteiro de St^a. Maria de Celas. Passou para o Museu de Antiguidades do Instituto em data desconhecida, embora ainda no séc. XIX, uma vez que António de Vasconcelos afirmava, em 1899, que já ali se encontrava há mais de dez anos (VASCONCELOS A.G.R. 1899-1900, p. 76). A colecção lapidar seria, em 1911, incorporada no então criado Museu Machado de Castro.

Os sinais de separação das palavras são constituídos por quatro pontos sobrepostos que, por dificuldades gráficas, transcrevemos na forma de “ : “.

A inscrição de D. Elvira Lopes foi publicada pela primeira vez (a única antes de 1995) por António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, em 1899-1900, nas páginas de *O Archeólogo Português*, onde apresentou uma leitura absolutamente correcta (VASCONCELOS A.G.R. 1899-1900, p. 77). Este facto deve ser realçado, tanto mais que nos encontramos perante um epitáfio que, pelo seu deficiente estado de conservação, oferece diversas dificuldades, podendo considerar-se de leitura ingrata. Devemos mesmo confessar que, se não fosse a versão de António de Vasconcelos, não teríamos conseguido ler algumas palavras. O facto de não utilizar abreviaturas (excepto na l.6 “SPECL’M”, que A. de Vasconcelos manteve e que nós desdobramos em SPECuLuM) deve ter facilitado a tarefa de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, embora não retire, em nada, o seu mérito. No estudo que então lhe consagra, António de Vasconcelos revelava que no Museu de Antiguidades do Instituto se conservava um calco da lápide de D. Teresa Raimundes de Portocarreiro, falecida em 1315 (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1142-1146, Insc. Nº 531, que figura neste Catálogo com o Nº 35), realizado pelo Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho. No verso desse calco, registava-se o posicionamento original dessa lápide e da de D. Elvira Lopes:

“... na parede da casa capitular do mosteiro de Cellas, ao lado esquerdo de quem entra em direcção ao altar. Acha-se collocada sobre outra. Est’outra consta de 14 linhas tão mutiladas, mas dos mesmos caracteres da de cima, que se negam á formação de qualquer sentido ...” (VASCONCELOS A.G.R. 1899-1900, p. 76).

A lápide “ilegível” a que se referia o Pe. Pereira Coutinho é o epitáfio de D. Elvira Lopes, que aqui nos ocupa.

António de Vasconcelos esclarece-nos ainda que

“A parede onde esteve por muitos séculos embutida, era humida, a ponto de escorrer água sobre a lápide. Foi-se esta carcomendo pela acção corrosiva do salitre, até se apagarem quasi completamente muitos caracteres; as encrustações calcareas vieram deturpar ainda mais a superfície da pedra, acabando de dificultar a leitura da inscrição.” (VASCONCELOS A.G.R. 1899-1900, p. 76).

A inscrição de D. Elvira Lopes seria, depois do estudo de António de Vasconcelos, referida nos catálogos da Secção Lapidar do Museu Nacional Machado de Castro organizados por António Augusto Gonçalves (GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, nº 56) e por Vergílio Correia (CORREIA V. 1941, p. 31, nº 49).

O epitáfio de D. Elvira Lopes apresenta uma estrutura rimada que, por não respeitar a métrica, se aproxima da prosa rítmica ou do *cursus leonino*¹⁹. É, no entanto, evidente a presença de rima interna, na maioria dos casos independente de regra para regra, o que espelha o esforço do autor (ou autora) na criação de um texto poético. O mesmo transparece da paginação do epitáfio, com as mudanças de regra a coincidir com a rima.

A inscrição de D. Elvira Lopes utiliza, para exprimir a Era, o sistema que João Pedro Ribeiro designou de “datas caprichosas”, dizendo “M : C : PARITER : TER : PONAS : X : BIS : ET I : TER” para se obter a ERA M CCC XX III (A.D. 1285). O seu deficiente estado de conservação não consegue encobrir totalmente a boa qualidade epigráfica deste epitáfio, quer ao nível das letras (utilizando alfabeto gótico redondo, com desenho elegante e equilibrado), quer ao nível da paginação (onde, apesar de não optar por sinais de abreviatura e de ser “obrigado” a respeitar a divisão dos versos, o lapicida conseguiu obter uma mancha uniforme e bem distribuída). Produto da oficina epigráfica de Coimbra, o epitáfio apresenta as regras materializadas na lápide, gravadas a traço duplo, sendo utilizada solução idêntica para delimitar o campo epigráfico.

D. Elvira Lopes foi a segunda Abadessa de Celas de que nos chegou notícia (depois de uma primeira Abadessa, de nome desconhecido, que se encontra documentada entre Março de 1235 e Setembro de 1240 - cf. MORUJÃO 1991, p. 43). D. Elvira Lopes encontra-se documentada nesse cargo entre Julho de 1242 e 15 de Maio de 1279 (MORUJÃO 1991, p. 43 e p. 177). A primeira referência documental encontrada por Maria do Rosário Barbosa Morujão (Julho de 1242 - op. cit. p. 177, nota 49) faz recuar em mais de vinte anos o início do seu abaciado, já que António Garcia Ribeiro de Vasconcelos entendia que teria assumido o cargo cerca de 1264 (VASCONCELOS A.G.R. 1899-1900, p. 78), certamente tendo em atenção a informação de Fr. Bernardo da Assunção que, no seu Index da Fazenda do Mosteiro de Celas, a referia como documentada entre a Era de 1302 e a Era de 1317 (ASSUNÇÃO B. 1921, p. 8). António de Vasconcelos revela que a Abadessa teria renunciado em 1279, o que está de acordo com os dados documentais registados por Maria do Rosário Morujão. Como já referimos, o estudo monográfico desta autora regista D. Elvira Lopes ainda como Abadessa em 15 de Maio de 1279 (MORUJÃO 1991, p. 177). A sua inscrição funerária revela-nos que faleceu em 1285. É provável que tenha renunciado ao seu cargo pela sua avançada idade, depois de 37 anos de abaciado, mas também pode ter tomado essa decisão por motivo de doença (Maria do Rosário Morujão refere-a doente em 1 de Dezembro de 1260 - MORUJÃO 1991, p. 177).

Fr. Bernardo da Assunção e António de Vasconcelos referem que lhe sucedeu no cargo D. Alda Lourenço, que já ocuparia essas funções em 1279 (ASSUNÇÃO B. 1921, p. 8; VASCONCELOS A.G.R. 1899-1900, p. 78). Maria do Rosário Morujão excluiu o seu nome da lista das Abadessas (MORUJÃO 1991, pp. 43-44) por não ter encontrado referências documentais directas (embora a documento como monja de Celas em 24 de Abril de 1279) (MORUJÃO 1991, p. 170).

19 — Agradecemos ao Prof. Dr. José Carlos Miranda os dados que nos facultou sobre a estrutura deste texto.

Se atendermos aos limites cronológicos conhecidos, D. Elvira Lopes teria renunciado depois de 15 de Maio de 1279 o que explica perfeitamente que D. Alda Lourenço de Berredo ainda fosse referida como monja em Abril de 1279. Mas tal não obsta a que depois de meados de Maio de 1279 e antes de 2 de Junho de 1291 (data da nova referên- cia a uma abadessa de Celas, D. Maior Fernandes de Lima - MORUJO 1991, p. 43 e p. 183), não tivesse tido lugar o Abaciado de D. Alda Lourenço de Berredo, como pretendia Fr. Bernardo da Assunção.

D. Elvira Lopes viria a falecer, como esclarece o seu epítáfio rimado, em 1285, seis anos depois de ter renunciado ao cargo máximo em Celas.

O Convento de Celas foi fundado pela infanta D. Sancha, filha de D. Sancho I e de D. Dulce, em data desconhecida, segundo alguns autores antes de 1219 (COCHERIL 1978, p. 160) ou cerca de 1215 (MARCQUES M.A.F. 1991, p. 177). A história deste Mosteiro, traçada nos meados do séc. XVII por Fr. Bernardo da Assunção (ASSUNÇÃO B. 1921) e abordada em contributos de menor envergadura (embora não necessariamente de menor importância) por outros autores, foi recentemente alvo de estudo monográfico mais aprofundado pela mão de Maria do Rosário Morujo. Esta autora sugeriu que a fundação desta casa monástica tivesse ocorrido em fins de 1221, fazendo coincidir esse evento com avultadas doações de D. Sancha que se detectam nesse ano e com o início da documentação coeva conhecida para este mosteiro feminino (MORUJO 1991, p. 23). A sua fundadora, D. Sancha, faleceu em 13 de Março de 1229 (cf. BRANDÃO A. 1632, p. 128 vº), tendo sido enterrada no Mosteiro de Celas e pouco depois trasladada para Lorvão, onde primeiro professara e onde vivia uma sua irmã, D. Teresa Sanches (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo I, pp. 605-607, Insc. Nº 300).

Nº 33

1285, Março, 18

Local: Sê Velha de Coimbra (Freg.: Sê Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 664.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp. máx.: 32,5 cm. Alt.: 25 cm. Esp.: 3,8 cm. Campo epigráfico: Comp. máx.: 27 cm. Alt.: 22,3 cm. Alt. média das regras: r.1 : 3,2 cm; r.2 : 3,5 cm; r.3 : 3,3 cm; r.4 : 3,2 cm; r.5 : 3,2 cm. Alt. média das letras: 2,6 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 1 a 1,4 cm.

Letura:

[em cc]C : XX III III III : XV : kalendas : AP(r)ILIS : [O]b[itu]m : [do]MNIUS : PASCHASIVS : GODINI [S decal] / [In]us : VISENSIS : ET : CANONICUS CO] / [Im]BRIENSIS : FAMILIUS : [De]i cuius] / [animal] : REQ[ui]ESCAT : In PACE : AMEN

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo I, pp. 850-851, Insc. Nº 407.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 15, nº 59; CORREIA V. 1941, p. 31, nº 50.

Inscrição funerária de D. Pascácio Godins, Deão da Sê de Viseu e Cônego da Sê de Coimbra, gravada em lápide de calcário que apareceu no Claustro da Sê Velha de Coimbra e que foi recolhida no Museu Nacional Machado de Castro, onde se conserva.

A inscrição de D. Pascácio Godins foi referida entre os catálogos da secção lapidar do MNMC, o primeiro organizado em 1911 por António Augusto Gonçalves, o segundo datado de 1941 e da autoria do Prof. Vergílio Correia. Em ambas as situações não foi divulgada nem a data de entrada da peça no acervo do MNMC nem a sua leitura. O facto de não figurar no catálogo de João Correia Ayres de Campos, de 1877, e de já figurar no de António Augusto Gonçalves per- mite balizar o seu aparecimento entre 1877 e 1911. Segundo este último autor, o epítáfio foi recolhido na zona do claustro entre a alvenaria. O seu aparecimento está, portanto, relacionado com os restauros dos inícios da centúria. Apesar de ter sido recolhida há tantos anos, a inscrição de D. Pascácio Godins chegou aos nossos dias inédita, tendo sido apresentada, pela primeira vez, a sua leitura em 1995. Facto tanto mais singular quanto esta não oferece difi-

culdades de maior. A inscrição de D. Pascácio Godins apresenta-se mutilada à esquerda e à direita, tendo sido cortada nas suas duas extremidades. Aparelentemente, a lápide foi retirada da parede onde se encontrava embudada e reaproveitada, em posição invertida, como tampa. Nesse momento foram rebaixadas duas bandas verticais, mutilando-se o texto epi- gráfico no início e no fim de todas as regras. Este facto não impede, no entanto, que a sua reconstrução seja abso- lutamente segura. Na realidade, o epítáfio de D. Pascácio obedece ao formulário mais comum, o que anulou qualquer dificuldade de reconstrução. Apesar de mutilada, a lápide não consegue esconder a magnífica qualidade dos seus

PORTUGALIA

caracteres, delimitados por mão experiente e gravados depois do seu texto ter sido cuidadosamente paginado. Tal como era usual na oficina epigráfica de Coimbra - de que esta lápide é um produto - as regras foram materializadas no suporte através de duas linhas gravadas a traço fino. Os espaços interlineares foram aproveitados para a inclusão dos sinais de abreviatura.

No Livro das Kalendas, o Obituario da Sé de Coimbra, encontramos registado o óbito de D. Pascácio Godins no folio relativo às XV Kalendas de Abril:

"¶ Era M^o CCC^o XX^o III^o ¶ Obit^o domnus Paschasius Gondini decanus Visensis subdiaconus et canonicus huius ecclesie qui reliquit nobis omnes suas hereditates de Chaa et duo casalia de Cabanas et ortum de Ultra Fontem et ortum et vineam de Cosellis et duas domos iuxta furnum Sancte Iuste et unam domum in platea Francorum et unam domum in platea Felipparum (...). Qui iacet in nave fontis in capella sua sub campana que est postea ante altare ipsius capelle." (Lkal., vol. I, p. 154).

A notícia do Obituario combricense, que aqui transcrevemos parcialmente (eliminando as disposições relativas às obrigações dos Cônegos da Sé de Coimbra no que respeita às comemorações obituárias), constitui toda a informação que conseguimos encontrar para a figura de D. Pascácio Godins.

Nº 34

1300, Novembro, 27

Local: Mosteiro de St^a. Maria de Celas (Freg.: St^a. António dos Olivais; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 658.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 49,5 cm (originalmente 52,5 cm). Alt.: 62 cm. Esp.: 10 cm. Alt. média das regras: 2,5 cm. Alt. média das letras: 1,7 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,5 cm.

Letura:

HIC : DEVOTA : Domino : IACET : ABBATISA : SEPULTA : /
 QUAM : SUA : COLLAUDAT : BONITAS : ET : GRATIA : MULTA : /
 MORIBUS : EXIMIA : VIRGO : FUIT : ISTA : MARIA : /
 FERNANDI : DICTA : LAUDABILIS : ET : BENEDICTA : /
 VIRGINEIS : SOCIATA : CHORIS : IAM : CULMEN : HONORIS : /
 POSIDET : ANCILLA : Domini : VENERABILIS : ILLA : /
 INTER : SACROS : SACROS : NUMEROS : DOMINARUM : /
 CLARUIT : HEC : UNA : QUASI : SOL : ET : LUCIDA : LUNA : /
 VIRTUTUM : DONIS : IN : CLAUSTRO : RELIGIONIS : /
 TOTUM : SANCTA : CHORUM : FACIT : ABBATISA : DECORUM : /
 SICUT : IN : AURORA : RUTILAT : LUX : ORTA : DIEI : /
 SIC : SUPER : ASTRA : NITET : HEC : SACRA : SPONSA : DIEI [sic] : /
 IAM : CAPIT : HEC : CUMMULUM : CELESTIS : AMORIS : /
 QUE : BENE : VIRGINEI : SERVAVIT : CLAUSTRUM : PUDORIS : /
 HUIUS : XPE : PRECET : PRO : NOBIS : QUE SUMUS : AUDI : /
 NOSQUE : TUE : SEMPER : FACIAT : INTENDERE : LAUDI : /
 ANHOS : SI : IUNGAS : TER : DENIS : MILLE : TRECENTIS : /
 ADIUNCTIS : OCTO : PATET : ERA : TIBI : MORIENTIS : /
 INSUPER : ACCENDAS : LUX : ANTE : KALENDAS : /
 QUA : MORTEM : SUBIT : QUINTA : DECEMBRIS : ERAT :

PUBLI : CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 577-578, nº 12; VASCONCELOS A.G.R. 1898, pp. 230-231; DIAS E. 1901, p. 150; BARROCA 1995, vol. II, tomo I, pp. 937-941, Insc. Nº 448.
 Ref.: SOUSA A.C. 1744, pp. 517-518; SIMÕES A.F. 1888, p. 219; GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, nº 55; CORREIA V. 1941, p. 30, nº 41.

Inscrição funerária e laudatória, rimada, de D. Maria Fernandes, Abadessa de St^a. Maria de Celas que a tradição popular memorizou como "a Freira das Mãos Cortadas". Encontrava-se, outrora, na Sala do Capítulo do Mosteiro de Celas.

Na leitura que apresentamos substituímos a nota tironiana graficamente semelhante a "7" pelo respectivo desdobramento, "et" (na l.8).

A lenda da Freira das Mãos Cortadas remonta, pelo menos, ao séc. XVII, devendo estar ligada a alguma fantástica interpretação do relevo que se esculpiu à esquerda do epítáfio, e onde se pode ver D. Maria Fernandes, ajoelhada, de mãos erguidas em sinal de prece, dirigindo-se à Virgem Maria e ao Menino. A Virgem, sentada em trono e com o pouco comum a origem da Lenda. Que esta já estava estruturada nos meados do séc. XVII revela-nos um manuscrito de Fr. Bernardo da Assunção, capelão do Mosteiro de Celas, que António de Vasconcelos transcreveu e que J. M. Teixeira de Carvalho viria depois a editar (ASSUNÇÃO B. 1921). Nesse manuscrito, que pertencera ao Cartório de Celas, refere-se a presença da lápide:

"No anno de mil trezentos, e trinta foy eileta [abadessa d'este mosteiro] Dona Maria Fernandez religiosa de estremada virtude: no Capitulo em hua pedra branca esta hua memória sua ja tao gastada, que se não pode ler cousa, que faça sentido, nem colligir o discurso de sua vida: Ha tradição que a esta senhora louvando-lho as mãos as cortara, e recolhendo-se à cella miraculosamente lhe foram restituídas." (cit. por VASCONCELOS A.G.R. 1898, p. 226; vd. tb. ASSUNÇÃO B. 1921, p. 9).

A lenda da Freira das Mãos Cortadas foi igualmente registada por D. António Caetano de Sousa, no 4º volume do *Agiologio Lusitano*, de que foi responsável depois da morte de George Cardoso. Segundo a sua versão, mais por-menorizada:

"No mosteiro de Celas de Coimbra se conserva a memoria de D. Maria Fernandes, eileta Abbadessa d'este religioso mosteiro, no anno de 1330, pessoa de abalçada virtude, em que o desprezo de si mesma foi tão abati-do que lhe parecia ser obrigada a se aniquilar ao mais profundo da humildade, não querendo houvesse cousa n'ella que merecesse louvor. Consta por tradição d'aquella casa que por um prelado d'aquella diocese lhe lou-var as mãos de bem feitas as cortara logo, e recolhendo-se à cella afflicta lhe foram restituídas por intercessão de Nossa Senhora." (SOUSA A.C. 1744, p. 517).

D. António Caetano de Sousa acrescentava, ainda, que

"No Capitulo daquela casa se conserva em hua pedra hum letrado do seu tempo, mas tão gasto, que já se não pode formar sentido do que contém." (SOUSA A.C. 1744, p. 518).

Dentro dos estudos modernos, a inscrição de D. Maria Fernandes foi referida pela primeira vez por João Correia Ayres de Campos, no Catálogo dos Objectos do Museu do Instituto, não porque a lápide já então fizesse parte do seu acervo mas porque aí se recolhera um molde feito pelo Fe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, que certamente pensava vir a incluir a lápide entre as inscrições que publicou no *Antiquário Combricense*. Nessa altura ainda a lápide se encontrava na Sala do Capitulo do Mosteiro de Celas, e João Correia Ayres de Campos lutou com grandes dificuldades na leitura da inscrição, a ponto de não ter conseguido decifrar o nome de D. Maria Fernandes, classificando-a de "sepul-chral de outra religiosa, talvez abadesa" (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 577-578, nº 12). Ayres de Campos apenas leu:

VIRGINEIS : IME : HONORIS :
 POS ANCIILA : DNI : VENERABILIS ILLA :
 CET : SACR : SACROS NUMOS : DONAVIT ...
 CLARVIT : HEC : UNA : QUASI SOL : ET : LUCIDA : LUNA :
 VIRTUTU : DONIS : I : CLAUSTRO : RELIGIONIS
 TOTU : SACTORUM :
 SIC : I : AURORA : RUTLLET : LUX ORTA DIEI :
 SIC : SUPER : ASTRA : NITET : HEC : SAC : SPOSA : DIEI :
 IAM : CASPIT : HOC : TUMULU : CELESTIS : AMORIS :

Uma versão muito incompleta, que começa na l.4 e termina na l.13, sem referir as restantes regras, e que mesmo assim incorre em diversos erros, que nos dispensamos de aqui assinalar. É possível que uma parte das dificuldades que Ayres de Campos sentiu se tivessem ficado a dever a defeito do molde do Fe. Pereira Coutinho, mas devemos sublinhar que a inscrição se encontra, hoje, em mau estado de conservação, sendo de leitura muito ingrata, pelo que é de supor que na sua época já o estaria. Alguns anos mais tarde, Augusto Filipe Simões referia a lápide ainda embu-tida na parede da Sala do Capitulo de Celas, descrevendo os dois quadros esculpidos à esquerda e declarando que

"... a direita da pedra na sua maior extensão está coberta de letras tão comidas do tempo que já não se lêem."

(SIMÕES A.F. 1888, p. 219).

O estudo fundamental desta lápide ficou a dever-se a António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, que em 1898 divulgou, nas páginas de *O Archeólogo Português* um estudo monográfico onde, pela primeira vez, se publica uma versão inte-gral desta inscrição em duas modalidades: primeiro sem desdobramentos, depois com desdobramento das abrevia-turas (VASCONCELOS A.G.R. 1898, pp. 230-231). Devemos desde já sublinhar que sem a versão de António de Vasconcelos, que teve oportunidade de analisar a lápide pacientemente, a leitura integral deste epítáfio seria hoje muito difícil. Assim, a versão que apresentamos neste *Corpus* resulta, em boa parte, do confronto da versão de António de Vasconcelos com o original. Em 1898, quando António de Vasconcelos estudou a lápide, já ela estava depositada na Secção de Archeologia do Instituto. Este autor teve oportunidade de sublinhar que

"Toda a lápide foi dourada, e as letras cheias de massa ou betume preto, de que ainda restam alguns vestígios insignificantes." (VASCONCELOS A.G.R. 1898, p. 228).

Acrescentamos, apenas, que hoje já não são visíveis esses testemunhos. A versão de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos é bastante próxima da nossa, estando globalmente correcta (VASCONCELOS A.G.R. 1898, pp. 230-231). O autor acrescenta, ainda, em anotação, duas correcções: a palavra "DIEI", que se lê distintamente no final da l.2ª

regra, deve resultar de lapso do autor material da lápide, devendo entender-se antes “DE” e na linha 15 o lapicida gravou “P’CET” em vez de “P’CES” (= P’CES).

Alguns anos mais tarde, em 1901, Epihânio Dias registou, nas páginas da mesma revista, algumas observações críticas às versões de António de Vasconcelos:

- no 1º verso, em vez de se desdobrar DO por DominO, pretende ser mais correcto, do ponto de vista métrico, desdobrar por DeO;

- no 13º verso entende que falta uma palavra a seguir a HEC ou a CUMULUM, que teria duas sílabas, pelo que a métrica recomendava; o autor acaba por sugerir que o lapicida se esqueceu de gravar DIGNUM;

- no 14º verso prefere CLAUSTRa em vez de CLAUSTRUM, apoiando-se igualmente na métrica;

- no 17º verso o lapicida gravou, por lapso, DENIS em vez de DENOS, como seria gramaticalmente mais correcto;

- no 19º verso sublinha a ausência de sentido da primeira parte, sugerindo que o artífice tenha saltado um ou dois versos (DIAS E. 1901, p. 150).

Embora não nos consideremos competentes para criticar as observações de E. Dias, devemos sublinhar em relação à primeira que parece pouco provável a abreviatura de DEO em DO, e em relação à última observação, quanto ao incio do 19º verso, que se nos afigura difícil falarem um ou dois versos, até pela impossibilidade material de se gravarem na lápide (e uma inscrição desta qualidade, com os campos iconográficos, não se pode ter feito sem uma cuidadosa *ordinatio*). Segundo o mesmo autor,

“A inscrição não é puramente em versos leoninos como se diz no título do artigo. Os dois primeiros versos são hexâmetros rimados; seguem-se oito hexâmetros leoninos; os versos 11 e 12 são um disticho (hexâmetro e pentâmetro) rimado; seguem-se seis hendecasyllabos de rima emparelhada; vem por fim um disticho sendo o hexâmetro leonino, e o pentâmetro sem rima de espécie alguma.” (DIAS E. 1901, p. 151).

Efectivamente o texto deste epítáfio opta por diversas formas de rima: rima emparelhada nos dois primeiros versos (11 e 12, rima interna nos oito seguintes (13 a 10), novamente rima emparelhada nos oito seguintes (11 a 18), concluindo com um verso de rima interna (119) e uma regra sem qualquer rima (120). As perturbações na estrutura métrica deste texto aproximam-no do *cursum leonino*”.

Por fim, sublinhemos que a lápide, depois de ter sido incorporada nas colecções do Museu Nacional Machado de Castro passou a figurar nos respectivos catálogos da secção lapidária. Assim aconteceu em 1911, com o que António Augusto Gonçalves organizou (GONÇALVES A.A. 1911, p. 14, nº 55) e de novo em 1941, com o catálogo de Vergílio Correia (CORREIA V. 1941, p. 30, nº 41). No entanto, em nenhum deles se apresentou leitura da inscrição de D. Maria Fernandes.

A inscrição de D. Maria Fernandes, com os dois campos escultóricos à esquerda e o epítáfio versificado à direita, cuidadosamente paginado, resulta, sem dúvida, das mãos de escultor experiente (que o seu deficiente estado de conservação, depois de ter permanecido muitos anos sob a acção de água que escorra pela parede, degradando o suporte, não consegue esconder totalmente). Por detrás da sua realização esteve, sem dúvida, uma cuidadosa *ordnatio*; tratase, portanto, de um exemplo que espelha a mestria do seu autor, sem dúvida mais do que um simples lapicidatido de que encontramos, aqui e ali, vestígios (nomeadamente na definição da esquadria dos campos iconográficos) e talvez um dos escultores que trabalhou no Claustro de Celas. Efectivamente, deve ter sido no abacado de D. Maria Fernandes que se ergueu o Claustro Gótico de Celas, que uma persistente tradição, lançada por António de Vasconcelos, teima em associar à fábrica dionísia da Universidade e que Torquato de Sousa Soares demonstrou não ter qualquer fundamento (SOARES T.S. 1953). Como este autor sublinha, a Igreja conventual de Celas foi sagrada em 1293, pelo Bispo de Coimbra D. Aymeric Ebrard (SOARES T.S. 1953, p. 8), apesar de o Mosteiro ter sido fundado c. 1215 (cf. MARQUES M.A.F. 1991, p. 177; COCHERIL 1978, pp. 159-160; COCHERIL 1999, p. 83; OLIVEIRA M. 1951, p. 349-350) ou, mais fundadamente, cerca de 1221, como Maria do Rosário Morujão demonstrou (MORUJÃO 1991, pp. 23-24).

Já tivemos oportunidade de registar neste *Corpus* o epítáfio versificado de D. Elvira Lopes, a segunda Abadesa de Celas (pelo menos de entre as que nos chegaram notícias), que fora eleita c. 1242 e renunciou em 1279, tendo falecido em 1285 (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo I, pp. 847-849, Insc. Nº 406, que figura neste Catálogo com o Nº 32). Sucedeu-lhe no governo do Mosteiro de Celas, certamente a partir de 1279, D. Alda Lourenço de Berredo, referida na qualidade de Abadesa por diversos autores (ASSUNÇÃO B. 1921; VASCONCELOS A.G.R. 1899-1900), mas que Maria do Rosário Morujão preferiu, por precaução, não incluir na Lista das Abadesas de Celas por ausência de confirmação documental directa (MORUJÃO 1991, pp. 43-44). Maria do Rosário Morujão encontra, ainda, uma outra Abadesa de Celas, D. Maior Fernandes de Lima, documentada nessa qualidade em Junho de 1291 (MORUJÃO 1991, pp. 43 e 183).

Assim, D. Maria Fernandes teria sido a quinta Abadesa conhecida em Celas. Segundo Fr. Bernardo da Assunção teria sido eleita Abadesa em 1292 (ASSUNÇÃO B. 1921, p. 9). O seu Abaciado parece ter sido relativamente curto, encontrando-se documentada apenas entre 17 de Março de 1292 e 22 de Julho de 1292 (cf. MORUJÃO 1991, p. 43 e p. 186). No entanto, é possível que o seu governo possa ser alargado até 1300, ano em que morreu. Efectivamente, o cargo de Abadesa era vitalício e não se conhece qualquer notícia de D. Maria Fernandes ter renunciado, como outras fizeram. Por outro lado, a Abadesa seguinte, D. Teresa Raimundes de Portocarrreiro, apenas se encontra documentada nesse cargo a partir de Julho de 1303. Assim, entre Julho de 1292 e Julho de 1303 não se encontra documentada nessa qualidade em Junho de 1291 (MORUJÃO 1991,

conhece qualquer nome de Abadessa em Celas que se possa avançar mais alguns anos o Abacado de D. Maria Fernandes, tal como é possível que se possa recuar em três anos o início do governo de D. Teresa Raimundes de Portocarreiro. D. Teresa Raimundes, que faleceu em 1315, teve igualmente direito a lápide com elogio versificado (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1142-1146, Insc. Nº 531, que figura neste Catálogo com o Nº 35).

Nº 35

1315, Maio

Local: Mosteiro de Stª. Maria de Celas (Freg.: Stª. António dos Olivais; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 668.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 42,5 cm. Alt.: 35,5 cm. Esp.: 6,5 cm. Alt. média das letras: 1,5 cm.

Leitura:

QUAM : NON : FAMA : TACET : TARASIA : NORMA : PUDORIS :/
EXEMPLAR : MORIS : HIC : TUMULATA : IACET :/
ORDINE : CLARA : FUIT : VIK(r)TUTUM : MUNERE : FULTA :/
L . J FUSIS : TR(r)IBUIT : PAUCIS : EST : VIK(r)GO : SEPULTA :/
STANGUINE : PREDITA : MORIBUS : INCLITA : REBUS : HONESTA :/
PREFUIT : OMNIBUS : HIS : MONIALIBUS : IPSA : MODESTA :/
ORA : PATER : NOSTER : LECTOR : Q(u)I : CARMINA : CERNIS :/
NEC : SILEAT : VIRGO : Q(u)A : LAPIS : ISTE : PREMIT :/
MENSE : MAI(i) : MUNDO : DISCESSIT : PLENA : DIURUM :/
SEDE : CUM : SUIS : RECTOR : TR(r)IBUAT : SIBI : RERUM :/
Era : M : C : C : C : L : III :

Publ.: CARDOSO G. 1652-66, vol. III, p. 129; CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 576-577, nº 11; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 237; VASCONCELOS A.G.R. 1899-1900, pp. 75-76; MARTINS M. 1969, vol. II, pp. 104-105; MORUJÃO 1991, p. 190, nota 119; BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1142-1146, Insc. Nº 531.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 15, nº 62.

Inscrição funerária, rimada, de D. Teresa Raimundes de Portocarreiro, Abadessa de Celas, falecida em Maio de 1315, gravada em lápide de calcário que se conserva, hoje, no acervo do Museu Nacional Machado de Castro. A inscrição de D. Teresa Raimundes de Portocarreiro foi publicada pela primeira vez por George Cardoso que, nas páginas do seu *Agiologio Lusitano*, assinou a mais divulgada de todas as versões conhecidas deste epítáfio - isto apesar de ser, também, a que maior número de deficiências apresenta. Nas palavras de George Cardoso, o epítáfio de D. Teresa Raimundes estaria na parede da Sala do Capítulo, à esquerda do Altar de Nossa Senhora, acrescentando este autor "... que há poucos annos o azuljêrão por cima ..." (CARDOSO G. 1652-66, vol. III, p. 129). A sua leitura difere da nossa na l.3 ao ler "CULTA" (em vez de CLARA) e "SULTA" (em vez de FULTA); na l.4 ao ler "NO FUSIS LACHRYMIS" (em vez de [-] FUSIS TRIBUIT); na l.6 ao ler "PREASUIT" (em vez de PREFUIT); na l.7 "CARPT" (em vez de CERNIS); na l.9 "DICESSIT" (em vez de DISCESSIT); na l.10 "SANE" (em vez de SEDE), "TRIBUIT" (em vez de TRIBU-AT) e "VERUM" (em vez de RERUM). A sua tradução seria, obviamente, afectada pelos lapsos de leitura, mas tornou-se igualmente na versão mais citada:

"Aqui jaz com muitas lágrimas sepultada, Thereza virgem, que a fama celebra por regra de pudicia, e exemplo de bons costumes. Na Ordem teve cargos honrosos, que lhe granjearão suas virtudes. Era de nobre geração, e conhecida por seus louváveis procedimentos, honesta em seus exercicios e modesta nos officios, em que assista. O tu, que és estes versos, encomenda a Deos sua alma, cõ a oração do Pater Noster, para que não fique seu nome sepultado com o corpo. Deixou este mundo em Maio, de largada idade, e o Senhor a collocou entre seus escolhidos." (CARDOSO G. 1652-66, vol. III, p. 129).

Depois de George Cardoso seria necessário aguardar muitos anos para encontrarmos nova leitura da inscrição de D. Teresa Raimundes de Portocarrero - talvez porque o letreiro foi, como este autor referiu, encoberto por azulejos, tendo passado ao esquecimento. O responsável pela nova leitura, bastante mais feliz que a de G. Cardoso, seria João Correia Ayres de Campos, que a publicou em 1877 no seu Catálogo dos Objectos do Museu do Instituto (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 576-577). No entanto, a inscrição de D. Teresa Raimundes de Castro. Na realidade, o que nessa altura o Museu do Instituto possuía era um molde ou calco que da inscrição fizera o Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, responsável pela edição de *O Antiquário Combricense*, onde, por certo, pensaria vir a publicar mais este letreiro. No verso do calco do Pe. Pereira Coutinho registava-se o posicionamento desta lápide e da de D. Elvira Lopes na Sala do Capitúlio de Celas, declarando-se que a inscrição de D. Teresa Raimundes se encontrava:

“... na parede da casa capitular do mosteiro de Celas, ao lado esquerdo de quem entra em direcção ao altar. Achase collocada sobre outra. Est outra consta de 14 linhas tão mutiladas, mas dos mesmos caracteres da de cima, que se negam à formação de qualquer sentido...” (VASCÓNCELOS A.G.R. 1899-1900, p. 76).

A lápide ilegível e “sem sentido” a que se refere o Pe. Pereira Coutinho é o epítáfio rrimado da Abadesa D. Elvira Lopes, que já tivemos oportunidade de apresentar neste *Corpus* (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo I, pp. 847-849, Insc. Nº 406, de 1285, que figura neste Catálogo com o Nº 32).

A leitura de João Correia Ayres de Campos, publicada a partir do calco do Pe. Pereira Coutinho, é totalmente correcta Insc. Nº 406, de 1285, que figura neste Catálogo com o Nº 32).

A leitura de João Correia Ayres de Campos, publicada a partir do calco do Pe. Pereira Coutinho, é totalmente correcta e idêntica à nossa versão, com duas únicas diferenças: a primeira, pelo facto de o seu autor não apresentar desdobramento das abreviaturas; a segunda, único lapso de leitura, ao transcrever “ISTA” em vez de ISTE, na l.8 (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 576-577).

António Cardoso Borges de Figueiredo, em 1886, publicaria de novo a inscrição de D. Teresa Raimundes, oferecendo uma versão exactamente igual à de Ayres de Campos, de onde deve ter retirado (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 237). Borges de Figueiredo sublinharia, ainda, que D. Teresa “filha do famoso Reymano Viegas de Portocarrero”. O seu epítáfio seria ainda referido por António de Vasconcelos, quando este autor estudou o elogio de D. Elvira Lopes (VASCÓNCELOS A.G.R. 1899-1900, pp. 75-76), sendo então registado pela primeira vez entre o espólio do Museu Nacional Machado de Castro em 1911 (GONÇALVES A.A. 1911, p. 15, nº 62).

Mais recentemente, a inscrição de D. Teresa Raimundes de Portocarrero seria abordada por Mário Martins que, referindo as leituras de George Cardoso (1666) e de Ayres de Campos (1877), acabou por considerar haver erros em ambas as versões, propondo nova alternativa que considerava ser a “leitura aceitável”:

“Quam Non Fama Tacet, Tarasia, Norma Pudoris,
 Exemplar Moris, Hic Tumulata Jacet,
 Ordine Culta Fuit, Virtutum Munere Fuita,
 Non Fusis Lachrymis Fucus Est Virgo Sepulta.
 Sanguine Praedita, Moribus Inclyta, Rebus Honesta,
 Praefuit Omnibus His Monialibus Ipsa Modesta.
 Ora Pater Noster, Lector, Qui Carmina Carpit,
 Nec Sileat Virgo Quam Lapis Iste Premit.
 Mense Maii Mundo Discessit, Plena Dierum,
 Sedit Cum Suis Rector Tribut Sibi Rerum.”

(MARTINS M. 1969, vol. II, pp. 104-105). Assimámos em itálico, na lição de Mário Martins, as divergências entre este autor e a leitura de Ayres de Campos. Devemos, desde já, sublinhar que a versão de Mário Martins não foi feita a partir de análise do original epigráfico, mas sim tendo apenas em conta as duas versões já referidas (G. Cardoso, de 1666, e Ayres de Campos, de 1877). Ora, se as correcções que Mário Martins faz a G. Cardoso são legítimas, encontrando eco na lápide (tendo sido alvo de análise em 1877), já as que introduz à leitura de J. C. Ayres de Campos acabam por não ter comprovação material. Efectivamente, na inscrição lê-se, sem deixar margem para qualquer dúvida, CLARA e não “CULTA” (na l.3), TRIBUIT e não “LACHRYMIS” (na l.4) e CERNIS e não “CARPI” (na l.7). Mário Martins apresentaria, ainda, nova proposta de tradução deste epítáfio:

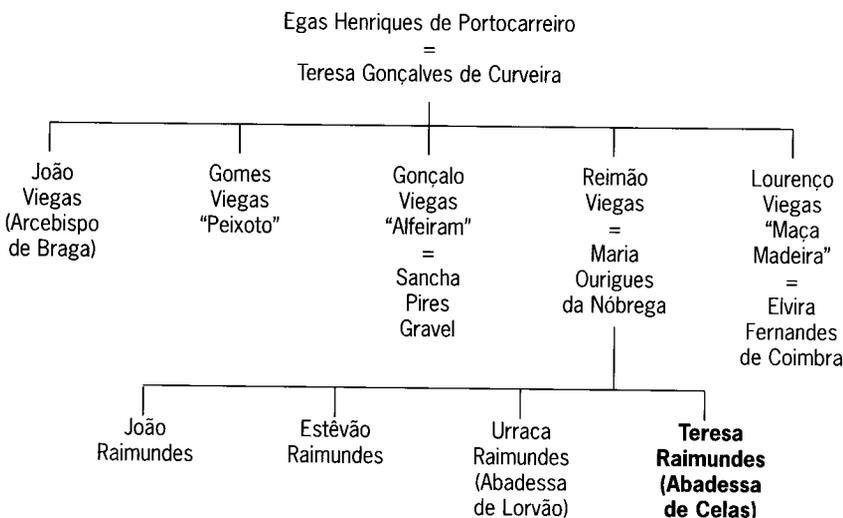
“Norma de pudor e exemplo de bons costumes, jaz aqui sepultada Teresa, de quem a fama não se cala. Educada nesta Ordem (de Cister) fortificada com os dons da Virtude, foi esta Virgem enterrada, não sem copiosas lágrimas. De sangue nobre, notável pela honestidade e grande pelas suas posses, governou estas Freiras com moderação. Quem ler estes versos reze um Pai Nosso. Nem se cale a Virgem sobre quem pesa esta laje. Partiu deste mundo, cheia de dias, no mês de Maio. O Senhor de tudo o que existe lhe dá um trono junto dos seus (escolhidos).” (MARTINS M. 1969, vol. II, p. 105).

Maria do Rosário Barbosa Morujão adoptou a versão de George Cardoso (MORUJÃO 1991, p. 190, nota 119). O epítáfio de D. Teresa Raimundes de Portocarrero constitui mais um exemplo de uma inscrição rrimada que, por não respeitar a métrica, deve ser considerada dentro do conceito de *cursum leonino*, como defende Ernst Robert Curtius (CURTIUS 1948, vol. I, p. 220 e ss.)²¹. Sublinhemos a presença de rima interna nos seis primeiros versos, que é, no entanto, perturbada nos restantes versos.

A inscrição funerária de D. Teresa Raimundes foi gravada em lápide de calcário que recebeu, em traço muito leve, a marcação de campo epigráfico e das respectivas regras, de que ainda são visíveis testemunhos na parte inferior da peça, à esquerda e à direita. Os seus caracteres revelam a mão segura de um lapicida experiente que se preocupou em conseguir uma mancha epigráfica uniforme. Limitado pela disposição rrimada do texto, não hesitou em lançar mão

de pequenos motivos decorativos como forma de ocupar o espaço gráfico livre, dando a impressão, numa primeira análise, que foi ocupada a totalidade da extensão das diferentes linhas. Esses motivos, designados por alguns autores por *seguintes* (cf. CORREIA V. 1929, p. 83), encontram-se nas l.2, 3, 6 e 7.

D. Teresa Raimundes de Portocarreiro era filha de D. Raimundo Viegas de Portocarreiro e de D. Maria Ourigues da Nóbrega (cf. LL, 43 F 5), sendo, assim, irmã de D. Urraca Raimundes de Portocarreiro que foi Abadessa do Mosteiro cisterciense de Lorvão. Era, ainda, sobrinha pelo lado paterno do Arcebispo de Braga, D. João Viegas de Portocarreiro. O esquema genealógico simplificado, feito a partir dos elementos facultados pelo Nobiliário do Conde D. Pedro, é o seguinte:



Não admira, portanto, que Fr. Bernardo da Assunção, no seu *Index da Fazenda* do Mosteiro de Celas, tenha dito de D. Teresa Raimundes era oriunda de família "de gente nobilissima daquelles tempos" (ASSUNÇÃO B. 1921, p. 9). D. Teresa Raimundes de Portocarreiro terá começado por professar no Mosteiro de Lorvão, certamente por influência de sua irmã, onde se encontra documentada como freira em 19 de Fevereiro de 1290 (ANTT, Most. Lorvão, C. 25, Gav. 6, M. 3, nº 3²). Transferiu-se depois dessa data para o Mosteiro de Celas, junto a Coimbra, onde viria a ocupar a cadeira abacial nos inícios do século XIV. Está documentada nesse cargo entre 26 de Julho de 1303 e 10 de Setembro de 1312 (cf. MORUJÃO 1991, p. 43 e p. 189). No entanto, e como já tivemos oportunidade de referir no comentário ao epitáfio de D. Maria Fernandes (BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 937-941, Insc. Nº 448, de 27 de Novembro de 1300, que figura neste Catálogo com o Nº 34), é possível que, tendo sucedido a esta Abadessa, tivesse assumido o cargo logo em fins de 1300 ou inícios de 1301. Morreu, como a nossa inscrição o revela, em Maio de 1315.

Nº 36

1326, Novembro, 30

Local: Igreja da Graça (Freg.: St^a. Cruz (Coimbra); Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 655.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 47-49 cm. Alt.: 55,5-57 cm. Esp.: 9,5 cm. Campo Epigráfico: Comp.: 45,5 cm. Alt.: 26,5 cm. Alt. média das regras: r.1: 3,8 cm; r.2: 4,1 cm; r.3: 3,9 cm; r.4: 4,2 cm. r.5: 3 cm. Alt. média das letras: l.1: 2,7 cm; l.2: 3 cm; l.3: 2,8 cm; l.4: 2,9 cm; l.5: 3 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,8 a 1 cm.

Leitura:

+ Era M^a : CCC^a : LXIII : ANoS : DIA : De : SANTanDre : POSTUMEYRO : / DIA : De : NOVEmbRO : PAS(s)OU : SIMHOn : IOHanneS : CLerlGO : / De : MIS(s)A : NATURAL : De : TENTUGAL : Que : AQUi : IAZ : / : E PELos : SEus : BEEs : MANDOU : FAZER : I^a : CAPELA : NO ALTA(r) : De SAN : / (t)O AndRE : Que : CanTEm : I^a : MIS(s)A : PerA : SEMPre : Por : S(a) ALMA : O Q(ua)L : AnImA : REQ(u)IA : / com : DEus : AMEN :

Publ.: CAMPOS J.C.A. 1877, p. 578, nº 13; BARROCA 1991, p. 217, nº 111; BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1227-1229, Insc. Nº 565.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 16, nº 65; CORREIA V. 1941, p. 30, nº 44; SANTOS R. 1948, vol. I, p. 20 e fig. 32; SANTOS R. S/D, vol. I, p. 283.

Inscrição funerária de Simão Joanes, clérigo natural de Tentúgal, que se encontrava junto da Sacristia da Igreja do Colégio da Graça, em Coimbra, de onde transitou em data desconhecida (entre 1877 e 1911) para a colecção do Instituto de Coimbra e depois para o acervo do Museu Nacional Machado de Castro, onde hoje se conserva.

O Dia de St^o. André comemora-se a 30 de Novembro, o que corresponde realmente ao postumeiro dia desse mês.

A inscrição de Simão Joanes foi referida pela primeira vez em 1877, por João Correia Ayres de Campos, no seu Catálogo dos Objectos do Museu do Instituto de Coimbra, publicado ao longo de diversos números na revista *O Instituto*. A sua inclusão entre o espólio desse Museu, que estaria na origem do Museu Nacional Machado de Castro, não significa, no entanto, que no ano de 1877 a lápide já então aí estivesse recolhida. João Correia Ayres de Campos apenas o regista porque dera entrada nessa instituição um molde feito pelo Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, o autor do efémero *Antiquário Conimbricense*, onde certamente pensava vir a publicar mais esta inscrição. João Correia Ayres de Campos esclarecia, em 1877, que a inscrição

“Acha-se, bem conservada, em uma casa proxima à sacristia da igreja do collegio da Graça na rua da Sophia de Coimbra, para onde foi transferida de outra Igreja ou claustra.” (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 578).

A leitura que então publica, que permaneceu até 1991 como a única alguma vez divulgada, é quase correcta. Apenas salientaremos, primeiro, a adopção de critérios pouco coerentes, ao desdobrar algumas abreviaturas, preservando outras. Assim, por exemplo, regista “SANTDRE” com traço horizontal sobre o T, quando na lápide se encontra gravado SANTD com traço sobre o T e sinal de abreviatura depois do D, equivalente, portanto, a SANTanDre. O mesmo se diga do facto de desdobrar sempre D' em DE, ou PEL' em PELOS, ou SE' em SEUS, mantendo simultaneamente outras abreviaturas. Por outro lado, J. Correia Ayres de Campos equivocou-se em dois pontos: na I.5, ao ler “OANE” (em vez de OAE ou, como nós entendemos SAN / (t)O A(ndr)E); na parte terminal, ao ler

“O QUAL AIA : REQUIA : / MUS : DEUS : AMEN”

em vez de

O Qual : AnImA : REQuIA : com : DEus : AMEN

Depois da leitura de Ayres de Campos, a inscrição de Simão Joanes seria referida por diversos autores mas quase sempre sem apresentarem leitura. O primeiro seria António Augusto Gonçalves, que a incluiu em 1911 no seu catálogo do Museu de Antiquidades do Instituto de Coimbra (GONÇALVES A.A. 1911, p. 16, nº 65). Por essa breve passagem ficamos a saber que nessa altura já a lápide de Simão Joanes tinha dado entrada no acervo do Museu. António Augusto Gonçalves, no entanto, não avança com qualquer elemento significativo para o estudo deste exemplar. O mesmo se diga do Catálogo organizado por Vergílio Correia, em 1941, e que veio actualizar o de António Augusto Gonçalves (CORREIA V. 1941, p. 30, nº 44). Poucos anos depois, em 1948, a inscrição funerária de Simão Joanes seria referida por Reinaldo dos Santos, por via do seu campo historiado (SANTOS R. 1948, vol. I, p. 20; SANTOS R. S/D, vol. I, p. 283).

Mais recentemente, tivemos oportunidade de publicar leitura deste epitáfio no Catálogo da Exposição “Aux Confins du Moyen Age”, organizada no quadro da Europália '91. A lição que aí subscrevemos afasta-se da actual em três pontos: lemos, então, no início da I.5, “OAE (?)”, enquanto que hoje desdobramos em SAN / (t)O A(ndr)E; desdobramos, de seguida, “Q(u)” entendendo que o sinal de abreviatura seria um l soerguido, e hoje pensamos tratar-se antes de Que, abreviado na forma de Q'; por fim, não conseguimos desdobrar “Com”, pelo que optamos por propor “[em]”, atendendo ao sentido geral do voto terminal:

“... O Q(ua)L A(n)(m)A REQ(u)IA [em] DE(us) AMEN”

(cf. BARROCA 1991, p. 217, nº 111). Nestes aspectos nos corrigimos em 1995. Esta foi a segunda vez, ao longo de mais de um século, que o conteúdo da lápide seria publicado, depois do esforço pioneiro de João Correia Ayres de Campos.

A lápide de Simão Joanes apresenta campo bipartido: em cima um registo iconográfico com cena Mariana; em baixo, campo epigráfico, com o texto que nos ocupou. O campo superior apresenta, esculpido em baixo relevo em encavo, ao centro a Virgem sentada em trono, segurando o Menino sentado no seu joelho direito e aleitando-O. A Virgem apresenta-se coroada e nimhada, ostentando véu comprido que lhe desce quase até aos pés. Ladeando a cena, e dispostos com simetria, encontram-se dois anjos. São figuras aladas e nimhadas, de porte majestoso, que foram retratadas em pé, o do lado esquerdo espargindo incenso com um turíbulo, o do lado direito erguendo um círio. À esquerda, entre o Anjo e o Trono, ajoelhado, encontra-se retratado o próprio Simão Joanes, erguendo as mãos em

sinal de prece. Em diversos pontos do relevo são visíveis os negativos da utilização da escoda pelo pedreiro-escultor. A inscrição de Simão Joanes, clérigo natural de Tentúgal, é um curioso testemunho da devoção Mariana no aro de Coimbra, e que se traduziu na produção de mais dois exemplares com cenas da Virgem com o Menino: a lápide de Honório de Cantanhede, de 1282 (BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 826-829, Insc. Nº 397, que figura neste Catálogo com o Nº 31) e a lápide de Maria Fernandes, de 1300 (BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 937-941, Insc. Nº 448, que figura neste Catálogo com o Nº 34). São conhecidas mais duas lápides produzidas pelos escultores da zona de Coimbra, algo mais tardias, mas nelas os temas iconografados deixariam de ser exclusivamente Marianos para optarem pela cena da Crucifixão: a inscrição dos pais de Domingos Aparício, de [1330-1339], com dois campos, cada qual com o seu tema (BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1250-1253, Insc. Nº 575, pertença do MNAA); e a lápide de Mor Peres e Maria Gonçalves, do séc. XIV, exclusivamente com a Crucifixão (BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1589-1590, Insc. Nº 695, que figura neste Catálogo com o Nº 46). Sublinhemos, por fim, que em quatro destas cinco lápides encontramos o retrato dos encomendadores ou defuntos, facto que pouca tradição encontraria em Portugal.

A inscrição de Simão Joanes, apesar de todo o cuidado que foi posto na execução do campo superior, iconografado, revela algumas deficiências do ponto de vista epigráfico. Não tanto pelo alfabeto utilizado, que é elegante e equilibrado, mas sobretudo pelo mau planeamento da distribuição do seu texto. Efectivamente não se compreende que, numa lápide desta qualidade, que certamente seria um exemplar caro e portanto com um público circunscrito, apresente uma solução de recurso para que todo o texto do epitáfio coubesse no espaço disponível. Referimo-nos à subdivisão do terço final da l.5 em duas regras, onde se gravaram letras com uma altura correspondente a metade do módulo.

Na parte terminal do epitáfio salientemos, ainda, a utilização do sinal específico de abreviatura graficamente semelhante a " " ", que no fim das palavras equivale à terminação -US e que no início vale COM-, e que seria aqui utilizado isoladamente, no voto final, quando se regista "O [Sic] QUAL ANIMA REQUIA COM DEUS AMEN", ou seja, "A Qual Alma descansa com Deus, Amen". Foi este sinal de abreviatura, aqui utilizado de forma pouco comum, que induziu em erro J. C. Ayres de Campos em 1877 e nós próprios em 1991.

A figura de Simão Joanes, clérigo de missa natural de Tentúgal, permanece obscura, e não conseguimos encontrar mais elementos para a sua biografia para além daqueles que nos são revelados pelo seu epitáfio.

Nº 37

1345, Setembro, 3

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 656.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 37 cm. Alt.: 28,5 cm. Esp.: 4,5 cm. Campo epigráfico: Comp.: 35 cm. Alt.: 27,5 cm. Alt. média das regras: r.1: 4,2 cm; r.2: 4,4 cm; r.3: 4,5 cm; r.4: 4,3 cm; r.5: 4,5 cm. Alt. média das letras: l.1: 3,8 cm; l.2: 3,7 cm; l.3: 3,9 cm; l.4: 3,7 cm; l.5: 3,9 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 0,8 a 1 cm.

Leitura:

: III^o : DIE : MENsis : SepTemBRis : DE : Era : M : CCC^a / LXXXIII^a : OBIIT : DO(m)Nus :
ANDREAS : IOHannis : CAN / TOR : HUlus : ECClesiE : NEPOS : DOmNI : ACCURSII : ET : / DOmNI :
GUILHeLml : MILITUm : MAGistROS : IN IUR(e) : CA / NonICO : ET CIVILI : CULus : AnImA :
REQ(u)IESCAT : IN PACE :

Publ.: COUTINHO M.C.P. 1841-42, nº 4, pp. 26-27; CASTRO A.M.S. 1867, p. 194; CASTRO A.M.S. 1881, p. 20; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 130; COSTA M.J.A. 1962, p. 252; BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1340-1344, Insc. Nº 608.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 15, nº 63; VITORINO 1934, pp. 219-220; CORREIA V. 1941, p. 30, nº 38; CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, p. 16; EXPO 1983, p. 215.

Inscrição funerária do Chantre D. André Anes (ou *Andrea di Giovanni*), gravada em pequena lápide que se encontrava, outrora, embutida no primeiro pilar da Sé Velha de Coimbra, à mão direita de quem entra. A lápide assinalava o local de sua sepultura, no solo, coberta por uma tampa negra, de basalto, que teve embutidos de bronze ou cobre, entretanto retirados. A lápide foi removida do templo para o Museu do Instituto, onde se regista em 1911.

O primeiro autor a publicar a inscrição do Chantre André Anes foi o Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, nas páginas de *O Antiquário Conimbricense*, a primeira publicação periódica portuguesa dedicada exclusivamente a antiguidades medievais que foi editada entre nós, e que teve vida efémera conhecendo apenas 9 números. No número correspondente ao mês de Outubro de 1841, o Pe. Pereira Coutinho publicou esta inscrição, apresentando igualmente desenho fac-símile. Por esse desenho ficamos a saber que já então a lápide estava partida, e que essa fractura nada teve a ver com a operação de remoção do local de origem, quando foi transferida para o Museu do Instituto. No desenho publicado n' *O Antiquário Conimbricense* devemos registar dois lapsos do desenhador: o primeiro, no brasão do ângulo superior direito, onde se inverteu a posição do Leão; o segundo, na l.3, em ACCURSII, onde desenhou o S em posição invertida, quando no original está correctamente gravado. O Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho descrevia a lápide dizendo:

"Da parte de cima da cornija da primeira columna da nave do lado esquerdo da Igreja da Sé Velha, e sobranceira ao Arco da Capella de N.ª. S.ª. da Piedade (outrora de S. Miguel) está embebida na parede uma lapide de dous palmos de comprimento, e um e meio de largo, em que se lê a inscrição seguinte ..." (COUTINHO M.C.P. 1841-42, p. 27).

A leitura do Pe. Pereira Coutinho pode ser considerada como correcta, tendo o autor desdobrado os numerais por extenso e substituído os II com valor consonântico por JJ. Para além desses pormenores, os únicos lapsos encontram-se em "SETEMBRIS" (em vez de SEPTEMBRIS) e "JOHANIS" (em vez de IOHANNIS). O Pe. Pereira Coutinho apresentaria, de seguida, uma primeira proposta de tradução deste epitáfio:

"No dia tres de Setembro da Era de mil trezentos e oitenta e tres morreo Dom André João Cantor desta Igreja, Neto de Dom Accursio e de Dom Guilherme, Cavalleiros e Mestres de Direito Canónico, e Civil; a alma do qual descance em paz." (COUTINHO M.C.P. 1841-42, p. 27).

A sua leitura exerceu uma influência marcante nos autores do séc. XIX, sendo adoptada por Augusto Mendes Simões de Castro em duas ocasiões distintas (CASTRO A.M.S. 1867, p. 194; CASTRO A.M.S. 1881, p. 20), sem que fossem acrescentados novos elementos ao estudo da lápide.

Em 1886 António Cardoso Borges de Figueiredo apresentou uma nova leitura deste letreiro, desta vez sem transcrever os numerais romanos por extenso e sem desdobrar as abreviaturas, assinando uma versão que podemos considerar como totalmente correcta e mais perfeita que a do Pe. Pereira Coutinho (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 130). Sublinhemos, apenas, que em 1886 a lápide ainda se encontrava embutida na Sé Velha. A próxima referência que lhe conhecemos, sem leitura do conteúdo do epitáfio, é de António Augusto Gonçalves, que em 1911 a arrolou já entre os materiais do Museu Nacional Machado de Castro (GONÇALVES A.A. 1911, p. 15, nº 63). A transferência teve, portanto, lugar entre 1886 e 1911, provavelmente por ocasião dos trabalhos de restauro da Sé Velha de Coimbra dirigidos no final do Séc. XIX pelo Doutor António de Vasconcelos.

Em 1934 o conjunto sepulcral de D. André Anes seria referido por Pedro Vitorino que, num estudo dedicado às lâminas de bronze. Este autor, citando Sousa Viterbo (*"Artes e Artistas em Portugal"*, 2ª ed., Lisboa 1920, p. 60), refere a tampa da sepultura do Chantre de Coimbra como sendo uma lâmina de bronze, a partir da notícia do Livro das Kalendas, que dizia tratar-se de uma *"campana de ere ubi sunt leones et galii figurati"* (VITORINO 1934, pp. 219-220). Na realidade, e como já tivemos oportunidade de registar, a tampa é de basalto e teve embutidos de metal, que foram lamentavelmente arrancados. Não se trata, portanto, verdadeiramente de um caso de lâmina de bronze mas sim de uma tampa de pedra onde os motivos decorativos eram em bronze, cravados no suporte pétreo.

Em 1941 a inscrição do Museu Nacional Machado de Castro seria de novo inventariada por Vergílio Correia, sem leitura da epígrafe (CORREIA V. 1941, p. 30, nº 38). O mesmo autor reportou-se de novo a este monumento no *Inventário Artístico de Portugal*, no volume que assinou juntamente com o Pe. António Nogueira Gonçalves:

"Junto à porta ocidental encontra-se uma campa de pedra negra, outrora incrustada de bronze, com a indicação do rebaixe da figura e da cercadura, sob a qual foi sepultado o Chantre André Anes (fal. a 3-Set.-1345), cuja lápide se encontra no Museu Machado de Castro." (CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, p. 16).

Mais recentemente, nas vésperas das comemorações do VII Centenário da morte de Acúrsio, Mário Júlio Brito de Almeida Costa dedicou ao Chantre André Anes um pequeno estudo monográfico, voltando a publicar a inscrição em lição com desdobramentos das abreviaturas que se afigura integralmente correcta (COSTA M.J.A. 1962, p. 252).

Por fim, registemos que a lápide fez parte dos materiais seleccionados para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, onde mereceu comentário do Professor José Mattoso que constituiu, juntamente com o estudo de Mário Júlio Brito de Almeida Costa, o texto que melhor valoriza e enquadra esta lápide (EXPO 1983, p. 215). Nele se refere que

*"André Anes, Cónego da Sé de Coimbra em 1317 e Professor de Direito Civil e Canónico, sobrinho ou neto do célebre jurista italiano Acúrsio, morreu em 3 de Setembro de 1345 e foi sepultado solenemente na Sé de que era Cónego. A campa tinha a sua figura em bronze, que desapareceu, ficando apenas a pedra negra que lhe servia de suporte. Conserva-se porém a inscrição comemorativa do seu falecimento, em lápide outrora colocada junto de uma das colunas da Sé e que depois foi retirada para se guardar no Museu da Cidade. A lápide recorda, justamente, a origem lombarda de André Anes e o parentesco com Acúrsio, o Jurista autor da *Magna Glosa*, compilação final dos «Glosadores» do Direito Justiniano."* (EXPO 1983, p. 215).

Apenas corrigiríamos dois pequenos pormenores: o primeiro relativo ao grau de parentesco que unia André Anes a Acúrsio, de quem seria antes neto ou bisneto; em segundo lugar, que não é a inscrição que recorda a origem lombarda de D. André Anes mas sim a notícia obituária do Livro das Kalendas.

O conjunto funerário do Chantre André Anes era integrado por dois elementos: a tampa de sepultura, embutida no pavimento do templo, e a inscrição, gravada em pequena lápide de calcário. O requinte colocado em cada um desses elementos revela-nos as posses e o prestígio que o Chantre devia ter granjeado em vida. Efectivamente, e como já referimos, a sua tampa de sepultura, em basalto, com embutidos de metal (segundo o Livro das Kalendas com

Leões e Galos representados), não pode deixar de ser considerado um monumento de excepção. Por outro lado, a lápide de calcário foi originalmente pintada a ocre, apresentando ainda vestígios de ter sido revestida a folha de ouro e de as letras terem sido preenchidas com massa de cor preta ou muito escura. Era, assim, uma epígrafe onde se tinha colocado particular cuidado na sua execução.

A inscrição apresenta dois pequenos brasões nos ângulos superiores, ambos com as mesmas Armas, constituídas por um Leão rampante.

André Anes (ou *Andrea di Giovanni*) era, como se elucida na notícia obituária do Livro das Kalendas, originário da Lombardia e foi Mestre em Direito Civil e Canónico (COSTA M.J.A. 1962, p. 252). Foi Arcediago de Penela (cf. LKal., vol. I, p. 75). Em 1317 já era Cônego da Sé de Coimbra (COSTA M.J.A. 1962, p. 252; EXPO 1983, p. 215), tendo depois chegado à dignidade de Chantre da mesma Sé, cargo que desempenhava quando faleceu, em 1345. Acúrsio, de quem Mestre André Anes se declarava descendente, foi o célebre Jurista de Bolonha nascido entre 1181 e 1185 e falecido entre 1259 e 1263, autor da *Magna Glosa* (COSTA M.J.A. 1962, p. 251, nota 1). Mestre Guilherme, também referido no epitáfio de Coimbra como antepassado de André Anes, seria, segundo Mário Júlio Brito de Almeida Costa, *Guglielmo d'Accursio*, um dos quatro filhos de Acúrsio. Guilherme teria nascido em 1246 e ensinado, tal como seu Pai, Direito Civil e Canónico na Universidade de Bolonha (COSTA M.J.A. 1962, p. 254). Assim, e de acordo com as duas alternativas levantadas por Mário J. B. Almeida Costa, o Chantre de Coimbra seria neto de Acúrsio e sobrinho de Guilherme ou, hipótese que nos parece mais provável, bisneto de Acúrsio e neto de Guilherme (COSTA M.J.A. 1962, p. 254). O Chantre André Anes seria, deste modo, mais um exemplo de um clérigo de além-Pirinéus a desempenhar funções de responsabilidade na hierarquia da Igreja portuguesa, surgindo em Coimbra precisamente numa altura em que aqui conviviam diversos estrangeiros, tendo alguns deles desempenhado mesmo as funções episcopais (cf., por exemplo, DAVID P. 1943(b)). No entanto, e apesar do prestígio que por certo tinha, são muito escassos os elementos que conhecemos para a sua biografia.

No Livro das Kalendas, no fólio correspondente às *II Nonas Septembris* (certamente por lapso, já que a inscrição é bem clara em referir o 3º dia de Setembro, portanto as *III Nonas Septembris*), regista-se a comemoração por alma de D. André Anes:

"Hic debet fieri anniversarium pro anima venerabilis virti Domni Andree Iohannis cantoris olim Colimbriensis oriundus de Lombardia per quinquaginta solidos dividendos quolibet anno inter presentes minutos et infirmos per domus que sunt in vico Figulhee Veteris que quidem domus fuerunt olim Petri Sira civis Colimbriensis [...]. Qui quidem Cantor iacet intus in Ecclesia Colimbriensis versus Portam Occidentalem sub campana de aere ubi sunt leones et galli figurati; qui obiit anno Domini M^o. CCC^o. XL^o. V^o." (L.Kal., vol. II, p. 131).

Na realidade, não se tratava de uma campa de bronze (que Pedro Vitorino tomou à letra como sendo mais um exemplo de Lâmina de Bronze). Tratava-se, sim, e como já referimos, de uma tampa de sepultura em basalto, negra, com motivos rebaixados e com embutidos de folha de metal, certamente bronze. Assim, o monumento funerário de D. André Anes não deve ser aproximado das Lâminas de Bronze mas, com muito mais propriedade, deve ser posto em paralelo estreito com o monumento funerário de D. João de Lacerda e D. Maria Afonso, proveniente de S. Domingos de Santarém e que se conserva no Museu de S. João de Alporão (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1294-1297, Insc. Nº 590, de [1338-1350]). Este túmulo, recordemos, foi concebido em basalto e recebeu, igualmente, decoração rebaixada e preenchida com folhas de metal, de que ainda sobrevivem alguns testemunhos. As afinidades entre os dois monumentos, na técnica, na matéria-prima e até na cronologia, não pode deixar de sugerir que ambos tenham saído das mesmas mãos. De resto, são escassos os afloramentos de basalto em Portugal, o que restringe as possibilidades de terem saído de oficinas diferentes (cf. BARROCA 1995, vol. I, p. 148-149).

Nº 38

1362 (?)

Local: Sé Velha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 671.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 48 cm. Alt.: 42 cm. Esp.: 10 a 12,5 cm. Campo Epigráfico: Comp.: 44,5 cm. Alt.: 38,3 cm. Alt. média das regras: r.1: 2 cm; r.2: 2 cm; r.3: 2 cm; r.4: 2 cm; r.5: 2 cm; r.6: 2 cm; r.7: 2 cm; r.8: 1,8 cm; r.9: 1,8 cm; r.10: 1,8 cm; r.11: 2 cm; r.12: 2 cm. Alt. média das letras: 1,6 a 1,8 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 1 cm.

Leitura:

+ : Hi(c) : IACet : D(om)(ni)Cus : APARICII : PreSBITer : DE CAnTAnleDE : CUlus : AnImA : RE / Q(u)IESCAT : In PACE : AMen : Et P(r)o : AnImA : SUA : D(eb)et : CELEBRARI : COTIDIE : / UNA : MIS(s)A : In ISTA : CAPELLA : BeATI : IULIANI : Q(u)e : Sibl : FUIT : COncESA : Per : DoMNum : / REIMUnDUM : EPiscopuM : COLImBriENsium : ESCIAM : In : ISTA : CAPEL(II)A : DEBEnT :

RECITA(r)i : / HORE : CANONICE : ET : HORE : DEFUncTORum : ET : CAPEL(I)ANus : SUus :
 D(eb)et : VENIRE : SupRa : SEPuLturA : / SUA : CUm : CrUCE : Et : AQ(u)a : BeNeDICTA : Et :
 ECIAm : PAT(r)iS : Et : MAT(r)iS : ElusDEm : Et : STE / PHANI : DO LAMACAL : Et : DOME :
 lusTE : DE : LEMIDE : Et : Omnia : Omni : DIE : DEBEnT : ADIm / PLERI : ITem : P(ro) AnImA :
 CUlusL(ib)et : ISTORum : Omni : ANnO : D(eb)et : Fleri : AN(n)IVerSARIUm : In TALI : DIE : SIC(ut)
 : / IPsi : MIGraVERunT : AD DOMinum : Et : Q(ui)L(ib)et : MIS(s)A : D(eb)et : CAntAri : SOLLENITeR
 : P(ro) : AnImA : ISTlus : Et : / ALIORum : BeNEFACTORum : Per CAPEL(I)ANUm : SUUm : Et :
 Per SUCCE(s)ORES : Elus : In : PerPETUUm : / ITA : UT : In : TESTAMenTI : SUI : LAClus :
 COntINETUR : QUAm : SUPraD(c)Tus : D(om)(ni)Cus : APARICII : / OBIT : < Era : M^a : C C C
 C^a : >

Publ.: CAMPOS J.C.A. 1877, p. 24, Nº 14; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 143; BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1412-1415, Insc. Nº 629.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 15, Nº 64; CORREIA V. 1941, p. 32, Nº 58.

Inscrição funerária de D. Domingos Aparício, presbítero de Cantanhede, que se encontrava outrora na Capela de S. Julião, no Claustro da Sé Velha de Coimbra, de onde foi retirada e levada para a Sé Nova. Em Agosto de 1874 foi oferecida e recolhida no Museu do Instituto de Coimbra, por iniciativa do Cônego Fr. Francisco da Fonseca Correia Torres. O acervo do Museu do Instituto, como se sabe, foi mais tarde incorporado no então recém-criado Museu Machado de Castro, onde a inscrição se conserva (Inv. Nº 671).

A inscrição de Domingos Aparício foi publicada pela primeira vez por João Correia Ayres de Campos, em 1877, quando este autor elaborou o Catálogo dos Objectos do Museu do Instituto, onde apresentou os principais elementos conhecidos para o itinerário desta peça e forneceu leitura inteiramente correcta (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 24). A sua versão apenas difere da nossa por ter optado por critérios de transcrição distintos e por Ayres de Campos ter preferido manter algumas das abreviaturas sem desdobramento. No mais a sua lição pode ser considerada correcta. Ayres de Campos foi, também, o primeiro autor a referir que a lápide seria oriunda da Capela de S. Julião, no Claustro da Sé Velha de Coimbra, que o Bispo D. Raimundo, tal como o letrado recorda, concedera a D. Domingos Aparício.

Depois da leitura de João Correia Ayres de Campos, e tanto quanto sabemos, a inscrição seria apenas publicada mais uma vez (antes de 1995), pela mão de António Cardoso Borges de Figueiredo, que divulgou uma versão igual à de Ayres de Campos, onde se deve ter inspirado (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 143).

Para além destas duas ocasiões, a lápide foi referida nos diversos catálogos da Secção Lapidar do Museu Nacional Machado de Castro, mas sempre sem ser fornecida leitura do seu conteúdo. Assim aconteceu primeiro com o catálogo de António Augusto Gonçalves (GONÇALVES A.A. 1911, p. 15, nº 64), e depois com o de Vergílio Correia (CORREIA V. 1941, p. 32, nº 58). Em ambas as ocasiões a morte de Domingos Aparício seria atribuída ao ano de 1362, quando, na realidade, não sabemos se assim terá sido. Depois de 1941 a inscrição não voltaria a ser referida, ficando no esquecimento dos depósitos do Museu Nacional Machado de Castro.

Sendo um exemplar bastante mais modesto do que aquele que o mesmo Domingos Aparício encomendou para seus Pais, D. Justa e D. Aparício (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1250-1253, Insc. Nº 575, de [1330-1339], pertença do MNA), a lápide funerária do Presbítero de Cantanhede não pode deixar de ser posta em paralelo estreito com esse outro monumento epigráfico. Efectivamente, as afinidades paleográficas entre um e outro exemplar não podem deixar de ser entendidas como sinal de que as duas lápides saíram da mesma oficina e muito possivelmente das mesmas mãos. A lápide que Domingos Aparício encomendou para seus Pais deve ter sido a primeira a ser executada, apresentando maiores cuidados ornamentais, com um registo central em dois campos com uma Cena de Crucifixo (em cima) e uma representação da Virgem Maria sentada no Trono com o Menino (em baixo). Esses dois campos centrais são acompanhados de dois campos laterais onde se representaram duas figuras - uma masculina (à direita) e outra feminina (à esquerda) - em atitude de prece, que devem ser os "retratos" de D. Justa e D. Aparício, os Pais de Domingos Aparício. Só depois de esta lápide ter sido criada, destinando-se a nobilitar o local de sepultura dos seus Pais na Sé Velha de Coimbra, é que Domingos Aparício deve ter encomendado a sua própria lápide sepulcral. Os poucos autores que sobre este exemplar se debruçaram não repararam, ou pelo menos não o assinalaram devidamente, que a lápide de Domingos Aparício resulta de uma encomenda prévia: todos os elementos cronológicos, contidos na l.12, depois da palavra OBIT, resultam de um acrescento posterior, feito certamente depois do desenlace de Domingos Aparício. As diferenças quer no traçado das letras (sendo as do acrescento de módulo maior), quer na profundidade do traço (mais superficial no acrescento final), revelam-nos precisamente que estamos perante um texto gravado numa época posterior e por outra mão. Assim, a lápide de Domingos Aparício resultou de uma vontade do próprio Presbítero. Esta circunstância ajuda a explicar melhor o facto de um epitáfio tão extenso ser tão parco em elogios ao defunto, o que se compreende se tivermos em atenção que deve ter sido o próprio Domingos Aparício a redigir este epitáfio. A sua preocupação foi sobretudo para as condições que pretendia impor, nomeadamente para a periodicidade e natureza das comemorações religiosas que deviam ser celebradas em memória de sua alma, da de seus Pais (D. Justa e D. Aparício), e da de Estêvão do Lameçal e D. Justa de Lemide: por um lado, uma missa quotidiana na Capela de S. Julião, que o Bispo D. Raimundo lhe concedera, por sua alma e que se recitassem todos os

dias as Horas Canónicas e as Horas dos Defuntos por sua Alma e pela de seus Pais e de Estêvão de Lamaçal e Justa de Lemide, com saída de Cruz e Água Benta sobre os seus sepulcros; por outro lado, a instituição de um Aniversário. Certamente que seria intenção de Domingos Aparício que para além do ano do seu óbito fosse igualmente gravado o dia e mês que ele ocorreria. Esses dados cronológicos seriam fundamentais para as comemorações do Aniversário que o próprio deixou expresso que pretendia que fosse comemorado em sua memória. No entanto, assim não aconteceu, e quem gravou o acrescento limitou-se a registar a Era. Ora, mesmo no que respeita a esta temos algumas dúvidas. Efectivamente, depois do último C podemos observar uma sequência vertical de três pontos e depois vestígios seguros de outras letras, de diferente desenho, que parecem ser um H minúsculo e dois ll (estes quase grafitados e de morfologia distinta, claramente posteriores). Não podemos saber, portanto, se a Era está completa, e se Domingos Aparício faleceu realmente em 1362, ou se o segundo lapicida, responsável por este acrescento, não se terá quedado a meio do seu trabalho de gravação. Infelizmente Domingos Aparício já não consta do Livro das Kalendas, o Livro de Aniversários da Sé de Coimbra, o que nos poderia ajudar a determinar se a morte ocorreria realmente nesse ano de 1362.

Do ponto de vista epigráfico não podemos deixar de anotar a profusão de letras inclusas (90 casos), letras geminadas (11 casos) e de abreviaturas utilizadas neste letreiro, numa proporção já relativamente anómala para a cronologia tardia deste epitáfio. Salientemos, nomeadamente, os sinais de abreviatura com sentido específico, como os correspondentes à terminação -ET (por exemplo em IACet, logo na l.1) ou -ER (por exemplo, em PreSBIter ou em Flerl).

As circunstâncias específicas que envolveram a criação do epitáfio dos Pais de Domingos Aparício revelam-nos que a encomenda dessa lápide terá ocorrido entre a morte de D. Justa (1330) e a de seu Pai (1339), tendo a data da morte deste sido já o resultado de um acrescento (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1250-1253, Insc. Nº 575, de [1330-1339]). Assim, a criação da lápide de Domingos Aparício deve ter ocorrido pelos anos 30 ou 40 do séc. XIV. O Presbítero de Cantanhede haveria, no entanto, de sobreviver bastante mais anos a esse momento, apenas tendo falecido em 1362 ou cerca desse ano.

A inscrição da Capela de S. Julião revela que esse espaço teria sido concedido ao Presbítero Domingos Aparício por "D. Raimundo". Trata-se de um dos dois Bispos homónimos de Coimbra, D. Raimundo de Ebrard I ou II, o primeiro documentado entre 1319 e 1324 e o segundo entre 1325 e 1333. Atendendo ao ano da morte de D. Domingos Aparício (1362), seremos mais inclinados a pensar que esse gesto tenha sido protagonizado por Raimundo de Ebrard II e mais próximo do fim do governo desse prelado. De qualquer forma, todos os dados apontam no sentido de D. Domingos Aparício ter falecido com propecta idade. Não conseguimos, no entanto, encontrar elementos para a sua biografia.

Nº 39

[1367-1383], Janeiro, 1

Local: Coimbra Proveniência Desconhecida (Freg.: Coimbra; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 10130 e 10073.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp. máx.: (1) 54 cm; (2) 51 cm. Alt. máx.: (1) 26 cm; (2) 25,5 cm. Esp.: (1) 8,5 cm; (2) 8,5 cm²³. Alt. média das regras: 2,8 a 3 cm. Alt. média das letras: 2,3 cm.

Leitura:

(A)

+ ERA D[e mil] E QU[a] / TRO : CE(n)TOS : [e ...] ANOS : PR[ime] / RO : DIA DE O MES [de i]JANEIRO : O M[ui] / NOBRE : REI : DOM F[er]NANDO : FILHO DO [mui n] / OBRE : REI : DOM [pedr] O : MANDOU : FAZ[er] / [...]

(B)

[... h] / O(n)RRA : FE [z : f] AZER : Per : SEU : MANDA / DO : MARTIN : ALVERNAZ : SEU : VAS(s)ALO : E / [s]OBRE : IUIZ : AO QUAL : D(eu)S : DE : AL [...] / [...] : E SUA : GLORIA

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1452-1455, Insc. Nº 642.

23 — Em ambos os fragmentos, contando com a moldura a espessura total passa a ser de 12 cm.

Inscrição comemorativa de obras régias, certamente na Muralha de Coimbra, decididas por D. Fernando. Este monarca incumbiu D. Martim Albernaz, seu Sobrejuiz na cidade, da sua execução. Desta lápide, de proveniência desconhecida, conservam-se três fragmentos no Museu Nacional Machado de Castro, todos em muito mau estado de conservação: um primeiro fragmento correspondente ao ângulo superior esquerdo da lápide, que recebeu o N.º de Inventário 10130, e cujo texto nós aqui designamos pela letra (A); dois fragmentos correspondentes ao ângulo inferior direito, que receberam o N.º de Inventário 10073 (comum aos dois) e cujo texto aqui é designado pela letra (B).

Uma vez que a inscrição está mutilada na parte referente à Era, o que impossibilita uma datação exacta, fomos obrigados a adoptar uma datação crítica cujos limites coincidem com os do reinado de D. Fernando (1367-1383). Estamos, no entanto, convencidos que a sua correcta datação andarà mais próxima dos primeiros anos do governo desse monarca do que dos derradeiros.

A presente inscrição, que se conserva no MNMC desde momento que desconhecemos, não possui proveniência exacta, embora seja certamente oriunda da cidade de Coimbra. O facto de se ignorar a sua proveniência exacta, associado ao seu deficiente estado de conservação, levou a que, tanto quanto sabemos, a inscrição tivesse permanecido inédita até aos nossos dias, tendo sido pela primeira vez publicada por nós em 1995. Apesar de tudo é possível reconstituir uma boa parte do seu texto e mesmo entrever o seu aspecto original. Efectivamente, os três fragmentos apresentam uma volumosa moldura, que era ornamentada com tema de difícil compreensão no seu actual estado. No entanto, a presença destes elementos assegura-nos que estamos perante uma parte significativa da lápide.

O primeiro fragmento, MNMC Inv. N.º 10130, corresponde ao ângulo superior esquerdo do letreiro, e deve estar quase completo na sua extensão total, apenas faltando a moldura vertical à direita. O texto está, no entanto, mutilado na parte terminal, o que obriga a algumas reconstituições. Este fragmento, que deve corresponder sensivelmente à metade superior da lápide, apresenta cinco regras e vestígios de uma sexta, hoje ilegível e mutilada. Não possuía qualquer elemento ornamental interrompendo o seu texto.

Os dois fragmentos da metade inferior, MNMC Inv. N.º 10073, correspondem ao ângulo inferior direito mas possuem igualmente o texto quase completo na extensão máxima da epigrafe. Na realidade, o posicionamento dos dois escudos com as Armas dos Albernaz, que tinham uma posição simétrica no contexto da lápide, revelam-nos que à esquerda destes fragmentos também pouco deverá faltar para além da espessura correspondente à moldura vertical. Estes fragmentos inferiores apresentam quatro regras relativamente legíveis, e testemunho de uma outra linha, hoje ilegível. Como esta regra não pode corresponder à última linha (igualmente ilegível) do fragmento superior, a inscrição teria, no mínimo, 11 linhas.

Simulando a disposição gráfica das regras compreende-se melhor as reconstituições ensaiadas:

- 1/ + ERA D[*e* mil] E QU[a] /
- 2/ TRO : CE(n)TOS : [e ...] ANOS : PR[*ime*] /
- 3/ RO : DIA DE O MES [de i]JANEIRO : O M[*ui*] /
- 4/ NOBRE : REI : DOM F[*er*]NANDO : FILHO DO [m*ui* n] /
- 5/ OBRE : REI : DOM [i: pedr] O : MANDOU : FAZ[*er*] /
- 6/ [...]
- 7/ [... h] /
- 8/ O(n)RRA : FE [z : f] AZER : Per : SEU : MANDA /
- 9/ DO : MARTIN : ALVERNAZ : SEU : VAS(s)ALO : E /
- 10/ [s]OBRE : IUIZ : AO QUAL : D(eu)S : DE : AL [...]
- 11/ [...] : E SUA : GLORIA

Nos dois fragmentos inferiores da lápide, que integram o MNMC Inv. N.º 10073, apresentam, em baixo, junto dos ângulos inferiores do campo epigráfico, dois escudos com o brasão dos Albernaz. Trata-se de escudos de tipo clássico ou lanceolado, esquartelados apresentando cada quadrante com uma árvore. Segundo a descrição dos heraldistas, as armas desta família seriam:

“Esquartelado de azul e de prata, com quatro carapeteiros de um no outro” (ZUQUETE 1961, p. 38)

ou

“Escudo esquartelado de: os primeiros e quarto, de azul, com um carrapeteiro de prata; e os segundo e terceiro iguais aos anteriores mas com os esmaltes das peças e do campo trocados.” (TÁVORA 1989, p. 70).

Esclarece-nos o Dicionário de Moraes que um carapeteiro é uma espécie de pereira brava. Ora, na realidade, as peças que preenchem os quadrantes dos dois escudos da inscrição coimbrã apresentam-nos árvores (portanto provavelmente carapeteiros), embora com apenas cinco braços cada (e não com sete braços, como refere Zuquete, no *Armorial Lusitano*). São armas que, afinal, concordam com as que figuram no túmulo de D. Margarida Albernaz, a segunda mulher de D. Nuno Fernandes Cogominho (cf. LL. 30 AU 5 e 45 N 8), cuja arca feral com jacente que se conserva na Capela de Nossa Senhora da Misericórdia, no Claustro da Sé de Lisboa (cf., entre outros, TÁVORA 1982, pp. 35-37).

A figura de Martim Albernaz (ou Alvernaz²⁴) encontra-se documentada através de algumas referências coevas que permitem conhecer um pouco o seu itinerário profissional mas que poucos dados nos fornecem sobre a sua origem. Ignoramos a sua filiação, embora julguemos que poderia ser irmão de D. Margarida Albernaz, que acima referimos, ou pelo menos ser seu parente chegado (se não irmão, pelo menos sobrinho). Não sabemos se o nosso Martim

24 — Grafia que parece recomendada quer pela nossa inscrição quer pelo Livro de Linhagens quando trata de D. Margarida Alvernaz.

25 — No *Chartularium Universitatis Portucalensis* encontra-se publicada uma certidão de D. Fernando, datada de 27 de Dezembro de 1369, respeitante a um *“Afonso Martins Alvernaz, scolar morador em Lisboa”* (ChUP, t. 1, doc. 269, p. 289). Será um filho homónimo?

Albernaz (ou Alvernaz) poderá ser identificado com o pai de D. Afonso Martins Albernaz, personagem sensivelmente contemporânea e com percurso bastante mais bem conhecido. Analisemos, primeiro, as poucas referências conhecidas para Martim Albernaz ou Alvernaz, e depois os abundantes dados documentais conhecidos para Afonso Martins Albernaz, seu possível filho.

Armando Luís Gomes de Carvalho Homem teve oportunidade de registar a figura de Martim Albernaz como Sobrejuiz de D. Pedro I, documentado entre 1363 e 1366 através de duas cartas (HOMEM A.L.C. 1990, p. 366). São essas as únicas referências documentais conhecidas para a sua carreira. A nossa inscrição demonstra que terá mantido esse cargo pelo menos até aos inícios do reinado de D. Fernando, sendo ainda referido como Sobrejuiz na epígrafe coimbrã que nos assegura, igualmente, o seu papel nas obras encomendadas pelo monarca. A parte terminal da inscrição, embora afectada pelo facto de estar truncada, parece sugerir que já teria falecido quando se criou a lápide que aqui nos ocupa. Quer por esta circunstância, quer pelo facto de Afonso Martins Albernaz ser, nos inícios do reinado de D. Fernando, Juiz do Rei na cidade de Coimbra, julgamos que a inscrição coimbrã poderá ter sido encomendada pelo seu [filho], Afonso Martins Albernaz, já depois do falecimento de D. Martim Albernaz. Assim se explicariam duas circunstâncias singulares neste fragmentado leitreiro: a parte final do texto, que parece encerrar um voto pelo bom destino da alma de Martim Albernaz, e o facto de esta lápide, comemorando uma obra de iniciativa régia, ter em lugar de destaque e por duas vezes o brasão da família Albernaz. Neste aspecto, se Martim Albernaz fosse vivo, certamente mandaria executar uma inscrição sem as Armas da família, optando antes pelas Armas do Reino. Há, assim, uma subtil contradição nesta lápide, comemorando obra régia mas ostentando símbolos de família, que apenas se poderá entender correctamente se tivermos em conta o facto de a lápide ter sido encomendada já depois da morte de D. Martim Albernaz. O seu papel seria mais o de memorizar o papel de Martim Albernaz nas obras régias do que comemorar a iniciativa do monarca.

No que respeita a D. Afonso Martins Albernaz, que julgamos poder ser o filho de D. Martim Albernaz e o encomendador da nossa lápide, sabemos que era, em 5 de Outubro de 1345, um dos Alvazis do Crime de Lisboa, quando o cargo de Alvazil Geral era ocupado por João Anes Pathavã (cf. CAETANO M. 1951, p. 136). A julgar pelas múltiplas referências em toda a segunda metade do século, deveria estar então no início de carreira. Em 9 de Novembro de 1352 ainda desempenhava as mesmas funções (CAETANO M. 1951, p. 136). No entanto, em 7 de Junho de 1355 era referido como Alvazil do Concelho (CAETANO M. 1951, p. 137) e em 11 de Janeiro de 1356 como Juiz da Cidade (CAETANO M. 1951, p. 138). Em 20 de Maio de 1359 surge-nos referido como Juiz por El-Rei em Coimbra (GOMES S.A. 1988, Doc. 67, p. 152 e ss.). Ainda permanecia nessas funções de Juiz de D. Pedro I na cidade de Coimbra em 6 de Junho de 1360 (cf. MADAHIL 1942-43, Doc. XIV, pp. 316-319). De resto, manter-se-ia no cargo de Juiz por diversos anos, estando documentado como Juiz do Rei em Santarém em 8 de Junho de 1362 (PCDom., Doc. Nº 60; HOMEM A.L.C. 1983-84, doc. 1), em 15 de Julho de 1362 (PCDom., Doc. Nº 61) e 16 de Setembro de 1362 (PCDom., Doc. Nº 62). Em 7 de Dezembro de 1362 surge referido como Sobrejuiz da Casa do Cível (HOMEM A.L.C. 1983-84, Doc. 2), cargo que continua a exercer em 21 de Novembro de 1366 (HOMEM A.L.C. 1983-84, Doc. 6, p. 128). Em 14 de Abril de 1368 encontra-se de novo documentado no cargo de Juiz do Rei em Coimbra (ChUP, t. 1, doc. nº 255, pp. 274-276²⁵; CRUZ A. 1938, p. 63, aqui identificado, por lapso, como "Afonso Miranda Albornoz"), cargo que, segundo Carvalho Homem, ainda desempenharia entre 1374 e 1376 (HOMEM A.L.C. 1990, p. 272), mais precisamente em 7 de Abril de 1376 (MADAHIL 1949, p. 91). Em 17 de Novembro de 1377 é Conservador do Rei à Universidade e Estudo de Lisboa (PCDom., Doc. Nº 83; HOMEM A.L.C. 1990, p. 272). Segundo Armando Luís de Carvalho Homem, seria ainda Ouvidor Régio e Corregedor de Entre-Douro-e-Minho (HOMEM A.L.C. 1990, p. 272). É na qualidade de Corregedor de Entre-Douro-e-Minho que é referido na Procuração do Concelho do Porto às Cortes de Santarém de 1383 (Cortes D. Fernando, vol. II, p. 287). Depois de um hiato sem referências documentais, por certo consequência do seu posicionamento na Crise de 1383-85 (cf. BEZERRA 1785-91, vol. I, p. 402), ressurgirá como Corregedor de Lisboa entre 1391 e 1401 (HOMEM A.L.C. 1990, p. 272; LPant., p. 123, de 14 de Dezembro de 1394). Anselmo Braamcamp Freire acrescenta que Afonso Martins Albernaz (ou Alvernaz) fora proprietário da Quinta dos Calvos (FREIRE A.B. 1921, vol. I, p. 480).

Nº 40

1374, Julho, 24

Local: Torre Nova ou Torre das Mulheres, Muralha de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 662.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 102 cm. Alt.: 78 cm.²⁶

26 — Apesar desta lápide fazer parte do acervo do MNMC, não nos foi possível localizá-la entre os materiais da colecção lapidária desse Museu. Por isso, não tivemos oportunidade de medir o exemplar, o que nos obriga a adoptar, aqui, as dimensões constantes da ficha do Museu Nacional Machado de Castro e apresentadas a público por João Correia Ayres de Campos em 1877 (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 21-22, Nº 12).

Leitura:

“ERA : DE : MIL : CCCC : XII : ANOS : XXIII / DIAS : DE : JULHO : FOI : COMEÇADA : AQUESTA : / TORRE : NOVA : QUE : HORA : COM : ESTA : OBRA : MANDOU : FAZER : / O : MUI : NOBRE : REI : D : FERNANDO : DE : PORTUGAL : E : DO : / ALGARVE ...”

Publ.: BARATA 1873, p. 61, Nota 16; CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 21-22, Nº 12; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 243; LARCHER 1935, pp. 77, 147 e 178; CARVALHO F.A.M. 1942, p. 69; MADAHIL 1949, p. 97; VENTURA 1979, pp. 51-52, Nota 2; BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1469-1473, Insc. Nº 650.

Ref.: RIBEIRO J.P. 1819, p. 127; CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 217; CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 579-580, Nº 16; GONÇALVES A.A. 1911, p. 13, Nº 48; CORREIA V. 1941, p. 31, Nº 48.

Inscrição comemorativa da construção da Torre Nova (ou, como é designada em documento de 1573, Torre das Mulheres) da muralha de Coimbra, erguida por iniciativa de D. Fernando. A Torre foi demolida em 1773, quando se deu início aos trabalhos para a construção do Observatório Astronómico instituído pelo Marquês de Pombal, e que se começou a erguer na zona do Castelo de Coimbra que foi, para o efeito, confiado à Universidade. Apesar de o edifício pombalino nunca ter sido concluído, as demolições afectaram a quase totalidade das estruturas militares medievais, tendo a lápide de 1374 sido transferida, juntamente com outros materiais, para junto da Capela da Universidade de Coimbra. Aqui permaneceu até que, em Maio de 1873, deu entrada nas colecções do Museu do Instituto, que depois, em 1911, seriam incorporadas no espólio do Museu Machado de Castro, onde hoje se preserva.

Na impossibilidade de procedermos a uma leitura directa do letreiro adoptamos, aqui, a interpretação do Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, na versão transcrita por João Correia Ayres de Campos (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 21-22, Nº 12). Sublinhemos que há uma fotografia desta lápide reproduzida na *História de Portugal*, Dir. Damião Peres, ed. de Barcelos (vol. II, p. 467) que, no entanto, devido à sua deficiente qualidade, não permite leitura.

Tanto quanto sabemos, a inscrição da Torre Nova ou Torre das Mulheres da muralha de Coimbra foi referida pela primeira vez, sem divulgação do seu texto, por João Pedro Ribeiro, na Dissertação XV que consagrou à Paleografia Portuguesa (RIBEIRO J.P. 1819, p. 127). Nessa breve referência, João Pedro Ribeiro apenas regista que se tratava de uma inscrição da Era de 1412, presente no “Castelo” de Coimbra, em letras “*Alleman Majuscula com letras conjunctas e abbreviaturas*”. No entanto, e de acordo com os dados divulgados por João Correia Ayres de Campos, em 1819 já a inscrição se encontrava, desde há quase 50 anos, no terreiro da Universidade, junto da Capela, pelo que deve ter sido aí que João Pedro Ribeiro a viu. Na realidade, em 1862 João Correia Ayres de Campos divulgava o seu estudo consagrado às inscrições do Castelo de Coimbra que se conservavam no Terreiro da Universidade, e aí refere a inscrição de 1374 sem que, no entanto, conseguisse apresentar leitura integral do seu conteúdo. O estudo de Ayres de Campos elucida-nos que as demolições na zona da Couraça de Lisboa, em 1773, se destinaram à construção do Observatório da Universidade de Coimbra, criado por diploma de 11 de Outubro de 1772 (CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 216). Teria sido por essa ocasião que a Torre Nova ou das Mulheres foi destruída, tendo a sua inscrição sido colocada no Pátio da Universidade. No entanto, quando refere esta inscrição o autor não esconde as dificuldades de leitura que encontrou na sua interpretação:

“... *nem a data nem o facto que este monumento devia commemorar é hoje possível determinar exactamente (...). Na inscrição fizeram-na ininteligível as muitas falhas da pedra e a fractura, que a corta quasi pelo meio, deixando apenas decifrar alguns caracteres avulsos, taes como XXIII na primeira linha, e o DE . PORT . E . DO no fim da quarta. Alem disto, outros restos de letras de uma quinta linha não permittem duvidar de que o letreiro continuava ainda.*” (CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 217).

Que se trata da nossa inscrição não restam dúvidas, por dois motivos: primeiro, pela concordância entre as escasas zonas de que Ayres de Campos nos dá leitura com o que figura na lápide; em segundo lugar, pela descrição que o autor faz da epígrafe, nomeadamente quando refere que ela apresenta, em cima, dois escudos, o da esquerda liso e o da direita com as Armas do Reino. Embora tenha invertido aqui a ordem dos escudos (o do lado esquerdo é o Nacional, o do lado direito o pleno ou liso), a descrição não deixa margem para dúvidas. De resto, Ayres de Campos levantava a possibilidade de que esta lápide fosse a mesma referida por João Pedro Ribeiro em 1819, e atribuída por este autor à Era de 1412/A.D. 1374. Por fim, registemos que Ayres de Campos cita, em nota, dois documentos de D. Fernando, um de 1373, outro de 1376, onde se referia a construção de uma Torre em Coimbra, e que o autor inclinava-se para que fosse a Torre Nova ou das Mulheres (CAMPOS J.C.A. 1862(a), pp. 217-218, nota 2). O primeiro diploma, de 29 de Julho de 1373, determinava que os lugares do termo de Coimbra que eram da Rainha e de outros poderosos não deviam ser isentos de pagar as fintas, talhas e serviços para “os lanços dos muros e torres e barbães” e outras obras “*compridouras à dita cidade de guisa que eses lavores se fação com a maior aguça que se*

27 — Ayres de Campos mantém, aqui, o lapso que já detectamos em 1862, descrevendo os escudos em posição inversa. Na realidade, como referimos, o escudo do lado esquerdo é o Brasão Nacional, e o do lado direito o brasão pleno, talvez de D. Leonor Teles.

fazer poderem" (CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 218). O diploma de 6 de Abril de 1376 especificava quais eram "aquelas villas e julgados que el-rey tomou pera servirem na obra da torre que o dito Senhor manda fazer" (CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 218). Ora, essa Torre, que os documentos classificam de "formosissima e sumptuosa", deve ser a Torre Nova ou Torre das Mulheres, que D. Fernando manda erguer na muralha de Coimbra, defendendo a zona de acesso ao Castelo.

Assim, e atendendo a que Ayres de Campos, no estudo de 1862, pouco avançou na leitura da inscrição, o primeiro autor que conseguiu contornar as dificuldades que a lápide oferecia foi o Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho. A divulgação do seu ensaio de leitura foi da responsabilidade de António Francisco Barata, nas Notas Críticas que escreveu para a nova edição da *História Breve de Coimbra*, de Bernardo de Brito Botelho. Efectivamente, esta obra, publicada pela primeira vez em 1773, conheceu uma edição corrigida e anotada por António Francisco Barata, saída em 1873, um século depois da primeira edição. Ora, a versão que António Francisco Barata aí transcreveu foi a do Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho. Trata-se de uma versão que é correcta nas suas linhas gerais, e onde apenas faltou assinalar os sinais de separação das palavras:

"Era de Mil CCCC XII Anos XXVIII
Dias de Julho Foy Começada Aquesta
Torre Nova q Hora (?) Com Esta Obra Mandou Fazer
O Mui Nobre Rei D. Fernando de Portugal e do
Algarve"

(BARATA 1873, p. 61, Nota 16).

De resto, sabemos que o Pe. Pereira Coutinho realizara um molde dessa inscrição, o qual mais tarde daria entrada no Museu do Instituto, sendo registado no respectivo inventário por Ayres de Campos (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 579-580, Nº 16). A leitura do Pe. Pereira Coutinho foi marcante, tendo sido depois utilizada pela totalidade dos autores que publicaram esta lápide. Assim aconteceu em 1877 quando João Correia Ayres de Campos organizou o primeiro catálogo dos objectos do Museu do Instituto, onde descreveu a lápide e apresentou uma leitura idêntica à do Pe. Pereira Coutinho, mas já com a colocação dos sinais de separação de palavras:

"Compõe-se este monumento de dois escudos a par, em branco o da Rainha D. Leonor Telles à esquerda, o do Reino à direita com nove castellos e quatro quinas sómente, por se haver perdido o remate superior Por baixo dos escudos enxerga-se em monachal ou gothico redondo maiusculo, com algumas abreviaturas, a inscrição, que o autor das Diss. Chron. citou apenas no tomo IV, Parte I, p. 120, e o sr. Manuel da Cruz Pereira Coutinho decifrou pela forma seguinte ..." (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 21-22, Nº 12)²⁷.

A versão que transcreve é, como já referimos, a que aqui adoptamos. Ayres de Campos concluiu o verbete desta peça do Museu do Instituto com a referência aos dois diplomas de D. Fernando a que já aludira no seu estudo de 1862. No aditamento ao Catálogo de 1877, Ayres de Campos dava notícia da entrada no mesmo acervo museológico do molde realizado pelo Pe. Pereira Coutinho (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 579-580, nº 16).

Depois do Catálogo de 1877, a lápide seria publicada por António Cardoso Borges de Figueiredo, em 1886, na sua *Coimbra Antiga e Moderna*, onde exarou uma versão igual à de Pereira Coutinho (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 243). O mesmo se diga do General F. A. Martins de Carvalho, que adaptou a lição do Pe. Pereira Coutinho, eliminando os sinais de separação de palavras. Os seus estudos, publicados primeiro na *Gazeta de Coimbra*, conheceriam uma edição conjunta em 1942 (CARVALHO F.A.M. 1942, p. 69).

Jorge Larcher, ao estudar os Castelos do Distrito de Coimbra, divulgaria ainda a versão de Pereira Coutinho (LARCHER 1935, p. 77), não se esquecendo de transcrever as passagens da *Breve História de Coimbra* (LARCHER 1935, p. 147) e de F. A. Martins de Carvalho (LARCHER 1935, p. 178) relativas a este letreiro. Acrescentemos, por fim, que A. da Rocha Madahil divulgou, em 1949, a versão do Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, citando ainda os estudos de António Francisco Barata, J. C. Ayres de Campos e Borges de Figueiredo (cf. MADAHIL 1949, p. 97). Rocha Madahil já nessa altura lamentava as deficientes condições de conservação em que encontrara a lápide, que o impediram de proceder a leitura integral, mas que mesmo assim permitiram reconhecer alguns problemas na proposta de leitura acima transcrita (MADAHIL 1949, p. 97).

Entretanto, a lápide seria referida, sem leitura, nos diversos catálogos da Secção Lapidar do MNMC, nomeadamente no organizado por António Augusto Gonçalves (GONÇALVES A.A. 1911, p. 13, Nº 48) e no de Vergílio Correia (CORREIA V. 1941, p. 31, Nº 48). Mais recentemente, a inscrição seria de novo publicada por Leontina Ventura, quando esta autora publicou o seu estudo consagrado às referências documentais à muralha de Coimbra. A versão escolhida por esta autora foi ainda a do Pe. Pereira Coutinho (VENTURA 1979, pp. 51-52, Nota 2).

O estudo que gostaríamos de ter feito desta inscrição de Coimbra encontra-se em grande parte comprometido pelo facto de não termos conseguido localizar o seu paradeiro no interior do Museu Nacional Machado de Castro. Infelizmente, a fotografia reproduzida na *História de Portugal*, ed. monumental de Barcelos, é de deficiente qualidade, não permitindo leitura integral do seu conteúdo mas apenas o reconhecimento de algumas letras, sobretudo na parte terminal das primeiras regras. Assim, fomos obrigados a adoptar a versão do Pe. Pereira Coutinho, apesar de, pelo menos na última palavra da segunda regra, que Pereira Coutinho entende ser AQUESTA, termos sérias dúvidas²⁸. A fotografia permite, no entanto, a visualização do tipo de monumento em causa: uma lápide rectangular, com os dois terços superiores ocupados a toda a largura por dois escudos, ambos de ponteira ou espigão: o do lado esquerdo

28 — De resto, já A. G. da Rocha Madahil havia sublinhado, em 1949, que se registavam diferenças entre o original e a proposta de Pereira Coutinho, aceite por Ayres de Campos e todos os restantes autores, apesar de Rocha Madahil não ter conseguido ler integralmente o letreiro, dado o seu deficiente estado de conservação e as más condições de exposição e iluminação (MADAHIL 1949, p. 97).

com as Armas do Reino, o do lado direito um escudo pleno, sem qualquer peça. Este pode muito bem corresponder às Armas de D. Leonor Teles já que, como se sabe, o brasão dos Meneses (antigo) era constituído por um escudo pleno, de ouro. No terço inferior da lápide, foi gravado um campo epigráfico com cinco regras, a última das quais quase toda ilegível. A lápide encontra-se mutilada na orla superior (o que afecta a bordadura de castelos e o primeiro escudete do brasão nacional), e está fracturada em duas partes sensivelmente pelo meio.

A construção da Torre Nova da muralha de Coimbra, decidida por D. Fernando e iniciada em 24 de Julho de 1374 encontra eco, como já vimos, em dois diplomas fernandinos referidos em primeira mão por João Correia Ayres de Campos (CAMPOS J.C.A. 1862(a), pp. 217-218, Nota 2; CAMPOS J.C.A. 1877, p. 51, Nota V). Ao conteúdo do primeiro já tivemos oportunidade de aludir acima. O segundo diploma referido por Ayres de Campos, datado de 7 de Abril de 1376, é um extenso documento, composto por três tiras de pergaminho, com um total de 2 metros de comprimento e 17,5 cm de largura, onde se registaram os nomes das povoações “*daquem e dalem Mondego*” que deveriam contribuir para as obras de fortificação de Coimbra, e foi publicado por A. G. da Rocha Madahil em *Um Conceito Medieval de Terras do Mondego* (Arq. Mun. Coimbra, Perg. Avulsos, nº XXXI - cf. MADAHIL 1949, pp. 88-92). Este documento revela-se interessante por espelhar que, na altura, decorriam em Coimbra diferentes obras de fortificação. Na realidade, apenas assim se compreende que o monarca declare que

“*Estes son as villas e julgados que ham de servir e pagar nas obras que el Rey manda fazer na cidade de Cojnbra afora aquellas villas e julgados que el Rej tomou pera servirem na obra da torre que o dicto Senhor manda fazer ...*” (MADAHIL 1949, p. 88).

Parece claro que a lista de lugares, vilas e julgados, daquém e dalém Mondego, que a seguir se enunciam no diploma são aqueles que, no entender do monarca, devem contribuir para as obras que D. Fernando mandara fazer em Coimbra, e que nelas não estavam incluídas - por estarem dispensadas de segundo esforço - as povoações que serviam na obra da torre. Esta torre seria, sem dúvida, a chamada Torre Nova ou, como era designada em documento de 1573, a Torre das Mulheres. Ou seja, o monarca encarregou-se da construção da Torre Nova das Mulheres, deixando a obra mais vasta ao cuidado do Concelho. Essas obras tinham sido iniciadas antes de D. Fernando se empenhar na construção da Torre Nova pois já em 29 de Julho de 1373 uma carta régia determinava que os moradores até 12 léguas ao redor de Coimbra fossem servir nos muros, torres, barbacãs e outras obras de defesa da cidade (MADAHIL 1949, p. 93):

“*...temos por bem e mandamos a todallas justiças das comarcas sobreditas que constrandão os sobreditos da terra da Raynha e Conde e das houtras pessoas sobreditas que venham todos servir em os lanços dos muros e torres e barbacãs e em outras obras que forem compridouras a dita cidade de guysa que eses labores se fação com a mayor aguça que se fazer poderem ...*” (MADAHIL 1949, p. 95; doc. transcrito integralmente nas pp. 94-95).

Um terceiro documento relativo às obras de Coimbra encontra-se parcialmente transcrito por Fr. Manuel dos Santos. Trata-se de um documento de 7 de Fevereiro de 1376, que espelha os problemas e conflitos de interesses que se desenvolviam em torno das várias obras de fortificação de Coimbra:

“*D. Fernando. A vós Gomes Martins nosso vassallo, e Vedor da nossa Fazenda, e a outros quaesquer que isto houverem de ver, saude. Sabede que os Vereadores, Procuradores, e homens bons do Conselho da Cidade de Coimbra nos enviarão dizer que nosso talante era a dita Cidade ser afortalezada de torres, barbacã, e cava; e como o dito Conselho para isto lançara grandes fintas, e talhas; e fazião grandes despezas; e lhe deramos, e outorgamos a Adua doredor dessa Cidade doze leguas; e que ora vós lhe tomastes, e mandastes tomar para as obras da nossa torre, que hi mandamos fazer a terceira parte da Adua dessa Cidade, e Termo; e isso mesmo da outra das Comarcas ao redor; por qual rezão, dizem, que os labores, que elles hão de fazer, senão fazem, nem podem fazer pela guisa que cumpre por nosso serviço*” (SANTOS M. 1727, p. 193).

Concluía o monarca decidindo que

“*Manda que se lhe dê a Adua toda da Cidade, e seu Termo; e das Comarcas ao redor, as duas partes; e a outra terceira parte que sirva na sua Torre.*” (SANTOS M. 1727, p. 193).

O teor deste diploma corrobora a imagem de intensa actividade construtiva que se registavam nos sistemas defensivos de Coimbra, protagonizados por diferentes entidades. Efectivamente, embora a decisão de ambas as obras tivesse sido do monarca - “*nosso talante era a dita cidade ser afortalezada*” - uns trabalhos tinham sido entregues à iniciativa do Concelho de Coimbra (muro, barbacã e cava), enquanto que o empenho directo da Coroa se concentrava apenas na construção da Torre. O diploma de Fevereiro de 1376 revela-nos, ainda, que havia alguma colisão entre as duas entidades protagonistas dessas obras, nomeadamente no que respeita às “fontes de financiamento”.

Nº 41

[Primeiro quartel do Séc. XIV]

Local: Convento de St^a. Clara (Freg.: St^a. Clara; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 6036 / O-7.

Insc. gravada em Relicário. Prata e Coral. Dimensões máx.: 52,6 cm x 20 cm. Peso: 1312 gr.

Leitura:

GLORIA TIBI TRINI / TAS EQUALIS UNA / DEITAS ET ANTE

Publ.: GONÇALVES A.N. 1940, Nº 7, p. 5; GONÇALVES A.N. 1983, p. 16; GONÇALVES A.N. 1984, p. 112; ROSAS 1991, Peça Nº 161, p. 253; BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1583-1584, Insc. Nº 690.

Inscrição piedosa, reproduzindo parte de oração medieval, gravada em pequeno anel de prata que estabelece a ligação entre dois fragmentos de coral do Relicário do Santo Lenho do Tesouro da Rainha Santa Isabel, que se conserva no Museu Nacional Machado de Castro.

A inscrição do Relicário da Rainha Santa Isabel foi, tanto quanto sabemos, apenas publicada pela mão de dois autores, em quatro trabalhos distintos. O primeiro autor foi o Pe. António Nogueira Gonçalves, que transcreveu esta inscrição piedosa em três estudos seus, sempre com versões correctas: primeiro no Catálogo da Secção de Ourivesaria do Museu Nacional Machado de Castro, único local onde assinalou a divisão das regras (embora com leve diferença em relação à nossa opção, ao dividir a segunda regra em "UN / A") (GONÇALVES A.N. 1940, p. 5, Peça Nº 7); depois no pequeno estudo monográfico que dedicou ao Tesouro da Rainha Santa, e que o próprio MNMC editou (GONÇALVES A.N. 1983, p. 16); mais recentemente, nos seus *Estudos de Ourivesaria*, onde teve oportunidade de analisar um pouco mais pormenorizadamente este Relicário, descrevendo a peça nos seguintes termos:

"A base é uma cruzeta de duas hastes sobrepostas em X, postas ao alto, que se fixam em dois leões em pé. Ao centro, como seu eixo, dois encaixes circulares, tendo num dos lados, em esmalte, o escudo de Aragão e ao outro as quinas de Portugal. Nas extremidades da mesma cruzeta fixam-se dois encaixes de prata, em primeira hexagonal, onde novamente se gravam só a buril os cinco escudetes. A consolidar as hastes de coral, há diversas anilhas; grava-se numa, em três linhas, a inscrição litúrgica:

GLORIA TIBI TRINITAS EQUA(L)IS UNA DEITAS ET ANTE

(cujo complemento corresponderia a - omnia saecula et nunc et in perpetuum). O remate, em hastes rectangulares; a central direita e as duas bifurcadas, como era usual neste tipo de relicário, conservam as misulas em que assentavam as esculpturinhas de Cristo crucificado, da Senhora e de S. João; decoradas na frente, em esmalte, de flores amarelas, e de fundo azul, e, no verso, gravados, ramos de vinha, ondulados e com folhas. Na haste média está incluído o receptáculo da reliquia, em forma de caixa circular, ornada na parte de trás dum entrelaçamento de folhas de vinha, em sugestão de disposição espontânea naturalista." (GONÇALVES A.N. 1984, pp. 110-112).

Devemos sublinhar que a leitura do Pe. A. Nogueira Gonçalves é absolutamente correcta e que já em 1940 este autor havia proposto idêntica reconstituição do texto ausente desta inscrição.

Mais recentemente, Lúcia Rosas teve oportunidade de registar a inscrição do Relicário do Santo Lenho no verbete que assinalou a presença desta peça na exposição *Aux Confins du Moyen Age*, organizada no quadro da Europália '91, onde forneceu leitura igualmente correcta (ROSAS 1991, Peça nº 161, p. 253).

A inscrição do Relicário do Santo Lenho transcreve parte da Oração da Santíssima Trindade. Pode, assim, de alguma forma ser posta em paralelo com outras inscrições que nos transmitem orações medievais, nomeadamente a inscrição do Jacente de D. Constança, na Sé de Lisboa, com o *Miserere* (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, pp. 917-920, Insc. Nº 439, de [1296-1297]), a inscrição do Jacente de D. Maria de Vilalobos, onde encontramos o *Pater Noster* e o início da *Ave Maria* (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1608-1613, Insc. Nº 709, do Séc. XIV) ou a inscrição quincentista do lateral do túmulo de Pero Mestre, cujo sarcófago se encontra embutido em arcossólio junto da Porta do Sol da Sé de Évora, e onde se registou o *Credo*.

O Relicário do Santo Lenho, como bem elucidam os Brasões que ostenta (com as armas de Portugal e Aragão), pertenceu a D. Isabel de Aragão e é uma das peças que integra o chamado Tesouro da Rainha Santa. Trata-se de um conjunto de peças deixadas em testamento pela Rainha ao Convento de St^ª. Clara de Coimbra, e que hoje fazem maioritariamente parte do acervo do Museu Nacional Machado de Castro. Ao Relicário do Santo Lenho que aqui nos ocupa (MNMC, Inv. Nº 6036), devemos acrescentar a Estátua-Relicário de Nossa Senhora com o Menino, em prata (MNMC, Inv. Nº 6034), a Cruz Processional de Ágata (MNMC, Inv. Nº 6035) e o Colar de Ouro da Rainha, uma das raras jóias civis medievais portuguesas (MNMC, Inv. Nº 6037). Este núcleo completa-se com o Bordão de Peregrina, que se conserva ainda em St^ª. Clara-a-Nova, e que deve ter sido oferecido à Rainha pelo Arcebispo de Compostela, quando D. Isabel, já viúva, aí se deslocou em peregrinação em 1327. Nesse mesmo ano de 1327, a 22 de Dezembro, a Rainha assinou o seu segundo testamento pelo qual deixa diversas peças em prata e ouro ao Convento que ajudara a erguer (nomeadamente cruces, cálices, turibulos e outros elementos). Apesar de nesse documento não se conseguirem individualizar as peças que hoje sobrevivem²⁹, parece claro que elas se deviam incluir entre este importante legado testamentário. Assim, a criação destas peças pode ser atribuída, com relativa segurança, ao primeiro quartel do séc. XIV, cronologia de resto já sugerida pelo Pe. A. Nogueira Gonçalves e por Lúcia Rosas.

29 — A única excepção poderá ser a Estátua-Relicário de Nossa Senhora com o Menino, que pode ser a "... Santa que eu mandava poer às noivas que casavão de minha casa ...", que D. Isabel de Aragão refere no seu testamento e que deixa ao Convento de St^ª. Clara com a condição de que "... a Abbadesa as empreste a aquelas que casarem e que lhas tornem depois."

D. Isabel de Aragão, filha de D. Pedro III e de D. Constança, nasceu em 1270. Onze anos mais tarde, em 11 de Fevereiro de 1281, casou com D. Dinis, tendo depois vindo para Portugal. Viria a falecer em Estremoz em 4 de Julho de 1336, tendo sido levada para Coimbra e enterrada em St^a. Clara-a-Velha no moimento que ela própria havia encomendado, cerca de 1330, a Mestre Pero.

Nº 42

[Séc. XIV ?]

Local: Ermida de St^a. Comba (Freg.: Coimbra; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 646.

Insc. gravada em baixo relevo. Calcário. Comp.: 64.5 cm. Alt.: 88 cm. Esp.: 18 cm. Campo epigráfico: Alt.: 5,6 cm. Alt. média de regra: 3,7 cm. Alt. média de letras: 2,5 cm.

Leitura:

(A)

IHeSus : NAZARENUS : REX : IUDEORUm :

(B)

H(ic) :(Est : VESTIM[...] : V(ir)GO : M(aria) : ATTULIT / S(an)C(t)O ILDEFONSO

Publ.: CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 19-20, Nº 9; SIMÕES A.F. 1888, pp. 218-219; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, pp. 222-223; BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1585-1586, Insc. Nº 691.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 10, Nº 36; CORREIA V. 1941, p. 29.

Inscrição gravada a traço muito fino, quase grafitado, na moldura superior do baixo relevo que, procedente da Ermida de St^a. Comba, se conserva hoje no Museu Nacional Machado de Castro. A inscrição legenda o seu programa iconográfico.

A inscrição do baixo relevo da Ermida de St^a. Comba foi lida pela primeira vez por João Correia Ayres de Campos no Catálogo dos Objectos do Museu do Instituto, editado em 1877, onde já teve oportunidade de arrolar esta peça como pertença dessa instituição. Na realidade, Ayres de Campos revela que o baixo relevo se encontrava, outrora, na Sacristia da Capela de St^a. Comba de Coimbra, tendo sido oferecido pelo Cabido da Sé de Coimbra ao Museu do Instituto em Dezembro de 1874 (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 19-20, Nº 9). A leitura que Ayres de Campos publicou, sem desdobramentos de abreviaturas, é globalmente correcta. Entendia este autor que no campo da esquerda se podia ler:

IHS : NAZARENUS : REX : IUDEORU :

enquanto que no campo do lado direito se encontrava:

H : E : VESTIM : VIRGO : M : ATTULIT
SCO : ILDEFONSO :

(CAMPOS J.C.A. 1877, Nº 9). A sua leitura seria transcrita, pouco depois, por Augusto Filipe Simões, no seu estudo consagrado à "Archeologia Conimbricense" (SIMÕES A.F. 1888, pp. 218-219). Sublinhemos, por fim, que em 1886 António Cardoso Borges de Figueiredo, na sua *Coimbra Antiga e Moderna*, tinha publicado uma versão deste letrado em tudo idêntica à de Ayres de Campos, de onde deve ter sido retirada (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, pp. 222-223).

O baixo relevo da Ermida de St^a. Comba apresenta o seu campo bipartido, com dois registos individualizados por moldura arquitectónica composta por dois arcos trilobados. O texto (A) encontra-se gravado na primeira metade da placa, do lado esquerdo, e legenda-nos o campo onde se iconografou a Crucifixão. A inscrição (B), gravada na metade direita da placa, ocupa duas regras e constitui a legenda desse campo iconográfico. A primeira regra deste texto (B) foi gravada na moldura superior, à semelhança do que acontece com o texto (A). No entanto, o texto não coube todo nesse espaço, tendo o escultor sido obrigado a criar uma "segunda regra". Na falta de espaço adequado, esta segunda regra foi gravada nos espaços que quedavam livres por cima do arco trilobado. Separando os textos (A) e (B) foi gravado, a meio, um pequeno segmento de recta vertical.

A zona onde a inscrição foi gravada foi objecto de um tratamento "bicromático", certamente aplicado por alguém que quiz ler estes letrados. Por isso, as manchas epigráficas se apresentam enegrecidas.

O campo iconográfico do lado esquerdo apresenta uma Crucifixão: Cristo na cruz, com dois anjos segurando a coroa, ladeado, em baixo, por Nossa Senhora e S. João. A legenda que se gravou na moldura superior é, no fundo, a mesma que, tantas vezes, encontramos abreviada nas suas iniciais: INRI. No campo iconográfico do lado direito a cena é um pouco mais complexa ou, pelo menos, menos usual na nossa Arte Medieval, e talvez tenha sido este o motivo que

leveu o escultor a legendar os baixos relevos. À direita podemos ver Nossa Senhora, coroada, sentada em trono e com o Menino no seu joelho esquerdo. Na metade direita deste registo, por trás de um Altar, encontra-se a figura mitrada de St^o. Ildefonso, Arcebispo de Toledo, recebendo de um Anjo alado as vestes sacerdotais com que terá sido contemplado por Nossa Senhora em recompensa por ter defendido a Sua virgindade. A essa cena se refere a legenda superior, apenas truncada a meio por pequena mutilação.

St^o. Ildefonso, Arcebispo de Toledo que morreu a 26 de Janeiro de 667, escreveu um tratado consagrado à Virgindade de Maria - *De Virginitate Sanctae Mariae*. A sua festa é, curiosamente, silenciada no texto árabe do Calendário de Córdoba, sendo apenas referida no texto latino (DOZY R. 1873, pp. 34-35). No *Livro das Kalendas*, Obituário da Sé de Coimbra, regista-se a sua festa no fólio relativo às *X Kalendas Februarii* (23 de Janeiro), fazendo-se eco do seu empenho na defesa da Virgindade de Maria:

"... in Hispaniis natale sancti patris nostri Ildefonsi episcopi et confessoris qui in laudem sancte Marie more sinonimorum edidit quasdam lecciones de perpetua virginitate adversos ereticos qui dicebant eam detrimentum virginitatis passam." (LKal., vol. I, p. 63).

Nº 43

[Séc. XIV]

Local: Claustro de S. João de Almedina (Freg.: Almedina; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra.

Insc. gravada em colunelo. Calcário.

Leitura:

EU (?) : JAS [...] / DO : AQ(u)I : PE[...] / MAI [...] / CABO [...]

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1586-1587, Insc. Nº 692.

Inscrição muito truncada, gravada em colunelo do Claustro ou Alpendre de S. João de Almedina, que se conserva hoje reconstruído no Museu Nacional Machado de Castro.

A inscrição do colunelo de S. João de Almedina encontra-se gravada ao longo de quatro curtas regras exaradas na parte superior do fuste, imediatamente abaixo do colarinho do capitel. A inscrição apresenta caracteres bem gravados e utiliza os usuais três pontos sobrepostos para assinalar a divisão de palavras. Não se trata, portanto, de um grafito, mas sim de uma inscrição, no sentido pleno da palavra. Pelo que dela sobrevive podemos adivinhar o seu conteúdo funerário. Infelizmente o letreiro encontra-se afectado na metade direita por uma série de marcas lineares profundas, espelho do hábito de aqui se afixarem lâminas.

Este costume ou ritual veio mutilar irremediavelmente este letreiro, tornando-o irrecuperável. Pelo tipo de letra, enquadrável dentro do Séc. XIV, é claro que a inscrição foi gravada muito depois de esta galeria ter sido erguida. Como é sabido, os especialistas em Arte Medieval atribuem a criação da arcaria de S. João de Almedina aos fins do séc. XI (REAL M.L. 1974, pp. 49-52), fins do séc. XI ou inícios do séc. XII (CORREIA V. 1946-78, vol. I, p. 59) ou aos meados da primeira metade do séc. XII (ALMEIDA C.A.F. 1988, p. 116; GONÇALVES A.N. 1938, pp. 9-11).

Nº 44

[Séc. XIV]

Local: Proveniência Desconhecida (Freg.: ?; Conc.: ?; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 10093.

Insc. gravada em silhar (?). Calcário. Comp.: 40 cm. Alt.: 12 cm. Alt. média das regras: 2 cm.
Alt. média das letras: 1,5 cm.

Leitura:

[...] BRI [...] OLAS [...] I C / OLIMBRIENSIS : EI (?) / COLIS : RE [...] / E(ra) : M ([...] / [...] III [...] / [...]

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1587-1588, Insc. Nº 693.

Inscrição de proveniência desconhecida, que se encontra gravada em silhar (?) de calcário em muito mau estado de conservação, espelhando de forma profunda a degradação do seu suporte por exposição prolongada às intempéries.

A inscrição foi gravada numa das secções menores do silhar, na única face talhada em plano inclinado, sendo difícil de compreender o local para o qual esta pedra foi concebida já que, pela inclinação que essa face apresenta e pelo sentido de leitura das regras, se deverá afastar a possibilidade de se tratar de uma aduela de arco ou de rosácea. O campo epigráfico apresenta seis regras marcadas a traço simples, mas apenas nas cinco primeiras encontramos traços de ter sido gravado texto (e mesmo na quinta regra, apenas na parte inicial). Julgamos que dificilmente se poderá progredir mais na leitura deste letreiro.

Nº 45

[1º Quartel do Séc. XIV ?]

Local: Proveniência Desconhecida (Freg.: ?; Conc.: ?; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 4015.

Insc. gravada em nicho com estátua. Calcário. Alt.: 42 cm. Larg.: 22,5 cm. Esp.: 12 cm.
Campo epigráfico: Comp.: 22,5 cm. Alt.: 2,5 cm. Alt. média das letras: 1,5 cm.

Leitura:
SANTANTAM

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1588-1589, Insc. Nº 694.

Inscrição gravada na base de nicho com estátua de St^o. Antão, legendando o conjunto e identificando o Santo. Vergílio Correia, no Catálogo da Secção de Arte e Arqueologia que organizou em 1941, refere que a peça teria sido adquirida em Coimbra (CORREIA V. 1941, p. 27, Nº 18).

O pequeno nicho apresenta-se enquadrado por arco apontado, sustentado por dois colunelos com bases e capitéis lisos, de que os do lado direito se conservam em bom estado. Ao centro podemos admirar uma estátua de St^o. Antão com o Santo representado com hábito monástico - vestes longas, distinguindo-se cógula e capa - e por cima um capuz ou gorro que lhe cobre cabeça e ombros, deixando apenas livre a face. Segura na sua mão esquerda o Livro e um pequeno sino ou chocalho. A mão direita encontra-se ausente, por mutilação, sendo possível que segurasse o báculo (como é usual na iconografia deste Santo e como parece corroborar a base que sobrevive no ângulo inferior esquerdo do conjunto). Aos seus pés, do lado direito, devia estar esculpido um pequeno cordeiro ou porco, hoje mutilado, mas do qual sobrevivem igualmente vestígios. Ambas as soluções - porco ou cordeiro - são legitimadas pelo que se conhece da iconografia deste Santo. O conjunto ainda apresenta vestígios evidentes de ter recebido policromia. Na base, aproveitando a sua secção lisa, foi grava a legenda que aqui nos ocupa - SANTANTAM ou SANT'ANTAM - à qual se segue uma sigla:



É provável que esta sigla estivesse de alguma forma ligada ao escultor responsável por esta estátua. O conjunto parece poder ser atribuído ao séc. XIV, embora certamente anterior à entrada em funcionamento da oficina de Mestre Pero, devendo, portanto, ser do primeiro quartel da centúria.

O culto a St^o. Antão, anacoreta do Egipto, afirma-se de forma mais precoce na Igreja Oriental mas encontra-se documentado no Ocidente pelo menos desde o Séc. IX, embora ainda seja ignorado no Calendário de Córdova, que Dozy entendia ser de 961 (DOZY R. 1873, pp. 30-31). No *Livro das Kalendas* já encontramos testemunho da sua festa, exarada no fólho das XVI Kalendas Februarii (17 de Janeiro):

"In Egipto apud Thebaidem beati Antonii monachi ..." (LKal., vol. I, p. 47).

Nº 46

[Séc. XIV]

Local: Proveniência Desconhecida (Freg.: ?; Conc.: ?; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 659.

Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 33,5 cm. Alt.: 38,5 cm. Campo Epigráfico: Comp.: 13 cm. Alt.: 34 cm. Alt. média das regras: r.1: 3,4 cm; r.2: 3,3 cm; r.3: 3 cm; r.4: 3 cm; r.5: 3,1 cm; r.6: 3,2 cm. Alt. média das letras: l.1: 2,5 cm; l.2: 2,4 cm; l.3: 2,2 cm; l.4: 2,3 cm; l.5: 2,3 cm.

Leitura:

: AQUI : IAZ : / DONA : MOOR / : PEREZ E DO / NA : MARIA : / GONCALVIZ : / :

Publ.: BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, pp. 1589-1590, Insc. Nº 695.

Ref.: GONÇALVES A.A. 1911, p. 13; Nº 52; CORREIA V. 1941, p. 30, Nº 42.

Inscrição funerária de D. Mor Peres e D. Maria Gonçalves, gravada em lápide onde se pode admirar, na metade direita, e a toda a altura, uma Crucifixão. Ignora-se a proveniência desta peça que, desde inícios do nosso século, faz parte do acervo do MNMC.

Surpreendentemente, a inscrição de D. Mor Peres e D. Maria Gonçalves permaneceu inédita até aos nossos dias (1995), tendo sido apenas referida - sem que a leitura do seu texto fosse publicada - nos diversos catálogos da Secção Lapidar do Museu Nacional Machado de Castro. Assim aconteceu primeiro com António Augusto Gonçalves, em 1911 (GONÇALVES A.A. 1911, p. 13, nº 52), e depois com Vergílio Correia (CORREIA V. 1941, p. 30, Nº 42). O silêncio que lhe reserva J. C. Ayres de Campos no Catálogo de 1877 parece indicar que a sua incorporação nas colecções do Museu do Instituto (que depois, por sua vez, estiveram na origem do Museu Nacional Machado de Castro) deve ter ocorrido depois dessa data. Sublinhemos que foi esta a lápide a escolhida para ilustrar a capa da mais recente edição do manual de epigrafia portuguesa de Cordeiro de Sousa (cf. SOUSA J.M.C. 1928 - 3ª ed., Coimbra 1983).

A lápide do MNMC apresenta, na metade esquerda da sua superfície, um campo rectangular com 34 cm de altura, onde apenas os primeiros 17 cm foram utilizados. Foram assinaladas seis regras, materializadas no suporte, mas destas apenas as cinco primeiras foram preenchidas. Na sexta regra apenas se gravaram os três pontos sobrepostos, sinal de separação de palavras. Certamente que esta inscrição resulta de uma encomenda prévia, feita por estas duas senhoras, sendo destinada a assinalar o local de sepultura de ambas. Assim o indica o facto de o epitáfio estar incompleto na parte respeitante aos elementos cronológicos dos dois óbitos, e o facto de apresentar apenas metade da sua superfície epigrafada.

Na metade do lado direito foi iconografada uma Crucifixão em baixo-relevo em encavo. Ao centro, com os braços muito erguidos por forma a adaptar-se ao pouco espaço disponível, foi representado Cristo na cruz. A ladeá-lo foram esculpidas duas figuras femininas: à esquerda Nossa Senhora (com cabeça coberta por véu e com as mãos cruzadas no peito em sinal de dor), à direita Stª. Maria Madalena (com véu cobrindo igualmente a cabeça, segurando um Saltério na mão esquerda, em sinal de penitência, e elevando a mão direita à face, em sinal de dor). Ambas as figuras estão soerguidas por supedâneos. O conjunto apresenta, ainda evidentes sinais de ter recebido policromia.

Apesar dos esforços desenvolvidos, não conseguimos identificar D. Mor Peres e D. Maria Gonçalves. Pelas características da lápide, não podemos deixar de pensar que deveriam ser pessoas de certas posses, possivelmente nobilitadas, e que poderiam ser freiras de alguma instituição coimbrã, certamente unidas por profunda amizade, um pouco à semelhança do que aconteceu com D. Alda Vasques e D. Urraca Ermiges (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, Insc. Nº 476). A sua lápide deve ser enquadrada dentro do conjunto, relativamente pequeno, de lápides com campos historiados (cf. BARROCA 1995, Insc. Nº 397, de 1282 (que figura neste Catálogo com o Nº 31); Nº 448, de 1300 (neste Catálogo com o Nº 34); Nº 565, de 1326 (neste Catálogo com o Nº 36); e Nº 575, de [1330-1339], pertença do MNAA).

Nº 47

1443

Local: Capela do Corpo de Deus (Freg.: Coimbra; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 4023.

Insc. esculpida em retábulo. Calcário. Comp.: 93 cm. Esp.: 21 cm. Alt. média de letras: l.1: 2,5 cm; l.2: 2,5 cm; letras entrelinhadas: 1 cm.

Leitura:

+ SENIFICA : CORPOS : DomiNI : ANnO : DOMiNI : Mº : CCCCº : XXXX : IIJ : ALV(ar)o : FeRnandeZ : < DE > / < CARVALHO > O MANDOU FAZER

Publ.: COUTINHO M.C.P. 1841-42, Nº 10, p. 67-68; CASTRO A.M.S. 1867, p. 78; FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 38; CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, p. 190; DIAS P. 1979, p. 118; GONÇALVES A.N. 1980, p. 295-296.

Ref.: CORREIA V. 1946-78, vol. III, p. 59; DIAS P. 1986, p. 133.

Inscrição comemorativa da encomenda do retábulo do Corpo de Deus, protagonizada por Álvaro Fernandes de Carvalho em 1443. O Retábulo encontrava-se, outrora, na Capela do Corpo de Deus ou de N^{ra}. S^{ra}. da Vitória, em plena Judiaria de Coimbra, onde ainda o descreveu António Cardoso Borges de Figueiredo em 1886. Foi incorporado no Museu Nacional Machado de Castro em data que desconhecemos, seguramente antes de 1936, atendendo à notícia de Vergílio Correia, a primeira que regista a peça entre o acervo daquele Museu.

A Capela do Corpo de Deus, conhecida nos meados do Séc. XIX como Capela ou Ermida de N^{ra}. S^{ra}. da Vitória, erguia-se na Rua do Corpo de Deus, em pleno espaço da Judiaria de Coimbra. O primeiro autor a publicar a inscrição do Retábulo do Corpo de Deus foi o Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, no derradeiro número do seu *Antiquário Conimbricense*, saído em Março de 1842, onde este autor apresentaria uma leitura quase correcta, que difere da nossa apenas em três pormenores: primeiro por ter entendido deficientemente o S de CORPOS (lendo “CORPOZ”); em segundo lugar por não ter lido as palavras entrelinhadas no fim da primeira regra e início da segunda, entendendo que o encomendador do retábulo se chamava apenas Álvaro Fernandes (e não Álvaro Fernandes de Carvalho); por fim, por ter desdobrado os numerais da data por extenso, pormenor desnecessário (cf. COUTINHO M.C.P. 1841-42, N^o 10, p. 67-68). Neste breve estudo pioneiro, o Pe. Pereira Coutinho sintetizava a maior parte dos elementos conhecidos para esta peça, revelando que se encontrava “no altar da sobredita capella, logo por detraz da banquetta, e à maneira de oratório” e que “representa, em figuras de relevo, um breve quadro do mysterioso acontecimento que motivou a fundação da Capella” (COUTINHO M.C.P. 1941-42, p. 67). Nas suas palavras, o retábulo apresenta “Dous anjos em adoração que sustentão com as mãos um Calis, a cuja copa está elevada uma hostia”. Segundo o mesmo autor, a estrutura do retábulo evocaria o sacrilégio ocorrido naquele local quase um século antes, em 1361, sacrilégio que tinha estado na origem da construção da Capela do Corpo de Deus. O Pe. Pereira Coutinho transcreveria um documento do Cartório da Colegiada de Santiago, entidade que desde tempos ancestrais tinha a seu cargo a administração da Ermida ou Capela do Corpo de Deus, o qual esclarece as circunstâncias que rodearam a construção da Ermida. Declarava-se no documento que

“Uma carta do reverendo Senhor Bispo D. vasco de boa memoria, Bispoa que foi da dita cidade de Coimbra, assignada por elle, e sellada de seu sello, segundopor ella parecia, e fazia menção, em a qual o dito Senhor da sua fé e testemunho do mui claro, e evidente milagre do Corpo de N. S. Jesus Christo consagrado, que foi furado na See da dita Cidade em uma capsula de prata por um nosso Christão induzido de um Judeo, que lho comprou, e metteo em uma certam com azeite fervente da qual saltou por duas, ou tres vezes, e se poz em uma cruz; e então o dito Judeo o quebrantou com suas sujas mãos, e o foi soterrar, em um mão e fedorento logar, onde entom era a Judearia, e onde óra esta a dita Ermida do Corpo de Deus; e conta na dita carta latamente como esto foi sabido, e como ahi foi achado o Corpo de N. S. Jesus Christo, e da li tirado per elle sobre-dito Senhor Bispo D. Vasco com seu Cabido, e com solemne procissão da li levado, e ali a dita Ermida feita.” (COUTINHO M.C.P. 1841-42, p. 68).

O relato, retirado do Livro 3^o do Cartório da Colegiada de Santiago (fl. 58), refere-se a D. Vasco Fernandes, arcebispo de Toledo que, durante o seu exílio, foi administrador da Diocese de Coimbra entre os anos de 1364 e 1371. Assim, e a confiar nos elementos apresentados, a Capela do Corpo de Deus teria sido edificada pouco depois do sacrilégio, no terceiro quartel do Séc. XIV, e a estrutura do retábulo de 1443, com os dois Anjos erguendo o Cálice com a Hóstia, pretendia, de alguma forma, comemorar a consagração desse espaço ao Mistério da Encarnação. Depois da referência pioneira de Manuel da Cruz Pereira Coutinho, a inscrição da Capela do Corpo de Deus seria de novo publicada por Augusto Mendes Simões de Castro, no *Guia Histórico do Viajante em Coimbra e Arredores* que subscreveria uma leitura em tudo idêntica à do Pe. Pereira Coutinho, de onde deve ter retirado (CASTRO A.M.S. 1867, p. 78). A única novidade reside no facto de Augusto Mendes Simões de Castro revelar que a capela fora fundada por Ana Afonso. Alguns anos mais tarde, António Cardoso Borges de Figueiredo registava que

“A Capella da Senhora da Vitória, que seus possuidores têm ornado convenientemente, quazi nada conserva de antigo. Apenas lá se vê ainda por detraz da banquetta uma escultura sem importância [Sic !], representando dois anjos que levantam um calix com hostia sobreposta, e por baixo uma inscripção em gothico minúsculo que diz ...” (FIGUEIREDO A.C.B. 1886, p. 38).

Para além do juízo sobre o valor artístico do retábulo, manifestamente infeliz, a notícia de Borges de Figueiredo apenas nos garante que a escultura continuava na Capela, e que esta não apresentaria mais elementos de origem medieval. A leitura da inscrição, que o autor nos fornece, é idêntica à versão de Manuel da Cruz Pereira Coutinho, apenas se distinguindo por não desdobrar os numerais da data.

Já no nosso século, em 1947, era a vez de Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves procederem ao estudo desta inscrição nas páginas do volume do *Inventário Artístico de Portugal* consagrado à cidade de Coimbra (CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, pp. 189-190). Estes autores divulgariam uma leitura absolutamente correcta, sem desdobramento de abreviaturas, acrescentando novos elementos sobre o itinerário do monumento. Nas suas palavras, a Capela de N^{ra}. S^{ra}. da Vitória fora erguida em comemoração do “desacato eucarístico” ocorrido em 1361 ou 1362, e teria sido instituída por Ana Afonso. O sacrilégio seria referido em Bula do Papa Bonifácio IX, de 1391, e a Capela do Corpo de Deus já seria conhecida por Capela de N^{ra}. S^{ra}. da Vitória nos fins do séc. XIV ou começos do séc. XV. A Capela, que estava arruinada em 1666, quando George Cardoso a descreveu, teria sido reconstruída em 1780 (CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947, p. 190).

Em 1957 o Pe. António Nogueira Gonçalves divulgaria o seu estudo consagrado aos problemas de datação de algumas inscrições medievais do Séc. XV, onde apresentaria uma versão do letrado do retábulo do Corpo de Deus que apenas difere da nossa proposta ao transcrever “SENEFICA” (em vez de SENIFICA, como figura no original) (GONÇALVES A.N. 1980, p. 295). O Pe. Nogueira Gonçalves acrescentaria, ainda, novos pormenores sobre a origem do templo. Segundo este autor, a Capela do Corpo de Deus teria sido instituída por Gonçalo Gonçalves e por Ana Afonso, sua mulher, na pessoa de seu neto Álvaro Fernandes de Carvalho, na Era de 1455, A.D. 1417 (GONÇALVES

A.N. 1980, p. 296). Segundo o mesmo autor, Álvaro Fernandes de Carvalho teria falecido em 1465. Mais recentemente, a inscrição do retábulo do Corpo de Deus seria de novo publicada por Pedro Dias, quando este autor estudou a condição social dos artistas de Coimbra nos finais da Idade Média, tendo este autor optado por uma lição idêntica à do Pe. Nogueira Gonçalves (DIAS P. 1979, p. 118).

A inscrição do retábulo do Corpo de Deus foi, ainda, referida em diversos estudos, que valorizaram a peça mas que não apresentaram leitura do seu letreiro, como, por exemplo, por Vergílio Correia (CORREIA V. 1946-78, vol. III, p. 59) ou por Pedro Dias (DIAS P. 1986, p. 133). Salientemos o contributo decisivo de Vergílio Correia, o primeiro autor a relacionar a escultura do Retábulo do Corpo de Deus com o túmulo de Fernão Gomes de Góis, que se conserva na Igreja de Oliveira do Conde. Como se sabe, o túmulo com jacente de D. Fernão Gomes de Góis apresenta diversas legendas, uma identificando o morto, outra legendando o seu programa iconográfico e uma derradeira, registada na moldura inferior do moimento, revelando a identidade do seu autor. Por este último letreiro ficamos a saber que ele teria sido criado por Mestre João Afonso:

... AM : AFONSO : MEESTRE : DOS : SINOS LAVROU : ESTE : MOIMENTO : E : COMECOU O : NA : ERA : DO : NA(s)CIMENTO : DE : NOS(s)O : SENHOR : IH(es)U : XPO : DE : MIL : CCC : XXXIX : ANOS : E ACABOU O : NA : ERA : XL : COMECADO : TRES : DIAZ : ANDAD[os] : MAIO : E : POZ : DOZE : MESES : EM : LAVRALO : PEZ (?) :

Por esta inscrição ficamos a saber não só o tempo que o escultor demorou a criar o moimento - 12 meses - como também o seu nome: João Afonso, mestre sineiro e escultor. Investigações posteriores vieram confirmar a legitimidade da reconstituição do nome do escultor, afectado na inscrição por pequena fractura. Ora, como Vergílio Correia teve oportunidade de salientar, as afinidades estilísticas que unem os dois trabalhos escultóricos - o túmulo de Oliveira do Conde e o retábulo de Coimbra - permite, com alguma segurança, atribuir a criação do retábulo de 1443 à oficina de Mestre João Afonso:

"Pelo túmulo de Fernão Gois, datado e assinado, foi-me possível agrupar à volta de um nome um certo número de peças existentes no Museu Machado de Castro, entre elas o célebre padrão do Corpo de Deus, de 1443. Derivado pela tipologia, da arte conimbricense do século XIV, verifica-se que conimbricense devia ter sido realmente o seu mestre, cuja oficina estabelece ligação entre as de Mestre Pero e Diogo Pires o Velho" (CORREIA V. 1946-78, vol. III, p. 59).

A sugestão de Vergílio Correia foi unanimemente aceite pelos historiadores de nossa Arte Medieval, permanecendo ainda hoje válida (vd., por exemplo, DIAS P. 1986, p. 133; DIAS P. 1993, p. 500-501). No entanto, os progressos verificados nos conhecimentos permite alargar hoje o leque de obras atribuídas a Mestre João Afonso, associando ao túmulo de Oliveira do Conde e ao retábulo do Corpo de Deus algumas imagens avulsas, como a Virgem com o Menino do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva (encomendada por Fr. Álvaro de Maceeym (ou Medelim), monge do Mosteiro de S. Paulo, e personalizada por inscrição datada de 1448), a Nossa Senhora do Leite da Igreja Paroquial de Penha Garcia (que o mesmo monge, Fr. Álvaro de S. Paulo, ofereceu alguns anos mais tarde, e igualmente personalizada com inscrição datada de 1469), o S. Pedro do Mosteiro de Arouca, o S. Miguel da Igreja de Mourão, diversas imagens dispersas por numerosos templos da zona centro do país (Tentúgal, Tábua, Maiorca, Bobadela, Botão, Cantanhede, Cordinhã, Ançã, Alhadas, etc.), para além de imagens recolhidas em colecções como a do Comandante Ernesto Vilhena (nomeadamente St^a. Luzia, St^a. Margarida, St^a. Catarina, St^a. Águeda, St^a. Marinha e S. Miguel, hoje todas pertença do MNA) (cf. SANTOS R. 1948, vol. I, pp. 42-43 e 46-47; SANTOS R. S/D, vol. I, pp. 292-298; DIAS P. 1986, p. 133-134; DIAS P. 1993, pp. 500-502). Julgamos que será igualmente um produto da actividade de Mestre João Afonso ou de alguém da sua oficina, a Virgem sentada no trono, aleitando o Menino, conhecida vulgarmente como a Nossa Senhora da Cadeira, procedente da Igreja de Gondar (Amarante), que ostenta no lateral da sua cadeira uma pequena inscrição datada de 1470 comemorando a encomenda feita por iniciativa de Pedro Afonso (vd. CARDOSO A. 1979, p. 16 e Est. V). Sabemos, por outro lado, que Mestre João Afonso era um artista formado no estaleiro do Mosteiro de St^a. Maria da Vitória (Batalha), certamente discípulo de Gil Eanes, e portanto elemento pertencente ao que Pedro Dias classificou a "terceira geração batalhina" de mestres escultores (cf. DIAS P. 1993, p. 502).

O retábulo do Corpo de Deus apresenta dois anjos, ajoelhados, com amplas asas e cabeça nimbada, erguendo conjuntamente um cálice. O vaso sagrado, de proporções manifestamente grandes tendo em vista os restantes elementos, ocupa o eixo central da composição, sendo dignificado pelo seu tamanho. Na parte superior do cálice foi representada a hóstia, com pequena imagem de Cristo crucificado reforçando o seu significado simbólico. A cena é enquadrada por dois contrafortes, que delimitam o campo iconográfico, e coroada por três baldaquinos (um sobre cada anjo e o terceiro sobre o cálice). Todo o conjunto escultórico apresenta amplos testemunhos da primitiva policromia. Na moldura inferior, aproveitando a sua secção vertical lisa, foi esculpida, com caracteres em relevo, a legenda que aqui nos ocupa. Esta utiliza o Alfabeto Gótico Minúsculo Anguloso, ou Gótico Alemão, cujo exemplo português mais remoto data de 1402 (BARROCA 1995, vol. II, Insc. Nº 733, de Alcácer do Sal) mas que apenas se começou a difundir entre nós de forma sistemática a partir de 1409-1410 (cf. julgamos ter demonstrado em BARROCA 1995, vol. I, pp. 178-180). O letreiro obedece, portanto, às tendências da época, sobretudo se tivermos em atenção o facto de que, a partir de 1433, se desconhecem em Portugal epígrafes criadas com Alfabeto Gótico Maiúsculo Redondo (cf. BARROCA 1995, vol. I, p. 179). Apesar de tudo, o letreiro do retábulo do Corpo de Deus encerra um lapso do seu autor. Na realidade, o escultor - talvez o próprio João Afonso ou alguém da sua oficina - enganou-se ao registar a mensagem epigráfica, omitindo involuntariamente o apelido de Álvaro Fernandes. A solução encontrada foi entrelinhar o texto em falta - DE CARVALHO - aproveitando a moldura superior, deixada livre para nela se registarem os sinais de abreviatura. Assim, o texto entrelinhado teve de ser esculpido com letras de menor tamanho (passando-se dos uniformes 2,5 cm das letras comuns, para apenas 1 cm de altura nas letras entrelinhadas).

Nº 48

[Meados do Séc. XV]

Local: Colégio de S. Paulo, Universidade de Coimbra (Freg.: Sé Nova; Conc.: Coimbra; Dist.: Coimbra).

Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 670.

Insc. esculpida em lápide. Calcário. Comp.: 67,5 cm. Alt.: 54,5 cm. Esp.: 15 cm. Alt. média de regras: r.1: 4,5 cm; r.2: 4,3 cm; r.3: 4,5 cm; r.4: 4,5 cm; r.5: 4,4 cm; r.6: 4,5 cm; r.7: 4,3 cm; r.8: 4,5 cm. Alt. média de letras: l.1: 4,5 cm; l.2: 4,3 cm; l.3: 4,5 cm; l.4: 4,5 cm; l.5: 4,4 cm; l.6: 4,5 cm; l.7: 4,3 cm; l.8: 4,5 cm. Alt. média dos espaços interlineares: 1,4 a 1,6 cm.

Leitura:

AMICE : SEQ(ue)RE : ME : ET : NO(n) : DIMI / TTA(m) : TE : VIVERE : IN : S(er)VITUTE : N(ec) : MORI : / I(n) PAUP(er)TATE : Q(ui) : USQ(uam) : ME : GENUIT / : PEP(er)IT : MEMORIA(m) : SOPHIA(m) : ME : / VOCA(n)T : GRECI : ET : SAPIE(n)CIA(m) : EGO : / ODI : HOMINES : STULTOS : ET : IGNO / [?]A : OPerA : VEL : IN QUA : NOM : E(st) / ALIQ(ua) : UTILITAS

Publ.: BARBOSA J. 1727, p. 6; CAMPOS J.C.A. 1862(a), pp. 219-220; CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 22-23, Nº 13; VASCONCELOS A.G.R. 1938, vol. I, pp. 98-99.

Ref.: CAMPOS J.C.A. 1877, p. 580, Nº 17; SIMÕES A.F. 1888, p. 222, nota 1; GONÇALVES A.A. 1911, p. 15, Nº 60; CORREIA V. 1941, p. 32, Nº 57; GONÇALVES A.N. 1993, pp. 363-365.

Inscrição da Estátua da Sapiência da Universidade de Coimbra, exemplar dos meados do Séc. XV que, segundo a tradição e as descrições antigas, seria segurado pela figura feminina da Sapiência com uma das suas mãos. O atribuído itinerário desta lápide pode ser traçado nas suas linhas gerais. Colocada na fachada dos Estudos Gerais, ficaria incorporada nas construções do Colégio de S. Paulo, onde nas vésperas das demolições da Alta de Coimbra estava instalada a Faculdade de Letras. Com a reconstrução deste colégio, iniciada em 6 de Outubro de 1576, seria mantida em lugar de destaque. Foi, depois, removida do local com a remodelação do Colégio de S. Paulo quando, na sequência da extinção de 1834, o edifício foi cedido para a Nova Academia Dramática (em 1838) para que esta aí erguesse o seu teatro. Com esta mudança de local a lápide foi separada da Estátua, tendo-se perdido o paradeiro desta última. Em 1862 J. C. Ayres de Campos descrevia a inscrição, já sem a Estátua, no Terreiro da Universidade, onde quedava avulsa juntamente com outros testemunhos lapidares romanos e medievais que se amontoavam nas imediações da Biblioteca da Universidade, para onde teriam sido levados por ordem do então Reitor, D. Francisco de Lemos (CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 219)³⁰. Em Junho de 1873, nas vésperas de se constituir a Secção de Arqueologia do Instituto, seria confiada à guarda daquele organismo, incorporando-se no acervo da Colecção de Arqueologia do Instituto desde a primeira hora. Em 1911, na sequência da criação do Museu Machado de Castro, seria incorporada, juntamente com os restantes elementos do Museu do Instituto, no acervo do novo Museu.

A inscrição da Estátua da Sapiência foi publicada pela primeira vez por D. José Barbosa, nas suas *Memórias do Collegio Real de S. Paulo*, divulgadas em 1727 nas publicações da joanina Academia Real da História Portuguesa. A sua leitura incorre em diversas imprecisões:

“AMICE SEQHUERE : ET NON DIMI
TAM ME : DISCE VIVERE IN SERVITUTE ET MORI
IN PAUPERE : QUAM USQUE ME NEMINI
PEPERIT MEMORIA : SAPIENTIAM ME
VOCANT NOSTRI : TU SANCTIFICA ILLOS;
ODI HOMINES STULTOS ET MALOS
VITA OPERA SEMPER, IN QUIBUS NON SIT
ALIQUA UTILITAS “

30 — D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra (1779-1822), teria sido, segundo Manuel Augusto Rodrigues, Reitor da Universidade de Coimbra por duas vezes: primeiro entre 1770 e 1779, depois entre 1799 e 1821 (cf. RODRIGUES M.A. 1991, p. 129). Deve ter sido no seu segundo mandato que ordenou o transporte da Estátua da Sapiência e respectiva inscrição para o Pátio da Universidade.

(BARBOSA J. 1727, p. 6). A sua lição seria adoptada por outros autores, nomeadamente por João Correia Ayres de Campos, que a citou em 1862 quando tratou das inscrições que se conservavam no Terreiro da Universidade (CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 219). D. José Barbosa descreveu, ainda, a Estátua da Sapiência, declarando que se tratava de uma estátua

“... de meyo corpo, vestida de roupas largas, cingida com hum cinto de três dedos de largura, ornado de diferentes bordados, o cabelo comprido e solto, a que coroão rosas e outras flores. Tem as mãos sobre huma pedra quadrada de dous palmos e meyo, de modo que representa que está dictando em cadeira ...” (BARBOSA J. 1727, p. 5).

A lápide que se conserva no Museu Nacional Machado de Castro ainda apresenta, na sua secção superior, as marcas evidentes da posição que ocupou inicialmente, onde, tal como D. José Barbosa descreveu, era segurada pela estátua. Depois de D. José Barbosa, a Estátua da Sapiência e a sua inscrição seriam referidas pelo Beneficiado Francisco Leitão Ferreira nas suas “Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra” (*Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, tomo X, Lisboa, 1729), onde encontramos nova descrição da estátua que acrescenta que *“... no cinto da figura tem de lettra gothica a palavra - ARMATA ...”* (cit. por SIMÕES A.F. 1888, p. 222, nota 1). Pretendia o mesmo autor que

“... Pende-lhe das mãos um rolo, em que está a inscripção gothica de letras muito antigas que no talhe, abreviatura e distincão entre palavra e palavra bem demonstra ser do tempo em que a Universidade foi para Coimbra a primeira vez tresladada por el-rei D. Diniz ...” (cit. por SIMÕES A. F. 1888, p. 222-223, nota 1).

Francisco Leitão Ferreira equivocava-se ao atribuir o letreiro aos tempos dionisinos, quando a Universidade fora pela primeira vez mudada para Coimbra, um lapso em que, de resto, incorreriam outros autores até aos estudos de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos. Como veremos mais à frente, é paleograficamente impossível que a inscrição fosse do primeiro quartel do séc. XIV, posterior à transferência dos Estudos em 1308. Quer D. José Barbosa quer o Pe. Francisco Leitão Ferreira viram a Estátua, com a sua lápide, no Colégio de S. Paulo embutida em nicho quadrado na parede de uma “casa terrea e baixa, que para a capela dava serventia”.

Depois dos estudos dos membros da Academia Real da História Portuguesa, a inscrição da Estátua da Sapiência seria abordada por João Correia Ayres de Campos em dois textos de sua autoria: primeiro quando estudou as epígrafes romanas e medievais que se conservavam, em condições precárias, no Pátio da Universidade (CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 219-220), depois quando publicou o Catálogo dos Objectos do Museu do Instituto de Coimbra (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 22-23, Nº 13). Na impossibilidade de observar a escultura, cujo paradeiro se perdera em 1834-38, J. C. Ayres de Campos descreveu a Estátua com as mesmas palavras de D. José Barbosa (1727), subscrevendo a leitura da epigrafe apresentada por esse autor (CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 219). João Correia Ayres de Campos salientaria, ainda, que da data *“... que deveria ocupar a lacuna no final da ultima linha, tenuissimos vestigios se enxergam, que nem ao citado Barbosa foi possível decifrar ...”* (CAMPOS J.C.A. 1862(a), p. 220). Não cremos, no entanto, que depois da palavra TILLITAS tivesse sido, alguma vez, gravado, mesmo que de forma ténue e superficial, qualquer data, embora se consigam adivinhar as linhas superior e inferior que delimitavam a derradeira regra do letreiro. Não cremos, portanto, que a suposição de Ayres de Campos tenha fundamento.

Alguns anos mais tarde, depois de a lápide ter sido incorporada na colecção museológica do Instituto, João Correia Ayres de Campos publicaria de novo a inscrição da Estátua da Sapiência (CAMPOS J.C.A. 1877, pp. 22-23, Nº 13). Neste Catálogo, Ayres de Campos subscreveria nova proposta de leitura, bastante mais fiel ao original, sem desdobramento de abreviaturas, mas ainda assim com dois ou três pequenos lapsos. Acrescentava, ainda, que a inscrição deveria ser do Séc. XIV, correspondendo a um dos períodos em que o Estudo Geral estivera em Coimbra:

“... O typo gothico dos caracteres permite apenas conjecturar que ella seria lavrada no século XIV, talvez em algum dos periodos em que a Universidade esteve em Coimbra e algumas cadeiras se regeram na casa onde mais tarde (1549) se fundou o collegio. “ (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 23).

Depois da edição deste primeiro catálogo, a inscrição seria de novo referida na mesma obra, nos Aditamentos, por ter sido depositado no Museu de Arqueologia o molde que, da lápide, fizera o Pe. Manuel da Cruz Pereira Coutinho, que certamente pensaria vir a publicar a inscrição da Estátua da Sapiência no seu *Antiquário Conimbricense* (CAMPOS J.C.A. 1877, p. 580, nº 17).

Em 1911 a inscrição seria registada no Catálogo de António Augusto Gonçalves, sem que fosse fornecida leitura ou acrescentados novos elementos (GONÇALVES A.A. 1911, p. 15, Nº 60). Este autor continuava a sustentar, tal como os seus antecessores, que a inscrição seria do tempo de D. Dinis, dos inícios do séc. XIV.

António Garcia Ribeiro de Vasconcelos seria o último autor a publicar leitura deste letreiro, nos seus *Escriptos Vários relativos à Universidade Dionisiana*. António de Vasconcelos, depois de passar em revista as principais opiniões e leituras, apresentaria a mais fiel das leituras até hoje realizadas, a qual, salvaguardadas as diferenças resultantes dos critérios de transcrição, coincide com a que subscrevemos neste apontamento (VASCONCELOS A.G.R. 1938, vol. I, p. 98-99). Sobre a opinião comumente aceite pelos diversos autores no que respeita à cronologia da epigrafe, António de Vasconcelos salientaria que *“... a inscrição porém é que me não parece anterior à primeira metade do século XV ...”* (VASCONCELOS A.G.R. 1938, vol. I, p. 99). No entanto, e certamente por ter consciência das dificuldades que essa proposta de datação levantava pelo facto de a Universidade estar, nessa primeira metade do Séc. XV, sediada em Lisboa, António de Vasconcelos preferia deixar de lado *“... essa suposta reliquia do antigo edificio da Universidade de Coimbra ...”*.

Mais recentemente, e por ocasião do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro, o Pe. António Nogueira Gonçalves apresentaria uma comunicação sobre a inscrição da Estátua da Sapiência onde, apesar de não fornecer leitura do seu conteúdo, defenderia pela primeira vez que a inscrição poderia ser associada à Universidade instituída pelo Infante D. Pedro em 1443 (GONÇALVES A.N. 1993, pp. 363-365).

A Universidade foi fundada em 1 de Março de 1290 por iniciativa de D. Dinis. Como se sabe, já em 12 de Novembro

de 1288 fora dirigida uma súplica ao Papa Nicolau IV, assinada pelo Abade de Alcobaça e pelos Piores de St^o. Cruz e de S. Vicente de Fora, solicitando a instituição dos Estudos Gerais no reino. Pouco tempo depois, em 1 de Março de 1290, D. Dinis fundaria os Estudos Gerais, que ficariam sediados, numa primeira fase, em Lisboa, na zona do Campo da Pedreira (Alfama). No ano de 1308 seriam pela primeira vez transferidos para Coimbra, ficando então instalados na Alcáçova Real, anexos ao Paço e Capela Real. Estas instalações eram conhecidas, no Séc. XVI, como os “Estudos Velhos”. Entre 1338 e 1354 a Universidade regressaria de novo a Lisboa, voltando a Coimbra entre 1354 e 1377. Depois de 1377 seria instalada em Lisboa, onde permaneceu até ao ano de 1537, quando foi definitivamente transferida para Coimbra por iniciativa de D. João III (RODRIGUES M.A. 1991, pp. 5-6; CORREIA V. 1946-78, vol. I, p. 125-126). Regressemos, agora, à inscrição da Estátua da Sapiência, para vermos de que forma ela se pode articular com os dados cronológicos acima referidos. A primeira constatação que importa sublinhar é o facto de a lápide utilizar alfabeto Gótico Minúsculo Anguloso. Este alfabeto, como tivemos oportunidade de demonstrar, foi utilizado entre nós apenas a partir de 1402 (cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 2, Insc. Nº 733, de Alcácer do Sal), tornando-se o alfabeto predominante a partir dos finais dessa década (cf. BARROCA 1995, vol. I, pp. 178-180). Todos os (escassos) casos de inscrições que usam esse alfabeto e apresentam datas anteriores ao séc. XV - ao todo cinco exemplares com datas expressas compreendidas entre 1268 e 1383 - são epígrafes que, apesar das datas que ostentam, foram realizadas em época posterior (cf. BARROCA 1995, vol. I, pp. 178-179). Deste modo, a inscrição da Estátua da Sapiência, ao revelar um alfabeto típico do Séc. XV, seria coincidente com uma ampla fase onde a Universidade estivera sediada em Lisboa, situação que, como vimos, se teria prolongado desde 1377 até 1537. Mas, por outro lado, as características paleográficas do letreiro também se coadunam pouco com a possibilidade de ele ter sido criado depois da transferência definitiva da Universidade para Coimbra, em 1537, por iniciativa de D. João III, numa altura em que o Alfabeto Gótico Minúsculo Anguloso já tinha caído em desuso. Assim, é necessário encontrar outra explicação para a presença de uma inscrição deste tipo em Coimbra. Essa explicação reside, como o Pe. Nogueira Gonçalves sublinhou (GONÇALVES A.N. 1993, p. 363-365), na instituição de uma segunda Universidade em Coimbra, na altura em que os Estudos Gerais ainda permaneciam em Lisboa. Na realidade, em 31 de Outubro de 1443, o Infante D. Pedro decidiu fundar uns novos Estudos Gerais, em Coimbra. O documento, reconhecendo que “... o Estudo de Lisboa nom abasta pera todos porque muytos morom em logares tam alongados que leixom daprender por nom viverem tam longe de suas casas ...”, fundaria uma segunda universidade do reino (cf. ChUP, vol. IV, doc. 1329, pp. 401-403). A Carta, assinada durante a regência do Infante D. Pedro na menoridade de D. Afonso V, nomeava o próprio Infante e o Arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, como protectores da nova instituição universitária. Meio ano depois, a 4 de Julho de 1444, o Infante D. Pedro doava, como Regente do Reino, o produto dos resíduos da cidade de Coimbra e do seu termo ao Estudo Geral de Coimbra, sublinhando “... como os Estudos que ora mandamos fazer em a cidade de Cojmbrá he obra ssanta e de grande honra ...” (ChUP, vol. IV, doc. 1349, p. 419). Por seu turno, o Cabido da Sé de Coimbra, considerando a “... grande vontade que ha o mui illustre e mui virtuoso Príncipe o sr. Infante D. Pedro ...” de enobrecer a cidade de Coimbra com a criação de uns novos Estudos Gerais, doaria as rendas e padroado da Igreja de Santiago de Almalaguês em 24 de Maio de 1446 (ChUP, vol. V, doc. 1381, pp. 9-11), doação que seria confirmada pelo Bispo de Coimbra D. Luís Coutinho nesse mesmo dia (ChUP, vol. V, doc. 1382, p. 12). A nova instituição, fruto do empenho do Infante D. Pedro, não seria afectada pelo desfecho da Batalha de Alfarrobeira já que, logo em 22 de Setembro de 1450, D. Afonso V subscreveria novo diploma fundando o Estudo Geral de Coimbra (ChUP, vol. V, doc. 1557, p. 198). Em 30 de Setembro de 1450 seria nomeado Fr. Álvaro da Costa como Reitor do Estudo Geral de Coimbra (ChUP, vol. V, doc. 1558, p. 199), e João André como Conservador do mesmo (ChUP, vol. V, doc. 1559, p. 200). No entanto, e apesar de D. Afonso V ter manifestado ainda algum empenho no projecto do seu tio, o projecto do Infante D. Pedro não parece ter conseguido sobreviver muito tempo³¹. Mas, apesar de o futuro da nova instituição universitária se ter revelado efémero, não é impossível que a inscrição da Estátua da Sapiência tivesse sido criada por essa altura. A nomeação de um Reitor e um Conservador para os Estudos de Coimbra, bem como a atribuição de diversas rendas, parece indicar que o projecto começou a ter concretização e que não se quedou pelas simples intenções. A lápide da Estátua da Sapiência poderá, deste modo, ser associada ao Estudo instituído pelo Infante D. Pedro, enquanto regente do reino, em 1443, ou com o que foi de novo criado por D. Afonso V em 1450. Assim, poderíamos atribuir a criação desta inscrição ao período de 1443-48 ou, talvez com mais probabilidade, ao período que secunda imediatamente o ano de 1450 e, portanto, ao reitorado de Fr. Álvaro da Costa. Com este novo enquadramento cronológico e histórico, a Estátua da Sapiência e a sua inscrição ganham novo sentido. Na realidade não podemos deixar de sublinhar o significado eminentemente simbólico que este conjunto deve ter assumido, o que levou a que, pouco tempo depois de ter sido instituída por decisão do poder central - pelo Infante D. Pedro, em 1443, ou por D. Afonso V, em 1450 - se tivesse encomendado uma obra escultórica desta envergadura. Certamente que a celeridade da encomenda da Estátua e da sua inscrição não se relaciona com aspectos meramente decorativos ou alegóricos. A Estátua da Sapiência devia assumir-se como um verdadeiro símbolo da nova instituição universitária, sobretudo face à sua congénere sediada em Lisboa que, como se sabe, ostentava igualmente uma figuração da Sapiência no seu Selo. A Estátua da Sapiência estaria, assim, destinada a ser um verdadeiro símbolo de poder da nova instituição. Não deixa de ser significativo, também, que mesmo depois de gorada esta tentativa de criar em Coimbra a segunda Universidade do Reino - num claro gesto de assinalável modernidade do Infante D. Pedro, corroborado pelo monarca depois de Alfarrobeira - a Estátua da Sapiência tenha sido preservada durante tanto tempo, tendo conseguido sobreviver até aos anos de 1834-38.

31 — Sobre o Estudo de Coimbra do Infante D. Pedro veja-se RODRIGUES M. A. 1993, pp. 359-361.

Nº 49

[Séc. XV]

Local: Mosteiro de Lorvão (Freg.: Lorvão; Conc.: Penacova; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Inv. Nº 616.

Insc. esculpida em tampa de sepultura. Calcário. Alt.: 144 cm. Larg. máx.: 33 cm. Alt. média da regra: 3,7 cm. Alt. média das letras: 3 cm.

Leitura:

AQY : JAZ : A MUYTO [...]

Inédita.

Fragmento de inscrição funerária gravada na orla superior de tampa de sepultura, a qual apresentava, ao centro e em relevo, o retrato da Freira ou Abadessa do Mosteiro de Lorvão ali sepultada. O epitáfio, de que apenas sobrevive o início, não permite identificar a pessoa em causa. Talvez fruto do seu deficiente estado de conservação e do laconismo do seu letreiro, este fragmento de tampa chegou aos nossos dias inédito. A inscrição foi gravada com caracteres Góticos Minúsculos Angulosos, dominantes em Portugal desde 1409-1410.

Nº 50

[Séc. XV]

Local: Proveniência Desconhecida (Freg.: ?; Conc.: ?; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Cota Nº 275.

Insc. esculpida em tampa de sepultura. Calcário. Alt. máx.: 14 cm. Larg. máx.: 52,5 cm. Alt. média de letras: 7 cm.

Leitura:

AQ(ui) : YAZ : A MU [ito ...]

Inédita.

Fragmento de inscrição funerária, gravada na orla de tampa de sepultura da qual sobrevive uma ínfima parte. Apesar de este fragmento ser de proveniência desconhecida julgamos ser possível que seja oriundo do Mosteiro de Lorvão. Não conhecemos, no entanto, qualquer elemento sobre a proveniência deste pequeno fragmento, que chegou até nós inédito.

Nº 51

[Séc. XV]

Local: Proveniência Desconhecida (Freg.: ?; Conc.: ?; Dist.: Coimbra).
Parad.: MNMC, Coimbra, Cota Nº 465.

Insc. esculpida em lápide. Calcário. Comp. máx.: 40,5 cm. Alt. máx.: 27,5 cm. Esp.: 13 cm.
Alt. média de letras: 4,3 cm.

Leitura:

[...] / DE JULHO DA [...] / CUJUS ANI(m)A [...]

Inédita.

Fragmento de lápide de conteúdo funerário, de proveniência desconhecida, que se conserva inédita no Museu Nacional Machado de Castro. Pelo tipo de letra, Gótico Minúsculo Anguloso, de aspecto tardio, julgamos que se pode atribuir a uma fase relativamente avançada do Séc. XV, já dentro da segunda metade da centúria.

BIBLIOGRAFIA**1. Fontes Impressas**

- ACMA = *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Ed. de António Cruz, Porto, 1968
- Bul. Port. = *Bulário Português - Inocência III (1198-1216)*, Ed. de Pe. Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria Fernandes Marques, Coimbra, 1989
- ChUP = *Chartularium Universitatis Portuagalensis (1288-1537)*, Ed. de Artur Moreira de Sá, vols. I, II e III, Lisboa, 1966-1968-1969
- Cortes D. Fernando = *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383)*, Ed. de A. H. de Oliveira Marques e Nuno Pizarro P. Dias, 2 vols, Lisboa, 1990-1993
- DMP, DR I = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios A.D. 1095-1185*, Ed. de Rui Pinto de Azevedo, vol. I, tomos 1 e 2, e vol. II, Lisboa, 1958-1962
- DMP, DP III = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares A.D. 1101-1115*, Ed. de Rui Pinto de Azevedo, vol. III, Lisboa, 1940
- DS = *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Ed. de Rui Pinto de Azevedo, Pe. Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, 1979
- LD = "*Livro do Deão*", *Portugaliae Monumenta Historica ...*, Nova Série, vol. I, *Livros Velhos de Linhagens*, Ed. Crítica de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, 1980
- LFidei = *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Ed. de Pe. Avelino de Jesus da Costa, 3 vols., Braga, 1965-1978-1990
- LKal. = *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis*, Ed. de Pierre David e Torquato de Sousa Soares, 2 vols., Coimbra, 1947-1948
- LL = *Portugaliae Monumenta Historica ...*, Nova Série, vol. II, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Ed. Crítica de José Mattoso, Lisboa, 1980
- LPreto = *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Ed. de Leontina Ventura, Maria Teresa Veloso e Pe. Avelino de Jesus da Costa, 3 vols. Coimbra, 1977-1978-1979
- LPant. = *Livro das Posturas Antigas*, Ed. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1974
- LSanto = *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra*, Ed. de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, 1990
- LV = "*Livro Velho de Linhagens*", *Portugaliae Monumenta Historica ...*, Nova Série, vol. I, *Livros Velhos de Linhagens*, Ed. Crítica de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, 1980
- PCDom. = *Pergaminhos dos Conventos Dominicanos. I. Convento de S. Domingos de Santarém*, Ed. de Fr. António do Rosário, Arquivo Histórico Dominicano Português, Porto, 1972
- PMH, DC = *Portugaliae Monumenta Historica ...*, *Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867 e ss.
- PMH, Leges = *Portugaliae Monumenta Historica ...*, *Leges et Consuetudines*, Lisboa, 1856 e ss.
- Syn. Hisp. = *Synodicon Hispanum. II. Portugal*, Ed. de Francisco Cantelar Rodriguez, Avelino de Jesus da Costa, António Garcia y Garcia, António Gutierrez Rodriguez e Isaías da Rosa Pereira, B.A.C., Madrid, 1982

2. Estudos

- ALMEIDA C.A.F. 1988 = ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *O Românico*, vol. III de *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1988
- ASSUNÇÃO B. 1921 = ASSUNÇÃO, Fr. Bernardo da - *Mosteiro de Celas. Index da Fazenda*, Manuscrito editado por J. M. Teixeira de Carvalho, Coimbra, 1921
- AZEVEDO P.A. 1897 = AZEVEDO, Pedro A. de - "Extractos Archeológicos das Memórias Paroquiais de 1758", *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. III, Lisboa, 1897, pp. 193-208 e 225-244
- AZEVEDO R. 1935 = AZEVEDO, Rui de - *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra (Séc. XII e XIII)*, Lisboa, 1935
- BARATA 1861 = BARATA, António Francisco - *Breve Memória Histórica Acerca da Velha Coimbra*, Coimbra, 1861
- BARATA 1873 = BARATA, António Francisco - "Notas" à *História Breve de Coimbra*, 2ª ed., Lisboa, 1873 - Vd. BOTELHO, Bernardo de Brito - *História Breve de Coimbra*, 2ª ed., Lisboa, 1873 (1ª ed., Lisboa, 1733)
- BARBOSA A.C.V. 1848 = BARBOSA, António do Carmo Velho - "Memória Acerca da Combinação das Épocas que Contém a Inscrição da Torre da Estrela da Cidade de Coimbra", *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 2ª Série, tomo II, Parte 1, Lisboa, 1848, pp. 3-6
- BARBOSA J. 1727 = BARBOSA, D. José - "Memórias do Collégio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e de seus Colegiados e Porcionistas", *Collecção de Documentos e Memórias da Academia Real da História Portugueza*, Lisboa, 1727
- BARBOSA M.T.G. 1943 = BARBOSA, Maria Teresa Geraldês - "Subsídios para um estudo do Livro das Calendas", *Actas do Quarto Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, tomo VIII, Porto, 1943, pp. 531-545
- BARROCA 1991 = BARROCA, Mário Jorge - Colaboração em FONSECA, Luís Adão da; BARROCA, Mário Jorge; ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - *Aux Confins du Moyen Age*, Catálogo da Exposição, Europália-91, Gand, 1991
- BARROCA 1995 = BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Dissertação de Doutoramento, 3 vols. em 4 tomos, Porto, ed. policopiada, 1995
- BEZERRA 1785-91 = BEZERRA, Manuel Gomes de Lima - *Os Estrangeiros no Lima*, 2 vols., Coimbra, 1785-1791
- BISHKO 1964 = BISHKO, Charles Julian - "The Cluniac Pories of Galicia and Portugal: Their Acquisition and Administration (1075 - ca. 1230)", *Spanish and Portuguese Monastic History 600-1300*, London, Variorum Reprints, 1984, pp. 305-356
- BOTELHO B.B. 1873 = BOTELHO, Bernardo de Brito - *História Breve de Coimbra, sua Fundação, Armas, Igrejas, Colégios, Conventos e Universidade*, 1ª ed., Lisboa, 1733; 2ª ed., Anotada por António Francisco Barata, Lisboa, 1873

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS EPÍGRAFES MEDIEVAIS PORTUGUESAS DO MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO

- BRANDÃO A. 1632 = BRANDÃO, Fr. António - *Monarquia Lusitana*, Parte IV, Lisboa, 1974 (1ª ed., Lisboa, 1632)
- BRANDÃO D.P. 1960 = BRANDÃO, D. Domingos de Pinho - "Teologia, Filosofia e Direito na Diocese do Porto nos Séculos XIV e XV. Alguns Subsídios para o seu estudo", *Studium Generale*, vol. VII, Porto, 1960, pp. 242-354
- CAETANO M. 1951 = CAETANO, Marcelo - *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, 1951 (2ª ed., fac-similada, Lisboa, A.P.H., 1981)
- CAMPOS J.C.A. 1862(a) = CAMPOS, João Correia Ayres de - "Apontamentos Históricos de Coimbra. Antigas Inscrições do Castello no Terreiro da Universidade", *O Instituto*, vol. 10, Coimbra, 1862, pp. 216-219
- CAMPOS J.C.A. 1862(b) = CAMPOS, João Correia Ayres de - "Apontamentos Históricos de Coimbra. Sancta Justa", *O Instituto*, vol. 10, Coimbra, 1862, pp. 63-65
- CAMPOS J.C.A. 1867 = CAMPOS, João Correia Ayres de - *Índices e Summários dos Livros e Documentos mais antigos e importantes do Archivo da Câmara Municipal de Coimbra*, Coimbra, 1867
- CAMPOS J.C.A. 1877 = CAMPOS, João Correia Ayres de - *Catálogo dos Objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra 1873-1877*, Coimbra, 1877 (sep. de *O Instituto*, vol. XXVIII, Coimbra, 1881, pp. 391-392, 533-540 e 575-583)
- CARDOSO A. 1979 = CARDOSO, António - *A Igreja Românica de Gondar / Amarante*, Amarante, 1979
- CARDOSO G. 1652-66 = CARDOSO, George - *Agiolôgio Lusitano*, 3 vols., Lisboa 1652-1657-1666 (para o 4º vol. Vd. SOUSA, D. António Caetano de)
- CARVALHO F.A.M. 1942 = CARVALHO, F. A. Martins de - *Portas e Arcos de Coimbra*, Coimbra, 1942
- CASTRO A.M.S. 1867 = CASTRO, Augusto Mendes Simões de - *Guia Histórico do Viajante em Coimbra e Arredores*, Coimbra, 1867
- CASTRO A.M.S. 1877 = CASTRO, Augusto Mendes Simões de - "A Igreja de Sancta Justa e as Inundações do Mondego", *O Instituto*, vol. XXIV, Coimbra, 1877, pp. 36-45
- CASTRO A.M.S. 1881 = CASTRO, Augusto Mendes Simões de - *Notícia Histórica e Descritiva da Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, 1881
- COCHERIL 1959 = COCHERIL, D. Maur - *L'Ordre de Citeaux au Portugal. Le Problème Historique*, "Studia Monastica", vol. I, Fasc. 1, Montserrat, 1959
- COCHERIL 1978 = COCHERIL, D. Maur - *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris-Lisboa, 1978
- CORREIA V. 1929 = CORREIA, Vergílio - "As Inscrições do Claustro do Silêncio em Alcobaça", 2ª ed., *Obras*, vol. V, Coimbra, 1978, pp. 65-84 (1ª ed., *O Instituto*, vol. 78, Coimbra, 1929, pp. 322-341)
- CORREIA V., KEIL L. e LACERDA A. 1940 = CORREIA, Vergílio; KEIL, Luís; LACERDA, Aarão de - *Exposição de Ourivesaria Portuguesa dos Séculos XII a XVII. Catálogo-Guia*, Coimbra 1940
- CORREIA V. 1941 = CORREIA, Vergílio - *Museu Nacional Machado de Castro. Secções de Arte e Arqueologia. Catálogo-Guia*, Coimbra, 1941
- CORREIA V. 1946-78 = CORREIA, Vergílio - *Obras*, 5 vols., Coimbra, 1946-1978
- CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1947 = CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, António Nogueira - *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, Cidade de Coimbra, Lisboa, 1947
- CORREIA V. e GONÇALVES A.N. 1952 = CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, António Nogueira - *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IV, Distrito de Coimbra, Lisboa, 1952
- CORTESÃO A.A. 1912 = CORTESÃO, António A. - *Onomástico Medieval Português*, sep. de *O Archeólogo Português*, Lisboa, 1912
- COSTA A.C. 1706-12 = COSTA, Pe. António Carvalho da - *Corografia Portuguesa ou Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal ...*, 3 vols., 2ª ed., Braga, 1868-69 (1ª ed., Lisboa, 1706-1708-1712)
- COSTA A.J. 1948 = COSTA, Avelino de Jesus da - *A Ordem de Cluny em Portugal*, Ed. Cenáculo, Braga, 1948
- COSTA A.J. 1983 = COSTA, Avelino de Jesus da - *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos Séculos XI e XVI*, Coimbra, 1983 (1ª ed. in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 38, Coimbra, 1983, pp. 1-224)
- COSTA A.J. 1990 = COSTA, Avelino de Jesus da - "Pedro Ourives, Grande Artista e Benemérito da Cidade de Braga, injustamente esquecido", *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. 1, Braga, 1990, pp. 659-678
- COSTA A.J. 1992 = COSTA, Avelino de Jesus da - *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, 1992
- COSTA M.J.A. 1962 = COSTA, Mário Júlio de Almeida - "Um Jurista em Coimbra, parente de Acúrsio", *Revista da Faculdade de Direito*, vol. 38, Coimbra, 1962, pp. 251-256
- COUTINHO M.C.P. 1841-42 = COUTINHO, Cón. Manuel da Cruz Pereira - *O Antiquário Conimbricense*, 9 nºs., Coimbra, Julho de 1841 - Março de 1842
- COUTO J. e GONÇALVES A.M. 1960 = COUTO, João; GONÇALVES, António M. - *A Ourivesaria em Portugal*, Lisboa, 1960
- CRUZ A. 1938 = CRUZ, António - "Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro", *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, suplemento ao vol. XIV, Coimbra, 1938
- CRUZ A. 1964 = CRUZ, António - *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*, vol. 1, *Observações sobre o Scriptorium e os Estudos Claustrais*, Porto, 1964
- CRUZ A. 1984 = CRUZ, António - "D. Teotónio, Prior de Santa Cruz. O Primeiro Cruzado e Primeiro Santo de Portugal", *Santa Cruz de Coimbra. Do Século XI ao Século XX*, Coimbra, 1984, pp. 21-58
- CUNHA M.C. 1989 = CUNHA, Maria Cristina - *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*, Dissertação de Mestrado, Porto, ed. policopiada, 1989
- CURTIUS 1948 = CURTIUS, Ernst Robert - *Literatura Europea y Edad Media Latina*, 2 vols., Madrid, 1976 (1ª ed., Berna, 1948)
- DAVID P. 1943(a) = DAVID, Pe. Pierre - *A Sé Velha de Coimbra*, Porto, 1943

- DAVID P. 1943(b) = DAVID, Pe. Pierre - "Français du Midi dans les Évêchés Portugais (1279-1390)", *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, vol. 9, fasc. 2, Coimbra, 1943, pp. 16-70
- DIAS E. 1901 = DIAS, Epiphânio - "Epitáfios", *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. VI, Lisboa, 1901, pp. 150-151
- DIAS P. 1979 = DIAS, Pedro - "Notas para o estudo da condição social dos Artistas Medievais de Coimbra", *Actas das I Jornadas do Grupo de Arte e Arqueologia de Coimbra*, Coimbra, 1979, pp. 111-124
- DIAS P. 1986 = DIAS, Pedro - "O Gótico", vol. 4 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1986
- DIAS P. 1993 = DIAS, Pedro - "Escultores e Pintores que trabalharam para o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra", *Biblos*, vol. LXIX, Coimbra, 1993, pp. 491-505
- DHP = *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, 6 vols., Porto, 1981
- DOZY R. 1873 = DOZY, R. - *Le Calendier de Cordoue*, Leiden, 1873 (Nouvelle Édition, Accompagnée d'une Traduction Française Annotée par Ch. Pellat, Leiden, E.J. Brill, 1961)
- ENCARNAÇÃO T. 1759-63 = ENCARNAÇÃO, Fr. Tomás da - *Historia Ecclesiae Lusitanae, per singula saecula ab Evangelio promulgato*, 4 vols., Coimbra, 1759-1763
- ESPERANÇA 1656-66 = ESPERANÇA, Fr. Manuel da - *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, 2 vols., Lisboa, 1656-1666
- EXPO 1983 = *Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento*, XVIIª Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Catálogo da Exposição "Antecedentes dos Descobrimientos", Núcleo da Madre de Deus, Lisboa, 1983
- FERREIRA F.L. 1724 = FERREIRA, Francisco Leitão - *Catálogo Chronológico-Crítico dos Bispos de Coimbra*, Memória Nº XVIII da Coleção de Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa, vol. IV, Lisboa, 1724
- FIGUEIREDO A.C.B. 1886 = FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de - *Coimbra Antiga e Moderna*, Lisboa, 1886
- FREIRE A.B. 1921 = FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., 3ª ed., Lisboa, 1973 (1ª ed., 1899; 2ª ed., revista, Coimbra, 1921)
- GASCO 1805 = GASCO, António Coelho - *Conquista, Antiguidade e Nobreza da Mui Insigne e Inclita Cidade de Coimbra*, 2ª ed., Lisboa, 1807 (1ª ed., Lisboa, 1805)
- GEPEB 1935-60 = *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, 40 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, 1935-1960
- GIRÃO, CORREIA V. e SOARES 1942 = GIRÃO, Aristides de Amorim, CORREIA, Vergílio e SOARES, Torquato de Sousa - *Coimbra*, 2ª ed., Coimbra, 1942
- GOMES S.A. 1988 = GOMES, Saúl António - "Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra. I. Arquivo Nacional da Torre do Tombo", *Estudos Medievais*, vol. 9, Porto, 1988, pp. 3-199
- GONÇALVES A.A. 1911 = [GONÇALVES, António Augusto] - *Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra. Notas*, Coimbra, 1911
- GONÇALVES A.A. e CASTRO E. 1911 = GONÇALVES, António Augusto; CASTRO, Eugénio de - *Notícia Histórica e Descritiva dos Principais Objectos de Ourivesaria existentes no Thesoiro da Sé de Coimbra*, Coimbra, 1911
- GONÇALVES A.A. 1926 = GONÇALVES, António [Augusto] - "O Museu de Ourivesaria, Tecidos e Bordados - Anexado ao Museu Machado de Castro em Coimbra", *Ilustração Moderna*, Ano 1, nº 6, Porto, 1926, pp. 139-144; Idem, Ano 1º, nº 8, Porto, 1926, pp. 193-194; Idem, Ano 2º, nº 12, Porto, 1927, pp. 290-291
- GONÇALVES A.M. 1964 = GONÇALVES, António Manuel - "Da Ourivesaria Medieval em Portugal", *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval*, vol. II, *Bracara Augusta*, vol. XVI-XVII, Braga, 1964, pp. 132-136
- GONÇALVES A.N. 1938 = GONÇALVES, António Nogueira - *Novas Hipóteses Acerca da Arquitectura Românica de Coimbra*, Coimbra 1938
- GONÇALVES A.N. 1940 = GONÇALVES, António Nogueira - *Museu Machado de Castro. Secção de Ourivesaria, Catálogo-Guia*, Coimbra, 1940
- GONÇALVES A.N. 1980 = GONÇALVES, António Nogueira - *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, 1980
- GONÇALVES A.N. 1983 = GONÇALVES, António Nogueira - *O Tesouro de D. Isabel de Aragão, Rainha de Portugal*, Coimbra, MNMC, 1983
- GONÇALVES A.N. 1984 = GONÇALVES, António Nogueira - *Estudos de Ourivesaria*, Porto, 1984
- GONÇALVES A.N. 1993 = GONÇALVES, António Nogueira - "SAPIÊNCIA - Identificação da Lápide da Sapiência", *Biblos*, vol. LXIX, Coimbra, 1993, pp. 363-365
- GRAF 1986 = GRAF, Gerhard N. - *Portugal Roman*, 2 vols., Zodiaque, Yonne, 1986
- GUSMÃO A.R. 1842 = GUSMÃO, António Rodrigues - "O Castelo de Coimbra", *Revista Universal Lisbonense*, vol. I, nº 27, Lisboa, 1842, pp. 318-319
- HOMEM A.L.C. 1983-84 = HOMEM, Armando Luís de Carvalho - "Em torno de Álvaro Pais", *Estudos Medievais*, vol. 3-4, Porto, 1983-84, pp. 93-130
- HOMEM A.L.C. 1990 = HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, 1990
- LACERDA 1929 = LACERDA, Aarão de - "Arte", *História de Portugal*, vol. 2, Barcelos, 1929, pp. 616-708
- LACERDA 1942 = LACERDA, Aarão de - *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Porto, 1942
- LARCHER 1935 = LARCHER, Jorge - *Castelos de Portugal*, vol. II, Distrito de Coimbra, Coimbra, 1935
- LEAL 1873-90 = LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno ...*, 12 vols., Lisboa, 1873-1890 (concluído, a partir da p. 461 do vol. X, por Pedro Augusto Ferreira)
- LOUREIRO J.P. 1960-64 = LOUREIRO, José Pinto - *Toponímia de Coimbra*, 2 vols., Coimbra, 1964 (aliás 1960-64)
- LOUREIRO J.P. 1964 = LOUREIRO, José Pinto - *Coimbra no Passado*, 2 vols., Coimbra, 1964
- MACHADO J.P. 1991 = MACHADO, José Pedro - *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Lisboa, 1991
- MADAHIL 1927 = MADAHIL, António Gomes da Rocha - "Os Códices de Stª. Cruz de Coimbra", *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. VIII, Coimbra, 1927, pp. 379-418
- MADAHIL 1933-35 = MADAHIL, António Gomes da Rocha - "Documentos para o estudo da cidade de Coimbra na Idade Média", *Biblos*, vol. X, Coimbra, 1933, pp. 263-282; vol. IX, Coimbra, 1934, pp. 358-380 e 635-653; vol. XI, Coimbra, 1935, pp. 255-288

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS EPÍGRAFES MEDIEVAIS PORTUGUESAS DO MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO

- MADAHIL 1942-43 = MADAHIL, António Gomes da Rocha - "Pergaminhos do Arquivo Municipal de Coimbra", *Arquivo Coimbrão*, vol. VI, Coimbra, 1942, pp. 263-284; vol. VII, Coimbra, 1943, pp. 300-335
- MADAHIL 1949 = MADAHIL, António Gomes da Rocha - "Um Conceito Medieval de Terras do Mondego", *Terras do Mondego*, Nº 2, Coimbra, 1949, pp. 85-120
- MARQUES J. 1988 = MARQUES, José - *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa 1988
- MARQUES M.A.F. 1991 = MARQUES, Maria Alegria Fernandes - "A Introdução da Ordem de Cister em Portugal", sep. de *La Introduccion del Cister en España y Portugal*, Madrid, 1991
- MARTINS M. 1969 = MARTINS, Mário - *Introdução Histórica à Vivência do Tempo e da Morte*, 2 vols., Braga, 1969
- MARTINS R.C. 1992 = MARTINS, Rui Cunha - *Património, Parentesco e Poder. O Mosteiro de Semide do Século XII ao Século XV*, Lisboa, 1992
- MATTOSO 1968 = MATTOSO, José - *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les Monastères du Diocese de Porto de l'An Mille à 1200*, Louvain, 1968
- MATTOSO 1981 = MATTOSO, José - *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, 1981
- MATTOSO 1982 = MATTOSO, José - *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, 1982
- MATTOSO 1985 = MATTOSO, José - *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols., Lisboa, 1985
- MERÊA 1940 = MERÊA, Paulo - "Sobre as Origens do concelho de Coimbra (Estudo Histórico-Jurídico)", *Revista Portuguesa de História*, vol. I, Coimbra, 1940, pp. 49-69
- MERÊA 1964 = MERÊA, Paulo - "Sobre as Antigas Instituições Coimbrãs", *Arquivo Coimbrão*, vol. XIX-XX, Coimbra, 1964, pp. 35-78
- MORUJÃO 1991 = MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um Mosteiro Cisterciense Feminino: Santa Maria de Celas (Séculos XIII a XV)*, Dissertação de Mestrado, Porto, ed. policopiada, 1991
- NOGUEIRA P.A. 1580 = NOGUEIRA, Pedro Álvares - *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*, Ms. de 1580 editado por A. G. Rocha Madahil, Coimbra 1942
- NORTON 1990 = NORTON, Manuel Artur - "O Doador do Cálice Românico do Mosteiro de Refojos de Basto", *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 365-378
- OLIVEIRA M. 1951 = OLIVEIRA, Pe. Miguel de - "Origens da Ordem de Cister em Portugal", *Revista Portuguesa de História*, vol. V, Coimbra, 1951, pp. 317-353
- PEREIRA I.R. 1978 = PEREIRA, Isaías da Rosa - "Livros de Aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra", *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 34, 1, Coimbra, 1978, pp. 213-239
- QUILHO S/D = QUILHO, Irene - "Ourivesaria", in SANTOS, Reinaldo dos - *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, S/D, pp. 353 e ss.
- REAL M.L. 1974 = REAL, Manuel Luís - *A Arte Românica de Coimbra (Novos Dados - Novas Hipóteses)*, 2 vols., Dissertação de Licenciatura, ed. policopiada, Porto, 1974
- REAL M.L. 1982 = REAL, Manuel Luís - "A Organização do Espaço Arquitectónico entre Beneditinos e Agostinhos no Séc. XII", *Arqueologia*, nº 6, Porto, 1982, pp. 118-132
- REAL M.L. 1995 = REAL, Manuel Luís - "A Colegiada de S. Cristóvão de Coimbra e os seus capitéis", *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, 1995, pp. 207-224
- RIBEIRO J.P. 1810-36 = RIBEIRO, João Pedro - *Dissertações Chronológicas e Críticas sobre a História e a Jurisprudência Ecclesiástica e Civil de Portugal*, 5 vols., 2ª ed., Lisboa, 1860-1896 (1ª ed., Lisboa, 1810-1836)
- RIBEIRO J.P. 1810(a) = RIBEIRO, João Pedro - "Dissertação I. Sobre a Época da Conquista de Coimbra no Reinado de D. Fernando I, de Leão", *Dissertações Chronológicas e Críticas ...*, vol. I, 2ª ed., Lisboa, 1860, pp. 1-53 (1ª ed., Lisboa, 1810)
- RIBEIRO J.P. 1810(b) = RIBEIRO, João Pedro - "Dissertação V. Sobre o Idioma, Estylo e Orthografia dos nossos documentos e monumentos", *Dissertações Chronológicas e Críticas ...*, vol. I, 2ª ed., Lisboa, 1860, pp. 181-413 (1ª ed., Lisboa, 1810)
- RIBEIRO J.P. 1811 = RIBEIRO, João Pedro - "Dissertação VI. Sobre as datas dos documentos e monumentos da Hespanha e especialmente de Portugal", *Dissertações Chronológicas e Críticas ...*, vol. II, 2ª ed., Lisboa, 1857, pp. 1-275 (1ª ed., Lisboa, 1811)
- RIBEIRO J.P. 1813 = RIBEIRO, João Pedro - "Dissertação VI. Sobre as datas dos documentos e monumentos da Hespanha e especialmente de Portugal - Apendice IX", *Dissertações Chronológicas e Críticas ...*, vol. III, 1ª Parte, 2ª ed., Lisboa, 1857, p. 1-220 (1ª ed., Lisboa, 1813)
- RIBEIRO J.P. 1819 = RIBEIRO, João Pedro - "Dissertação XV. Sobre a Paleografia de Portugal", *Dissertações Chronológicas e Críticas ...*, vol. IV, 2ª ed., Lisboa, 1867, pp. 81-236 (1ª ed., Lisboa, 1819)
- RIBEIRO J.P. 1836 = RIBEIRO, João Pedro - "Dissertação XXII. Dos Annos em que figurão alguns Bispos das nossas Dioceses, com discrepância dos que até agora se lhes tem attribuido", *Dissertações Chronológicas e Críticas ...*, vol. V, 2ª ed., Lisboa, 1896, pp. 135-395 (1ª ed., Lisboa, 1836)
- ROCHA M. 1730 = ROCHA, Fr. Manuel da - *Portugal Renascido - Tratado Histórico-Crítico-Chronológico ...*, *Memória Nº XXIII da Colecção de Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, vol. X, Lisboa, 1730
- RODRIGUES M.A. 1991 = RODRIGUES, Manuel Augusto - *A Universidade de Coimbra. Marcos da sua História*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1991
- RODRIGUES M.A. 1993 = RODRIGUES, Manuel Augusto - "O Infante D. Pedro e a Universidade", *Biblos*, vol. LXIX, Coimbra, 1993, pp. 345-362
- ROSAS 1991 = ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - Colaboração em FONSECA, Luís Adão da; BARROCA, Mário Jorge; ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - *Aux Confins du Moyen Age*, Catálogo da Exposição, Europália-91, Gand, 1991

- SÁ 1966 = SÁ, A. Moreira de - "Primórdios da Cultura Portuguesa", *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. I, nº 1, Lisboa, 1966, pp. 5-112
- SÁ 1968 = SÁ, A. Moreira de - "Primórdios da Cultura Portuguesa II", *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. II, nº 1, Lisboa, 1968, pp. III-VIII e 1-128
- SANTOS M. 1727 = SANTOS, Fr. Manuel dos - *Monarquia Lusitana*, Parte VIII, Lisboa, 1727 (2ª ed., Lisboa, 1988)
- SANTOS M.J.A. 1982 = SANTOS, Maria José Azevedo - "As Origens do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva", Sep. de *Arquivo Coimbrão*, vol. XXX, Coimbra, 1982
- SANTOS M.J.A. 1984 = SANTOS, Maria José Azevedo - "Fernando Peres Ex-Chantre da Sé de Lisboa", Sep. de *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, tomo 1, Porto, 1984, pp. 243-258
- SANTOS R. 1948 = SANTOS, Reinaldo dos - *A Escultura em Portugal*, 3 vols., Lisboa, 1948
- SANTOS R. 1957 = SANTOS, Reinaldo dos - *Exposição de Arte Portuguesa em Londres*, Lisboa, 1957
- SANTOS R. S/D = SANTOS, Reinaldo dos - *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, S/D
- SÃO TOMÁS 1644-51 = SÃO TOMÁS, Fr. Leão de - *Benedictina Lusitana*, 2 vols., 2ª ed., com Introdução e Notas de José Mattoso, Lisboa, 1974 (1ª ed., Lisboa 1644-51)
- SILVA C. 1988 = SILVA, Carneiro da - "A Almedina de Coimbra", *Alta de Coimbra. História-Arte-Tradição*, Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, Coimbra, 1988, pp. 11-29
- SIMÕES A.F. 1870 = SIMÕES, Augusto Filipe - *Relíquias da Architectura Romano-Byzantina em Portugal Particularmente em Coimbra*, Lisboa, 1870
- SIMÕES A.F. 1888 = SIMÕES, Augusto Filipe - "Archeologia Conimbricense", *Escreptos Diversos*, Coimbra, 1888, pp. 212-233
- SOARES T.S. 1953 = SOARES, Torquato de Sousa - "Origem do Antigo Claustro do Mosteiro de Celas", sep. de *XVI Congrès International d'histoire de l'Arte*, vol. II, Lisboa, 1953
- SOUSA A.C. 1735-48 = SOUSA, D. António Caetano de - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 12 tomos em 13 vols., 2ª ed., Coimbra, 1946-54 (1ª ed., Lisboa, 1735-48)
- SOUSA A.C. 1739-48 = SOUSA, D. António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 tomos em 12 volumes, 2ª ed., Coimbra, 1946-54 (1ª ed., Lisboa, 1739-48)
- SOUSA A.C. 1744 = SOUSA, D. António Caetano de - *Agiologio Lusitano*, vol. IV, Lisboa, 1744 (para os vols. I a III Vd. CARDOSO, George)
- SOUSA J.M.C. 1928 = SOUSA, José Maria Cordeiro de - *Apointamentos de Epigrafia Portuguesa*, 4ª ed., Coimbra, 1983 (1ª ed., Lisboa, 1928; 2ª ed., Lisboa, 1937; 3ª ed., Lisboa, 1957)
- SOUSA J.M.C. 1931 = SOUSA, José Maria Cordeiro de - "Bibliografia das Inscrições Portuguesas do Século XII", *O Instituto*, vol. 82, Coimbra, 1931, pp. 619-631
- SOUSA J.M.C. 1946 = SOUSA, José Maria Cordeiro de - *Contribuição para uma Ementa dos Jacentes Portugueses*, Lisboa, 1946
- SOUSA J.M.C. 1948 = SOUSA, José Maria Cordeiro de - "Inscrições dos Séculos VIII a XII Existentes em Portugal", *Ethnos*, vol. III, Lisboa, 1948, pp. 113-133
- SOUSA M.C. 1725 = SOUSA, D. Manuel Caetano de - *Catálogo Histórico dos Summos Pontífices, Cardeaes, Arcebispos e Bispos Portugueses que tiveram Dioceses ou Títulos de Igrejas fora de Portugal ...*, Memória Nº XXXIII da Coleção de Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa, vol. 5, Lisboa, 1725
- TÁVORA 1982 = TÁVORA, D. Luis Gonzaga de Lancastre e - "A Heráldica Medieval na Sé de Lisboa", sep. do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, IIIª Série, tomo I, Lisboa, 1982
- TÁVORA 1989 = TÁVORA, D. Luis Gonzaga de Lancastre e - *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, 1989
- TEIXEIRA A.J. 1891 = TEIXEIRA, António José - "Breve Notícia dos Colégios, Conventos e Mosteiros fundados nos Distritos de Coimbra, Aveiro e Leiria", *Revista de Educação e Ensino*, vol. VI, nº 1, Janeiro de 1891, pp. 85-92
- THOMAS 1908 = THOMAS, Pedro Fernandes - "Epigraphia de Montemor-o-Velho", *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, Tomo 1, nº 6, Figueira da Foz, 1908, pp. 179-185
- TRÉSORS 1954-55 = *Les Trésors de l'Orfèvrerie du Portugal*, Musée des Arts Décoratifs, Paris, Novembro de 1954- Janeiro de 1955
- VASCONCELOS A.G.R. 1895 = VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de - "Sé Velha de Coimbra. II. Inscrições Lapidares", *O Instituto*, vol. 42, Coimbra, 1892, pp. 257-270 e 684-689
- VASCONCELOS A.G.R. 1898 = VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de - "A Lenda Coimbrã da Freira das Mãos Cortadas - Um Epitáfio em Versos Leoninos", *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. IV, Lisboa, 1898, pp. 226-231
- VASCONCELOS A.G.R. 1899-1900 = VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de - "D. Elvira Lopez. Um Epitáfio em Versos Leoninos", *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. V, Lisboa, 1899-1900, pp. 75-78
- VASCONCELOS A.G.R. 1927 = VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de - "Dois Enigmas Epigráficos: I. Inscrição da Igreja de S. Salvador; II. Inscrição da Igreja de S. João de Almedina", sep. de *Biblos*, vol. XII, Coimbra, 1927
- VASCONCELOS A.G.R. 1931-35 = VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de - *A Sé Velha de Coimbra*, 2 vols. e suplemento, Coimbra, 1931-35
- VASCONCELOS A.G.R. 1938 = VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de - *Escritos Vários relativos à Universidade Dionisina*, vol. I, Coimbra, 1938
- VASCONCELOS J. 1914-15 = VASCONCELOS, Joaquim de - *Arte Religiosa em Portugal*, Porto, 1914-15
- VEIGA A.B.C. 1938 = VEIGA, A. Botelho da Costa - "Solução do Problema cronológico da segunda reconquista cristã de Coimbra", sep. de *Brotéria*, vol. XXVI, fasc. 5, Maio de 1938
- VENTURA 1979 = VENTURA, Leontina - "A Muralha Coimbrã na Documentação Medieval", *Actas das Iªs Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, 1979, pp. 43-56
- VENTURA 1992 = VENTURA, Leontina - *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Dissertação de Doutoramento, 2 vols., Coimbra, 1992

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS EPÍGRAFES MEDIEVAIS PORTUGUESAS DO MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO

VITORINO 1934 = VITORINO, Pedro - "Museu, Galerias e Colecções. XI. Lâminas Sepulcrais de Bronze", *Revista de Guimarães*, vol. XLIV, Guimarães, 1934, pp. 217-225
ZUQUETE 1961 = ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (Coord. de) - *Armorial Lusitano*, Lisboa 1961 (3ª ed., Lisboa, 1987)

